

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2008

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Janeiro de 2008

Índice

Acordo de Bali foi feito do ano, afirma Ban – Folha de São Paulo – Ciência – 01/01/2008	12
Lula: 'Temos obrigação de evitar desmatamento' - Isabel Braga – O Globo – O País – 01/01/2008.....	12
EUA terão meta nacional de redução de emissões – Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência – 02/01/2008.....	14
País participará de fórum americano sobre clima – Estado de São Paulo – Vida & - 03/01/2008.....	17
O caminho do pós-Bali ao pós-Kioto – Luiz Pinguelli Rosa – O Globo – Opinião – 04/01/2008.....	18
Marina Silva é heroína do clima, diz 'Guardian' – Estado de São Paulo – Vida & - 06/01/2008.....	19
Ambientalismo, entre crença e ciência – José Eli da Veiga – Folha de São Paulo – Opinião – 06/01/2008	20
Amazônia para gringo ler – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/01/2008.....	21
'Mancomunado com destruidores da floresta' - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/01/2008.....	23
Biocombustível pode ser sujo, diz estudo – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 07/01/2008.....	25
Implementação do Aquabio favorece biodiversidade aquática na Amazônia – Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA - 07/01/2008	26
Jornal britânico coloca Marina entre os 50 mais influentes – Sítio Eletrônico do MMA - 07/01/2008.....	27
Mata pode não estar sumindo, diz inglês – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/01/2008.....	28
Inpe vai mapear recuperação de floresta pós-corte na Amazônia – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/01/2008.....	30

Para jornal, Marina poderia salvar o mundo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/01/2008.....	30
Programa Nacional financiará projetos de gestão ambiental – Lucia Leão - Sítio eletrônico do MMA - 08/01/2008.....	31
MMA executa 98% do orçamento de 2007 – Gisele Teixeira – sítio eletrônico do MMA - 09/01/2008.....	32
Iniciativa pioneira vai formar indígenas em Agroecologia – Lucia Leão – Sítio eletrônico do MMA - 09/01/2008.....	33
Papel da agricultura no clima exige ação contra efeito estufa – Sítio Eletrônico do MST – 10/01/2008.....	34
Tocantins pode ser retirado da área da Amazônia Legal – Sítio Eletrônico da CPT – 10/01/2008.....	35
Empresas brasileiras na “lista negra” de ONGs – Sítio Eletrônico da CPT – 10/01/2008	35
Greenpeace divulga relatório sobre mudanças climáticas – Sítio Eletrônico da CPT – 11/01/2008.....	35
Do que temos certeza, afinal? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/01/2008.....	36
Responsabilidade socioambiental – Ruy Altenfelder – Folha de São Paulo – Opinião – Tendências e Debates – 11/01/2008.....	38
Gestar vai ampliar área de atuação – Sítio Eletrônico do MMA - 11/01/2008	39
Mudanças climáticas serão debatidas nas CNMA – sítio Eletrônico do MMA - 11/01/2008.....	40
Incerteza diante das mudanças climáticas - Thomas Schelling – Valor Econômico – Opinião - 11/01/2008.....	41
Madeireiras disputam floresta na Amazônia - Liana Melo – O Globo – O País – 12/01/2008.....	43
Com estímulo oficial, floresta vira capim – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 13/01/2008.....	44
Produtores tentam reduzir reserva legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 13/01/2008.....	46

Produtores tentam reduzir reserva legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 13/01/2008.....	47
Natureza do negócio mudou, afirma ONG – Cláudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/01/2008.....	49
Segunda Quinzena	
Meio ambiente – Estado de São Paulo – Internacional – 16/01/2008.....	49
O desafio de unir desenvolvimento e conservação – Estado de São Paulo – Vida & - 16/01/2008.....	50
Centro discute políticas públicas – Estado de São Paulo – Vida & - 16/01/2008.....	52
Gado derruba a Amazônia, reconhece Stephanes – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Ciência – 16/1/2008.....	52
Áreas degradadas pela produção serão recuperadas – Lucia Leão - sitio Eletrônico do MMA - 16/01/2008.....	54
Governo instala Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – Sitio Eletrônico do MMA - 16/01/2008.....	54
Stephanes reconhece: gado derruba a Amazônia – Sitio Eletrônico do MST – 16/01/2008.....	55
Ministro da Agricultura admite que desmatamento na Amazônia é preocupante – Sitio Eletrônico da CPT – 17/01/2008.....	56
Amazônia irrigaria NE, propõe Mangabeira – Estado de São Paulo – Nacional – 17/01/2008.....	56
Nos EUA, evento discute propostas para a Amazônia – Estado de São Paulo – Vida & - 17/01/2008.....	56
Mangabeira Unger quer levar água da Amazônia para o NE – Maria Clara Cabral e Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 17/01/2008	57
Idéias de Mangabeira para Amazônia provocam críticas de ambientalistas – O Globo – O País – 17/01/2008	59
Comitê começa a definir Política sobre Mudança do Clima – Gisele Teixeira – Sitio eletrônico do MMA - 17/01/2008.....	60
Baboseiras amazônicas – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/01/2008.....	60

Amazônia real atropela idéias de Mangabeira - Gabriel Manzano Filho – Estado de São Paulo – Nacional – 18/01/2008	62
Mente fértil – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 18/01/2008.....	63
Cresce derrubada da Amazônia, diz Inpe – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 18/01/2008.....	64
'Não precisamos de grandes projetos para Amazônia' - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2008	65
Clima e desmate ameaçam levar floresta ao colapso - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 20/01/2008.....	66
O ideoduto de Mangabeira – Folha de São Paulo – Ciência – 20/01/2008.....	68
Brasil quer virar líder em enterro de gás carbônico – Eduardo Geraque – Folh de São Paulo – Ciência – 20/01/2008.....	69
Dedo podre – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/01/2008	71
A importância da sustentabilidade – Sergio Werlang – Valor Econômico – Opinião - 21/01/2008.....	72
O colapso do agronegócio e a agricultura do futuro - Gerson Teixeira – Valor Econômico – Opinião - 21/01/2008	74
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PETRÓLEO X BIOCOMBUSTÍVEIS - Fábio de Salles Meirelles - Sitio Eletrônico da CNA – 22/01/2008.....	76
"Déficit ambiental" de país rico supera dívida de pobre – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 22/01/2008.....	77
Prejuízo ambiental para pobres supera dívida externa – Sitio Eletrônico do MST – 22/01/2008	78
Furlan quer ser o embaixador da floresta - Mariana Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/01/2008.....	79
DETER registra aumento de desmatamento na Amazônia – Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA - 23/01/2008.....	80
Desmatamento na Amazônia dispara e põe governo em alerta - João Domingos e Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 24/01/2008	81

Governo negocia com UE certificação do etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 24/01/2008.....	83
Sustentabilidade do crescimento brasileiro - Antonio Corrêa de Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/01/2008.....	83
Desmate cresce e põe Planalto em alerta – Marta Salomon e Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 24/01/2008.....	85
Conflito entre dados acirra briga com ONG – Claudio Angelo - Folha de São Paulo-Ciência – 24/01/2008.....	87
Desmatamento é recorde após três anos de queda – O Globo – Capa – 24/01/2008.....	87
Desmatando como nunca - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 24/01/2008....	88
Lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle – Sítio Eletrônico do MMA - 24/01/2008.....	90
Ibama intensificou fiscalização em 2007 – Sítio Eletrônico do MMA - 24/01/2008.....	91
MMA divulga lista dos municípios que mais desmataram em 2007 – Sítio Eletrônico do MMA - 24/01/2008.....	91
Agronegócio aumenta desmate na Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 24/01/2008	95
Cresce desmatamento na Amazônia, revela Inpe – Valor Econômico – Agronegócio - 24/01/2008.....	95
País é 35º em ranking de desempenho ambiental – Valor Econômico – Brasil - 24/01/2008.....	96
CNA: floresta em pé precisa ter mais valor do que a floresta derrubada – Sítio Eletrônico da CNA – 25/01/2008.....	97
Produtores contestam Ministério do Meio Ambiente – Sítio eletrônico da CNA – 25/01/2008.....	98
Bancos oficiais não poderão dar crédito a fazendeiro que desmata - Tânia Monteiro, João Domingos e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	100
Terra em 36 municípios críticos será recadastrada - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	102
Ministros divergem em entrevista - Tânia Monteiro e Leonencio Nossa, Brasília –Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	103

Em 2005, governo já conhecia falhas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	104
PF amplia bases na Amazônia - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	106
Monitoramento tem limitações – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	107
Governo suspende desmatamento em 36 municípios – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008.....	108
Medida atinge programa de Lula – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008.....	109
Efeito estufa piorou cenário, diz ecólogo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008.....	110
Blairo Maggi contesta dados do governo; Ana Júlia culpa álcool e anuncia plano – João Carlos Magalhães e Sílvia Freire - Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008.....	110
MMA facilita o recolhimento de CFCs no Brasil – Sitio Eletrônico do MMA - 25/01/2008.....	111
Crédito fácil do governo contribui com o desmatamento na Amazônia - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008.....	112
Prefeitos das 36 cidades contestam dados do Inpe - Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008.....	114
IBGE: Área de lavoura cresceu 275,5% em 11 anos - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008.....	114
Governo vai recadastrar 80 mil propriedades rurais - Luciana Nunes Leal – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008.....	115
Falta de documento adia primeiro leilão de floresta - João Domingos e Marcelo de Moraes – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008.....	117
Jornal inglês diz que Brasil teve de admitir má notícia - Pedro Dantas e Agências Internacionais – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008.....	117
Moratória amazônica – Igor Gielow – Folha de São Paulo – Opinião – 26/01/2008.....	118
Tratores continuam ceifando a floresta – Rodrigo Vargas e Jorge Araújo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008.....	119

Prazo para cadastrar imóveis em área mais crítica da Amazônia vai até março – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008.....	120
Polícia deixa de escoltar fiscais em Rondônia – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008.....	121
Marina pede moratória; Stephanes questiona dado – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008.....	122
Plano não vai funcionar, dizem especialistas e produtores rurais – Cláudio Ângelo e Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008.....	123
Taxa superestimada de desmate não altera novos resultados negativos - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008.....	124
Seca colaborou para o aumento dos índices – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008.....	126
'Queremos saber a serviço de quem o Inpe está mentindo' - Lourival Sant'Anna – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008.....	127
Para diretor, agora dado é correto – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008.....	130
Novos desmatamentos – Folha de São Paulo – Opinião – 27/01/2008.....	130
MT investirá R\$ 1 bilhão em frigoríficos – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 27/01/2008.....	131
"Rebanho não precisa desmatar" – Folha de São Paulo- Ciência – 27/01/2008.....	132
Brasília ignora a realidade, diz funcionário do Ibama – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 27/01/2008.....	133
Estudo liga desmatamento à preço de commodities – Sítio Eletrônico da CPT – 28/01/2008.....	135
Boi e soja influenciam o desmate - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/01/2008.....	135
Até onde a vista alcança, a floresta dá lugar ao pasto – Rodrigo Vargis – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008.....	136
Boa parte da madeira é ilegal, diz Ibama de MT – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008.....	138

Pecuarista rejeita rótulo de "vilão" da natureza – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008.....	138
Marina Silva dividiu o prejuízo – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008.....	139
No Mato Grosso, agronegócio substitui floresta por pasto – Sítio Eletrônico do MST – 28/01/2008.....	140
Japão lança fundo contra aquecimento – Valor Econômico – Brasil - 28/01/2008	141
Governo federal divulga "lista suja" do desmatamento – Sítio Eletrônico da Contag - 29/01/2008.....	141
Governadores e prefeitos querem revisão de dados do desmatamento - Herton Escobar, José Maria Tomazela e Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2008	143
Imagens iguais podem levar a números bem diferentes - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2008.....	145
Em Cumaru, devastação chega aos morros - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2008.....	146
Os desmatadores aliados – Jânio de Freitas – Folha de São Paulo – Brasil – 29/01/2008	147
Governo controla 81% das cidades líderes no desmate – Fábio Zanini e Maria Clara Cabral – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008	148
Oposição reiterada – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008	149
Parque perde área de mata igual a 60 campos de futebol – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008.....	150
Posto feito para abrigar fiscais foi abandonado – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008.....	151
Pioneiro em detectar desmate alerta para alta do preço da soja – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008.....	151
Crime na Amazônia – Saulo Ramos – Folha de São Paulo – Opinião – 30/01/2008	152
Lula manda checar dados do desmate – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Ciência – 30/01/2008.....	154

Agropecuáristas de Mato Grosso reagem a decreto sobre Amazônia - Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 30/01/2008	156
Amazônia põe Lula e Marina em colisão - Bernardo Mello Franco, Ilmar Franco e Soraya Aggege – O Globo – Capa – 31/01/2008	156
Lula desautoriza Marina - Bernardo Mello Franco, Ilmar Franco e Soraya Aggege – O Globo – Capa – 31/01/2008.....	157
Reforma agrária protege a Amazônia, afirma ministro – Sítio Eletrônico do MDA - 30/01/2008.....	159
Comitiva interministerial sobrevoa área desmatada na Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA - 30/01/2008.....	160
Grupo interministerial confere desmatamento na Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA - 30/01/2008.....	160
Subsídio governamental incentiva agronegócio na Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 30/01/2008.....	161
Municípios campeões em desmatamento têm alto índice de violência – Sítio Eletrônico da CPT – 31/01/2008.....	162
Lula diz que devastação é 'alarde' e cobra investigação dos dados do Inpe - Rui Nogueira, José Maria Tomazela e Clarissa Oliveira – Estado de São Paulo – Vid & - 31/01/2008.....	162
Sistema de detecção é limitado, afirma técnico - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008.....	164
Serraria é encontrada em terras do Incra - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008.....	165
TCU diz que pequenos produtores respondem por 18% do desmatamento - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008.....	167
Prefeitos querem exclusão de cidades do decreto - Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008.....	168
Ministro diz ter certeza sobre desmate – Rodrigo Vargas, Cláudio Ângelo e Mart Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008	169
Alerta para desmate foi excesso, diz Lula – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008.....	170

Para as ONGs, o que falta é ação de governo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008.....	172
Para Cassol, Marina Silva é "despreparada" – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008.....	172
Para especialista do Inpe, há divergência conceitual sobre o papel de uma floresta – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008.....	173
Dados já verificados em campo indicam que há erro, diz Maggi – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008.....	174
Agricultor mostra como produzir conservando a floresta – Sítio eletrônico do MMA - 31/01/2008.....	175
Governo define corte de crédito para desmatamento ilegal – Sítio eletrônico do MMA - 31/01/2008.....	176
É difícil vencer a guerra contra o desmatamento – Valor Econômico – Opinião – Editorial - 30/01/2008.....	176
Desmatamento provoca divergências no governo - Sergio Leo e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 31/01/2008.....	178
Projeto vai monitorar ar da Amazônia – Valor Econômico – Brasil - 31/01/2008	179

Acordo de Bali foi feito do ano, afirma Ban – Folha de São Paulo – Ciência – 01/01/2008

DA ASSOCIATED PRESS - O acordo de Bali que lançou negociações para o novo tratado de proteção ao clima após 2012 foi considerado o "feito do ano" de 2007 pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

A defesa da paz em Darfur, no Sudão, e do combate à mudança climática global foram as duas maiores bandeiras do secretário-geral em seu primeiro ano à frente da ONU. Ban transformou o clima em prioridade da organização, tendo convocado em setembro a primeira reunião da Assembléia-Geral para discutir especificamente o aquecimento do planeta.

Também evitou que a conferência do clima de Bali, encerrada no último dia 15, terminasse sem acordo sobre o Mapa do Caminho, o roteiro de negociações que estabelece 2009 como prazo para fechar o acordo substituto do Protocolo de Kyoto.

"Ele se empenhou pessoalmente em obter uma solução para um impasse complexo e muito difícil lá, e uma solução que estava além das expectativas iniciais de vários participantes", disse o embaixador britânico na ONU, John Sawers.

Lula: 'Temos obrigação de evitar desmatamento' - Isabel Braga – O Globo – O País – 01/01/2008

Em seu último programa de rádio de 2007, presidente diz que vai reunir governadores e prefeitos para tomar providências

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem que vai convocar prefeitos e governadores de cidades e estados onde mais se derrubam árvores no país para firmar um compromisso de redução do desmatamento. Em seu último programa de rádio semanal de 2007, Lula informou que pediu à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a lista dos municípios onde ocorre maior destruição florestal.

Tratase de uma reação aos novos dados que registram que o desmatamento voltou a crescer 10%, nos últimos quatro meses, depois de uma queda consecutiva em três anos.

No programa "Café com o presidente", Lula destacou a redução em 60% no desmatamento neste período, mas não mencionou o incremento dos últimos meses, que deixaram em alerta a própria ministra e os ambientalistas. Limitou-se a enfatizar a preocupação ambiental como algo que envolve todos brasileiros e a dizer que, apesar dos avanços registrados nos últimos tempos, é preciso manter um controle rigoroso: — Já pedi para a ministra Marina mapear quais as cidades que têm mais desmatamento, para a gente convocar os prefeitos aqui, convocar os governadores e fazer um acordo, eu diria um compromisso, de que nós temos a obrigação de evitar o desmatamento.

Ele conclamou todos os brasileiros a prestarem maior atenção aos problemas ambientais: — Se tem lixo na rua é porque alguém jogou. Se alguém jogou, é irresponsável. Se as pessoas desmatam desnecessariamente, sem discutir o manejo da própria floresta, a pessoa está sendo irresponsável.

Segundo ele, porém, o Brasil tem hoje maior conhecimento tecnológico, o que ajuda na preservação ambiental. Citou um de seus programas prediletos, o de biocombustíveis —

com a produção de etanol e biodiesel — lembrou que, a partir de hoje, o óleo diesel comercializado no Brasil terá a adição obrigatória de 2% de biodiesel.

Além da questão ambiental Lula aproveitou o último programa de rádio de 2007 para manifestar seu otimismo em relação a este ano. Disse acreditar que o Brasil terá um 2008 melhor que 2007, com mais empregos e maior crescimento da economia — na contramão do que esperam o mercado, o Banco Central e seus ministros da área econômica. Isso acontecerá, disse Lula, principalmente porque as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão desencadeadas a partir de fevereiro, março e abril e começarão a gerar vagas e efeitos positivos para vida da população.

Lula disse que 2007 já foi um dos melhores anos dos últimos tempos, listando como razões para tal otimismo o fato de o povo brasileiro estar acreditando que o país encontrou seu rumo e a melhoria na economia: — A economia está indo bem. Os salários estão crescendo, o emprego está crescendo. E é tudo que as pessoas desejam: tranquilidade para viver com dignidade.

O presidente declarou estar muito feliz com a melhora na economia, mas disse que é preciso trabalhar para que o país tenha longo ciclo de crescimento, em oposição à expansão pífia nas duas décadas anteriores: — Temos que trabalhar mais, ter muito mais garra, muito mais otimismo, para que a gente possa garantir que o Brasil vai ter um longo ciclo de crescimento para recuperar as duas décadas e meia em que não crescemos.

Lula disse ainda que os problemas que dificultaram o andamento das obras do PAC estão sendo resolvidos, com a criação de um grupo gestor coordenado pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) e que inclui os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento). Para 2008, estão previstos R\$ 13 bilhões para as obras do PAC e a geração de dois milhões de empregos: — Penso que vamos ter um 2008, eu diria, melhor que 2007, com mais emprego, mais crescimento na economia. Aí temos que começar a preparar já 2009.

Estamos colhendo o que plantamos.

Graças a Deus plantamos uma boa semente, estamos colhendo uma boa lavoura.

Ao encerrar o programa, Lula agradeceu ao povo brasileiro por permitir sua reeleição.

— A única razão pela qual a gente briga para ganhar a Presidência da República é para a gente poder executar algumas coisas em que a gente acreditou a vida inteira. Acreditei que era possível melhorar o Brasil, acreditei que era possível diminuir a pobreza, da mesma forma que acredito que é possível melhorar substancialmente a educação neste país e tenho três anos e meio para fazer — disse Lula.

EUA terão meta nacional de redução de emissões – Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência – 02/01/2008

Professor de Harvard e conselheiro científico de democratas diz que próximo presidente, independente de quem vença neste ano, assinará lei contra CO2

Manifestantes de vários países gritam palavras de ordem em ato em defesa do clima durante a conferência de Bali, Indonésia

O PRÓXIMO presidente americano, seja ele democrata ou republicano, assinará no começo de seu governo uma lei que estabelece limites nacionais para a redução de emissões de gás carbônico -o que equivale a aceitar os princípios do Protocolo de Kyoto. Isso se o próprio George W. Bush não for forçado pelo Congresso a sancionar tal lei ainda neste ano. A profecia é do físico John P. Holdren, conselheiro dos democratas sobre mudança climática desde o governo Clinton.

DA REDAÇÃO - "Há uma chance razoável de que o Congresso atual aprove uma lei de limite e comércio de emissões, e o sr. Bush terá de decidir se a sanciona ou veta. Um veto teria um custo muito alto para o Partido Republicano na eleição presidencial de 2008, e poderia levar à aprovação de uma lei ainda mais dura no início da próxima administração", diz Holdren.

Professor da Universidade Harvard, presidente do Instituto de Pesquisas de Woods Hole e chefe do Conselho da AAAS (Associação Americana para o Avanço da Ciência), ele diz ver com otimismo a participação americana no regime climático global pós-Kyoto. No entanto, afirma que, mesmo com um clima político favorável, a meta de estabilizar as concentrações de CO2 na atmosfera em 450 partes por milhão, nível considerado seguro pelos cientistas, é "quase inalcançável". Leia sua entrevista à **Folha**. (CLAUDIO ANGELO)

FOLHA - Onde o sr. acha que o acordo de Bali nos leva? O fato de que o trabalho do IPCC foi deixado numa nota de rodapé limita avanços na negociação de metas pós-Kyoto?

JOHN HOLDREN - O acordo alcançado em Bali na verdade conseguiu mais do que eu esperava. Nunca houve nenhuma possibilidade -de fato, não havia nenhuma intenção por parte dos líderes da Convenção do Clima- de chegar a um acordo formal neste momento sobre metas numéricas específicas e prazos para redução nas emissões de gases de efeito estufa após 2012. A esperança era simplesmente de que Bali concordasse com 2009 como data-limite para completar o regime pós-Kyoto, e isso foi obtido. A maioria dos países queria uma indicação mais clara de intenções com relação aos tipos de meta a serem negociados em 2009, daí a decepção com o fato de a discussão do IPCC sobre possíveis magnitudes de redução ter sido deixada numa nota de rodapé. Mas isso não é o mesmo que relegar a ciência do IPCC como um todo ao rodapé. A ciência do IPCC foi o motor principal de tudo que aconteceu de positivo em Bali.

FOLHA - A revista "Science" e a AAAS têm tido posições públicas muito fortes sobre a mudança climática. Isso é uma reação à censura à ciência da administração Bush?

HOLDREN - O Conselho da AAAS tem adotado posições fortes sobre a questão da mudança climática. A revista "Science", que é publicada pela AAAS, tem um editor, e ele pode escrever editoriais. E esse editor tem tomado posições, que são dele. Eu por acaso concordo com ele. Eu acho que, primeiro, a ciência climática é clara o bastante nas grandes questões para apoiar ações políticas sérias. O clima está mudando de maneira altamente incomum. E o IPCC, que é um corpo conservador, concluiu que há mais de 90% de chance de que os humanos sejam responsáveis pela maioria das mudanças que estamos observando. Eu diria que há mais de 95% de probabilidade de que os humanos sejam responsáveis por mais de 80% do fenômeno. Se o IPCC diz que as chances de que os humanos tenham causado isso são maiores que 90%, você pode acreditar que isso é o mínimo que nós sabemos.

FOLHA - Há alguma diferença entre 90% e 95% neste caso?

HOLDREN - Do ponto de vista da ação política, não. Algumas vezes eu me impressiono com a demanda dos políticos por certezas no domínio da ciência quando todos os dias, em outros domínios, eles tomam decisões baseadas em informações muito mais incertas. Eles tomam decisões sobre a economia baseadas em modelos e avaliações de economistas que são muito menos confiáveis que as avaliações dos cientistas sobre o sistema climático. Eu costumo dizer que nós temos três opções: mitigar, adaptar e sofrer. Se quisermos minimizar o nível de sofrimento, precisamos mitigar e adaptar um bocado. Precisamos começar a baixar a curva de emissões imediatamente. Toda essa noção de que podemos esperar 20 ou 30 anos e ver o quanto a tecnologia melhora nesse meio tempo é muito errada, porque se você espera esses 20 ou 30 anos você perde qualquer possibilidade de estabilizar as concentrações atmosféricas de CO₂ em até 550 ppm [partes por milhão], que dirá 450 ppm.

FOLHA - A Agência Internacional de Energia praticamente descarta a estabilização em 450 ppm.

HOLDREN - Eu concordaria que 450 ppm é quase inalcançável. No ponto em que estamos é muito difícil imaginar como chegaríamos a 450 ppm, mas é nessa concentração que devemos mirar se quisermos evitar impactos inadmissíveis.

FOLHA - As novas evidências científicas mudaram a percepção pública do tema nos EUA?

HOLDREN - Sim. Toda vez que você pega o "New York Times" ou o "Washington Post", você tem um novo relato de como alguma coisa está acontecendo mais rápido ou de maneira mais perigosa do que as pessoas imaginavam. Mas as pessoas também estão notando que o clima está mudando. E você tem o setor privado, com a GE, a Du Pont, a Alcoa e a Duke Energy testemunhando diante do Senado e implorando ao Congresso que as regule. Quando você tem algumas das maiores e mais influentes empresas dos EUA

pedindo regulamentação do governo, é algo muito incomum. E isso está mudando o panorama político.

Em 1997, os CEOs de 130 grandes empresas americanas colocaram um anúncio no "New York Times" dizendo que nós não sabíamos o bastante para agir no clima. Eu era um dos assessores científicos do presidente [Bill] Clinton e, quando nós fomos pedir a ele que agisse mais e que nos aprontássemos para Kyoto, ele mostrou esse anúncio. Em 2001 isso já havia mudado completamente, e as empresas estavam co-patrocinando encontros com a Academia Nacional de Ciências para debater não se o problema era real, mas o que iríamos fazer a respeito.

FOLHA - Como o sr. acha que será a participação americana na discussão do regime pós-2012 agora? O sr. acha que o fato de os EUA estarem no trilho da Convenção do Clima e não do Protocolo de Kyoto será usado como desculpa para o próximo governo continuar rejeitando metas nacionais de corte de emissões?

HOLDREN - Acho que não. A maioria dos americanos entende que é essencial para os EUA serem líderes em redução de emissões, não um retardatário como este país tem sido até agora. Há uma chance razoável de que o Congresso atual aprove uma lei de limite e comércio de emissões que valha para a economia inteira, e o sr. Bush terá de decidir se a sanciona ou veta. Ele provavelmente compreenderá que um veto teria um custo muito alto para o Partido Republicano na eleição presidencial de 2008. Se o Congresso não aprovar uma lei agora, ou se uma lei for vetada, acho altamente provável que a próxima administração, seja ela democrata ou republicana, venha a fazê-lo. A evidência de que isso é necessário é esmagadora, e o apoio do público e dos empresários é forte.

FOLHA - O que o sr. achou de o senador democrata John Kerry ter defendido em Bali o veto do Senado americano a Kyoto em 1997, dizendo que o protocolo era "irratificável" [porque não demandava ações dos países em desenvolvimento], e ter dito que "isto não é uma questão de emissões per capita"? Não é um balde de água fria em quem esperava que os democratas fossem salvar o dia nessa questão?

HOLDREN - Eu não ouvi Kerry dizer isso, mas fico surpreso com esse endosso. A disposição de que os países ricos deveriam agir primeiro já faz parte da Convenção do Clima, de 1992, que nós ratificamos, e qualquer tratado internacional ratificado pelos EUA é lei doméstica. A maioria dos membros do governo não entendem isso e se sentem à vontade para dizer que seguir uma lei doméstica não é razoável ao dizerem que as nações industrializadas não deveriam tomar a dianteira. É claro que deveriam! Os EUA concordaram com isso em 92.

FOLHA - Então, se o próximo presidente for um democrata, os EUA exercerão a liderança política perdida no processo?

HOLDREN - Se o próximo presidente for democrata -e eu tenho certeza de que será- sim. Todos os principais candidatos democratas dirão que os países ricos devem tomar a dianteira e pagar mais e, uma vez no governo, assumirão essa posição. Hillary Clinton dirá isso, Barack Obama dirá isso, John Edwards dirá isso. O único motivo pelo qual você

não escuta muito isso agora, nas primárias, é porque não há discordância entre os candidatos sobre isso.

Eu acredito, e aqui discordo do meu bom amigo senador Kerry -cuja mulher financia minha cátedra em Harvard-, que no longo prazo isto é uma questão per capita. No longo prazo, a única base para uma abordagem global de alocação de emissões serão direitos de emissão iguais per capita. Isso significa que aqueles que queiram emitir mais precisarão pagar por esse privilégio, compensando as pessoas que emitem menos. Em 1997, dentro da administração Clinton, eu disse o seguinte: vocês querem um acordo simétrico? Aqui está um: em 2035, haverá 9 bilhões de pessoas no mundo, e não poderemos emitir mais do que 9 bilhões de toneladas de carbono por ano. Isso significa uma tonelada por pessoa, o que é um quarto da média das nações industriais e quatro vezes a média das nações em desenvolvimento. Há uma convergência perfeita, eu disse.

FOLHA - E qual foi a reação?

HOLDREN - Quase me expulsaram da sala! (Risos.) Como alguém pode imaginar que, no longo prazo, prevaleça o argumento de que você pode ter mais porque sempre teve mais? É loucura! A atmosfera é um bem comum, e nosso direito a ela vem em proporções iguais.

País participará de fórum americano sobre clima – Estado de São Paulo – Vida & - 03/01/2008

Brasília - O Brasil vai enviar um representante para participar da segunda reunião sobre mudanças climáticas comandada pelos EUA, que acontece em fevereiro no Havaí. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta semana, no programa Café com o presidente, e confirmado ontem pelo Ministério de Relações Exteriores.

Em dezembro, a delegação brasileira cogitou não participar da reunião por causa da posição obstrutiva dos EUA na 13ª Conferência do Clima, que aconteceu em Bali. Na ocasião, os membros da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas montaram o “mapa do caminho” para criar um novo regime que substitua o Protocolo de Kyoto em 2013. Os EUA, que pretendiam vetar o texto, mudaram de posição no último dia por causa da pressão européia e do G-77 (grupo de 130 países em desenvolvimento). Mas o texto aprovado foi esvaziado principalmente por causa da pressão americana.

Ainda assim, a reunião com as 16 maiores economias mundiais (e maiores emissoras de gases-estufa do planeta) é encarada com ceticismo. Poucos acreditam que de lá possam sair avanços significativos, uma vez que o cunho é econômico, baseado no investimento de novas tecnologias, e não político.

Os EUA são os maiores emissores mundiais de gases-estufa. Eles não participam do protocolo, que prevê um corte pequeno nas emissões: 5,2% em média para todos os países participantes em relação aos índices de 1990, entre 2008 e 2012.

PROCESSO - Ontem, a Califórnia entrou com uma ação contra o governo federal americano. A administração do presidente George W. Bush não reconhece uma lei californiana de controle das emissões veiculares. Dezesesseis estados também planejam adotar regras mais rígidas para controlar o lançamento de gases-estufa na atmosfera, a despeito da oposição federal. Com a participação de 13 estados, cerca de 45,4 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono, o principal gás-estufa, deixariam de ser emitidas em oito anos de programa. **COM AP**

O caminho do pós-Bali ao pós-Kioto – Luiz Pinguelli Rosa – O Globo – Opinião – 04/01/2008

Passada a Conferência da ONU sobre Mudança do Clima realizada em Bali, no mês de dezembro, podemos dizer que seu resultado foi acima da expectativa, dado o pessimismo com que foi instalada.

Entretanto, ficou abaixo do julgado necessário: pouca importância foi dada às advertências do IPCC relativas ao aumento da temperatura global da Terra e às mudanças climáticas, com risco para o futuro da Humanidade. Em 2012 terminará o prazo dado pelo Protocolo de Kioto para os países ricos e ex-comunistas reduzirem suas emissões, abaixo do valor que tinham em 1990.

Esses países foram enquadrados no Anexo I da Convenção do Clima da ONU por terem alto consumo de energia per capita. Em Bali, os Estados Unidos, na última hora, concordaram em assumir o compromisso de reduzir suas emissões, juntando-se após 2012 aos demais países desenvolvidos. Por sua vez, os países em desenvolvimento, especialmente China, Índia, Brasil e África do Sul, concordaram em tomar medidas para conter o aumento das emissões de maneira voluntária, porém “quantificáveis e verificáveis”.

Assim, entraram todos no mesmo barco para chegar em 2012. Mas, ao contrário do desejo de alguns, manteve-se o princípio formulado na Conferência do Rio, em 1992, da “responsabilidade comum, porém diferenciada” entre países do Anexo I e os países em desenvolvimento, que têm baixo consumo de energia per capita. Enquanto os primeiros se obrigam a reduzir emissões, os últimos deverão conter o aumento delas por “metas voluntárias, mas verificáveis”. De certo modo, resgata a antiga proposta de contração e convergência para diminuir a distância entre o consumo de energia dos países ricos e o dos países em desenvolvimento.

Essas deliberações se consubstanciaram no chamado Road Map, que mapeará o caminho para se chegar aos novos compromissos que deverão vigorar a partir de 2012. Essa expressão foi cunhada com forte participação dos negociadores brasileiros em uma reunião prévia. Foi convidado Luiz Figueiredo, do Itamaraty, para presidir a comissão criada em Bali pela ONU para dar curso às decisões da Conferência.

Isso reflete a importância do Brasil, ao lado da China, nas negociações.

Além dos negociadores oficiais do Itamaraty e dos ministérios do Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, merece destaque a intensa atividade de membros da sociedade

civil brasileira presente em Bali, participando de diferentes seminários e reuniões paralelas às negociações. O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas apresentou a proposta de um Plano de Ação para o Brasil, colocando a necessidade de metas para redução do desmatamento. Também realizou uma importante reunião em Bali com a presença da ministra Marina Silva e do embaixador Sérgio Serra, da qual participaram maciçamente representantes de ONGs, de universidades e de empresas.

Nessa reunião, diversas críticas dos participantes foram abertamente discutidas e algumas sugestões foram acolhidas pelos representantes do governo. Um ponto nela debatido foi o do desmatamento, maior responsável pelas emissões brasileiras, que enfrentou dificuldades nas negociações durante a conferência.

O governo brasileiro defendia desde a conferência anterior, de Nairóbi, um mecanismo para compensar financeiramente os países que reduzirem seu desmatamento, como ocorreu no Brasil nos últimos três anos.

A Índia se colocou contra a posição do Brasil, o qual se recusou a deixar a questão da preservação da floresta a cargo do mercado internacional de carbono. Foi correta a posição brasileira, enfatizando a necessidade de políticas públicas dos governos nacionais contra o desmatamento.

Ao começar 2008, deve-se cobrar do governo a instalação da Comissão Interministerial, criada pelo presidente da República pouco antes de Bali, para elaborar o Plano de Ação sobre Mudança Climática. É fundamental o engajamento da sociedade brasileira, inclusive dos partidos políticos, para se construir o caminho que levará aos novos compromissos dos países após 2012, quando se inicia o período pós-Kioto.

Marina Silva é heroína do clima, diz 'Guardian' – Estado de São Paulo – Vida & - 06/01/2008

O jornal britânico The Guardian apontou ontem Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, como uma das 50 pessoas mais aptas a reverter o quadro de degradação ambiental do planeta. O jornal destaca a trajetória de Marina, que, “analfabeta aos 16 anos”, tornou-se a mais jovem senadora do País, com 38. A lista também traz Al Gore e a chanceler alemã Angela Merkel.

Ambientalismo, entre crença e ciência – José Eli da Veiga – Folha de São Paulo – Opinião – 06/01/2008

"SALVAR O planeta" é uma expressão tão falsa quanto presunçosa. Pois nada que a espécie humana possa fazer afetará o planeta na escala geológica de tempo, de milhões de anos.

Diferentemente do que pretende esse slogan, não é a Terra que está sendo posta em perigo por drásticos impactos ambientais contemporâneos, como aquecimento global, erosão da biodiversidade ou escassez e degradação dos recursos hídricos.

O que está na berlinda é a possibilidade de a espécie humana evitar que o processo de sua própria extinção seja acelerado pela depleção de boa parte dos ecossistemas que constituem a biosfera. Essa fina e delicada camada que envolve o planeta.

Na mesma toada, também é falso e presunçoso o discurso que apresenta a conservação da natureza como forma de "superar as ameaças à vida no nosso planeta". A continuidade da maior parte das formas de vida -das bactérias às baratas, passando pelas amebas- nem de longe está ameaçada pela capacidade destruidora adquirida pela espécie humana.

O que deve ser motivo de séria preocupação é que tal capacidade exacerba a falha metabólica entre sociedades humanas e natureza. Que permaneceu incipiente sob o domínio do fogo, mas que se aprofunda exponencialmente desde que a máquina a vapor gerou dependência de fontes fósseis de energia.

A artificialização, que tanto fez progredir a humanidade, ameaça seus próprios alicerces vitais, como um parasita que põe em risco a sobrevivência de seu hospedeiro. Mas tais alicerces não são mais que a epiderme do planeta.

Afastadas essas duas arrogantes ilusões de suposto poder discricionário sobre o destino da Terra, também ficará patente a inconseqüência de evocar "desafios da sustentabilidade" sem dizer sustentabilidade de quê.

Afinal, foi na relação com o processo de desenvolvimento humano que o qualificativo "sustentável" ganhou recentemente tanta força simbólica, gerando um novo valor, talvez já mais importante e popular que seu antecessor imediato, a justiça social. Mesmo que banalizações inerentes à moda tenham agregado à noção de sustentabilidade outras mil e uma utilidades, sua emergência foi determinada por dúvidas sobre as possibilidades futuras da expansão das liberdades humanas que está no âmago da idéia de desenvolvimento.

Quem mesmo assim preferir continuar repetindo bordões sobre salvação do planeta, ameaças à vida e sustentabilidade genérica pode se valer, claro, da ardilosa acusação de que as restrições acima são por demais antropocêntricas. Todavia, tais jargões carregam

justamente a forma mais perversa do antropocentrismo: a que supõe a espécie humana tão sábia e poderosa que é capaz até de obter sua própria perpetuação.

Por contraste, enfrentar com rigor científico a discussão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento é ter a humildade de assumir o caráter passageiro da existência humana. Não vem apenas da moderna síntese darwiniana da evolução a certeza da impossibilidade de que qualquer espécie possa se eternizar, como propagam de forma subliminar mesmo discursos ambientalistas que não se pretendem religiosos.

Decorre igualmente dessa pouco ensinada parte da física que é a termodinâmica. Particularmente, de sua segunda lei, também evolucionária, sobre a inexorabilidade da entropia. Uma lei tão irreduzível quanto a da gravidade. O processo econômico em que se baseia o progresso humano é mera transformação de recursos naturais valiosos (baixa entropia) em resíduos (alta entropia).

A segunda lei diz que a qualidade da energia em sistema isolado tende a se degradar, tornando-se indisponível para a realização de trabalho. A energia que não pode mais ser usada para realizar trabalho é entropia gerada pelo sistema. Em consequência, parte dos resíduos não pode ser reaproveitada por nenhum processo produtivo de tão dissipada que se torna.

Aliás, não fosse essa segunda lei, a mesma energia poderia ser usada indefinidamente, viabilizando a reciclagem integral. Não haveria escassez.

Em suma, o foco do debate sobre o desenvolvimento sustentável está na esperança de que a humanidade deixe de abreviar o prazo de sua inevitável extinção se conservar a biocapacidade dos ecossistemas de que depende.

JOSÉ ELI DA VEIGA , 59, é professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), onde coordena o Núcleo de Socioeconomia Ambiental. É autor de "A Emergência Socioambiental" (Senac, 2007). - www.zeeli.pro.br

Amazônia para gringo ler – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/01/2008

Americanos contam em livro a história de 25 anos de destruição da maior floresta tropical do planeta

EDITOR DE CIÊNCIA - Jornalistas brasileiros que cobrem a área ambiental já sofriam a humilhação crônica de ver algumas das melhores reportagens sobre a Amazônia serem publicadas por correspondentes de veículos estrangeiros -que têm tempo, dólares de sobra para viajar pelo Norte e não precisam entediar seus leitores com as pequenezas do noticiário político de Brasília. A humilhação suprema, no entanto, chegou às livrarias no

fim do ano passado: a melhor obra publicada sobre a floresta em tempos recentes vem assinada por dois gringos.

Em "A Última Floresta - A Amazônia na Era da Globalização", os americanos Mark London e Brian Kelly mostram que afinal existe um tipo de internacionalização da Amazônia que funciona: a internacionalização do conhecimento.

Em uma reportagem tão ampla quanto profunda, fruto de meses percorrendo reinos tão diversos quanto o da soja de Blairo Maggi e o do garimpo de Sebastião Curió, a dupla consegue capturar o tamanho da transformação operada pelo Brasil na floresta nos últimos 25 anos. E mensurar o desafio político que será manter a maior parte dessa floresta de pé num tempo em que são os humores da bolsa de Chicago -e não mais as vontades de generais em um gabinete com ar refrigerado em Brasília- que determinam o destino do maior patrimônio nacional.

London e Kelly não são novatos na área. Sua primeira incursão à Amazônia aconteceu em 1980, quando quem dava as cartas no modelo de ocupação da floresta ainda era a filosofia do "integrar para não entregar". Naquela época, 3% da Amazônia havia tombado. O resultado da viagem, o livro "Amazônia", aparentemente visava exclusivamente o público norte-americano e não emplacou por aqui.

Os militares abriram estradas e cidades e jogaram literalmente no meio do mato um vasto contingente de homens sem terra, que recebiam fortes incentivos do governo para desmatar. A floresta era então vista como "entrave" ao "desenvolvimento", um bordão trágico da ditadura que hoje se repete como farsa na boca da esquerda. O resto, como dizem, é história: em 2007, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), 16% da maior floresta tropical do planeta havia se perdido.

A Amazônia reencontrada pela dupla pertence ao agronegócio moderno, capitalizado e altamente tecnológico, que em poderio econômico (e potencial de devastação) não deve nada aos fazendeiros de Illinois ou de Nebraska (aqui, como lá, esse mesmo agronegócio se diz competitivo, mas depende de ajuda pesada do governo, mas isso é outra história).

Nesse sentido, é um dado positivo o fato de "A Última Floresta" ser também voltado ao público americano. Afinal, em última análise são as decisões do mercado consumidor global que determinarão as taxas de desmatamento no século 21.

O melhor trabalho de London e Kelly é contar a história do homem na floresta nessa transição. Muita coisa é explicada. Leitores mais jovens entenderão, por exemplo, a gênese da doutrina de segurança nacional que orientou a política da ditadura para a região. Ecos dessa doutrina, décadas depois, ainda assombam o comportamento do governo federal democrático (na forma do Sivam) e explicam a tradicional resistência da diplomacia brasileira ao discutir a Amazônia em acordos ambientais internacionais como o Protocolo de Kyoto e a Convenção do Clima da ONU.

A paranóia foi reforçada várias vezes por declarações de gente como o então presidente francês François Mitterrand, que defendia a "soberania relativa" do Brasil sobre a Amazônia, e o neoherói do planeta Al Gore, que nos anos 1980 declarou que a Amazônia pertencia "a todos nós". London e Kelly acertam na veia ao comparar a declaração de Gore com um suposto pedido de Mao-Tsé Tung para que os americanos considerassem o milho de Iowa um recurso internacional.

O problema do livro é que a maior parte de suas fontes de pesquisa também é gringa, o que faz seus autores cederem a lapsos de simploriedade e a disparates como sugerir que o governo brasileiro entregue às ONGs a fiscalização da floresta, já que o Ibama é incapaz de fazê-lo. Nessas horas, o leitor pára, respira e releva: por melhores que eles sejam, ainda são americanos. Não dá para querer tudo, né? * **CLAUDIO ANGELO**

LIVRO - "A Última Floresta - A Amazônia na Era da Globalização" - Mark London e Brian Kelly; Martins Fontes, 411 págs., R\$ 54

'Mancomunado com destruidores da floresta' - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/01/2008

Segundo ex-ministro, governo brasileiro não tem vontade política para combater o desmatamento na Amazônia

GLOBO: O ano de 2007 foi definitivo para a mudança do clima. A que o senhor atribui essa mudança de status?

RUBENS RICUPERO: Os Estados Unidos pautam a agenda internacional e, como nos últimos anos, o maior temor americano era o terrorismo islâmico. Isso acabou criando espaço para aprofundar a discussão pela não-proliferação das armas nucleares. Só que, este ano, muitos dos temas eleitos pela gestão Bush entraram em crise.

Que temas são esses?

RICUPERO: Das guerras contra o Iraque e o Afeganistão à ameaça do terrorismo. Para completar, todos os relatórios do IPCC publicados este ano apontaram uma situação pior que todas as previsões. Em outubro último, a Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos divulgou um artigo que comprovou um aumento expressivo da emissão de dióxido de carbono, desde 2000. Na década de 90, essas emissões cresciam 0,9% ao ano; desde 2000, esse crescimento pulou para 2,9%.

O que motivou esse aumento?

RICUPERO : O crescimento da China, a expansão mundial e o esgotamento dos grandes sumidouros de carbono, que estão dando sinais de saturação.

Solos, oceanos e florestas não conseguem mais absorver carbono na taxa que se esperava.

Apesar da resistência dos EUA, o tema entrará definitivamente na pauta internacional?

RICUPERO: Não tenho dúvida de que a mudança do clima será o tema mais importante da agenda internacional em três a cinco anos. O aquecimento global vai superar o terrorismo, a não-proliferação de armas nucleares e a questão do Oriente Médio.

A consciência em relação ao tema é universal?

RICUPERO: A percepção do tema está diretamente ligada à cultura. Quanto mais avançado e instruído o país, maior é a consciência do assunto. Na América Latina, o país mais avançado no assunto é a Argentina. Na COP-13, o Brasil ficou isolado e foi o único na região que se recusou a aceitar a proposta de incluir a floresta no Protocolo de Kioto. No fim do encontro, recuou.

O desmatamento da Amazônica é o maior telhado de vidro do Brasil. O que motivou essa posição?

RICUPERO: O governo diz temer ingerência internacional. Mas o problema é que não consegue controlar o desmatamento. Se tivesse vontade política, bastaria proibir o BNDES de abrir frigoríficos na região. Não faz isso porque tem interesse mancomunado com os destruidores da floresta.

Dê exemplos de situações em que a Argentina defendeu posições mais avançadas que as brasileiras.

RICUPERO: Nos meses que antecederam a reunião em Bali, a chancelaria argentina fez várias consultas públicas para referendar a posição que a delegação iria defender na COP-13. Enquanto isso, o governo Lula criou um plano contra as mudanças climáticas que prevê consultas públicas. Só que nada saiu do papel até agora.

O senhor é crítico da política externa brasileira como um todo ou só na questão ambiental?

RICUPERO: Eu sou favorável à política externa brasileira e acho que o governo do Brasil adotou a postura correta ao defender que a agricultura entrasse nas negociações comerciais.

O Brasil também acertou em cheio ao não assinar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Também sou favorável a brigar por ter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Como o país não é uma potência nuclear, nem uma economia pujante como a chinesa, nosso grande trunfo é, sem dúvida, a questão ambiental.

Por quê?

RICUPERO: Temos a maior floresta tropical do mundo, uma das maiores reservas de água doce do planeta, as maiores reservas de biodiversidade, uma matriz energética limpa, além de experiência comprovada com etanol. A soma desses fatores deveria levar o Brasil a adotar uma postura próativa e aproximar as partes. A questão climática virou, com o fim da utopia socialista, a causa mais simpática do momento. Contraditoriamente, no entanto, o Brasil prefere se aliar ao famoso grupo dos 77 nas reuniões internacionais, onde se reúnem os países em desenvolvimento.

De quem o senhor acha que o país deveria se aproximar?

RICUPERO: O Brasil está adotando uma postura mão de gato. No fundo, estamos favorecendo os chineses, que serão, em breve, os maiores poluidores do mundo. O Brasil deveria voltar a adotar o papel de mediador.

Biocombustível pode ser sujo, diz estudo – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo –
Ciência – 07/01/2008

Comparação entre 26 produtos "verdes" e gasolina indica que 12 são mais nocivos ao ambiente, até o álcool do Brasil

Certificados internacionais e uma política mais seletiva para o combustível feito a partir de biomassa é a saída, dizem os pesquisadores

Pôr-do-sol visto por trás de uma usina de álcool, produzido neste caso a partir de milho, no Estado norte-americano de Illinois

DA REPORTAGEM LOCAL - Os biocombustíveis não são sempre melhores que os combustíveis fósseis em termos ambientais. A tese, defendida por uma dupla de pesquisadores do Instituto Smithsonian, na sua base no Panamá, inclui inclusive os produtos feitos no Brasil, seja a partir de cana-de-açúcar ou de soja.

"O álcool de cana-de-açúcar produz até 60% menos gases de efeito estufa, mas causa impactos ambientais bem maiores do que a gasolina se outros parâmetros forem considerados", afirma à Folha o pesquisador William Laurance, um dos autores do comentário sobre os biocombustíveis publicado na edição desta semana da revista científica "Science".

A revisão tem como base principal um estudo divulgado no ano passado na Suíça, feito com apoio estatal. A pesquisa analisou 26 tipos de biocombustíveis feitos no mundo. De um lado, ela mostrou que 21 deles reduzem em mais de 30%, na comparação com a gasolina, as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa. Porém 12 são mais nocivos para o ambiente do que os combustíveis fósseis.

"Incluído o álcool de milho dos Estados Unidos e o de cana-de-açúcar do Brasil. Além do biodiesel, tanto o brasileiro, de soja, quanto o da Malásia, de palma", diz Laurance, que já trabalhou no Brasil, em Manaus, no Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia).

Sobre a cana-de-açúcar e a soja, apesar de o discurso oficial do governo brasileiro negar que estas monoculturas vão tirar o espaço de outras lavouras ou ainda causar mais desmatamento no cerrado ou na floresta amazônica, as críticas são várias, segundo Laurance.

Soja é pior - "A produção de cana-de-açúcar usa muita água e ainda provoca a poluição dos rios próximos", explica o pesquisador. "Os fertilizantes nitrogenados usados em grandes quantidades nas plantações, após serem quebrados em óxidos de nitrogênio, também vão afetar a camada de ozônio".

Para Laurance, também não é verdade que a cana não contribui em nada para o aumento do efeito estufa. "Isso ocorre, normalmente, quando os campos são queimados".

Mas, no caso da soja, que também é produzida com a ajuda de fertilizantes com nitrogênio, a situação pode ser considerada ainda pior. "A soja [grão que esta semana atingiu um preço recorde no mercado internacional] é atualmente pior do que a cana-de-açúcar". Para Laurance, essa cultura é a principal protagonista do desmatamento na Amazônia. "O que torna ela mais poluente que a própria gasolina em termos de gases que contribuem para o efeito estufa".

Preços altos - A análise da dupla do Smithsonian também menciona um outro fator, nem sempre considerado segundo eles, quando se fala das vantagens dos biocombustíveis mundiais.

"A produção de combustível, seja de soja ou de cana, também causa um aumento no custo dos alimentos, tanto de forma direta quanto indireta. O preço do açúcar também está muito alto porque muitos produtores brasileiros estão produzindo apenas álcool".

Tanto o estudo original, feito pelo governo da Suíça, quanto a revisão da dupla dos Estados Unidos não condenam a produção dos biocombustíveis, mas defendem que as grandes estratégias de produção dos governos sejam feitas de forma mais seletiva. E que certificados internacionais para os produtos feitos a partir de biomassa sejam costurados com urgência.

Um dos exemplos de política errada, segundo Laurance, vêm do próprio Estados Unidos.

"Os subsídios multibilionários para a produção de milho parecem ser incentivos perversos, se eles forem analisados sob uma perspectiva racional de custo-benefício ambiental". * **EDUARDO GERAQUE**

Implementação do Aquabio favorece biodiversidade aquática na Amazônia – Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA - 07/01/2008

Grace Perpetuo

"O ano de 2008 será de implementação do AquaBio", garante o gerente técnico do projeto, João Paulo Viana, do Departamento de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. O Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia, conhecido como Aquabio, será levado no início de 2008 às sub-bacias do baixo Tocantins, no Pará, e, em seguida, do médio e baixo Rio Negro, no Amazonas. Em novembro do ano passado, o projeto chegou à sub-bacia do alto Rio Xingu (municípios de Água Boa, Canarana e Querência), no Mato Grosso. As três regiões são as primeiras a serem beneficiadas pelo AquaBio e as experiências ali geradas serão disseminadas pelo projeto aos demais estados da Amazônia Legal. O projeto, que é coordenado pelo MMA, conta também com parcerias ambientais locais, e possui US\$ 17,2 milhões em recursos, sendo cerca de US\$ 10 milhões do Brasil e US\$ 7,18 milhões do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

"O grande objetivo do AquaBio é apoiar a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos na Amazônia", resume João Paulo. "Queremos que as preocupações ambientais sejam incorporadas nas políticas públicas para a região, contribuindo, assim, para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida das comunidades locais", completa.

A implementação do AquaBio no Pará deverá ser iniciada em fevereiro de 2008. "Vamos atuar na jusante de Tucuruí, região há 20 anos impactada pela construção e operação da hidrelétrica", explica João Paulo. Segundo ele, a proposta inicial do projeto para esta sub-bacia é avaliar os resultados do Plano para o Desenvolvimento Sustentável da Região à jusante de Tucuruí, em implantação pela Eletronorte, nos nove municípios impactados pela hidrelétrica. São eles: Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Cametá, Moju, Mocajuba, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Baião.

O gerente explica que, durante este ano, será realizado um Diagnóstico Socioambiental Participativo nos municípios envolvidos, a fim de identificar e priorizar os principais problemas relacionados ao uso dos recursos aquáticos na sub-bacia e desenvolver uma estratégia para abordá-los. Numa parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA, o projeto investirá na capacitação de lideranças locais. "O projeto parte do pressuposto de que, para bem desenvolver estratégias e soluções para enfrentar os problemas ambientais, é preciso haver participação efetiva, formação e informação", afirma João Paulo.

O Diagnóstico incluirá também um levantamento de atividades afins ao projeto em andamento e de propostas de subprojetos - dez para cada sub-bacia - que o MMA poderá vir a apoiar. Os mesmos procedimentos se aplicam à implementação do AquaBio nas sub-bacias do Rio Xingu e do Rio Negro.

Além de disponibilizar informações de caráter técnico para abordar os problemas relacionados ao uso dos recursos aquáticos, o AquaBio promoverá também uma salutar troca de experiências entre organizações e grupos de produtores. "É importante que o agricultor, o pescador e o pecuarista, por exemplo, conheçam as soluções - muitas delas inovadoras - desenvolvidas por seus pares, em outras regiões, para enfrentar problemas semelhantes", reitera João Paulo.

Jornal britânico coloca Marina entre os 50 mais influentes – Sítio Eletrônico do MMA - 07/01/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi citada em uma lista preparada pelo jornal britânico The Guardian como uma das personalidades mais influentes da área ambiental. A relação das "50 pessoas que podem ajudar a salvar o planeta" foi divulgada no último sábado (5/01), e é resultado de uma ampla consulta realizada com diversos especialistas, como o cientista e consultor sobre mudanças climáticas do governo britânico, Bob Watson, e a ecologista indiana Vandana Shiva.

O jornal destaca a redução do desmatamento na Amazônia durante a gestão da ministra Marina Silva, de 59%, e o fechamento de cerca de 1.500 empresas que atuavam de forma irregular, somente no ano passado. O The Guardian cita, ainda, os mais de 1 milhão de metros cúbicos de madeira ilegal apreendidos em 2007. "Todo mundo concorda que é necessária uma ação urgente para evitar uma mudança climática catastrófica, mas quem

realmente tem a influência e as idéias para fazer isso acontecer", diz o Guardian em sua apresentação.

Marina Silva é a única latino-americana da lista, que traz ainda nomes como os do ex-vice-presidente americano Al Gore, da primeira-ministra alemã, Angela Merkel, do geneticista americano Craig Venter, do prefeito de Londres, Ken Livingstone, e até mesmo do ator norte-americano Leonardo DiCaprio.

No texto dedicado à ministra, o jornal destaca sua história como filha de um seringueiro brasileiro, que passou a infância coletando látex da floresta amazônica e protestando contra a destruição provocada pelos madeireiros ilegais. "Em uma das grandes histórias políticas, ela passou de analfabeta aos 16 anos à mais jovem senadora do Brasil e agora é a mulher mais capaz de prevenir a total ruína da Amazônia", diz o texto.

O jornal inclui, ainda, uma citação em que a ministra declara que o futuro é arriscado. "A única maneira de evitar uma perda no longo prazo é com ajuda internacional. Não queremos caridade, é uma questão da ética da solidariedade", diz Marina Silva.

Mata pode não estar sumindo, diz inglês – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 08/01/2008

Estudo analisou dados das Nações Unidas e concluiu que não há tendência clara a declínio de florestas tropicais no mundo - Para cientista, regeneração pode até mesmo compensar perda por desmatamento, mas estimativas oficiais não deveriam basear pesquisas

As florestas tropicais podem não estar desaparecendo em ritmo acelerado como se imagina. Ao contrário, podem estar se regenerando. Simplesmente não é possível determinar qual é a tendência global de longo prazo com base nas informações disponíveis hoje.

A afirmação aparentemente contra-intuitiva foi feita pelo geógrafo britânico Alan Grainger, da Universidade de Leeds, em um estudo publicado na edição de hoje da revista "PNAS", da Academia Nacional de Ciências dos EUA.

Mas ela não significa que os cidadãos preocupados com o ambiente possam dormir tranquilos. "Você deveria ir para a cama igualmente preocupado com o fato de que não existem no mundo instituições capazes de monitorar as florestas", disse o pesquisador à **Folha**.

A crítica de Grainger tem endereço certo: os relatórios globais sobre florestas da FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura. Esses relatórios, publicados regularmente desde a década de 1980, são o único dado oficial disponível para estimar a quantidade global de florestas tropicais. Eles serviram de base para centenas de estudos, inclusive os modelos do IPCC (o painel do clima das Nações Unidas) que estimam a emissão de gás carbônico por desmatamento tropical.

Acontece que os dados da FAO têm falhas sérias -e isso não é segredo para ninguém. "Eles são uma confusão", resume Dalton Valeriano, chefe da Divisão de Sensoriamento Remoto do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). "São baseados em relatórios fornecidos pelos governos, e cada país faz do seu jeito. No Brasil, por exemplo, o relatório é feito pelo IBGE com base no censo. O proprietário da terra informa o quanto de sua propriedade tem de floresta."

Segundo Valeriano, até a definição de floresta varia de país para país. "O que no Sudão é floresta para a Nigéria é uma formação aberta", afirma. A FAO tem ciência disso e, desde a Eco-92, tem tentado estabelecer um padrão para os inventários florestais. Mas o máximo que a agência consegue é fazer recomendações aos governos -não obrigá-los a segui-las.

O resultado disso foi relatado por Grainger após passar três anos revirando as estatísticas. Em 2000, a FAO mostrou que a área de florestas tropicais havia caído de 1,926 bilhão de hectares em 1990 para 1,756 bilhão em 2000 em 90 países. Acontece que, dez anos antes, a agência dissera que a área de florestas nesses mesmos 90 países caíra de 1,910 bilhão de hectares em 1980 para 1,756 bilhão em 1990. Ou seja, cifras diferentes para o mesmo ano.

"Os erros das estimativas podem ser da mesma ordem que a floresta alegadamente perdida de um ano a outro", disse Grainger. "E os cientistas simplesmente pegam esses dados e põem nos modelos deles."

Após uma varredura nos dados da FAO, o britânico tentou fazer uma "média" com estimativas de várias fontes para saber se, afinal, as florestas estão sumindo. Concluiu que não existe tendência clara à diminuição. "Você poderia sugerir que elas estão crescendo, mas não há evidência convincente de que estejam declinando."

Elogio ao Brasil - A resposta pode estar no fato de que as estatísticas tendem a ignorar a regeneração que acontece quase sempre que uma área desmatada é abandonada. "Há muita regeneração que não vemos", disse. "Muitos países monitoram suas florestas só de dez em dez anos. Se todo mundo copiasse o Brasil [que tem um programa sistemático de monitoramento], o mundo seria um lugar melhor."

Mas até na Amazônia, que diz ter visitado uma vez, o britânico afirma que a regeneração pode estar compensando boa parte do desmatamento.

"É um exagero", retruca Valeriano, do Inpe.

Inpe vai mapear recuperação de floresta pós-corte na Amazônia – Cláudio Ângelo –
Folha de São Paulo – Ciência – 08/01/2008

DA REDAÇÃO - Apesar de ser o único país com florestas tropicais que monitora o desmatamento, o Brasil ainda não sabe realmente quanto existe de selva em pé na Amazônia. Não há uma estimativa confiável de quanto existe de regeneração na região.

"Nós temos dois chutes", brinca Dalton Valeriano, do Inpe. Ele se refere a estimativas preliminares que apontam a existência de 160 mil quilômetros quadrados de mata secundária, em 665 mil quilômetros quadrados desmatados.

A incerteza sobre o número é tão grande quanto a importância dele. Florestas secundárias, afinal, absorvem gás carbônico (o principal gás de efeito estufa) ao crescer. E elas crescem muito. "Em cinco anos você anda embaixo delas", diz o cientista. Saber quanto realmente existe de floresta secundária na Amazônia é a única maneira de o Brasil saber exatamente qual é o seu balanço de carbono.

O Prodes, sistema que calcula a taxa anual de desmatamento, não computa a rebrota. Para ele, uma floresta cortada será para sempre desmatada, mesmo que seja abandonada depois -como ocorre com frequência.

Um outro pesquisador do Inpe, Cláudio Almeida, já começou a resolver esse problema. Ele está analisando 26 imagens de satélite (das 229 cenas que o Prodes usa) para tentar estimar a proporção de regeneração e o quanto a mata secundária fica de pé; geralmente essa formação é a primeira a tombar para ceder lugar à agropecuária.

Almeida está fazendo uma espécie de "engenharia reversa" nas imagens do Prodes. Em vez de cobrir a área desmatada e olhar para o que sobrou, ele está "mascarando" a floresta. Como o sinal da mata secundária é bem visível nas imagens de satélite, os pesquisadores acham que será possível, no final do trabalho, ter uma estimativa de o que está em regeneração com uma margem de erro de 5%. "Vamos poder dizer não só se há floresta, mas também que tipo de floresta", diz Valeriano. (CA)

Para jornal, Marina poderia salvar o mundo – Folha de São Paulo – Ciência –
08/01/2008

DA REPORTAGEM LOCAL - O jornal britânico "The Guardian" incluiu a ministra brasileira do Meio Ambiente, Marina Silva, numa reportagem que relaciona as "50 pessoas que poderiam salvar o planeta", publicada no sábado.

"Sob sua vigilância, o desmatamento caiu em cerca de 75% e milhões de milhas quadradas (sic) de reservas foram entregues a comunidades tradicionais", diz o diário, no texto que justifica a escolha.

Boa parte dos outros nomes da lista é de ativistas ligados a ações contra o aquecimento global, como o ex-vice-presidente americano Al Gore, ganhador do prêmio Nobel por sua campanha pelo corte de emissões dos gases estufa, e Peter Garrett, novo ministro do Ambiente da Austrália, país que acaba de assinar o Protocolo de Kyoto. A chanceler alemã Angela Merkel ("uma das poucas com uma noção de o que significa a humanidade falhar") também foi citada por seu comprometimento com a questão.

A lista foi feita por oito personalidades ambientalistas escolhidas pelo "Guardian". Dois dos jurados também foram "eleitos"- a bióloga queniana Waangari Maathai e Ken Livingstone, prefeito de Londres, que estaria no "topo da liga ambiental das grandes cidades".

Também estão na lista o ator ecologicamente correto Leonardo DiCaprio e o capitão do navio "caçador de baleeiros" da ONG Seashpherd, Paul Watson. Uma inclusão polêmica foi a de Bjorn Lomborg, autor do livro "O Ambientalista Cético". "É um dos poucos acadêmicos preparados para desafiar o consenso com dados confiáveis", diz o "Guardian".

Programa Nacional financiará projetos de gestão ambiental – Lucia Leão - Site eletrônico do MMA - 08/01/2008

Lúcia Leão

O Ministério do Meio Ambiente apresentará aos estados, em fevereiro, a próxima etapa do Programa Nacional do Meio Ambiente, o PNMA III, que prevê investimentos de até US\$ 31,57 milhões, ao longo dos próximos seis anos, em projetos estaduais de fortalecimento institucional da área de meio ambiente e gestão de ativos ambientais. Os recursos são financiados em 70% pelo Banco Mundial, com a contrapartida dividida entre os tesouros da União e dos estados.

Executores dos projetos do PNMA, os secretários estaduais de Meio Ambiente vão conhecer os novos critérios que serão aplicados para qualificar os interessados em acessar os recursos. Serão avaliados 15 itens para medir a capacidade de gestão ambiental de cada estado. Quanto mais capacitado, maior o volume de recursos a que ele pode se candidatar. Um dos novos critérios que passa a ser adotado este ano é a existência, ou não, de quadro de pessoal específico e plano de carreira para funcionários da área ambiental. Técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Banco Mundial entendem que a existência dessa estrutura de pessoal é essencial para a continuidade das ações de governo, especialmente em programas de médio e longo prazo, como são os previstos no PNMA.

Além da qualificação, os estados devem apresentar projetos que contemplem prioridades previamente estabelecidas e chanceladas pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente. Serão aceitos projetos nas linhas de desenvolvimento institucional (melhoria dos instrumentos de gestão, licenciamento e monitoramento ambiental e instrumentos econômicos) e de gestão de ativos ambientais. Estes visam apoiar projetos estaduais de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável em áreas de bacia hidrográfica.

O PMNA II começou a ser implementado em 2000, com um estudo de identificação e priorização de problemas ambientais em cada unidade da federação. Este estudo subsidiou a formulação dos projetos a serem financiados. Nos seis anos subsequentes foram aplicados US\$ 18,4 milhões em 43 projetos de 17 estados. Um dos focos daquela etapa foi a suinocultura sustentável, implementada através de projetos desenvolvidos em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco.

Na linha de desenvolvimento institucional, o PNMA II financiou, entre outros, projetos de sistemas de licenciamento informatizado em 12 estados, que foram a base para a construção do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental.

O financiamento para PNMA III está em fase final de negociação e a expectativa é que os recursos comecem a ser liberados em outubro.

MMA executa 98% do orçamento de 2007 – Gisele Teixeira – sitio eletrônico do MMA - 09/01/2008

Gisele Teixeira

O Ministério do Meio Ambiente empenhou 98% de seu orçamento de 2007, o equivalente a R\$ 576,5 milhões. Desse total, R\$ 542 milhões são relativos a despesas de custeio e R\$ 34,5 milhões a investimentos. Os dados são preliminares e podem sofrer alguma variação nos próximos dias, mas a tendência de desempenho será mantida nesses patamares, considerado um dos melhores nos últimos anos. O percentual é referente ao limite orçamentário liberado pelo Ministério do Planejamento, após contingenciamento, e inclui todas as órgãos vinculados ao MMA, como o Ibama, Jardim Botânico, Agência Nacional de Águas, e o recém criado

Instituto Chico Mendes.

De acordo com a Lei Orçamentária de 2007, as despesas discricionárias apresentavam um orçamento inicial em torno de R\$ 702 milhões para o MMA (sendo R\$ 634 milhões para custeio e R\$ 68 milhões para investimentos). O limite autorizado pelo governo ficou em R\$ 582,5 milhões (R\$ 546 milhões e R\$ 36,5 milhões, respectivamente). Os principais destaques foram a ANA, que empenhou 100% de seu orçamento autorizado, R\$ 96,2 milhões, e o Ibama, com 99,9%, ou R\$ 169,6 milhões. Os números comprovam o empenho do governo em atuar de forma intensiva no combate ao desmatamento e licenciamento ambiental, no caso do Ibama, e a agilidade na execução de programas estratégicos na área de recursos hídricos, como o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) e o Pró-Água Nacional.

Mauro Pires, Secretário Executivo em exercício, destaca que, do ponto de vista orçamentário, a verba destinada para custeio no MMA é historicamente superior a de investimentos, ao contrário do que ocorre em outras pastas. Isto acontece porque a ação ambiental implica a

mobilização de recursos para as inúmeras operações voltadas para a fiscalização, a proteção das Unidades de Conservação, a concessão de licenciamento ambiental e outorgas de uso da água, entre outras ações, em todo o território nacional, além de capacitação de pessoas e gestão de projetos. Na prática, portanto, despesas em custeios como esses significam decisivo investimento na consolidação da política ambiental brasileira, a partir das necessidades reais na ponta.

O bom desempenho na aplicação do orçamento de 2007 também é creditado à reestruturação do MMA, com a finalidade de dar maior foco às ações estratégicas e evitar superposição de competências. Para 2008, cujo orçamento ainda não foi aprovado pelo Congresso, a expectativa é de seguir o mesmo ritmo.

Iniciativa pioneira vai formar indígenas em Agroecologia – Lucia Leão – Sítio eletrônico do MMA - 09/01/2008

Lúcia Leão

O Curso Preparatório para os 40 alunos que integrarão a primeira turma do Curso de Agroecologia em Terras Indígenas, termina este mês em Campo Grande. A iniciativa é do MMA desenvolvida em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco e programada para começar ainda neste semestre. O grupo, composto por 28 homens e 12 mulheres de 25 aldeias terena e kadiwéu localizadas na região do Pantanal, teve seis meses de aulas presenciais e de campo focadas, principalmente, em discussões político-metodológicas sobre o próprio curso de terceiro grau (iniciativa pioneira no Brasil) e na realização de diagnósticos e coleta de informações sobre as condições e o uso das terras nas próprias aldeias.

Instituído para deflagrar o processo de formação dos estudantes enquanto finalizavam-se os procedimentos necessários para a instalação do curso de nível universitário - especialmente o cumprimento das exigências do Ministério da Educação, inclusive o de viabilidade financeira de todo o período de duração - o Curso Preparatório teve 15 dias de sala de aula, com carga horária de 8 horas aula/dia, e igual período na aldeia, onde os estudantes foram acompanhados de professores/mediadores.

Os estudantes indígenas receberam noções de metodologia científica, discutiram o que aproxima e o que distancia os conhecimentos científicos dos tradicionais, analisaram as relações políticas dentro das aldeias e com a sociedade envolvente, refletiram sobre sistemas agrícolas e de produção, estudaram o significado de sustentabilidade das comunidades e sua relação com vivências cotidianas, como o preconceito e outras dificuldades do mercado, e participaram da elaboração final do currículo e da definição da metodologia que será adotada no curso de Agroecologia em Terras Indígenas.

"Não só o curso de nível superior, voltado especificamente para uma clientela indígena, é pioneiro, como a própria agroecologia é uma ciência que ainda está sendo construída, em grande parte com a colaboração do conhecimento tradicional que é desconsiderado em outros ramos da ciência. Com o Curso Preparatório criou-se um espaço de discussões que contribuiu muito nessa construção", disse o professor Tércio Fehlauer, professor da Universidade Católica e pesquisador da Agência de Desenvolvimento Agropecuário e Extensão Rural do MS, Agraer, um dos coordenadores do Curso.

Já o estudo de campo enfatizou o diagnóstico das condições socioambientais de cada terra. Com a supervisão dos professores/mediadores, os alunos indígenas realizaram mapeamentos das condições da diversidade biológica e da cobertura florestal no território de suas aldeias e identificaram as principais necessidades e angústias das comunidades. O estudo conjugou observação pessoal dos estudantes e tomada de depoimentos dos anciões, sábios e líderes, que resgataram a história das aldeias e muitos conhecimentos que vêm sendo perdidos pelas novas gerações.

Os estudantes que estão se preparando para fazer o Curso de Agroecologia em Terras Indígenas têm 2º grau completo. Eles participaram de um processo de seleção que considerou o interesse das comunidades - que indicaram, inicialmente, as pessoas que deveriam participar - e capacitação individual, medida em provas objetivas. O Mato Grosso do Sul foi escolhido para sediar o projeto devido ao adensamento de populações indígenas em seu território, a maioria dependente da agricultura e vivendo em pequenas áreas, que precisam ser totalmente exploradas.

Papel da agricultura no clima exige ação contra efeito estufa – Sitio Eletrônico do MST – 10/01/2008

A agricultura é atualmente uma das mais importantes fontes de emissão de gases do efeito estufa e mudanças urgentes precisam ser feitas no modo como a atividade é exercida para torná-la ambientalmente sustentável. Isso é o que conclui o novo relatório do Greenpeace, Mudanças do Clima, Mudanças no Campo.

O relatório foi escrito para o Greenpeace pelo professor Pete Smith, da Universidade de Aberdeen – um dos autores do mais recente relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) – e é o primeiro a detalhar os efeitos diretos e indiretos da agricultura nas mudanças climáticas.

“Os impactos da agricultura industrial no clima não podem ser ignorados”, afirma Gabriela Vuolo, do Greenpeace Brasil. “É preciso trabalhar para que o futuro da agricultura seja produzindo alimentos em comunhão com a natureza e a população, e não contra elas”.

O novo relatório do Greenpeace traz detalhes de como a agricultura baseada no uso intensivo de energia e produtos químicos provocou um aumento nos níveis de emissões de gases do efeito estufa, principalmente devido ao excessivo uso de fertilizantes, desmatamento, degradação do solo e criação intensiva de animais.

A contribuição total da agricultura mundial para as mudanças climáticas, incluindo desmatamento para plantações e outros usos, é estimado em algo entre 8,5 bilhões e 16,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, ou entre 17% e 32% de todas as emissões de gases do efeito estufa provocadas pelo ser humano.

O uso excessivo de fertilizantes é responsável pela maior parte das emissões de gases do efeito estufa, estando hoje em torno de 2,1 bilhões de toneladas de CO₂ anualmente. O excesso de fertilizantes provoca a emissão de óxido nítrico (N₂O), que é algo em torno de 300 vezes mais potente que o CO₂ na mudança do clima.

O relatório detalha ainda a variedade de soluções práticas que podem reduzir as mudanças climáticas e que são fáceis de ser implementadas, incluindo aí a redução do desmatamento, do uso de fertilizantes e a proteção do solo.

“Do ponto de vista do clima global, o grande vilão é a queima de combustíveis fósseis seguido da mudança de uso do solo, como as queimadas na Amazônia e as atividades agrícolas em geral. No Brasil, essa é a maior parte do problema”, afirmou Luís Piva, coordenador da campanha de clima do Greenpeace. “Ações urgentes são necessárias para que o setor agrícola deixe de ser parte do problema das mudanças climáticas e passe a colaborar com a retirada de carbono da atmosfera e ao mesmo tempo garantir a segurança alimentar”.

Tocantins pode ser retirado da área da Amazônia Legal – Sitio Eletrônico da CPT – 10/01/2008

O estado do Tocantins pode ser excluído da área de abrangência da Amazônia Legal. É o que propõe o Projeto de Lei 1278/07, do deputado Osvaldo Reis (PMDB-TO). Segundo o autor da proposta, seu objetivo é permitir o desenvolvimento econômico do estado, especialmente da pecuária bovina que, segundo ele, é prejudicada pelos impedimentos legais relativos à exigência de preservação da cobertura florestal da Amazônia. O deputado argumenta que menos de 1/10 da área do Tocantins tem características do ecossistema amazônico e que 88% seria dominado pelo Cerrado, onde a produção de grãos já está em expansão. “A inclusão do Tocantins na Amazônia Legal é fruto de um conceito político, e não de uma imposição geográfica”, afirma. Agora o projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, pela de Constituição e Justiça e pela de Cidadania.

Empresas brasileiras na “lista negra” de ONGs – Sitio Eletrônico da CPT – 10/01/2008

Três dos 32 projetos e empresas presentes na “lista negra” das organizações não-governamentais voltadas para a defesa do meio ambiente e direitos sociais, são do Brasil. As fábricas de celulose da Aracruz, as usinas hidrelétricas do rio Madeira e a Pará Pastoral e Agrícola (Pagrisa) fazem parte da relação. O objetivo das ONGs é evitar que esses projetos e as empresas responsáveis por eles recebam crédito. “No caso de obras não iniciadas, que estão em fase de projeto, fazemos uma pressão que causa dificuldades em tornar a obra viável ou, no mínimo, algum constrangimento aos seus empreendedores e financiadores”, explica Gustavo Pimentel, gerente do programa Eco-Finanças, da seção brasileira da Amigos da Terra. Quando as obras já foram iniciadas, ele afirma que ficam vigilantes em relação aos financiadores, apontando os riscos financeiros e de reputação. As empresas presentes na “lista negra” são acusadas de causarem danos ao meio ambiente e às comunidades locais, como tribos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos e de utilizarem mão-de-obra escrava.

Greenpeace divulga relatório sobre mudanças climáticas – Sitio Eletrônico da CPT – 11/01/2008

O Greenpeace divulgou, no dia 8 de janeiro, seu novo relatório “Mudanças do Clima, Mudanças no Campo”. O documento é o primeiro a relatar os efeitos diretos e indiretos da agricultura nas mudanças climáticas. Segundo o relatório, o uso excessivo de fertilizantes, o desmatamento, a degradação do solo e a criação intensiva de animais causaram o aumento dos níveis de emissões de gases do efeito estufa. O estudo ainda propõe as soluções práticas para reduzir as mudanças climáticas. “É preciso trabalhar para que o futuro da agricultura seja produzindo alimentos em comunhão com a natureza e a população, e não contra elas”, alerta Gabriela Vuolo, do Greenpeace Brasil.

Do que temos certeza, afinal? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/01/2008

Vai-se esvaindo o tempo já curto em que a ciência considera ainda possível promover mudanças indispensáveis para reduzir a emissão de gases, antes que o aumento da temperatura planetária agrave muito o quadro de “desastres naturais”. Também pouco se avança - se é que se avança - em direção a modos mais sustentáveis de vida, compatíveis com a capacidade da Terra de repor recursos e serviços naturais. Continuamos perdidos em debates, com a ilusão de que temos todo o tempo que quisermos.

Ainda este mês haverá novas discussões entre 17 países, o Brasil incluído, convocados pelos Estados Unidos para um encontro no Havaí. E não é difícil prever o roteiro. O governo Bush continuará insistindo em que só é possível fixar compromissos de redução de emissões para os países industrializados se as nações “em desenvolvimento” (que serão as maiores emissoras nas próximas décadas) também os aceitarem - o que, até aqui, só acontece em tese, mesmo após a reunião de Bali. A Europa insistirá em novos compromissos imediatos dos industrializados, de redução até de 30%. É pouco provável que haja progressos reais, ainda lembrando que os norte-americanos não sabem quem será o presidente a quem caberão as decisões efetivas, no ano que vem.

Certamente voltará à mesa a proposta da Indonésia, apresentada em Bali, de que os países industrializados paguem pela conservação de florestas tropicais, já que os desmatamentos e queimadas que nelas ocorrem respondem por quase 20% das emissões globais. O Brasil também quer receber por reduções do desmatamento na Amazônia, como foi comentado neste espaço (21/12). São propostas difíceis. No caso brasileiro, porque, embora o País já seja o quarto maior emissor e desmatamentos e queimadas respondam por 75% das emissões, não definiu metas obrigatórias. No caso da Indonésia, porque o desmatamento não só já colocou o país como terceiro maior emissor do mundo, como porque ele está fortemente ligado a atividades econômicas de alto porte, como a produção de celulose para a indústria de papel e de biocombustível para ser vendido à Europa, que, assim, reduz suas emissões. E, pior ainda, o desmatamento na Indonésia acontece em grande parte em florestas encontradas em pântanos turfosos. Nesses lugares, a remoção da vegetação, acompanhada da drenagem da área úmida para plantio de acácia ou palma, acaba provocando a liberação intensa de dióxido de carbono, já que na turfa de áreas como essas, no Sudeste Asiático, estão armazenados cerca de 155 bilhões de toneladas de CO₂ (seis vezes as atuais emissões anuais no mundo), segundo o impressionante relato de Fred Pearce na revista *New Scientist* (1/12/2007).

E aí começam interrogações. Vale a pena, por exemplo, desmatar uma área e drenar o terreno turfoso, se ele libera 30 vezes mais dióxido de carbono do que a redução que é conseguida com o biocombustível produzido naquela área? Mas o fato é que, por esse caminho, 130 mil quilômetros quadrados de florestas turfosas foram removidas no Sudeste Asiático, com a área parcialmente drenada. Na decomposição e na queimada, 2 bilhões de toneladas anuais de CO₂ são liberados, que equivalem a cerca de 8% das emissões geradas por combustíveis fósseis.

Mas não é só para produzir biocombustíveis e celulose que isso acontece. O óleo de palma é utilizado numa vasta cadeia industrial, que vai de xampus a biscoitos. A madeira é outro item de alta importância na contabilidade dos grandes grupos que atuam nessa área, principalmente na Ilha de Sumatra. Um deles consome 22 mil toneladas de madeira por dia. Mas, juntamente com o governo indonésio, esses grupos argumentam que tais atividades respondem por grande parte da geração de trabalho e renda na região. E que as emissões por habitante no país são inferiores às da Europa ou metade das norte-americanas. Por essa mesma lógica, comenta a *New Scientist* (1/12/2007), seria possível argumentar que 500 milhões de pessoas que formam a população rica do mundo, embora sejam apenas 7% da população total, respondem por 50% das emissões de CO₂ com a queima de combustíveis fósseis; enquanto isso, os 3 bilhões de pessoas que formam a parte mais pobre da população só emitem 7% do total mundial. Seria o caso de pensar em cotas de emissões por pessoa, pergunta?

É outra hipótese que provoca discussões acaloradas, com os países mais pobres lembrando que os ricos vêm contribuindo desde o início da revolução industrial para a concentração de gases que estão na atmosfera, enquanto os países “em desenvolvimento” só passaram a emitir muito mais tarde. Então, os ricos é que deveriam reduzir mais e primeiro. Outra argumentação: seria possível e justo calcular a contribuição de cada país para o que já foi emitido. Mas não resolveria o problema do crescimento das atuais emissões dos países mais pobres.

E assim vamos, com lógicas financeiras garimpando dúvidas para se sobreporem às recomendações da ciência. Mesmo estas, entretanto, enfrentam questionamentos. O cientista Andrew Baker, da Universidade de Tecnologia de Brisbane, na Austrália, por exemplo, tem escrito que muitos cientistas criam a ilusão de que é possível nos guiarmos por certezas científicas - e as incertezas acabam dando razão e tempo aos que duvidam ou se aproveitam das dúvidas. Deveríamos, por isso, guiar-nos pelo princípio da precaução. Mesmo que não haja certeza, se houver probabilidade de eventos indesejáveis, é preciso agir com cautela, estabelecer restrições. Esse, diz ele, é o caminho recomendado há séculos por luminárias como David Hume e Karl Popper. O primeiro lembra até que não temos certeza sequer de que o sol se levantará amanhã; a crença deriva do hábito, não da lógica; mas pode sobrevir algo diferente.

Quem conseguirá fazer prevalecer esse pensamento no campo da lógica financeira?

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Será que a relevante questão da responsabilidade socioambiental corporativa está sendo bem focada no Brasil e no exterior?

SERÁ QUE a relevante questão da responsabilidade socioambiental corporativa está sendo bem focada no Brasil e no exterior?

Recente trabalho do jornalista Ben Elgin publicado na conceituada revista "Business Week" mostra que a maior parte das ações nessa área são inócuas, a não ser para o marketing das companhias.

O articulista cita o ambientalista e professor Auden Schendler, que afirma ter cometido um erro, no passado, quando insistiu em que o marketing de um resort norte-americano localizado em Aspen (Colorado, EUA) fizesse ousadas "afirmações verdes", apoiadas nos CER (créditos de energia renovável). Esclareceu que os CERs são um tipo de esquema financeiro ao qual as empresas vêm recorrendo para justificar afirmações de terem reduzido sua contribuição líquida para o aquecimento mundial.

De maneira contundente, o especialista sustenta que grande parte do ambientalismo empresarial não passa de estatísticas enganosas.

Crítico dos CERs, afirma que estes têm igual efeito sobre o desenvolvimento de novos projetos de energia renovável quanto teria o comércio de "pedras preciosas, notas promissórias ou abobrinhas".

Ao concluir suas críticas, Schendler diz que "a idéia de que atitudes ecológicas são divertidas, fáceis e baratas é perigosa. Ser verde implica trabalho duro. Nem sempre lucrativo".

No Brasil, constata-se que empresas públicas e privadas, industriais, comerciais, de serviços, bem como instituições financeiras, têm centrado suas imagens institucionais como defensoras da chamada responsabilidade socioambiental. Deve ser louvado esse espírito cívico-corporativo, mas é necessário também "separar o joio do trigo".

O professor Jacques Marcovitch, ex-reitor da Universidade de São Paulo e autor do livro "Para Mudar o Futuro", editado pela Edusp, no capítulo da "Responsabilidade Social", cita empresas dos setores de siderurgia e mineração, mencionadas com frequência -e merecidamente- como grandes agentes poluidores do ar, da água e do solo, que têm redobrado esforços para mudar tal quadro.

Usando tecnologias modernas e investindo crescentemente em programas ambientais, empresas do segmento alcançam resultados que começam a repercutir e marcam um diferencial quando comparadas ao parque siderúrgico norte-americano.

O interesse das empresas pela exploração sustentável é excelente opção estratégica. Como afirma o professor Marcovitch, os recursos naturais no Brasil, mesmo sob a proteção indispensável de uma avançada legislação ambiental, encerram enormes possibilidades econômicas.

A missão de uma empresa é respeitar as leis, prestar serviços ou fabricar produtos de qualidade e lucrar. Empresa não pode centrar sua imagem mostrando ser boazinha e ficar se preocupando em divulgar balanços sociais. Empresa não é instituição de caridade, não é governo nem organização não-governamental.

Causas são objeto e missão de organizações não-governamentais, políticas públicas são objeto e missão de governo. Empresas são organizações voltadas para a produção econômica e devem ser vistas como tal.

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA, 68, advogado, é presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e vice-presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). Foi secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo (2001-2002).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Gestar vai ampliar área de atuação – Sitio Eletrônico do MMA - 11/01/2008

Lucia Leão

A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável finaliza, neste semestre, a primeira etapa do Projeto de Gestão Ambiental Rural (Gestar) e vai disponibilizar para a sociedade os resultados da sua implementação em nove territórios de atuação distribuídos por todas as regiões do País. A apresentação será feita em um seminário nacional e as experiências serão sistematizadas em uma publicação. O documento reunirá todos os planos de gestão ambiental produzidos com o apoio do Projeto e informações das metodologias utilizadas, que poderão ser aplicadas por outras comunidades de produtores rurais familiares.

Iniciado em 2003 por meio de um acordo de cooperação técnica entre o MMA e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o projeto piloto do Gestar foi implementado junto aos suinocultores da região da Bacia Hidrográfica do Rio Ariranha, em Santa Catarina. A experiência indicou a necessidade de ajustes, especialmente nos critérios de definição dos territórios a serem trabalhados. O histórico da ocupação territorial, de acordo com a avaliação dos técnicos, é decisivo no estabelecimento do vínculo da comunidade com a terra. É esse vínculo que identifica as pessoas com o território em que vivem e que as motiva a adotar práticas sustentáveis para conservá-lo, que é o objetivo principal do Projeto.

O Gestar oferece instrumentos para as comunidades rurais assumirem a responsabilidade pela conservação do território em que atuam. Com apoio de parceiros locais - ONG, universidades, associações, cooperativas, fundações, etc - as comunidades se organizam, fazem um diagnóstico ambiental da área e elaboram o Plano de Gestão Ambiental Rural. Além da região do Ariranha, este trabalho já foi concluído nos projetos do Triângulo Mineiro (MG), Mampituba (divisa RS/SC) e Paulo Afonso/Xingó (AL, SE, BA). Nos próximos meses serão finalizados os planos do Baixo Amazonas (Santarém-PA), BR-163 (Itaituba-PA), Portal da Amazônia (norte do MT - Alta Floresta) Araguaia (nordeste do MT - São Félix do Araguaia) e Serra Geral (norte de MG - Montes Claros-MG).

Para a próxima etapa, o MMA estuda uma ampliação do Gestar que, além de comunidades de agricultores familiares, pode focar a gestão ambiental rural em áreas indígenas e de outras comunidades tradicionais.

Mudanças climáticas serão debatidas nas CNMA – sitio Eletrônico do MMA - 11/01/2008

A Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) entra na reta final com a realização das plenárias estaduais, em fevereiro e março. Estão previstos 21 encontros nesses dois meses, nos quais serão eleitos os delegados para a reunião nacional, de 8 a 11 de maio de 2008, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília. Até agora, foram contabilizadas 308 conferências em todo o Brasil, com a mobilização de cerca de 40 mil pessoas, sendo 237 encontros municipais, 67 regionais e quatro estaduais (Amapá, Ceará, Mato Grosso e Piauí).

Nesta edição, a CNMA tem como tema as Mudanças Climáticas. O texto-base para discussões nos estados deverá ser distribuído até o final do mês, e estará estruturado em duas partes. A primeira traz artigos informativos sobre quatro tópicos: Aspectos científicos da mudança do clima, Aquecimento global e os países em desenvolvimento, Especificidades brasileiras e Mitigação da mudança do clima e adaptação. O objetivo é que estes textos possam disseminar os conceitos fundamentais da mudança do clima e, com isso, proporcionar um debate qualificado sobre o tema.

A segunda parte do documento apresenta detalhes sobre os quatro eixos temáticos que irão nortear os trabalhos da III CNMA: Mitigação, Adaptação, Pesquisa e desenvolvimento tecnológico e ainda Educação, Capacitação e Disseminação. As resoluções irão subsidiar a criação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, em elaboração pelo Governo Federal.

A edição deste ano trouxe novidades importantes, como uma maior participação de alguns segmentos específicos. Das vagas reservadas à toda sociedade (50%), 5%, no mínimo, para representantes de comunidades tradicionais e 5% para delegados de comunidades indígenas. Os governos municipais também irão compor metade dos delegados do segmento governamental (20%), ficando os 30% adicionais com o setor empresarial.

Na primeira edição da CNMA, em 2003, cerca de 65 mil pessoas participaram das conferências municipais, regionais e estaduais. Durante a conferência nacional foram debatidas 4.151 propostas e aprovadas 659 deliberações. Em 2005, na II CNMA, a participação foi elevada para 86 mil pessoas, com a aprovação de 881 deliberações.

Incerteza diante das mudanças climáticas - Thomas Schelling – Valor Econômico –
Opinião - 11/01/2008

As incertezas em torno das mudanças climáticas são muitas e grandes. Quanto CO₂ poderá ser lançado na atmosfera se nada for feito a respeito? Quanto aquecimento mundial teremos como resultado, e como serão afetados climas locais, ecossistemas e espécies vulneráveis? Que impacto terão tais mudanças sobre produtividade, conforto e saúde? E, naturalmente, quais são os custos prováveis da migração para fontes de energia renovável e conservação de energia?

À medida que passamos a conhecer mais sobre as mudanças climáticas - por exemplo, o papel de nuvens e oceanos - surgem mais incertezas. Apesar disso, a "teoria" do efeito estufa, como é por vezes desqualificada, foi comprovada além de qualquer dúvida responsável. Há incertezas sobre parâmetros quantitativos, e pode haver dúvidas sobre se o aquecimento em décadas recentes deve-se inteiramente ao "efeito estufa". Mas os fatos básicos envolvidos no aquecimento global não são questionados pela ciência.

Se sabemos que a Terra está aquecendo, mas não temos certeza sobre a rapidez do processo e com que efeitos sobre os climas em todo o mundo, quais são as medidas mais urgentes que deveríamos tomar para enfrentar a questão? Uma delas, evidentemente, é continuar estudando os fenômenos climáticos e seu impacto ecológico. Outra é promover pesquisa e desenvolvimento (P&D) visando identificar medidas corretivas. Precisamos urgentemente compreender que alternativas haverá aos combustíveis fósseis, quanta energia pode ser conservada, como extrair CO₂ da atmosfera e, se necessário, como intensificar o albedo terrestre - a refletância do planeta diante da incidência da luz solar.

Uma maneira de assegurar o esforço necessário de P&D é usar o mercado para financiar e orientar os trabalhos, induzido por impostos, subsídios, racionamento e - o aspecto mais importante - convencendo empresas e consumidores de que os combustíveis fósseis ficarão progressivamente mais caros. Mas os interesses privados não realizarão alguma P&D essencial sob quaisquer circunstâncias; o "mercado", por si próprio, não induzirá os desembolsos necessários, porque os investidores não podem capturar todas as vantagens do abrandamento do aquecimento mundial em benefício da raça humana.

Por isso, a outra opção é que governos em cooperação com o setor privado, financiem e orientem os esforços de P&D. Por exemplo, há muito tempo sabe-se que o CO₂ produzido em grandes unidades industriais estacionárias, como usinas geradoras de eletricidade, pode ser "capturado" e levado através de dutos para onde possa ser injetado em cavernas subterrâneas (ou, possivelmente, sob o oceano). Vinte e cinco anos atrás, estimava-se que esse processo dobraria o custo da eletricidade; hoje, parece que esses custos podem ser menores. Mas os investimentos necessários para o esforço de P&D - em tecnologia de captura, transporte, injeção e vedação, e em prospecção geológica para identificar sítios adequados de armazenamento permanente - serão maiores do que os disponíveis a qualquer interesse privado.

A área denominada "geo-engenharia" é outra esfera de pesquisa que merece atenção, mas não a receberá do setor privado. Parte da luz solar que atinge a Terra é absorvida, e parte é refletida. Analogamente, algumas erupções vulcânicas, a saber, aquelas que produzem muito enxofre, podem esfriar consideravelmente a Terra. De fato, estima-se que o enxofre atualmente na atmosfera, principalmente derivado da combustão de carvão e petróleo, pode estar mascarando uma parte substancial do efeito estufa esperado.

Estimativas da probabilidade de um colapso do manto de gelo da antártida ocidental, ou do momento de seu colapso, têm variado há três décadas

Por isso, faria sentido realizar experimentos - reversíveis e em pequena escala -, para determinar quais substâncias poderiam ser lançadas a que altitudes para refletir a energia incidente e para incluir os resultados em modelos representativos do clima mundial, para verificar com segurança onde eles poderiam ser mais eficazes e benéficos. Desnecessário dizer, essa não é uma tarefa para o setor privado, e algum patrocínio internacional poderia ser apropriado.

Para alguns, especialmente para o governo Bush, a incerteza em relação ao aquecimento mundial parece ser uma fundamentação para adiar ações geralmente identificadas como "dispendiosas". Mas essa abordagem é praticamente inédita - aplicada quase unicamente às mudanças climáticas. Em outras áreas de políticas públicas, como combate ao terrorismo, proliferação nuclear, inflação ou vacinação parecem prevalecer a norma da necessidade de "pagar um seguro": se houver probabilidade suficiente de danos significativos, tomamos alguma medida de ação antecipatória.

No extremo oposto há o que freqüentemente denomina-se princípio "cautelar", atualmente generalizado na União Européia (UE): até que algo - por exemplo, alimentos modificados geneticamente -, seja certamente seguro, deve ser adiado indefinidamente, apesar da expectativa de benefícios substanciais. Nenhum desses dois princípios faz sentido, economicamente ou sob qualquer outra ótica. Deveríamos pesar custos, benefícios e probabilidades tão bem quanto possível, e não ficarmos obcecados com casos extremos.

Evidentemente, as incertezas em torno das mudanças climáticas tornam algumas ações, por ora, impraticáveis - e provavelmente por muito tempo. A admitida incerteza sobre o parâmetro "sensibilidade do clima" implica não fazer sentido decidir agora, por meio de algum processo diplomático multinacional, quais devam ser os tetos para as concentrações de gases que provocam o efeito estufa, e então usar esses limites como base para alocação de quotas a países participantes.

Mas a maioria das questões referentes às mudanças climáticas não são tão claras. A possibilidade mais aterradora das conseqüências do aquecimento mundial já identificada é o "colapso" do Manto de Gelo da Antártida Ocidental, que repousa no leito do mar e emerge por um ou dois quilômetros acima do nível do mar. Ao contrário do gelo flutuante, que não provoca uma elevação do nível do mar quando derrete, existe suficiente desse manto de gelo acima da superfície para elevar o nível do mar em cerca de seis metros, caso se desprenda e vá para o oceano, inundando cidades costeiras no mundo inteiro.

Estimativas da probabilidade de um colapso do Manto de Gelo da Antártida Ocidental, ou do provável momento de seu colapso, têm variado há três décadas. Recentes estudos sobre o efeito da temperatura do oceano sobre o movimento de mantos de gelo apoiados em terra não são tranquilizadores. Segundo minha interpretação dos resultados das pesquisas mais recentes, a probabilidade de um colapso neste século é pequena - mas incerta.

Ao reagirmos a tal incerteza, não deveríamos esperar até que a dúvida tenha sido inteiramente dissipada para que tomemos ações a respeito, nem agir como se fosse uma certeza até que estejamos seguros de que não há perigo. esses dois extremos não são a única alternativa. ***Thomas C. Schelling recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2005. © Project Syndicate/Europe's World, 2007. www.project-syndicate.org**

Madeirasas disputam floresta na Amazônia - Liana Melo – O Globo – O País – 12/01/2008

Ao todo, 14 empresas participam de licitação por áreas em Rondônia

A concessão dos serviços públicos chegou à floresta Amazônica. Com uma década de atraso em relação às privatizações dos setores elétrico e de telefonia, o governo deu o pontapé inicial, semana passada, na primeira concessão pública de floresta. Foram licitadas, pelo Serviço Florestal Brasileiro, três áreas da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

As madeiras são as principais interessadas na licitação. Os primeiros envelopes foram abertos na última quarta-feira, mas o resultado da disputa só sairá no final do mês.

Foram apresentadas 19 propostas por um total de 14 empresas, entre elas Alex Madeira, Amata, Civarro Agropecuárias, Engenharia e Comércio, Con & Sea, Construção e Incorporação Kabajá, Porta Júnior Construções, Sakura Indústria e Comércio de Madeiras, e Zn Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras. Royalties podem chegar a R\$ 2,8 milhões. Dos 220 mil hectares do Jamari, apenas 96 mil deles estão indo a leilão. O setor privado vai disputar três áreas: a maior delas com 46 mil hectares, as outras com 33 mil hectares e 17 mil hectares. Os concorrentes poderão disputar as três áreas, mas só poderão ganhar uma delas.

— É a primeira vez que, num edital de concessão no Brasil, o critério socioambiental terá peso maior que a variável econômica para escolher o vencedor — antecipa Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal Brasileiro. Mesmo atuando na licitação como vendedor, o governo não usará como principal critério de escolha o preço ofertado pelas concorrentes. A prioridade será para a capacidade das empresas de gerar emprego e renda na região.

O principal objetivo do governo ao editar a Lei de Gestão das Florestas Públicas, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado, é dar valor econômico à floresta em pé. Com as concessões, o governo acredita ser possível gerar um produto interno bruto (PIB) florestal de R\$ 120 milhões. Em forma de royalties, o governo espera arrecadar R\$ 2,8 milhões por cada uma das áreas licitadas.

Durante o período de concessão, que é de 40 anos, o concessionário terá que conservar a área, e poderá explorá-la usando técnicas de manejo sustentável para obter produtos florestais como madeira, óleos, sementes e resinas.

Espalhada pelos municípios de Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Cujubim, o Jamari porque estava sendo considerado pelo governo com um dos principais focos de desmatamento ilegal na região do Arco do Desmatamento.

Outras áreas de risco, onde o índice de desmatamento é superior ao da média nacional, estão no Pará: em Marabá e São Félix do Xingu.

— Cerca de 75% das terras da Amazônia são públicas e não há nenhum controle sobre elas — analisa Sérgio Leitão, diretor de Políticas Públicas do Greenpeace do Brasil, que participou ativamente da elaboração do edital e está convencido de que “o sucesso da experiência dependerá exclusivamente da capacidade do governo”.

Toda a madeira explorada no Jamari será certificada. O governo fez ainda uma parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para monitorar, via satélite, toda a operação que será feita na região. Durante o período de concessão, as empresas serão alvo de auditorias independentes.

Com estímulo oficial, floresta vira capim – Marta Salomon – Folha de São Paulo –
Ciência – 13/01/2008

Motor do desmatamento, pecuária explode na Amazônia e torna Brasil maior exportador mundial de carne, diz novo estudo

Região Norte responde hoje por 36% do rebanho do país e um terço das exportações, turbinada por subsídios e pela falta de fiscalização

O município amazônico que mais derruba floresta vende filé mignon mais barato do que carne de segunda no resto do país. Dono do maior rebanho bovino brasileiro, São Félix do Xingu, no Pará, dá um retrato extremo da expansão acelerada da pecuária na Amazônia Legal. Estimulada por terra barata e crédito oficial a juros subsidiados, a atividade está diretamente associada ao desmatamento.

Nesta década, grande parte dos 14,5 mil quilômetros quadrados de mata derrubados no município - quase dez vezes a área da cidade de São Paulo- deu espaço a pastos. Eles abrigam 1,7 milhão de cabeças de gado. São 30 bois por habitante, relação quase dez vezes maior que a média da Amazônia, que já é o triplo da média nacional. Os recordes de São Félix do Xingu ecoam na região. No ano passado, quando a área desmatada alcançou 19% da floresta, a Amazônia Legal passou pela primeira vez a marca dos 10 milhões de abates, segundo projeções da ONG Amigos da Terra -Amazônia Brasileira.

No relatório "O Reino do Gado", lançado hoje, a entidade estima aumento de 46% nos abates entre 2004 e 2007. A concentração cada vez maior do crescimento do rebanho brasileiro na Amazônia (que entre 2003 e 2006 concentrou 96% do crescimento do rebanho nacional) fez com que a região bancasse um terço das exportações brasileiras de carne, assegurando a liderança mundial do país nesse mercado.

"A pecuária está sendo empurrada para cá", constata Carlos Xavier, presidente da comissão para assuntos da Amazônia Legal da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e da federação local, numa referência à substituição de pastos no Sudeste e Centro-Oeste por culturas de cana-de-açúcar e grãos. "A pressão [sobre a fronteira agrícola] é muito forte."

Não há quem discorde desse diagnóstico, endossado pelo fluxo de fazendeiros vindos sobretudo de Goiás -daí a piada de que capital do Pará é Goiânia, e não Belém. O aumento do preço das commodities é a hipótese mais forte para explicar por que o ritmo do desmatamento voltou a crescer a partir do segundo semestre de 2007. O crescimento foi detectado por imagens de satélite.

Um novo alerta deverá ser divulgado pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) nesta semana, com base nas medições entre outubro e dezembro. O último deles fez o governo mobilizar a Força Nacional de Segurança contra a ação dos tratores. Ao mesmo tempo em que se mostra preocupado com os sinais de novo avanço do desmatamento na Amazônia, o governo Luiz Inácio Lula da Silva aposta no crescimento da

pecuária. Relatório do Ministério da Agricultura prevê aumento de 31,5% da produção de carne bovina nos próximos dez anos.

Segundo o ministério, as exportações brasileiras passariam nesse período do equivalente a 29% a pouco mais de 39% do mercado mundial. Não se cogita reverter o papel da Amazônia nessas cifras.

Pasto subsidiado - A expansão da pecuária de corte na região conta com duas linhas de financiamento operadas pelo Banco da Amazônia, com juros subsidiados, entre 0,5% e 10,5% ao ano -os mais baratos do país.

De micro a grandes, os pecuaristas do Pará receberam R\$ 80 milhões em empréstimos em 2007 do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do FNO (Fundo Constitucional do Nordeste), estima João Miranda, superintendente do Basa. Um estudo ainda inédito, a ser divulgado no mês que vem pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), estima que entre 2003 e 2007 os pecuaristas da região Norte tenham recebido R\$ 1,89 bilhão só do FNO. Apesar de ser proibido usar o fundo para desmatar, ele acaba estimulando a derrubada, diz o Imazon. "Um fazendeiro pode desmatar novas áreas sem empréstimo, pois sabe que obterá bons rendimentos usando o empréstimo subsidiado para comprar o rebanho."

Embora o discurso oficial iniba o desmatamento, uma norma interna do Basa manda dispensar comprovação de reserva legal de florestas na contratação dos empréstimos. Questionado se o banco fiscaliza o desmatamento em propriedades financiadas, o gerente do Basa em São Félix, João Batista Gonçalves, disse: "Não temos como fiscalizar, não somos fiscais do Ibama. Se [o cliente] desmatou mais do que podia, o governo que puna". Subsídios públicos estão na origem da pecuária na Amazônia. A atividade foi patrocinada pelos governos militares, preocupados em colonizar a região, a partir do final dos anos 1960, sob o lema "Integrar para não entregar". A floresta pouco povoada era entendida como ameaça à soberania nacional.

Na época, o desmatamento foi estimulado e a ele esteve vinculada a posse da terra. A legislação permitia então a derrubada de árvores em metade da extensão das propriedades.

Só em 1996 a regra mudou e passou a exigir 80% de reserva legal de florestas nas propriedades da região. O percentual ficou no papel: "Ninguém respeita [o limite]", atesta o prefeito de São Félix, Denimar Rodrigues (PR). Sai muito mais barato desmatar do que investir na recuperação de pastos, justifica. Eis a lógica da principal -e praticamente única- atividade econômica do município.

NA INTERNET - Leia o relatório www.amazonia.org.br

Produtores tentam reduzir reserva legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo –
Ciência – 13/01/2008

**Decreto que responsabiliza frigoríficos por conduta ambiental de fornecedores
"inviabiliza sul do Pará", diz secretário**

**Ministério tenta fechar o cerco a desmatadores, mas medidas esbarram no caos
fundiário e na resistência de criadores e políticos locais**

DA ENVIADA A SÃO FÉLIX DO XINGU - Pecuáristas, representantes de frigoríficos e autoridades locais dos municípios que mais desmatam a floresta amazônica pressionam o governo a aumentar de 20% para 50% o limite de abate de árvores nas propriedades da região. Eles se mobilizam contra a mais recente ofensiva do governo para tentar conter o desmatamento.

Às vésperas do Natal, decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) proibiu a concessão de crédito por bancos oficiais e a comercialização de produtos de propriedades que não comprovem a preservação de 80% de reserva legal de floresta -percentual fixado há mais de dez anos e reiteradamente descumprido pelo setor produtivo.

O decreto também prevê a suspensão de atividade de quem comprar, intermediar, transportar ou comercializar produto produzido em áreas desmatadas ilegalmente. O alvo da medida seriam os frigoríficos, que ampliam suas operações na Amazônia. Uma única unidade no sudeste do Pará abate e processa, em média, mil cabeças de gado por dia. A origem dos bois não é plenamente rastreável.

"A intenção do governo ao responsabilizar a cadeia produtiva é estabelecer ações que possam levar à regularização das atividades", disse Bazileu Margarido, presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No caso da pecuária na Amazônia, o decreto induz ao aumento da produtividade como forma de conter o desmatamento, avalia.

A taxa média de ocupação dos pastos na região é de apenas 1,4 cabeça por hectare. Há propriedades com mais de dois hectares de pasto por boi.

Presidente da Comissão da Amazônia Legal da Confederação Nacional da Agricultura, Carlos Xavier reconhece que a taxa é baixa. O ideal seriam entre três e quatro cabeças de gado por hectare, calcula.

Até o final do mês, o Ministério do Meio Ambiente editará uma "lista suja" de 30 a 35 municípios campeões de derrubada. São Félix é presença certa. Os proprietários de terras desses municípios terão de cadastrar seus imóveis, que passarão a ser monitorados. "Fora das áreas indígenas e das unidades de conservação, 80% das propriedades estão desmatadas e a maioria só planta capim", estima o secretário da Agricultura de São Félix do

Xingu, Marcos Aurélio Pereira, outro crítico da ofensiva do governo. "Esse decreto inviabiliza o desenvolvimento do sul do Pará", sentencia.

Recém-chegado de Goiás para criar gado no Pará, o secretário mobiliza colegas de municípios vizinhos na pressão para aumentar o limite legal de desmatamento na região. O decreto terá de lidar com uma complicadíssima situação fundiária nas fronteiras do desmatamento. Em São Félix, o cartório passou por intervenção e a titular foi afastada por fraudes. A maioria dos títulos de propriedade de terras -supostamente falsos- está bloqueada há um ano e meio.

Na época do bloqueio, documento assinado pela corregedora de Justiça das comarcas do interior, Osmarina Nery, deu uma dimensão da grilagem de terras no Estado. "Há vários municípios do interior com áreas registradas que superam em uma, duas ou mais vezes a sua superfície territorial."

Tido como maior proprietário de terras no município campeão em desmate, Luiz Pereira Martins -ou Luiz Pires, como é conhecido- não possui títulos em seu nome, segundo o oficial substituto do cartório, Luiz Bezerra da Silva. Ele já foi acusado de explorar mão-de-obra escrava de 189 pessoas, além de ter recebido multa milionária por desmatamento ilegal.

Na última campanha de recadastramento de gado no município, Martins aparece como dono do maior rebanho: 32 mil cabeças, segundo a Adepará (agência estadual). Os números são baseados em informações dos proprietários e são, por isso, considerados incertos. (MS)

Produtores tentam reduzir reserva legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 13/01/2008

Decreto que responsabiliza frigoríficos por conduta ambiental de fornecedores "inviabiliza sul do Pará", diz secretário - Ministério tenta fechar o cerco a desmatadores, mas medidas esbarram no caos fundiário e na resistência de criadores e políticos locais

Pecuaristas, representantes de frigoríficos e autoridades locais dos municípios que mais desmatam a floresta amazônica pressionam o governo a aumentar de 20% para 50% o limite de abate de árvores nas propriedades da região. Eles se mobilizam contra a mais recente ofensiva do governo para tentar conter o desmatamento.

Às vésperas do Natal, decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) proibiu a concessão de crédito por bancos oficiais e a comercialização de produtos de propriedades que não comprovem a preservação de 80% de reserva legal de floresta -percentual fixado há mais de dez anos e reiteradamente descumprido pelo setor produtivo.

O decreto também prevê a suspensão de atividade de quem comprar, intermediar, transportar ou comercializar produto produzido em áreas desmatadas ilegalmente. O alvo da medida seriam os frigoríficos, que ampliam suas operações na Amazônia. Uma única unidade no sudeste do Pará abate e processa, em média, mil cabeças de gado por dia. A origem dos bois não é plenamente rastreável.

"A intenção do governo ao responsabilizar a cadeia produtiva é estabelecer ações que possam levar à regularização das atividades", disse Bazileu Margarido, presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No caso da pecuária na Amazônia, o decreto induz ao aumento da produtividade como forma de conter o desmatamento, avalia.

A taxa média de ocupação dos pastos na região é de apenas 1,4 cabeça por hectare. Há propriedades com mais de dois hectares de pasto por boi.

Presidente da Comissão da Amazônia Legal da Confederação Nacional da Agricultura, Carlos Xavier reconhece que a taxa é baixa. O ideal seriam entre três e quatro cabeças de gado por hectare, calcula.

Até o final do mês, o Ministério do Meio Ambiente editará uma "lista suja" de 30 a 35 municípios campeões de derrubada. São Félix é presença certa. Os proprietários de terras desses municípios terão de recadastrar seus imóveis, que passarão a ser monitorados.

"Fora das áreas indígenas e das unidades de conservação, 80% das propriedades estão desmatadas e a maioria só planta capim", estima o secretário da Agricultura de São Félix do Xingu, Marcos Aurélio Pereira, outro crítico da ofensiva do governo. "Esse decreto inviabiliza o desenvolvimento do sul do Pará", sentencia.

Recém-chegado de Goiás para criar gado no Pará, o secretário mobiliza colegas de municípios vizinhos na pressão para aumentar o limite legal de desmatamento na região. O decreto terá de lidar com uma complicadíssima situação fundiária nas fronteiras do desmatamento. Em São Félix, o cartório passou por intervenção e a titular foi afastada por fraudes. A maioria dos títulos de propriedade de terras -supostamente falsos- está bloqueada há um ano e meio.

Na época do bloqueio, documento assinado pela corregedora de Justiça das comarcas do interior, Osmarina Nery, deu uma dimensão da grilagem de terras no Estado. "Há vários municípios do interior com áreas registradas que superam em uma, duas ou mais vezes a sua superfície territorial."

Tido como maior proprietário de terras no município campeão em desmate, Luiz Pereira Martins -ou Luiz Pires, como é conhecido- não possui títulos em seu nome, segundo o oficial substituto do cartório, Luiz Bezerra da Silva. Ele já foi acusado de explorar mão-de-obra escrava de 189 pessoas, além de ter recebido multa milionária por desmatamento ilegal.

Na última campanha de recadastramento de gado no município, Martins aparece como dono do maior rebanho: 32 mil cabeças, segundo a Adepará (agência estadual). Os números são baseados em informações dos proprietários e são, por isso, considerados incertos. (MS)

Natureza do negócio mudou, afirma ONG – Cláudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/01/2008

DA REDAÇÃO - A pecuária na Amazônia começou como instrumento de colonização e virou "big business". Essa é a conclusão principal do relatório da Amigos da Terra, segundo um de seus autores, Roberto Smeraldi.

"Antes o máximo que se podia dizer era que a Amazônia ia repondo o consumo do Sul e do Sudeste quando dos picos de exportação. Até dois anos atrás, ninguém previa que a região fosse exportar diretamente um terço da carne in natura do Brasil."

Contribuem para essa "nova fase de pecuarização da Amazônia" a liberação da região para fins de controle da febre aftosa e a instalação de grandes frigoríficos como Bertin e JBS Friboi (o maior do mundo) na região nos últimos cinco anos. "O problema é que o sistema antigo do abatedouro clandestino e da baixa produtividade não desapareceu. Os dois sistemas se acrescentam."

A presença de grandes empresas pode ter um lado positivo: o aumento das exigências ambientais, já que o mercado externo não quer comprar carne que devastou a floresta. "Eu espero que isso aconteça. Até agora não aconteceu", diz Smeraldi. (CLAUDIO ANGELO)

Meio ambiente – Estado de São Paulo – Internacional – 16/01/2008

DEMOCRATAS - Barack Obama

Quer que o Senado aumente investimentos em fontes renováveis de energia. Pretende investir em energia "limpa". Propõe também a redução da emissão de gás carbônico em 80% até 2050. Quer aumentar a eficiência energética do país em 50% até 2030 e recuperar a liderança dos EUA na questão do aquecimento global.

Hillary Clinton

Pretende dobrar o investimento federal em pesquisas energéticas. Propõe a transição de toda a economia dos EUA para o uso de fontes renováveis de energia e a criação de um

Conselho Nacional de Energia. Quer que o país reduza em 20% o nível de consumo de eletricidade até 2020, mudando os hábitos dos americanos.

REPUBLICANOS - John McCain

Quer limitar emissões de carbono utilizando novas fontes de energia, sempre com tecnologia de ponta. Pretende reduzir a dependência energética que os EUA têm de outros países. Quer que o governo siga determinados padrões internacionais para garantir a preservação do meio ambiente.

Mitt Romney

Pretende iniciar um programa avançado de pesquisa que crie novas fontes de energia econômicas e limpas. É a favor da aprovação de uma legislação contra emissões de gás carbônico. Afirma que não vai proteger fábricas que poluam o meio ambiente e prejudiquem a saúde dos americanos.

O desafio de unir desenvolvimento e conservação – Estado de São Paulo – Vida & - 16/01/2008

Com apoio do ‘Estado’, evento reúne especialistas em Washington para discutir metas socioambientais

Desenvolvimento econômico e conservação ambiental podem caminhar de mãos dadas, desde que o primeiro seja planejado e executado com o segundo em mente desde o início - o que não ocorre na maior parte das políticas públicas para a Amazônia. Esse é o pensamento que deverá nortear um debate hoje no Wilson Center, em Washington, com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros. As discussões serão focadas em um relatório da organização Conservação Internacional (CI), que analisa os potenciais impactos da Iniciativa pela Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sobre a região amazônica.

O estudo reconhece a importância do projeto - uma parceria dos países da América do Sul para ampliação e integração dos sistemas regionais de transporte, energia e comunicação -, mas alerta sobre a falta de planejamento socioambiental para sua execução. “É perfeitamente legítimo que os países queiram promover a integração regional e o desenvolvimento econômico. Nossa preocupação é que não está sendo dada a devida atenção aos impactos ambientais e sociais desse desenvolvimento”, disse ao Estado o biólogo Tim Killeen, do Centro de Ciências Aplicada à Biodiversidade da CI, autor do estudo.

A IIRSA, segundo Killeen, incorpora em larga escala os desafios de conciliar desenvolvimento e conservação, enfrentados diariamente pelos governantes e habitantes da

Amazônia. A iniciativa, segundo o relatório, tem 335 projetos na agenda, com 31 prioritários, previstos para conclusão até 2010, no valor de US\$ 6,4 bilhões. Os planos incluem a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias para interligar toda a região, além de oleodutos, gasodutos e linhas de energia. Tudo isso dentro da região com a maior concentração de biodiversidade do planeta: Amazônia, cerrado e Andes Tropicais.

“Embora as instituições financeiras responsáveis pelo IIRSA tenham padrões relativamente altos de avaliação de caráter ambiental e social, os estudos ambientais estão ligados a projetos individuais e não levam em consideração o impacto coletivo dessa multiplicidade de investimentos”, afirma o relatório. O programa é financiado principalmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

O “desenvolvimento sustentável” é possível, segundo Killeen, mas carece de soluções inovadoras para se tornar realidade. Uma delas seria a valorização dos serviços ambientais prestados pela floresta, como produção de chuva e absorção de carbono. Pelo valor de mercado atual (US\$10/tonelada), só o estoque de carbono da Amazônia (279 bilhões de toneladas) representaria um ativo de US\$ 2,8 trilhões, segundo o relatório. Se a manutenção desse estoque fosse adequadamente remunerada, afirma Killeen, isso poderia ser uma fonte importante de recursos para conservação.

“O desmatamento ocorre porque é uma das únicas atividades que gera emprego e renda na floresta”, diz o cientista, que vive na Bolívia. “Se quisermos acabar com isso, precisamos ‘subornar’ as pessoas com outras alternativas para sobreviver.”

“A qualidade de vida para as pessoas na Amazônia é crucial para a conservação”, reforça o biólogo Thomas Lovejoy, presidente do Heinz Center e um dos maiores especialistas do mundo em conservação, que fará a palestra de abertura do evento. “Conservar não significa não usar a floresta; significa usá-la sem destruí-la.”

O evento, que começa às 15 horas (horário de Brasília) será transmitido ao vivo pela internet nos sites do Wilson Center (www.wilsoncenter.org) e do Grupo Estado (www.estadao.com.br/amazonia/). A programação e o estudo também estão disponíveis na página do instituto. O diretor de Conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, será moderador de uma das mesas.

IMAGENS - O debate será seguido da inauguração de uma exposição com 50 fotografias da Amazônia, feitas pelos fotógrafos do Estado para o projeto da revista Grandes Reportagens - Amazônia, veiculada na edição de 25 de novembro de 2007. “São imagens poderosas, que mostram não só as paisagens belíssimas e a biodiversidade da floresta, mas a realidade das pessoas que vivem dentro dela”, diz o diretor de Projetos Especiais para a galeria do Wilson Center, Alex Parlino. A exposição durará dois meses e percorrerá outras instituições e universidades nos Estados Unidos. “A maioria dos americanos não tem a mínima idéia do que é a Amazônia”, diz Parlino. Ele espera que as imagens ajudarão a mudar esse cenário.

Centro discute políticas públicas – Estado de São Paulo – Vida & - 16/01/2008

O Woodrow Wilson International Center for Scholars é o memorial a Woodrow Wilson, 28.º presidente dos EUA e considerado um dos grandes mandatários da história americana. Foi criado em 1968 para ser um espaço vivo, que procura aproximar os formuladores de políticas públicas e os estudiosos dessas áreas. O público do Wilson Center vem das comunidades acadêmicas e de formuladores de políticas públicas de Washington, ou seja, funcionários dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, membros das Forças Armadas e do corpo diplomático.

A conferência e a exposição Amazônia Photography foram organizadas pelo Brazil Institute, do Wilson Center, em parceria com o departamento de Marketing do Estado. Criado em junho de 2006, o instituto dedica-se a aumentar a compreensão em Washington dos temas de políticas públicas relevantes ao Brasil e às relações Brasil-EUA.

O Brazil Institute é dirigido pelo jornalista Paulo Sotero, que foi correspondente do Estado em Washington por 17 anos, antes de assumir sua atual função, em setembro de 2006.

Gado derruba a Amazônia, reconhece Stephanes – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Ciência – 16/1/2008

Ministro da Agricultura admite que governo trata do problema apenas "em tese" - Estudo revelado pela "Folha" domingo mostra que região foi grande responsável pelo aumento das exportações brasileiras de carne bovina

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, admitiu ontem que há derrubada de floresta amazônica para uso como pasto, reconheceu que o governo trata do tema somente "em tese", disse que está preocupado e torceu para que o rebanho que come a floresta não se destine ao aumento das exportações brasileiras. "Já tinha enviado uma equipe de técnicos do ministério para a região, tenho mais de 250 fotos que não vou divulgar.

O outro lado disso é que a abertura da região se deu há 30 anos. Ainda estão derrubando, mas é pouca coisa. A gente tenta segurar esse processo", afirmou o ministro. Stephanes só conheceu alguns detalhes do problema ao ler reportagem da **Folha** de domingo: terra barata e crédito de bancos oficiais estimulam o avanço cada vez maior da pecuária. Hoje a Amazônia Legal responde por 36% do rebanho nacional e um terço das exportações, segundo relatório compilado pela ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. Virtualmente todo o crescimento do rebanho nacional entre 2003 e 2006 aconteceu naquela região.

Questão de fé - "Como ministro da Agricultura, quero crer que não precisamos disso [ataque à floresta] para exportar carne." O Brasil é alvo constante de questionamentos de países desenvolvidos sobre as origens de seus produtos agrícolas, envolvimento de

trabalho degradante e outros problemas. A temática ambiental também sempre surge nessas discussões.

Segundo Stephanes, o governo precisa passar à prática para impedir o avanço do pasto sobre a floresta. "Esta questão está colocada em tese, em nível de decisão política. O governo tomou a decisão política, algo que também é extremamente importante, que é a seguinte: não se derruba mais árvore para a expansão da agricultura e da pecuária brasileira", disse.

Entre as ações teóricas, inclui-se a preocupação do governo com o fenômeno da pecuária na Amazônia. "Estamos muito preocupados com aquilo que foi demonstrado na reportagem", afirmou Stephanes. O ministro abordou o assunto ontem, ao divulgar os dados da balança comercial do agronegócio brasileiro. O complexo de carnes foi destaque, com aumento de 12,8% nas vendas de carne bovina. Em 2007, o Brasil embarcou 1,62 milhão de toneladas de carne bovina em direção a 150 países, um número 6% superior ao ano anterior.

Em suas projeções, o Ministério da Agricultura espera um crescimento de 31,5% na produção bovina até 2017/2018. Segundo o ministro, há espaço para o aumento sem interferência em biomas protegidos, como a Amazônia e o Pantanal. O cerrado participa do cálculo como área para pastagem. Isso apesar de ser um bioma rico em biodiversidade e altamente ameaçado: estima-se que 40% dele já tenha sido alterado pela ação humana, e as pressões do agronegócio sobre a savana central brasileira só crescem.

"Estamos conscientes de que com a área que temos podemos ampliar a nossa produção agropecuária dentro das necessidades que teremos nos próximos dez anos sem precisar derrubar nenhuma árvore", disse. Entre as medidas citadas pelo ministro está o incentivo de áreas de pastagens degradadas.

O problema é justamente convencer pecuaristas a voltar a esses espaços, abandonados quando a quantidade de nutrientes no solo diminui consideravelmente. Para isso, seria preciso incentivos públicos financeiros para a compra de adubo e fertilizantes. "Temos de ter um uso mais intensivo, mais racional. Precisamos criar programas para uso de pastagem degradada, é uma proposta que precisa ser implementada", afirmou o ministro da Agricultura.

A recuperação de áreas degradadas era justamente uma das tarefas que cabiam àquela pasta dentro do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, coordenado pela Casa Civil. A ação nunca chegou a ser implementada.

Colaborou a Redação

Leia o relatório da ONG Amigos da Terra www.amazonia.org.br

Áreas degradadas pela produção serão recuperadas – Lucia Leão - sitio Eletrônico do MMA - 16/01/2008

Lúcia Leão

A instalação do primeiro Pólo de Adequação Ambiental de Propriedades Rurais será discutida a partir desta quinta-feira (17), em Campo Grande (MS). O projeto tem por objetivo promover a recuperação de áreas degradadas pela agricultura e a pecuária. O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krackhecke, do Ministério do Meio Ambiente estará com uma equipe de técnicos em Campo Grande para dar início à instalação do Pólo.

A equipe do MMA vai trabalhar com técnicos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) para selecionar a área. O trabalho começará com um diagnóstico dos ativos e passivos ambientais. A partir daí serão firmados pactos com os produtores visando a recuperação que for necessária e a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis.

Além da UFMS, o Ministério do Meio Ambiente pretende firmar parcerias com as agroindústrias para que elas exijam certificação de que a matéria prima que utiliza tenha sido produzida de forma ambientalmente sustentável.

"Nossa intenção é construir um processo que leve à adesão dos produtores sem a necessidade de sermos coercitivos. E a participação das agroindústrias será muito importante nessa construção porque são elas que já sofrem a pressão do consumidor, que cada vez mais quer saber em que condições foi produzido aquilo que ele está comprando", diz o secretário Krackhecke. Segundo ele, alguns compradores de produtos brasileiros, especialmente a Europa, já são extremamente rigorosos com esta prática.

Além da área a ser definida em Mato Grosso do Sul, o Ministério vai instalar um projeto piloto em São Paulo, na região de Indiatuba, um importante pólo de produção hortifrutigranjeira do Estado.

Governo instala Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – Sitio Eletrônico do MMA - 16/01/2008

Gisele Teixeira

O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), criado por decreto presidencial em novembro passado, será instalado nesta quinta-feira, às 15h, em reunião no Palácio do Planalto. De caráter permanente, o comitê é formado por 16 ministérios e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenados pela Casa Civil. O grupo será responsável por alinhar as diferentes iniciativas do governo nesta área e, em especial, por orientar a elaboração e implementação da Política Nacional e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

As ações serão operacionalizadas por um Grupo Executivo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e composto por outros seis ministérios, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Casa Civil. Durante a reunião de amanhã (17), restrita aos integrantes das duas equipes, será realizada a primeira discussão sobre a Política Nacional para o tema.

Tanto o Plano quanto a Política Nacional sobre Mudança do Clima vêm se somar aos esforços que o governo brasileiro vem desenvolvendo para mitigar as emissões dos

gases de efeito estufa, como o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento, que envolve 13 ministérios e resultou na redução de 59% na taxa de desmatamento de 2004 a 2007. Esse trabalho evitou a emissão de cerca de meio bilhão de toneladas de CO2 na atmosfera no período e equivalente a 14% das reduções preconizadas para todos os países desenvolvidos no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto que se estende de 2008 a 2012.

Composição dos grupos:

Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM): ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, das Cidades, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; dos Transportes, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda, da Educação, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, de Assuntos Estratégicos, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Casa Civil.

Grupo Executivo sobre Mudança do Clima: ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Casa Civil.

Stephanes reconhece: gado derruba a Amazônia – Sítio Eletrônico do MST –
16/01/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, admitiu que a floresta amazônica vem sendo derrubada para uso como pasto e reconheceu que o governo trata do tema somente "em tese". As declarações do ministro foram publicadas no jornal Folha de S. Paulo nesta quarta (16/01).

"Já tinha enviado uma equipe de técnicos do ministério para a região, tenho mais de 250 fotos que não vou divulgar. O outro lado disso é que a abertura da região se deu há 30 anos. Ainda estão derrubando, mas é pouca coisa. A gente tenta segurar esse processo", afirmou o ministro.

Estudos revelam que alguns dos principais motivos que estimulam ao avanço da pecuária na região são o baixo preço da terra e a concessão de crédito de bancos oficiais para a atividade. Segundo relatório compilado pela ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, hoje, a Amazônia Legal responde por 36% do rebanho nacional e um terço das exportações.

Segundo Stephanes, a questão está colocada apenas em tese dentro do governo, "em nível de decisão política".

Ministro da Agricultura admite que desmatamento na Amazônia é preocupante –
Sítio Eletrônico da CPT – 17/01/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que o governo só trata “em tese” a questão do desmatamento na floresta amazônica. Ele admitiu que é preocupante a derrubada de árvores para dar lugar a pastos e segundo ele, já enviou uma equipe de técnicos para a região. “Tenho mais de 250 fotos que não vou divulgar”, afirmou. Atualmente a Amazônia Legal abriga 36% do rebanho nacional e um terço das exportações. Stephanes afirmou que prefere não acreditar que o desmatamento é indispensável para a exportação de carne. De acordo com o ministro, o governo precisa agir para impedir o avanço do pasto sobre a floresta. Teoricamente, ele passou a agir quando decidiu que a floresta não seria mais devastada para a expansão da agricultura e pecuária nacional. A estimativa é de que a produção bovina cresça 31,5% num período de 10 anos. No entanto, segundo o ministro da Agricultura, no país existem áreas suficientes para o aumento sem que biomas sejam atingidos.

Amazônia irrigaria NE, propõe Mangabeira – Estado de São Paulo – Nacional –
17/01/2008

O Projeto Amazônia, do ministro das Ações de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger - que já chamou o governo Lula de “o mais corrupto da história” -, apresenta idéia polêmica para resolver a seca no Nordeste: aquedutos para transportar água da Amazônia. Na opinião do professor da Universidade Federal de Minas Gerais Apolo Heringer Lisboa a proposta “é ambientalmente absurda, economicamente inviável e tecnicamente impossível”.

Nos EUA, evento discute propostas para a Amazônia – Estado de São Paulo – Vida & -
17/01/2008

Com apoio do 'Estado', seminário aborda impactos da integração regional

Subsidiar transporte aéreo na Amazônia, em vez de abrir mais estradas; criar mais fazendas de piscicultura em hidrovias, como substitutas para criação de gado; e facilitar a propriedade de terras para quem preserva a mata. Essas são algumas das políticas recomendadas pela ONG Conservation International (CI) para reduzir o impacto da integração regional na Amazônia. O estudo da CI foi o foco de um seminário realizado ontem, em Washington, pelo Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars, com apoio do Estado. No evento, foram debatidos os impactos da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA, na sigla em inglês) sobre a Amazônia.

O estudo “A tempestade perfeita na Amazônia: desenvolvimento e preservação no contexto da IIRSA” também será encaminhado a autoridades brasileiras.

O IIRSA prevê a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias para interligar a região amazônica, além de oleodutos, gasodutos e linhas de energia. Tudo isso dentro na região de maior biodiversidade do planeta: Amazônia, cerrado e Andes tropicais.

Segundo Timothy Killeen, da Conservation International e autor do estudo, será essencial expandir o mecanismo de créditos de carbono para evitar o desmatamento. Killeen calcula que a Amazônia esteja avaliada em US\$ 1 trilhão a US\$ 10 trilhões em créditos de carbono. Ao se implementar o sistema de recompensas a países por desmatamento evitado, uma redução anual gradual de 5% no desmatamento poderia render US\$ 647 milhões no primeiro ano para os países e US\$ 8,6 bilhões no décimo ano. Esses recursos poderiam ser investidos em saúde e educação para populações locais.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, um dos financiadores do IIRSA, o programa prevê 507 projetos de infra-estrutura e investimento de US\$ 69 bilhões em 12 países da região, sendo 31 projetos no valor de US\$ 6,4 bilhões até 2010.

Killeen diz que os projetos deveriam ser avaliados minuciosamente. “Não basta avaliar o impacto ambiental de cada projeto isolado, é preciso determinar o efeito de uma rede de novas estradas e a migração que virá a reboque.”

O diretor de Conteúdo do Estado, Ricardo Gandour, foi moderador de um dos painéis do debate, que contou com a participação de especialista em meio ambiente. O seminário foi seguido da inauguração de uma exposição com 50 fotografias da Amazônia, feitas pelos repórteres-fotográficos do Estado para a revista Grandes Reportagens - Amazônia, publicada em 25 de novembro de 2007. A exposição, que tem apoio do Bradesco e American Express, vai durar dois meses e percorrerá outras instituições e universidades nos EUA.

O Brazil Institute é dirigido por Paulo Sotero, que foi correspondente do Estado em Washington por 17 anos, antes de assumir a atual função, em setembro de 2006.

Mangabeira Unger quer levar água da Amazônia para o NE – Maria Clara Cabral e Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 17/01/2008

Para ministro, que visita Pará e Amazonas, a transposição é necessária porque na região "sobra água inutilmente" - Ministro do Longo Prazo ainda propõe novo tributo para exploração de recursos minerais e educação de índio em mais de uma língua

Em viagem à região amazônica, o ministro Roberto Mangabeira Unger (Secretaria de Planejamento de Longo Prazo) apresentou uma proposta de transposição de água da Amazônia para o Nordeste.

O ministro argumenta que a ligação é necessária porque "numa região sobra água inutilmente e na outra falta água calamitosamente". A proposta faz parte do "Projeto Amazônia", em que o desenvolvimento sustentável da região é discutido por Mangabeira e sua comitiva, de 35 pessoas, entre assessores da pasta, parlamentares e representantes do setor privado.

O senador José Nery (PSOL-PA), que participa das reuniões, diz não ver necessidade nem estrutura para a realização de uma obra desse porte. "Essas tentativas [de desenvolvimento sustentável da Amazônia] já são feitas há anos, mas nunca saem do papel. Por isso eu diria que temos motivos para desconfiar das propostas. Sobre o aqueduto, não parece que isso encontre muito apreço. Não vejo como algo exequível nem necessário", disse ele.

O próprio governo prioriza outro projeto para tentar solucionar o problema da falta de água no Nordeste: a transposição de águas do rio São Francisco, principal obra do governo, orçada em mais de R\$ 5 bilhões.

Outra idéia do ministro é criar um novo tributo para a mineração. O plano prevê a criação de um imposto que teria de ser pago pelas empresas que não processarem os recursos lavrados dentro da região. O intuito é fazer com que o setor beneficie o minério na região.

O projeto também elenca o desenvolvimento das aldeias indígenas com educação em mais de uma língua e mais de uma cultura. Para o ministro, essa seria uma forma de mudar o quadro de falta de instrumentos e oportunidades.

Sobre a Zona Franca de Manaus, Mangabeira quer substituir a indústria de montagem atual pela de transformação, o que pode viabilizar, diz ele, o desenvolvimento sustentável.

Outra idéia é usar áreas já desmatadas para projetos de agricultura e pecuária em pequena escala, além do manejo controlado da floresta com uso rotativo das árvores, compensadas por replantio.

Hoje, a comitiva chefiada por Mangabeira Unger tem encontro marcado com o governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), com secretários dos Estados e com a comunidade científica. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), também já se reuniu com o ministro. A expectativa é que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, se junte a equipe ainda hoje. A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) foi convidada, mas alegou motivos pessoais para não participar.

Mangabeira levou ontem para Santarém (PA) a discussão sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, em uma reunião com entidades locais. Para a prefeita de Santarém, Maria do Carmo Lima (PT), "antes é necessário que se cuide bem da água da Amazônia para o povo amazônico". "Vivemos às margens dos maiores rios do mundo e não temos água encanada dentro de casa."

Idéias de Mangabeira para Amazônia provocam críticas de ambientalistas – O Globo
– O País – 17/01/2008

Tucano afirma que propostas preocupam, e deputada pede compreensão

BRASÍLIA E MANAUS. As polêmicas idéias para o desenvolvimento da maior floresta tropical do mundo lançadas anteontem pelo ministro de Ações de Longo Prazo, Mangabeira Unger, provocaram críticas de ONGs e reações distintas entre parlamentares que representam a Amazônia no Congresso. Ciente do potencial explosivo do plano, o filósofo convocou políticos da bancada governista e da oposição para acompanhá-lo na viagem.

A lista teve espaço até para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), comandante da articulação que derrotou a emenda que prorrogava a CPMF e causou um rombo de R\$ 40 bilhões nas contas do Planalto.

O tucano rejeitou o convite por causa de compromissos partidários em São Paulo, mas fez questão de elogiar o preparo intelectual do ministro antes de opinar sobre suas idéias para a Amazônia. Virgílio afirmou que Mangabeira fez bem em apresentar suas propostas, mas expressou dúvidas sobre a viabilidade de algumas delas, como a canalização de água da floresta para irrigar o semiaacut;rido nordestino.

— É positivo que o ministro proponha um debate nacional sobre a Amazônia, mas algumas de suas teses me preocupam, como a do aqueduto. Isso não é brincadeira. Não sei nem se uma coisa desse porte seria executável — disse o tucano.

Deputada defende ministro de críticas de ambientalistas Presidente da Comissão da Amazônia na Câmara, a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoBAM), que se juntou ontem à comitiva liderada por Mangabeira, rebateu as críticas de ambientalistas ao plano. Ela pediu mais compreensão com o papel do intelectual no governo: — É preciso levar em consideração que várias propostas não têm aplicabilidade imediata.

São idéias de longo prazo.

Mesmo admitindo não conhecer bem a idéia, a deputada saiu em defesa da transposição das águas amazônicas para o Nordeste, considerada o ponto mais polêmico do plano de Mangabeira.

— A canalização de água pode não parecer muito factível, mas é, sim — disse a deputada, que vai acompanhar o filósofo numa visita a tribos indígenas.

As idéias de Mangabeira para o desenvolvimento das aldeias amazônicas foram vistas com desconfiança pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para o conselheiro da entidade na Região Norte, Hidenori Mochiizawa, as experiências que juntaram empresários locais e índios — umas das propostas de Mangabeira — costumam resultar no empobrecimento das aldeias.

— Os índios acham que tudo o que vem de fora é bom. Mas, historicamente, o que vemos é que essas intervenções destruíram a sua própria cultura e os levam ao empobrecimento.

Sempre foi assim com a aproximação dos madeireiros, por exemplo — disse Mochiizawa, que não foi chamado para as reuniões de Mangabeira com representantes da sociedade civil, hoje, em Manaus.

Indigenista faz ressalvas a planos para tribos O conselheiro também criticou as propostas de “desenvolvimento cultural” dos índios contidas no “Projeto Amazônia”, mas

disse não ser contrário especificamente ao aprendizado de duas línguas, também sugerido por Mangabeira.

Com uma ressalva: — Desde que sejam a língua materna e o português. Mais do que isso, só para as tribos que vivem na fronteira com países que falam espanhol.

Presidente do Grupo de Trabalho da Amazônia, que reúne diversas ONGs sediadas na região, o ativista Alberto Cantanhêde criticou o aqueduto: — Não sei o que ele quis dizer com acúmulo inútil de água na floresta. Se a transposição do Rio São Francisco já provoca tanta polêmica, imagine tirar água da Amazônia para o Nordeste!

Comitê começa a definir Política sobre Mudança do Clima – Gisele Teixeira – Sítio eletrônico do MMA - 17/01/2008

Gisele Teixeira

O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), instalado nesta quinta-feira (17), indica nos próximos dias os nomes dos componentes do Grupo Executivo que trabalhará na primeira versão da Política Nacional sobre Mudança do Clima. O objetivo é ter uma proposta para consulta pública até o final de fevereiro. A partir desse documento, que conterà as diretrizes do governo para a área, será elaborado o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com ações de mitigação, adaptação aos efeitos da mudança do clima; pesquisa e desenvolvimento, e capacitação e divulgação.

O Comitê é formado por 16 ministérios e Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, sob a coordenação da Casa Civil. Entre suas atribuições estão, por exemplo, propor ações prioritárias de curto prazo, promover a articulação internacional para a troca de experiências e transferência de tecnologia e ainda identificar fontes de recursos para a implementação da iniciativa, entre outras responsabilidades. O grupo executivo é o braço operacional, formado por seis pastas, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Casa Civil, com a liderança do Ministério do Meio Ambiente.

Tanto o Plano quanto a Política Nacional sobre Mudança do Clima fazem parte dos esforços do governo brasileiro para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa como, por exemplo, o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento, que envolve 13 ministérios e resultou na redução de 59% na taxa de desmatamento de 2004 a 2007.

Baboseiras amazônicas – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/01/2008

Depois do longo período de silêncio que se seguiu à sua posse na Sealopra (sigla que consagrou o nome da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo) que selou sua reconciliação com o governo que classificara como “o mais corrupto da história da República”, o ministro Roberto Mangabeira Unger mostrou, finalmente, em que se concentravam seus profundos estudos, pesquisas e reflexões sobre o futuro do País. Convencido de que “transformando a Amazônia, o Brasil se transformará”, sem explicar no que deseja que o Brasil “se transforme”, o ministro do futuro organizou uma expedição à região, de 35 pessoas, entre assessores, parlamentares e empresários com a missão de, em quatro dias, convencer os governos locais da importância e da viabilidade do seu

criativíssimo projeto de transposição de água da Amazônia para o Nordeste. É que os estudos e pesquisas do ministro levaram-no à surpreendente e inovadora conclusão de que “numa região sobra água inutilmente e na outra falta água calamitosamente”. Parece inacreditável que ninguém antes tenha feito tal raciocínio lapidar!

É verdade que na década de 1970 o futurólogo norte-americano Herman Khan, famoso por suas previsões e propostas, mais ambicioso do que Unger, já tinha sugerido a interligação das bacias hidrográficas da Amazônia e do Prata, por meio da criação de lagos na região do Xingu, que seriam abertos pela explosão de duas ou três bombas atômicas. Afinal de contas, o berço esplêndido brasileiro tem certos defeitos congênitos de distribuição da água dos rios – mas nada que a hodierna tecnologia não possa resolver... Mas o professor Unger é mais conservador. Vai buscar, para compatibilizar a abundância amazônica com a carência nordestina, o sistema preferencial de manipulação hídrica dos antigos romanos, ou seja, o velho aqueduto. Assim, propõe ele que seja construído um grande aqueduto entre a Amazônia e o Nordeste, para que se resolva, ad perpetuum, o problema da seca nordestina.

Talvez a “água que sobra inutilmente” na Amazônia, pelo seu excesso de volume, fosse melhor aproveitada, sem risco de drenagem daquela área, se o ministro Mangabeira Unger aceitasse o conselho da prefeita de Santarém, a quem expôs o seu plano. Para dona Maria do Carmo Lima, eleita pelo PT, “antes é necessário que se cuide bem da água da Amazônia para o povo amazônico. Vivemos às margens dos maiores rios e não temos água dentro de casa”. Em outras palavras, para quem conhece a Amazônia, lá o problema da inutilidade das águas abundantes se resolve com encanamentos e não com aquedutos.

Mas em sua expedição, acompanhado de comitiva de 35 pessoas – com a notória ausência da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que alegou razões de ordem pessoal para não ter de ouvir explicações tão relevantes sobre o “desenvolvimento sustentável” da região amazônica –, o ministro Unger também navegou por outras águas, anunciando outras idéias brotadas de sua Secretaria, tais como a tributação especial da mineração (no que se harmoniza com a diretriz governamental de aumentar impostos) e a adoção do ensino de uma segunda língua para todos os índios (talvez por ter chegado à conclusão de que é a condição de monoglotas que tem dificultado sua sobrevivência). Com essa expedição, o ministro confirmou que a Sealopra é um órgão do governo, custeado, é claro, com dinheiro dos contribuintes, em que se produzem idéias mirabolantes sem qualquer preocupação com sua utilidade, viabilidade e custo. Não foi sem razão que, comentando o Aqueduto Unger, o diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, lembrou que falta água no deserto do Saara e sobra no Canadá – e indaga por que, em vez de levar água da Amazônia para o Nordeste, não se a capta direto da Antártida.

O problema é que inventar enormidades não custa nada a quem as inventa, mas custa ao contribuinte, que é quem paga as equipes alocadas para o estudo e a discussão de idéias ridículas (para dizer o mínimo), transformando-se em financiador de baboseiras. Baboseiras como essa e como as do subordinado de Unger, Marcio Pochmann, presidente do Ipea, que quer resolver o problema do desemprego propondo 3 horas por dia de trabalho. Seria gozação, se não fosse desafio.

Amazônia real atropela idéias de Mangabeira - Gabriel Manzano Filho – Estado de São Paulo – Nacional – 18/01/2008

Ele planejava um aqueduto a partir do Norte para abastecer o Nordeste e descobriu que só em Manaus há 700 mil pessoas sem água encanada

O secretário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, ouviu ontem, numa mesa-redonda com especialistas, em Manaus, que pouco adianta ter idéias criativas e ousadas - como a de um aqueduto para levar água ao Nordeste -, se problemas básicos da região ainda não foram resolvidos. O governador Eduardo Braga (PMDB), por exemplo, pediu-lhe “pelo amor de Deus” que ajude a decidir uma polêmica que se arrasta há cinco anos, em Brasília, para fazer funcionar o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

“Ao chegar a Brasília, pelo amor de Deus, ajude a acabar com essa pendência que já dura mais de cinco anos e deixa o CBA paralisado por falta de uma cara jurídica”, disse o governador. Criado no governo Fernando Henrique, o CBA é disputado pelos Ministérios de Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia.

Sobre a construção de um aqueduto para o Nordeste, o secretário surpreendeu-se ao saber que só em Manaus há 700 mil pessoas sem água encanada. “É um paradoxo faltar água para os habitantes da Amazônia, com toda a abundância dos rios. Primeiro precisamos providenciar que os habitantes da região possam usar essa água”, admitiu o ministro.

Diante do ceticismo de alguns presentes - entre eles o senador Jefferson Péres (PDT-AM) -, o ministro tentou vender confiança. “O que queremos é um contato mais estreito. Vamos nos reunir de novo, muitas vezes. E quanto às sugestões, é melhor ser ousado do que ficar na mesmice”, afirmou o secretário - que antes de integrar o governo Lula o classificou de “o mais corrupto da história”.

Mangabeira mais ouviu do que falou. Uma das queixas dos amazonenses foi de que o governo federal entra com apenas 5% das verbas para ciência e tecnologia. “E há também um pedido para que, em vez de investir na BR-319, para ligar Manaus a Porto Velho, se construa uma ferrovia”, disse o secretário estadual de Meio Ambiente, Virgílio Viana. “Aquela área toda é de várzeas e a manutenção de uma estrada seria caríssima. A ferrovia faz mais sentido.”

‘INVIÁVEL’ - A idéia de construir um aqueduto para levar água do Amazonas ao Nordeste foi duramente criticada por especialistas. Segundo o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Apolo Heringer Lisboa, que estuda a transposição do Rio São Francisco há oito anos, a proposta “é ambientalmente absurda, economicamente inviável e tecnicamente impossível”.

Lisboa afirmou ainda que não há “a mínima necessidade” de tal providência. “O semi-árido já tem água, o que falta é melhorar a distribuição”, explica. Até o momento, não há coordenação entre o Projeto Amazônia e o Ministério do Meio Ambiente. Luciano Zica, secretário de Recursos Hídricos do ministério, disse ter tomado conhecimento das propostas pela imprensa. “Nós não fomos ouvidos. Agora precisamos analisar o caso.”

COLABORARAM LIEGE ALBUQUERQUE E ROBERTO ALMEIDA

FRASE - Mangabeira Unger - Secretário de Assuntos Estratégicos

“É um paradoxo faltar água para os habitantes da Amazônia, com toda a abundância dos rios. Primeiro precisamos providenciar que os habitantes da região possam usar essa água”

Mente fértil – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 18/01/2008

UM DESERTO de homens e idéias: por muito tempo, o Brasil foi visto desse modo, aliás injustamente. Seja como for, o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, parece mais do que nunca disposto a ocupar esse deserto por conta própria.

Desembarcou na Amazônia nesta terça-feira, fumegando de propostas para a região. Impostos, educandários e aquedutos brotavam da sua mente fértil. Por que não um aqueduto? Por que não vários? Transamazônicas líquidas, velozes, atravessavam as visões do ministro. Desembocariam no árido Nordeste. A teoria ungeriana é clara, límpida, desconcertante. "Numa região, sobra água, inutilmente. Na outra região, falta água, calamitosamente."

Diante do torrencial igualitarismo do projeto, até a dispendiosa e polêmica transposição do rio São Francisco parece modesta. O que faria seu adversário mais célebre, frei Luiz Flávio Cappio, se confrontado com o portentoso mangabeiroduto? Houve quem considerasse sua greve de fome um ato comparável aos de um profeta do Antigo Testamento. Talvez ao religioso só restasse prosternar-se, contrito, diante das inspirações superiores de Mangabeira, ao mesmo tempo Moisés e faraó, Netuno e Curupira.

A ministra do Meio Ambiente guarda silêncio. A prefeita de Santarém lembra que antes dos aquedutos seria interessante prover de água encanada os domicílios da região. Nosso Doutor Fantástico viajou em companhia de 35 assessores. O desperdício da missão só é menor do que o desperdício dos neurônios, certamente preciosos, do professor da Universidade Harvard.

Cresce derrubada da Amazônia, diz Inpe – Marta Salomon – Folha de São Paulo –
Ciência – 18/01/2008

Imagens do último trimestre indicam que pressão da soja sobre a floresta recrudescer em Mato Grosso

Um novo alerta sobre desmatamento na Amazônia será divulgado hoje pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) com base em imagens captadas por satélites no último trimestre do ano passado e que indicam a derrubada de matas em ritmo acelerado, numa média de mais de 1.000 quilômetros quadrados por mês.

"Estamos preocupados", disse Gilberto Câmara, diretor do instituto, que ontem conferia os números do resultado da ação dos desmatadores.

Em informes parciais encaminhados a representantes da área ambiental do governo, o Inpe já vinha sinalizando nova pressão de desmatamento no Mato Grosso, que havia perdido para o Pará a liderança no ranking dos Estados da Amazônia que mais abatem árvores. Nessa lista, Rondônia aparece na seqüência.

O governo estima que o desmatamento na Amazônia Legal não apenas parou de cair, como pode aumentar 10% no próximo levantamento consolidado, a ser divulgado no final do ano. Entre julho de 2006 e julho de 2007 foram derrubados 11,2 mil quilômetros quadrados de floresta, o equivalente a mais de sete vezes a cidade de São Paulo. Foi o melhor desempenho desde 1991.

Em Mato Grosso, novos focos de desmatamento estariam próximos a áreas de cultivo da soja, grão que registrou aumento de preços no ano passado. No Pará, a derrubada de floresta seria associada à expansão da pecuária. Em Rondônia, não há sinais claros de que o avanço do desmatamento tenha relação com a futura construção da hidrelétrica de Santo Antônio, a primeira do rio Madeira.

O diretor do Inpe avalia que o futuro da Amazônia vai depender do controle da expansão da pecuária no Pará, Estado que registrou o maior crescimento do rebanho no país. "A gente sente nitidamente a falta de engajamento, um "corpo mole" do Ministério da Agricultura", criticou Câmara, sobre as dificuldades de rastreamento da origem do gado criado na região. As culturas de soja e cana-de-açúcar teriam papel importante, porém indireto no desmatamento, ao ocuparem áreas de pasto e empurrarem a pecuária para a Amazônia, disse.

Os dados que sustentam o novo alerta são estimativas feitas pelo Inpe com base em sistema que capta o desmatamento em tempo real, o Deter. Os resultados são mais rápidos, porém mais imprecisos. Nos últimos meses, os números poderiam ter sido superdimensionados por um volume menor de nuvens do que a média. Em outubro, o Inpe divulgou um primeiro alerta, com uma estimativa de aumento do desmatamento em 8% no período entre julho e setembro. Só em Rondônia, em um único mês, o ritmo das motosserras teria aumentado em mais de 600%.

Esse primeiro alerta sugeria que o país teria dificuldade para manter a queda na taxa de desmate vista desde 2004. Na ocasião, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) afirmou que a Amazônia passaria por um "teste de fogo", em decorrência do aumento do preço de commodities e da proximidade das eleições municipais.

'Não precisamos de grandes projetos para Amazônia' - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2008

Sydney Possuelo: sertanista

Na avaliação de Possuelo, Mangabeira repetiu discursos que agradam a setores conservadores da economia dos EUA

As propostas do ministro Roberto Mangabeira Unger para a Amazônia, como construir aquedutos para o Nordeste, não são vistas como idéias mirabolantes ou inovadoras de um doutor de Harvard. Um dos ativistas que mais conhecem a Amazônia, o sertanista Sydney Possuelo, avalia que ele repete discursos velhos e preconceituosos que agradam a setores conservadores da economia dos Estados Unidos.

“Seu projeto me parece uma coisa importada e totalmente deslocada no contexto nacional”, critica. “Queremos um progresso que não destrua a soberania nacional e a floresta. O projeto só legaliza o saque da Amazônia.”

Possuelo aproveita para elogiar o trabalho do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira. Para ele, Meira é uma boa surpresa do governo Lula. “Não precisamos de grandes projetos para a Amazônia, mas de pessoas sensíveis que sabem dialogar com índios e ribeirinhos.”

Como o senhor avalia a proposta de Mangabeira de educar os índios em mais de uma língua e cultura?

O ministro não falou novidade. Existem programas antigos de educação bilíngüe no Brasil. A maior parte dos povos indígenas fala o português e seu idioma. Há muitas escolas nas aldeias de ensino bilíngüe, isso não é novidade nem uma idéia inovadora para longo prazo.

É possível desenvolver projetos de mineração que garantam distribuição de renda na região?

Toda vez que se pensou na entrada de empresários na floresta se pensou em saques nos territórios indígenas. O projeto do ministro parece ter essa característica. Vamos tirar madeira, água, regulamentar a retirada de minério... Nada disso é novo. A biodiversidade

da região continua sendo saqueada e o amazônida continua um ribeirinho carente. O que se quer é usar a Amazônia para produzir soja e criar bois para exportação. A idéia de desenvolvimento do ministro é violenta. Ele diz que a solução não é reverter o desmatamento, mas usar áreas desmatadas para agricultura e pecuária. Tudo me lembra coisas que já estão acontecendo. Agora quer levar as águas “inúteis” da Amazônia. É uma mentalidade preconceituosa, uma visão de fora. Suas idéias são de quem não conhece a floresta, quem acha que o verde significa atraso.

Não há uma “sobra inútil” das águas da região amazônica?

O ministro fala que sobra água inutilmente na Amazônia. Onde já se viu águas inúteis? Essas águas são tão inúteis como os Andes. A floresta não pode ser floresta, não pode cumprir sua função de abrigar diversidade biológica fantástica, onde habitam povos de culturas distintas. Não, a floresta tem de ter resultados econômicos. A Amazônia tem de dar lucro. É uma proposta para enriquecer meia dúzia e nos destruir.

O que incluiria num projeto de governo para a Amazônia?

A saúde. Os índios do Vale do Javari estão passando a fronteira, para serem atendidos por médicos do Peru e da Colômbia, países mais carentes que o Brasil. Está tudo ao Deus-dará. Também discutiria os problemas das cidades amazônicas. O que se deve discutir não é a sobra de água nas cidades, mas sua distribuição e uso.

O senhor continua crítico da política indigenista do governo?

Márcio Meira tem se mostrado sensível. O problema é que o governo destina recursos para várias organizações, mas pouco para a Funai. Eu, porém, estou otimista. Meira é um homem de qualidade, capaz de buscar de forma sensível novos caminhos para a Funai. Ele é de muito diálogo. O governo tem de lhe dar mais apoio.

Clima e desmate ameaçam levar floresta ao colapso - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 20/01/2008

Cientistas descobrem os 'pontos sem volta' da Amazônia, a partir dos quais a selva vira savana

Não é preciso empunhar motosserras ou derrubar árvores para colocar em risco o futuro da Amazônia. Mesmo que o desmatamento fosse zerado hoje e toda a mata derrubada, replantada amanhã, o excesso de gás carbônico lançado na atmosfera pelos escapamentos e chaminés do mundo industrial ainda ameaça transformar a floresta tropical em savana.

O alerta foi dado pelo especialista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em palestra no Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington, na quarta-feira, organizada em parceria com o Estado.

Estudos conduzidos por Nobre e colegas brasileiros mostram que a Amazônia é forte, mas não invencível. Com o agravamento do aquecimento global, caso a temperatura média do planeta suba mais do que 2,5°C, é possível que grande parte das florestas da Amazônia oriental seja reduzida a formações de savana, mais parecidas com o cerrado, por causa da redução de chuvas.

“Acima de 3°C, o risco de todo o centro-leste da Amazônia virar savana é muito grande”, avisa Nobre. Esse seria o chamado “tipping point”, ou ponto sem volta, a partir do qual a transformação da floresta se tornaria irreversível. Quando esse ponto será atingido é difícil prever. Vai depender da maneira como o mundo lidar com as emissões de gases do efeito estufa - especialmente o dióxido de carbono (CO₂) - nos próximos anos.

Caso nada seja feito para reverter o aumento das emissões, segundo Nobre, os modelos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) prevêem um aumento de 4°C a 7°C para a Amazônia até 2100 - ambos acima do limite de 3°C. É uma ameaça que escapa ao controle do Brasil, já que o País não tem como resolver o problema do aquecimento global sozinho.

Outro “tipping point” - esse sim, sob responsabilidade direta do País - é o desmatamento. Aconteça o que acontecer com o termômetro mundial, a redução de 40% da cobertura florestal no leste da Amazônia poderá deflagrar alterações climáticas severas na região, com redução de chuvas e aumento da temperatura local. O resultado, no fim, é o mesmo: savanização, acompanhada de enormes perdas de biodiversidade e serviços ambientais.

Quando essa linha sem volta será cruzada também é difícil prever. Assim como no caso das emissões de gás carbônico, a velocidade da mudança vai depender da postura do Brasil com relação ao desmatamento nos próximos anos. Até agora, andamos metade do caminho: cerca de 20% da Amazônia oriental já foi desmatada, segundo Nobre.

O pior é que ambos os processos - aquecimento e desmatamento - estão ocorrendo simultaneamente. Nobre ainda não tem modelos integrados com os dois fatores. Esse estudo está sendo feito agora. Mas não há dúvida de que o cenário nesse caso será ainda pior, com um processo empurrando o outro cada vez mais rapidamente em direção ao abismo.

E, para piorar mais um pouco, há um terceiro “tipping point” que ainda não foi considerado: o fogo. Com o aumento da temperatura e a redução de chuvas, a floresta fica mais seca e mais vulnerável a incêndios, que enfraquecem ainda mais sua capacidade de resistir às mudanças climáticas e ao desmatamento. “Os sistemas ecológicos estão adaptados a mudanças sazonais, para mais e para menos, mas não estão adaptados a mudanças rápidas numa só direção, como estamos fazendo agora”, afirma Nobre.

A parte oeste da Amazônia é mais resistente, segundo ele, por causa da maior abundância de chuvas, trazida por frentes oceânicas que se chocam com os Andes.

NÚMEROS

3°C de - aumento de temperatura é o ponto a partir do qual as florestas do leste da Amazônia se transformam em savanas

40% de redução - da cobertura florestal da região é o 'tipping point' de desmatamento, a partir do qual também ocorre a savanização

7°C é quanto - a temperatura da Amazônia poderá aumentar até 2100 por causa do aquecimento global

20% das florestas - do leste da Amazônia já foram desmatadas

O ideoduto de Mangabeira – Folha de São Paulo – Ciência – 20/01/2008

D depois de trocar a aprazível Cambridge, Massachusetts, pela aridez de Brasília, Roberto Mangabeira Unger, o extraordinário ministro de Assuntos Estratégicos, baixou na Amazônia com comitiva de mais de 30 pessoas. Cheio de idéias. Fora de seu lugar natural, pareciam também fora de propósito.

Estava na lista o nome de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, que fez o caminho inverso (dos cafundós do Acre para o Plano Piloto), mas não deu as caras. Deu foi um cano, e logo depois de falar em São Paulo num simpósio... criacionista (mas isso são outros 500).

Assim funciona o governo. Dá na veneta de um ministro formular um plano grandioso para metade do país, e os outros o deixam falando sozinho. É bem verdade que o alcance das idéias de Mangabeira não deve animar ninguém a acompanhá-lo naquela altitude. Nem em pensamento. Sua idéia que mais chamou atenção, a ponto de ocupar manchete de primeira página do jornal "O Globo", foi a de aquedutos para levar água da Amazônia ao Nordeste. Direto da sobra "inútil" para a falta "calamitosa".

Simple. Tão simples que o próprio Mangabeira se perguntou se não seria ingênuo. Sua resposta é técnica: novas maneiras de conceber e construir aquedutos. "A razão, porém, acabará por assistir ao ingênuo, não ao técnico. O custo do transporte de água é relativo às tecnologias disponíveis para transportá-la", pontificou.

Empreiteiros devem ter aplaudido à beça. Engenheiros contraporiam, em reserva, que distância e valor por peso do bem a transportar também pressionam a equação, mesmo sem lastrear a imaginação. Sendo imponderáveis, não custa nada transportar muitas idéias - por exemplo- de avião. Mangabeira aproveitou o vôo para despejá-las em cascata sobre a comitiva brasileira e as platéias amazônicas. Duas mais merecem comentário -uma deslocada, outra desinformada.

O ministro está preocupado com os índios da Amazônia: "Ameaçam afundar na desagregação social e moral -no ócio involuntário, no extrativismo desequipado, no alcoolismo e no suicídio". Para um filósofo e titular de Harvard, a incorreção antropológica soa chocante.

Além de não se justificar pelos valores, o dito tampouco se fundamenta em fatos. Pode valer para um ou outro indígena na Amazônia, mas não é a regra para os muitos povos que lá tiveram suas terras demarcadas e homologadas. Decerto se aplica à tragédia dos guaranis em Mato Grosso do Sul, que não fica na Amazônia, no entanto.

Mais alarmante é sua proposta de mobilizar o "potencial energético latente nas árvores -na celulose e na lignina". Em outras palavras, usar a floresta chuvosa para fazer combustível (álcool de madeira). Com "replântio constante das árvores", cuida de esclarecer o ministro.

É a prova cabal de que Mangabeira nada entende de mata amazônica. Apenas transfere para elas esquemas mentais lobrigados nos bosques temperados do hemisfério Norte. O potencial energético das árvores amazônicas já é mobilizado -à taxa de mais de 2 milhões de metros cúbicos por ano- na forma de carvão vegetal e ilegal. Tudo para alimentar uma dúzia de usinas de ferro-gusa no Pólo Carajás (Pará). A ferro e fogo, bem no estilo nacional.

Além disso, o filósofo desconhece que o manejo florestal, na Amazônia, prescinde do replântio de árvores. A reposição é feita naturalmente, se forem deixadas produtoras de sementes em densidade suficiente na mata. Há grandeza nessa visão da vida amazônica. O que lhe falta é acuidade.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Brasil quer virar líder em enterro de gás carbônico – Eduardo Geraque – Folh de São Paulo – Ciência – 20/01/2008

Técnica que injeta CO2 em excesso no subsolo pode frear mudança do clima - Petrobras inicia neste ano testes na Bahia e na bacia de Campos; processo é eficiente em seqüestrar gás, mas custo é um problema

É quase como jogar sujeira para debaixo do tapete. Como o Brasil tem lugar de sobra em seu subsolo para enterrar gás carbônico -2 trilhões de toneladas, segundo uma estimativa-, por que não dar uma mão para amenizar o aquecimento global? Neste ano, a Petrobras começa a seqüestrar carbono e depositá-lo em áreas já usadas para a extração de petróleo.

Há duas décadas, pelo menos, as empresas de petróleo injetam gás carbônico (CO₂) em alguns de seus poços porque isso ajuda a retirar o restinho de combustível do subsolo.

Como o CO₂ produzido pela queima desse mesmo petróleo virou um problema ambiental, a prática ganhou uma nova função. Segundo o IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, será preciso sumir com 25 bilhões de toneladas de CO₂ por ano até 2050. E o enterro de carbono pode ajudar: segundo o IPCC, a tecnologia tem o potencial de eliminar pelo menos 21% disso nesse período.

O plano das empresas de petróleo tem várias fases. O carbono que seria emitido para a atmosfera nas refinarias é capturado por uma chaminé. O gás então é injetado no subsolo, onde ele ficará guardado por milhões de anos -segundo os técnicos. "O Brasil, sozinho, tem capacidade para estocar o equivalente ao que o planeta emite em 80 anos", afirma João Marcelo Ketzer, coordenador do Cepac (Centro de Excelência em Pesquisa sobre Armazenamento de Carbono) da PUC do Rio Grande do Sul. É dele a estimativa sobre a capacidade de armazenamento do país.

As áreas usadas para a extração de carvão mineral ou os aquíferos salinos (cuja água é imprestável para o consumo) também podem servir como regiões de estoque. No mundo hoje, segundo Ketzer, existe potencial de estocar 1 trilhão de toneladas de CO₂ em reservatórios de petróleo, 10 trilhões em aquíferos e 40 bilhões em minas de carvão. Porém, a logística da captura em uma refinaria ou em uma usina não é trivial. Uma das dúvidas é a segurança. O CO₂ pode vaziar no transporte, matando asfixiadas pessoas em volta. (Isso aconteceu em 1986, quando 1.700 camaronenses morreram após um depósito natural do gás vaziar de um vulcão.) Ou, o menos provável, o vazamento do próprio reservatório -causando um problema ambiental. "Qualquer processo pode ser feito de forma perigosa", afirma Robert Socolow, físico e especialista em técnicas de estocagem de carbono, da Universidade de Princeton (EUA).

"O custo da tecnologia é um dos problemas que ainda precisam ser resolvidos", diz Paulo Cunha, do Cenpes (Centro de Pesquisa da Petrobras). O transporte do carbono de uma refinaria no continente para o reservatório -muitas vezes no mar, a centenas ou milhares de quilômetros de distância- pode exigir a construção de dutos, como os usados para o transporte do gás natural.

No Brasil serão feitas, no segundo semestre, injeções em larga escala de carbono em terra, na Bahia, e sob o mar, na bacia de Campos. A Petrobras, afirma Cunha, espera chegar a 2014 com um armazenamento de CO₂ da ordem de 10 milhões de toneladas por ano. Se a meta for atingida, será um dos maiores projetos de seqüestro geológico do mundo. Hoje, em grande escala, existem apenas três.

O pioneiro funciona na Noruega, e é feito, sob o mar, pela petrolífera local Statoil. No Canadá, em Weyburn, na terra firme, é feito o estoque de carbono capturado nos EUA pela canadense EnCana. O último fica na Argélia e está associado com o gás natural. Cada um seqüestra até 2 milhões de toneladas de CO₂ por ano.

Dedo podre – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/01/2008

NO TEMPO de nossas avós, dizia-se que tinha dedo podre a moça atraída por namorados que não prestavam. Ultimamente, a diplomacia ambiental brasileira parece ter sofrido dessa fraqueza.

Em álcool, resolvemos namorar os Estados Unidos, que nos abandonaram no altar sem abrir-nos o mercado. Ainda por cima nos comprometeram a inocência com sua má reputação. Como a moeda falsa que expulsa a boa, o milho contagiou a cana, que tem agora de se defender o tempo todo pela falta de alimentos ou seu alto preço.

Em aquecimento global, sofremos da falsa reputação de promiscuidade com a China e a Índia, países de matriz energética suja, baseada no carvão. Dependente de hidrelétricas, a matriz brasileira é relativamente limpa e nos daria posição confortável. Jogamos fora a vantagem ao relutar em dizer claramente que boa parte do agravamento do problema provém agora dos emergentes sujos, inclusive das queimadas brasileiras.

O aumento da temperatura global registrado até 1990 (0,76C) se devia, sobretudo, aos gases-estufa acumulados desde o início da Revolução Industrial pelos 30 e poucos países mais ricos. Por uma questão de justiça e maiores recursos, era justo que fossem eles os primeiros a assumirem metas obrigatórias de redução de gases. Contudo, desde 1990, a maior parte do aumento das emissões (73%) passou a vir dos países emergentes. O alarmante é que, em vez de diminuir, a taxa de emissão vem aumentando mais de quatro vezes a partir de 2000, em comparação com a década de 90 (saltou de 0,7% anual a 2,9%)!

As causas são várias, mas a principal é o crescimento predatório da China, que inaugura uma usina de carvão por semana. Diante disso, como se pode pretender que os campeões de velocidade do crescimento econômico (e poluidor) no mundo -China, Índia, asiáticos- continuem isentos de cobrança da mesma forma que o Haiti ou Burkina Fasso? O fenômeno é cumulativo: quanto maior o volume de gases lançados à atmosfera, maior será a alta de temperatura e pior a catástrofe. A essa responsabilidade nova tem de corresponder contribuição maior para combater a ameaça global.

A fim de atrair participação mais efetiva dos emergentes, a diplomacia brasileira ajudou a lançar processo mais abrangente do que o anterior, restrito às metas (insuficientes) dos ricos. Na conferência de Bali, o Brasil foi também decisivo em avanços na questão das florestas e na aceitação pelos países em desenvolvimento de metas voluntárias de redução "quantificáveis, reportáveis e fiscalizáveis".

Envergonhada e escondida, essa evolução inegável tem a percepção prejudicada por divisões internas e discurso doutrinário que dão impressão oposta. Ainda não assumimos, na substância e também na forma, posição diferenciada como na conferência do Rio de Janeiro, de 1992.

Naquela ocasião, o Brasil mostrou que se diferenciava dos Estados Unidos, de um lado, e dos emergentes sujos, do outro, recusando ser membro de uma facção para desempenhar o papel de intermediário e facilitador de consenso universal.

Para isso, é preciso: 1º) adotar política eficaz para acabar com o desmatamento criminoso na Amazônia e no cerrado, nossa culpa principal na matéria; 2º) agir não em função da divisão Norte-Sul ou jogos diplomáticos de curto prazo, mas com senso de responsabilidade à altura de ameaça mortal à civilização no Brasil e no mundo.

RUBENS RICUPERO , 70, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.

A importância da sustentabilidade – Sergio Werlang – Valor Econômico – Opinião - 21/01/2008

O conceito de sustentabilidade tem sido muito mencionado. Fala-se muito do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade sócio-ambiental. Qual a definição precisa deste termo, e por que tem sido muito utilizado?

A noção de sustentabilidade parte do pressuposto que para que uma sociedade progrida e que tenha crescimento econômico estável, é preciso dar atenção a fatores que possam afetar esta estabilidade no futuro. A questão que se põe é por que estes fatores já não são normalmente levados em consideração nas decisões individuais do dia-a-dia. A razão para tal fenômeno é que não há preços para orientar as escolhas que impactam estes fatores. Os preços num mercado livre funcionam como direcionadores do crescimento e das decisões: quando há escassez de um bem, seu preço sobe. Isto faz com que: 1) as pessoas passem a demandá-lo menos, e 2) as empresas, por sua vez, aumentem a sua produção. Ou seja, em linhas gerais o sistema de preços guia os rumos da economia. A qualquer indivíduo ou empresa, basta observar como são os preços das mercadorias e dos serviços para decidirem se devem ou não alterar seu padrão de consumo ou produção. Ocorre que há certos fatores sociais e ambientais que são resultado das escolhas individuais, mas para os quais não há preços. E estes fatores influenciam as decisões que as pessoas e as empresas irão tomar no futuro. Para ser mais específico, considerem-se dois exemplos, um na dimensão social e um na ambiental.

Primeiro, considere um exemplo social. Imagine que, ao longo do processo de desenvolvimento econômico de um país, parte das pessoas fosse levada a empobrecer muito, comprometendo até mesmo sua subsistência (o nível de subsistência é aproximadamente o que se considera a linha de pobreza absoluta). Neste caso, estes indivíduos vão, ao longo do tempo, desinteressando-se do convívio segundo regras e leis que regem a sociedade (uma vez que foram levados por estas regras a terem problemas para sua sobrevivência). Isto, é claro, pode causar uma desagregação da sociedade. Desta forma, este país estava num processo de desenvolvimento econômico não sustentável do ponto de vista social. Note que o Brasil é o oposto disto: desde o início do século passado, e mais acentuadamente após o plano real, a pobreza absoluta tem caído acentuadamente. Qual é o problema neste exemplo de desenvolvimento não sustentável? Não há um mecanismo de "preço" para orientar decisões que possibilitem evitar as conseqüências nocivas do crescimento. Em geral o que as sociedades estabelecem para lidar com este problema são programas de proteção aos menos favorecidos. Programas estes que podem ser financiados pelo setor público (no Brasil: aposentadoria mínima não contributiva e o programa Bolsa

Família) ou privado (indivíduos podem fazer doações a projetos sociais, ou ações de voluntariado e empresas podem investir recursos em projetos sociais).

Muitos problemas ambientais afetarão o futuro da sociedade e não há um sistema de preços para servir de guia às escolhas dos indivíduos e empresas

Segundo, o seguinte exemplo mostra a importância da sustentabilidade na dimensão ambiental. Pense num lago que tenha vários pescadores que morem ao seu redor. Se não houver um sistema de concessão de licenças de pesca organizado, efetivamente ninguém será o detentor dos direitos de pesca no lago. Assim, qualquer pescador pode pescar quando quiser, mesmo na época da reprodução. Como nenhum deles precisa de autorização para pescar, o incentivo individual é pescar o máximo possível. Isto pode levar, e de fato o faz em muitos casos, a acabar com a população de peixes do lago. Este problema, o da pesca predatória, é bem conhecido. Para resolver este problema ambiental existe uma solução simples: a introdução do direito de propriedade para explorar o lago (que pode ser público, cedido mediante a venda da concessão de licenças para pesca num prazo determinado e dentro de certos limites). As licenças podem ou não ser negociadas, mas o que importa é a existência de um preço de licença que vai fazer com que todos os que estiverem dispostos a pagar para pescar poderão fazê-lo. Quem não pagar não pode pescar. Uma vez que o direito de propriedade seja corretamente estabelecido e um sistema de preços para o direito de pesca também, acaba-se com o problema da pesca predatória, pois o detentor do direito de propriedade quer que haja todos os anos peixes para todos pescarem.

Ocorre que no caso do lago, foi possível achar uma forma de introduzir um sistema de preços que orientou as decisões das pessoas de modo a não causarem um problema ambiental. Mas, há muitos casos que são muito mais complexos que o do lago, embora partam do mesmo princípio. Pense, por exemplo, no aquecimento global: é causado pela emissão de gás carbônico no mundo como um todo. O protocolo de Quioto é uma tentativa muito tímida de colocar-se um certo "direito de propriedade" mundial sobre as emissões de gás carbônico na atmosfera. Problema semelhante, de falta de preços, ocorre com a poluição do ar e da água. Desta forma, muitos problemas ambientais afetarão o futuro da sociedade, e não há um sistema de preços para servir de guia às escolhas dos indivíduos e empresas.

É esta lacuna que a falta de mercados causa que deve ser mitigada com a sustentabilidade sócio-ambiental: difunde-se para cada cidadão e cada empresa a importância de boas práticas sócio-ambientais. Quando estes entes forem tomar decisões, levarão em consideração não somente os preços, mas também outros efeitos causados por suas escolhas que possam afetar negativamente o futuro.

Fixando-se no caso ambiental, ações típicas podem ser: 1) para que sistemas de preço sejam cada vez mais levados em consideração e implantados no mundo, deve haver uma ampliação grande do mercado de créditos de carbono, com metas mais ambiciosas; 2) cada indivíduo deve conscientizar-se de seu papel e das ações que pode tomar que sejam ambientalmente responsáveis (por exemplo, sempre preferir um carro flex a um que seja somente movido a gasolina); 3) no caso de uma empresa, utilizar técnicas de produção que, mesmo que não sejam as mais baratas, sejam sustentáveis ambientalmente; 4) no caso de uma instituição bancária pode-se pensar em estimular seus clientes empresas a adotarem boas práticas sócio-ambientais (o sistema bancário é um poderoso agente disseminador da sustentabilidade). Em suma, o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental é de suma

importância e tem um objetivo econômico muito claro: o de introduzir nas decisões das pessoas e empresas a consideração sobre seus impactos nas dimensões social e ambiental que não estão ainda (ou nunca estarão) refletidos no sistema de preços. A sustentabilidade sócio-ambiental é parte integrante das economias de mercado.

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, diretor-executivo do Banco Itaú e professor da Escola de Pós-graduação em Economia da FGV, escreve mensalmente às segundas-feiras.

O colapso do agronegócio e a agricultura do futuro - Gerson Teixeira – Valor Econômico – Opinião - 21/01/2008

A interação de dois fenômenos estruturais são preditivos de uma atividade agrícola no futuro, organizada sob bases incompatíveis com a manutenção do agronegócio nos termos atuais. O primeiro fenômeno, de ordem econômica, subproduto da modernização conservadora da agricultura, diz respeito à trajetória erosiva, no longo prazo, dos níveis de rentabilidade econômica da base primária da atividade, decorrente do gap continuado entre preços agrícolas e custos de produção. Esse descompasso teve início com a auto-suficiência alimentar da Europa no final da década de 1970. À título de exemplo, de acordo com a FAO, entre 1980 e 2005, os níveis reais dos preços do milho, arroz, trigo e algodão declinaram, respectivamente, 55%, 50%, 46%, 60% e 54%.

Interagem com esse fenômeno os ganhos de produtividade agrícola em escalas incapazes de convergir as curvas dos preços e custos. A este respeito, vale consultar na Central de Informações Agropecuárias da Conab (www.conab.gov.br) os dados sobre a evolução dessas variáveis, para várias culturas, no período de 1998 a 2007.

Nos países ricos, o colapso da agricultura, por força desses fenômenos, tem sido evitado por políticas protecionistas vigorosas que incluem bilhões de dólares em ajuda aos agricultores.

No Brasil, a grande exploração agrícola tem resistido, com competitividade internacional, graças ao concurso de fatores como: a "cultura" da inadimplência no crédito rural, a precarização do trabalho, os baixos preços relativos da terra, o uso predatório dos recursos naturais e os incentivos da Lei Kandir.

Decorre das tendências acima, portanto, a rota desestruturante da base primária da agricultura empresarial, ao que tudo indica, inevitável, à medida que resultante de fatores dificilmente reversíveis, a exemplo do protecionismo agrícola, da imanência excedentária do modelo agrícola e dos processos de concentração e a centralização econômica dos capitais industrial, financeiro e comercial no entorno da atividade agrícola.

Poder-se-ia contra-argumentar que a economia dos agrocombustíveis imporá inflexão nessas tendências. Mas, o governo brasileiro, os agrosenhores e os seus agro-intelectuais garantem que não haverá competição com a produção de alimentos! Aliás, recomenda-se àqueles que ainda apostam na mega-economia dos agrocombustíveis, a interpretação política da lista de bens ambientais, sem o etanol, apresentada em Bali na COP 13, pelos EUA e Europa, em atropelo e desrespeito, como de praxe, às negociações entabuladas pelos mais de 150 membros do Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC.

Esta ameaça à agricultura empresarial perde intensidade no caso da agricultura familiar e camponesa por conta dos valores e relações com a terra não restritos à lógica marginalista.

Com esta maior blindagem e levando em conta os efeitos do segundo fenômeno tratado na seqüência, a pequena produção agroecológica se habilita para hegemonizar, no futuro, a paisagem agrária, principalmente em países como o Brasil.

Sem a redução massiva da utilização dos agroquímicos não há possibilidade de redução do aquecimento global

O segundo fenômeno deriva dos impactos na atividade agrícola das mudanças climáticas globais e, ao mesmo tempo, das contribuições da agricultura para o aquecimento global.

O mundo se depara com o grandioso (e ao que tudo indica, irrealizável) desafio de reduzir, entre 50% e 80% as emissões de gases de efeito-estufa, nos próximos 50 anos, para evitar que a temperatura global ultrapasse os 2 graus centígrados. E as medidas nesta direção devem ser implementadas, nas hipóteses mais otimistas, no prazo de até 15 anos.

A agricultura contribui de forma importante e será fortemente afetada por esse processo. Calcula-se que esta atividade seja responsável por 30% das emissões globais de gases geradores do efeito estufa. Afora as queimadas em países como o Brasil, o principal fator da contribuição da agricultura para o aquecimento global é o emprego intensivo de fertilizantes químicos. Daí decorre o seguinte dilema: sem a redução massiva da utilização dos agroquímicos não há possibilidade de redução do aquecimento global e, ao mesmo tempo, sem o uso crescente desses insumos a agricultura produtivista estará inviabilizada.

Neste quadro, no qual a grande exploração agrícola conspira contra a sua própria sobrevivência e a do planeta, os impactos do aquecimento global desestabilizadores da agricultura, previstos no último Relatório do IPCC, exigirão mudanças de profundidade na base técnica da agricultura sob pena de severas ameaças à segurança alimentar da população mundial.

É óbvio que os centros de pesquisa em todo o mundo já vêm se empenhando por soluções técnicas agronômicas para as situações de superstress que advirão do aquecimento global. Todavia, se, por exemplo, é possível a obtenção de variedades compatíveis com adversidades ambientais previstas, não parece razoável supor uma atividade agrícola no futuro ultra-intensiva em fertilizantes. A não ser que a opção seja pela destruição do planeta! Não sendo assim, é possível imaginar o atual modelo agrícola, sem os agroquímicos? Aí já seria um outro modelo agrícola!

Do mesmo modo, muitos cientistas asseguram que a agricultura com biodiversidade será essencial para a convivência com os desdobramentos das mudanças climáticas. Como isto seria possível com um tipo de agricultura no qual a biodiversidade tem sido uma das suas principais vítimas? Além disso, sem monocultivos em escala não há possibilidade de viabilidade econômica para a base primária do agronegócio, nos termos atuais. De novo, agora por razões ambientais, a pequena produção agroecológica se credencia para dominar a paisagem agrária do futuro

Em suma, se fatores desestabilizadores da natureza e da economia tendem a criar essa oportunidade de hegemonia para a agricultura familiar e camponesa, no futuro, resta que, na política, as suas organizações atuem para tal sob perspectiva estratégica.

Para tanto, mais do que nunca, reforma agrária, agricultura familiar e meio ambiente devem passar a ser pontos de convergência das agendas das lutas populares no campo. E cumpre que se perceba a necessidade de luta pela revisão do Pronaf à medida que, na concepção atual o programa nivela as formas de gestão e produção dos camponeses às bases de organização da agricultura produtivista. Isto não ajuda a construir o futuro!

Gerson Teixeira é coordenador geral da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, no DF.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PETRÓLEO X BIOCOMBUSTÍVEIS - Fábio de Salles Meirelles - Sítio Eletrônico da CNA – 22/01/2008

Recentemente, as mídias nacional e internacional deram grande destaque ao anúncio, feito pela Petrobras, da descoberta de uma imensa reserva de petróleo no litoral brasileiro. Se confirmadas as expectativas, em poucos anos, o Brasil estará entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.

A notícia, sem dúvida, merece ser comemorada. Essa nova reserva de petróleo seguramente representará um considerável reforço à economia nacional. Porém, a receita fácil originária da exportação do petróleo pode se tornar uma armadilha para o verdadeiro desenvolvimento e devemos saber evitá-la.

O Brasil é um País que pelo esforço de seus empreendedores desenvolveu uma agricultura considerada das mais competitivas do mundo. Hoje, caminhamos firmemente no sentido de nos tornarmos uma referência na produção de energia renovável com base nos biocombustíveis, segmento dinâmico no qual o Brasil dispõe de tecnologia de ponta e de todas as condições para assumir a liderança mundial. São conquistas importantes, das quais não podemos abrir mão. Causa-nos certa apreensão a possibilidade de que o Brasil, a partir da abundância de petróleo, deixe de caminhar no sentido do verdadeiro desenvolvimento sustentável representado, principalmente, pelo desenvolvimento dos biocombustíveis e da produção de grãos.

Além do álcool, um combustível já consolidado, a agricultura energética está sendo impulsionada também pelo biodiesel, que representa um novo mercado para os óleos vegetais, pois pode ser produzido a partir de uma grande variedade de espécies, em diferentes regiões do Brasil. Essa característica impulsionará o desenvolvimento sócio-econômico em todo o território brasileiro, gerando emprego, renda e integração regional.

É importante mencionar a capacidade de geração de emprego e renda dos biocombustíveis, pois eles representam novas atividades que se somarão à matriz produtiva brasileira. A cana-de-açúcar é um exemplo. Na área rural, essa cultura responde pela manutenção de aproximadamente 1,5 milhão de empregos, sem contar os postos de trabalho criados na indústria de insumos, processamento, transporte, distribuição e comércio. Comparativamente, a produção de etanol de cana gera um número de empregos por unidade de energia produzida cerca de 100 vezes maior que a indústria do petróleo.

Na visão dos produtores rurais, os biocombustíveis fazem parte de um negócio que vai além do suprimento interno de combustível, pois ultrapassa as fronteiras do Brasil, podendo servir como plataforma de comercialização de tecnologia, geração de divisas e, porque não, consolidação estratégica e inserção geo-política do Brasil. Nesse contexto, é

preciso mencionar a oportunidade criada pelo Protocolo de Kyoto que determina a redução de emissão de gases causadores do efeito estufa. Um dos mecanismos é estimular os países que reduzirem suas emissões, por meio da comercialização das cotas de carbono a outras nações que não se enquadraram ao Protocolo.

Nossa posição de defensores da livre iniciativa, do empreendedorismo e do desenvolvimento sustentável, nos coloca na obrigação de emitir esse alerta. O petróleo, agora descoberto, deve contribuir verdadeiramente para o crescimento do País, mas sem colocar em segundo plano o desenvolvimento dos biocombustíveis, que hoje representam uma contribuição para a produção de grãos e a fonte do verdadeiro desenvolvimento sustentável do Brasil.

**Fábio de Salles Meirelles é produtor rural e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).*

"Déficit ambiental" de país rico supera dívida de pobre – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 22/01/2008

Dano ecológico imposto às nações em desenvolvimento foi de US\$ 7,4 trilhões

Estudo de economistas e ecólogos projeta a perda futura que a degradação entre as décadas de 1960 e 1990 deve causar no globo

DA REPORTAGEM LOCAL - O dano ambiental que ações de países desenvolvidos causaram aos países em desenvolvimento é maior do que a dívida externa da ala pobre do mundo. A conclusão é de um estudo publicado hoje por um grupo de ecólogos e economistas dos Estados Unidos. O consumo e a destruição de recursos da natureza por parte dos ricos entre as décadas de 1960 e 1990 deverá impor ao longo do século 21 uma perda de US\$ 7,4 trilhões da economia de países de renda per capita baixa e média. A dívida externa dos países pobres na mesma época atingiu US\$ 1,7 trilhão.

Os autores do estudo, liderados pelo economista Richard Norgaard, da Universidade da Califórnia em Berkeley, trazem também um novo número do prejuízo que o dano ambiental no período estudado causará à humanidade como um todo: US\$ 47 trilhões. Em estudo na revista "PNAS", os autores afirmam ter feito "estimativas conservadoras" para os custos ambientais de atividades humanas ligadas a mudança climática, destruição da camada de ozônio, expansão da agricultura, desmatamento, pesca predatória e danos a mangues.

"Ajustando os valores dos impactos para os diferentes padrões de vida ao longo desses grupos [ricos e pobres], como é de costume, encontramos desequilíbrios notáveis", escrevem Norgaard e colegas. "Apenas por meio da emissão proporcional de gases de efeito estufa, o grupo rico pode ter imposto danos climáticos aos pobres maiores do que a dívida externa destes."

Apesar de o estudo ter lidado com diversos tipos de dano ambiental, o aquecimento global e o problema com o ozônio são de longe os fenômenos mais impactantes, representando mais de 97% das perdas.

Segundo o economista Peter May, da ONG Amigos da Terra, não é a primeira vez que se faz uma estimativa da chamada "pegada ecológica" global, mas Norgaard realizou um estudo "mais bem trabalhado e aprimorado". "Esse é o primeiro trabalho que faz isso mostrando em forma de matriz, revelando de onde vem o custo e para onde vai", afirmou May.

O economista afirma, porém, que quantificar os danos globais em termos de dólares ainda é uma ciência muito "inexata". Um problema com o que os economistas se deparam com frequência nesse tipo de estudo, por exemplo, é o de tentar prever como a economia global vai se comportar no futuro.

Como é preciso escolher um pouco arbitrariamente, por exemplo, um valor para as taxas de juros futuras, o valor final acaba tendo uma grande margem de erro. "No caso, eles usaram um valor baixo, que não se encontra muito na literatura [de economia]", diz May. Com um valor mais tradicional, argumenta o economista, a cifra final da "pegada ecológica" global estimada poderia ser menor. "O fator pode ser de mais de 50% de redução, por isso há tanta incerteza", diz. **(RAFAEL GARCIA)**

Prejuízo ambiental para pobres supera dívida externa – Sítio Eletrônico do MST – 22/01/2008

Os prejuízos ambientais causados pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento custarão mais caro que os prejuízos da dívida externa. Esta é a conclusão de um estudo publicado por um grupo estadunidense formado por ecologistas e economistas. De acordo com o documento, a destruição dos recursos naturais pelos ricos entre as décadas de 1960 e 1990 deverá significar uma perda de mais de R\$ 13 trilhões aos países de renda per capita baixa e média.

A dívida externa dos países pobres, na mesma época, ficou em torno de R\$ 3 trilhões. Segundo os autores da pesquisa, apenas por meio da emissão proporcional de gases de efeito estufa, o grupo rico pode ter imposto danos climáticos aos pobres maiores do que a dívida externa destes.

Os custos calculados levam em conta as atividades humanas ligadas à mudança climática, destruição da camada de ozônio, expansão da agricultura, desmatamento, pesca predatória e danos a mangues. Os pesquisadores estimam que o dano ambiental trará a humanidade como um todo um prejuízo de mais de R\$ 85 trilhões.

O aquecimento global e o problema com o ozônio foram considerados os fenômenos mais impactantes, representando mais de 97% das perdas.

Furlan quer ser o embaixador da floresta - Mariana Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/01/2008

Ex-ministro agora é o presidente da Fundação Amazônia Sustentável

Luiz Fernando Furlan está de emprego novo. Depois de uma carreira dedicada ao setor privado - mais especificamente à Sadia, empresa da qual ainda é sócio -, e da experiência de quatro anos de governo, como ministro do Desenvolvimento (2003-2007), Furlan abraçou a causa da sustentabilidade. Migrou para o terceiro setor e agora preside o conselho da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), uma organização privada de interesse público que tem por missão conservar, por meio de um contrato de concessão onerosa, uma área de 17 milhões de hectares divididos em cinco glebas.

Como presidente do conselho, a principal missão de Furlan será vender a causa da conservação ambiental no exterior. “A posição do Brasil na questão ambiental é muito defensiva. Mas nós preservamos 69% de nossas florestas, enquanto na Europa e nos EUA a cobertura florestal praticamente desapareceu”, diz Furlan, que pretende não descansar enquanto não conseguir colar a imagem de amigo do meio ambiente à imagem do Brasil no exterior. “A imagem de um país se reflete em tudo, no turismo, nos negócios e até no preço das mercadorias. Não há nada de errado na trilogia samba-café-Pelé, mas tem de haver evolução.”

Esta semana, ele embarcou em sua primeira missão como “embaixador do meio ambiente”. Foi para Davos, Suíça, vender o projeto aos grandes líderes mundiais no Fórum Econômico Mundial. Quer sensibilizar sobretudo Eric Schmidt, presidente do Google, e Larry Brilliant, diretor executivo do Google.org (braço social do gigante da internet). “Vou propor uma parceria na qual famílias e empresas possam adotar virtualmente um pedaço de terra na Amazônia para ser conservada”, disse Furlan. “Por meio do Google Earth, as pessoas poderão conferir se a floresta está mesmo sendo preservada.”

O interesse pela causa ambiental, explica, surgiu durante as missões para vender biocombustíveis no exterior, quanto esteve no governo. Ficou particularmente sensibilizado após uma conversa com ex-vice presidente americano Al Gore, em 2004, na Califórnia. “Al Gore abraçou uma causa que os políticos não costumam abraçar. Não tenho dúvida de que a história cuidará melhor dele como ambientalista do que se ele tivesse ganho as eleições (contra George W. Bush).”

O emprego novo surgiu no último encontro empresarial promovido pelo apresentador João Dória Junior em Mendoza, na Argentina. Depois de ouvir o governador do Amazonas, Eduardo Braga, lançar a idéia de uma fundação para preservar a floresta, Furlan se prontificou para tornar o projeto realidade.

Ainda que seu estatuto esteja “blindado” para impedir o uso político, a fundação está intimamente ligada ao governo do Amazonas, que concederá bolsas de R\$ 600 para as 8,5 mil famílias que hoje moram nas terras sob concessão e que serão transformadas em guardiães da preservação.

Os recursos para custear a fundação virão do rendimento de um fundo fiduciário. O fundo já conta com R\$ 40 milhões, metade doado pelo governo do Amazonas e metade pelo Bradesco, e negocia mais R\$ 60 milhões com outros patrocinadores. O Bradesco ainda vai repassar, ao longo de cinco anos, R\$ 10 milhões anuais, obtidos com a venda de produtos financeiros associados à FAS.

DETER registra aumento de desmatamento na Amazônia – Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA - 23/01/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou hoje um desmatamento de 3.235 quilômetros quadrados na Amazônia de agosto a dezembro de 2007. Os números, registrado pelo sistema DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), apontam uma tendência de aumento do desmatamento.

O mais preocupante é o registro de áreas desmatadas nos meses de novembro e dezembro, o que é considerado atípico. Do total registrado, 1.922 quilômetros quadrados dos cortes foram nestes dois meses. Segundo a ministra, esses números apontam para duas hipóteses: uma antecipação do desmatamento em função da estiagem prolongada (os cortes ocorrem normalmente a partir de maio), ou a confirmação da tendência de aumento do desmatamento. "Mas o governo não quer pagar para ver. Vamos fazer frente ao processo, tomar a dianteira e mostrar que é possível a governança mesmo em anos atípicos", afirmou Marina.

Nesta quinta-feira (24), a ministra reúne-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, às 9h, no Palácio do Planalto. No encontro, que terá participação de outros ministros, serão discutidas as medidas para fortalecer a fiscalização nos locais considerados mais críticos. O estado do Mato Grosso, sozinho, concentrou 53,5% dos cortes (ou 1.786 km²) no período, seguido do Pará (591 km² ou 17,8%) e Rondônia (533 km² ou 16%).

Os dados apresentados têm como base o sistema DETER que, para ser mais rápido, registra apenas parte do que é desmatado. Levando em conta os dados históricos, estima-se que a área cortada possa chegar a 7.000 km² entre agosto e dezembro de 2007. "É um comportamento completamente novo e muito preocupante", destaca o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco.

O aumento do preço das commodities também pode ter agravado o quadro. Segundo a ministra, as atividades típicas dos estados que mais desmataram são a pecuária e a soja que, coincidentemente, registraram aumento de preços. "A realidade econômica destes estados indicam que estas atividades impactam, sem sombra de dúvida, a floresta". Ela ressaltou que para deter o aumento do desmatamento na Amazônia será preciso não somente ações do governo, mas também maior responsabilidade social e ambiental dos setores produtivos. Os municípios campeões de desmatamento são São Felix do Xingu e Cumaru do Norte, ambos no Pará, e Colniza, em Mato Grosso.

Com estes dados em mãos, o MMA quer acelerar as ações que começaram a ser postas em prática no final do ano passado, após a detecção dos primeiros sinais de aumento do desmatamento. Uma portaria, a ser assinada ainda nesta semana pela ministra Marina Silva, deve apontar os 31 municípios que mais desmatam no Brasil e que deverão obedecer regras mais rígidas de controle, estabelecidas no decreto presidencial de dezembro de 2007.

* Gisele Teixeira

Desmatamento na Amazônia dispara e põe governo em alerta - João Domingos e Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 24/01/2008

Foram derrubados 3.233 km² de floresta de agosto a dezembro; total pode chegar a 15 mil km² em doze meses

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou reunião de emergência hoje para tratar do aumento da área desmatada na Amazônia nos últimos cinco meses de 2007. Pelos cálculos da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe), o desmatamento pode ter atingido cerca de 7 mil quilômetros quadrados no período - o equivalente a cerca de 700 campos de futebol.

▪ [Confira a evolução do desmatamento na Amazônia](#)

Um levantamento do Inpe mostrou que, de agosto a dezembro, foram derrubados 3.233 quilômetros quadrados de floresta, dos quais 1.922 quilômetros quadrados em novembro e dezembro, quando normalmente não há desmate por causa das chuvas. É o governo que afirma que pode ser, no entanto, muito maior.

O Estado campeão de desmatamento no período analisado é Mato Grosso, com 1.786 quilômetros quadrados derrubados. O governador Blairo Maggi (PR) não quis se pronunciar sobre os números. O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Luiz Henrique Daldegan, disse que os dados preliminares, que apontam o Estado como um dos vilões do desmatamento na região amazônica, refletem a realidade. “Estamos trabalhando em parceria com o Ibama e identificando e punido os responsáveis pelos desmatamentos”, afirmou.

“Até hoje o Inpe não tinha detectado desmatamentos dessa magnitude”, disse Gilberto Câmara, diretor-geral do Inpe. “É extremamente preocupante”, emendou o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

“O sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que detectou a área de desmatamento de pouco mais de 3.200 quilômetros quadrados, é de prevenção e não tem resolução suficiente para pegar as pequenas áreas. Sempre trabalhamos com uma diferença entre 40% e 60%, o que tem sido confirmado pelo outro sistema, o Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), que faz os registros definitivos”, disse Capobianco.

SOJA, GADO E FERRO-GUSA - Marina afirmou que já é possível dizer que o aumento do preço da soja, o avanço do gado na Amazônia e a derrubada de árvores para as siderúrgicas de ferro-gusa são as causas principais do desmatamento. Seus assessores lembraram que a derrubada da floresta aconteceu principalmente em Mato Grosso, Rondônia e no Pará, Estados onde esses setores da economia têm avançado muito nos últimos anos. “Os que trabalham com o ferro-gusa ficam mais no Pará”, disse Gilberto Câmara.

Os cinco municípios campeões de derrubada na Amazônia são São Félix do Xingu e Cumaru do Norte, no Pará, e Colniza, Marcelândia e Querência, em Mato Grosso. Entre agosto de 2006 e julho de 2007, a área desmatada na Amazônia foi de 11.224 quilômetros quadrados, conforme o estudo final do sistema Prodes.

Se o ritmo continuar como o detectado nos cinco últimos meses do ano passado, e levando-se em conta a projeção de 7 mil quilômetros quadrados no período, a área derrubada poderá chegar, em um ano, aos 15 mil quilômetros quadrados, superando 2005/2006. “Representará um aumento em relação a 2006 e isso não pode acontecer”, disse Marina.

Segundo Gilberto Câmara, por causa das nuvens que pairaram sobre a Amazônia nos meses de novembro e dezembro de 2005 e 2006, não há registro sobre o desmatamento naqueles meses. Em 2004 foi possível verificar o abate de árvores em 419 quilômetros quadrados em novembro e 140 em dezembro. Como em 2007 o período foi de seca, o satélite pôde fotografar o aumento do desmate nos dois últimos meses.

“Não dá para saber se a derrubada ocorreu como uma antecipação do período da seca, de maio a julho, ou se foi isolada e, no período seco, haverá outras. Aí, será uma tragédia”, afirmou Marina.

RIGOR PARA COIBIR - Da reunião de hoje no Palácio do Planalto vão participar, além do presidente Lula, a ministra Marina, Dilma Rousseff (Casa Civil), Reinhold Stephanes (Agricultura), Tarso Genro (Justiça), Nelson Jobim (Defesa) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), além do diretor-geral do Inpe.

Marina disse que o governo agirá com rigor para impedir que o desmatamento cresça. “É importante a presença do ministro da Agricultura. Ele tem consciência de que a economia só crescerá se ajudar na preservação, no controle da origem e produção de produtos que não agredem o ambiente.”

Ela lembrou que o governo tem instrumentos de repressão. Desde 22 de dezembro, decreto assinado pelo presidente identificou 32 municípios responsáveis por 45% do desmatamento em 2006. Nesses locais, os imóveis rurais terão de ser cadastrados. Caso contrário, os proprietários não terão acesso a crédito bancário, não poderão vender o imóvel nem oferecê-lo em garantia.

A ministra lembrou que o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e seus aviões serão usados para vigiar fazendas que desmatam. Exército e Polícia Federal também estão prontos para agir.

Governo negocia com UE certificação do etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 24/01/2008

O governo brasileiro quer negociar com a União Européia (UE) o reconhecimento do selo ambiental que o País vai criar para o etanol. Ontem, o bloco anunciou seu novo plano energético e de corte de emissões de CO₂ até 2020, com metas para aumentar o consumo de biocombustível. Bruxelas, porém, sugere a criação de um certificado que mostre que o produto não foi resultado de devastação florestal.

O Estado apurou que o comissário de Energia da UE, Andris Piebalgs, viajará para o Brasil entre março e abril para debater o tema com o Ministério de Minas e Energia e visitar usinas. Deputados europeus também virão, numa estratégia do governo e de usineiros para desfazer a imagem de que o etanol causa danos ambientais.

Pela proposta européia, o uso do etanol será autorizado apenas se não provocar perda de biodiversidade (no cerrado, por exemplo), evitar o desmatamento e representar um corte de 35% nas emissões de CO₂ em relação a outros combustíveis. Nesse critério, o etanol brasileiro está em situação confortável, mas o biocombustível de milho americano pode ser vetado.

Para atingir a meta de ter 10% dos carros movidos a etanol até 2020, a UE terá de importar um quinto do produto, principalmente do Brasil. O Itamaraty quer assegurar que a certificação nacional seja suficiente. O presidente Lula prometeu e o Inmetro já trabalha em um certificado que comprove que um produtor não desmatou florestas para produzir cana.

Sustentabilidade do crescimento brasileiro - Antonio Corrêa de Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/01/2008

Para alguns, o surpreendente desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, superior a 5% em 2007, tem gerado discussões quanto a sua sustentabilidade. O longo período de oscilações no desempenho justifica um certo ceticismo por parte de alguns setores. Há, de fato, riscos, tanto no horizonte internacional - o principal deles quanto aos desdobramentos da crise da economia norte-americana - e mesmo local, como o abastecimento energético e outras carências de infra-estrutura, a pressão inflacionária e a questão fiscal.

No entanto, a despeito desses riscos inegáveis, a economia brasileira encontra-se numa situação inédita nas últimas três décadas pós “milagre econômico” 1960-70. O grande “pulo do gato” do Brasil foi reduzir espetacularmente a sua vulnerabilidade externa nos últimos cinco anos, favorecido pelas excepcionais condições da economia internacional que combinou crescimento econômico com alta liquidez, taxas de juros baixas e elevação de preços das commodities.

Além disso, dois fatores internos foram determinantes. Do ponto de vista da política macroeconômica, a mudança do regime cambial, de administrado para flutuante em 1999, e a conquista da quase auto-suficiência em petróleo nos deram uma condição extraordinária. A inversão do saldo de contas correntes do balanço de pagamentos brasileiro de um déficit superior a US\$ 30 bilhões em 1999/2000 para um superávit de US\$ 13 bilhões em 2002/2003 viabilizou a redução da relação dívida externa/PIB e a forte ampliação das reservas cambiais líquidas, que cresceram de pouco mais de US\$ 16 bilhões no início de 2003 para US\$ 180 bilhões no final de 2007.

Muitos questionam o custo de carregamento das reservas cambiais, mas poucos ousam mensurar o custo hipotético de não possuí-las. Elas têm sido determinantes para dar maior autonomia para a política econômica brasileira. Do ponto de vista fiscal, apesar das flagrantes distorções, como a elevação da carga tributária, hoje em 34% do PIB, e uma excessiva expansão dos gastos correntes, há uma notória recuperação dos investimentos públicos, com a manutenção de um superávit primário expressivo. Falta aprimorar o conjunto da política macroeconômica para diminuir o ainda elevado custo de financiamento da dívida pública (juros) de R\$ 160 bilhões ao ano.

A recente pressão inflacionária, especialmente decorrente do preço dos alimentos, que cresceu 10% no ano passado para um IPCA geral de 4,5%, é um fator de limitação no curto prazo. No entanto, não a ponto de abortar o crescimento. Aqui vale destacar a importância da decisão do Conselho Monetário Nacional em meados do ano passado em confirmar a meta de inflação para 2008 de 4,5% e mantê-la no mesmo nível em 2009. Muitos questionaram a decisão, argumentando que seria importante sinalizar uma meta menor para favorecer as expectativas baixistas do nível de preços.

Apoiei na época a decisão e continuo sustentando que foi uma escolha acertada. Uma meta mais apertada, diante dos previsíveis choques de custos de alimentos e combustíveis engessaria ainda mais a política monetária. Uma mudança para pior no quadro econômico internacional também tende a tornar as coisas menos fáceis para a economia brasileira, mas isso também não vai inviabilizar o crescimento, hoje fortemente calcado na dinâmica do mercado interno.

Se as condições conjunturais viabilizam a continuidade do crescimento de curto prazo, isso não substitui o necessário fortalecimento da estratégia para o desenvolvimento econômico-social de médio e longo prazos. A questão não é só o ano em curso, mas as próximas décadas. É crucial definir e implementar uma estratégia de desenvolvimento que nos torne menos dependentes da exploração de recursos naturais. Até mesmo para poder fazê-lo de forma sustentável é determinante que sejam fortalecidas as competências em outras áreas, principalmente indústria e serviços, em alguns casos fortalecendo vantagens competitivas já existentes, em outros, criando novas. São desafios ousados, porém factíveis, desde que haja determinação e não se cometa o erro de cair na armadilha da acomodação.

***Antonio Corrêa de Lacerda, professor doutor da PUC-SP, é doutor em Economia pela Unicamp e autor, entre outros livros, de Crise e Oportunidade: o Brasil e o cenário internacional (Lazuli). E-mail: aclacerda@pucsp.br**

Desmate cresce e põe Planalto em alerta – Marta Salomon e Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 24/01/2008

Medições feitas pelo Inpe indicam aceleração em meses de chuva, o que é anormal; preocupado, Lula reúne ministros hoje

Reaquecimento dos preços de gado e soja impulsiona corte da Amazônia, que pode ter batido 7.000 km² entre agosto e dezembro

O Deter, sistema de detecção de desmatamento em tempo real do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registrou a derrubada de 3.235 km² de floresta na Amazônia nos últimos cinco meses de 2007. Mas a área real devastada entre agosto e dezembro pode ter alcançado o dobro disso: até 7.000 km², segundo o Ministério do Meio Ambiente.

Os dados foram apresentados ontem em novo alerta de desmatamento na Amazônia. Preocupado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião de emergência com seis ministros hoje no Palácio do Planalto.

Segundo avaliação da equipe da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o retrato feito pelo Deter indica uma tendência de alta "inequívoca" no ritmo das motosserras, cuja ação o governo vinha conseguindo conter desde 2004. O reaquecimento da devastação a partir de meados de 2007 já vinha sendo indicado por projeções do próprio Inpe e de um sistema independente, do Imazon, uma ONG de pesquisas de Belém.

Para o Inpe, o ritmo mostrou-se especialmente acelerado em Mato Grosso -que havia perdido a liderança no ranking do desmatamento para o Pará- e em novembro e dezembro, meses em que tradicionalmente não há corte raso da floresta porque chove muito.

Segundo o Imazon, no entanto, a real explosão no final do ano aconteceu no Pará: dados que serão publicados hoje pela ONG mostram um crescimento de 300% em novembro em relação a outubro. Para os cinco meses (agosto a dezembro), a perda da floresta aumentou 74%. Para o Inpe, o aumento foi de apenas 18%.

Para Adalberto Veríssimo, do Imazon, apesar das discrepâncias ambos os dados trazem uma mensagem clara: "O aumento do desmatamento está absolutamente confirmado e bem caracterizado". Em meados de 2007, quando essa tendência começou a aparecer, lembra Veríssimo, o governo negou a subida. Agora, se as projeções do MMA estiverem certas, em cinco meses, três deles (outubro a dezembro) de tradicional baixa na devastação, cortou-se 62% de tudo o que se cortou no ano passado.

Boi e soja, é claro - Marina Silva apontou como prováveis causas do aumento do desmatamento a pressão por aumento da produção de soja e carne, commodities cujos preços subiram. Os satélites indicam que o desmatamento se concentrou em regiões

produtoras de soja -o Nordeste mato-grossense, onde o governador do Estado, Blairo Maggi, tem uma fazenda- e de gado -o Sudeste do Pará.

"A pecuária e a soja são atividades típicas desses Estados; a realidade econômica indica que essas atividades pressionam o desmatamento", observou a ministra. "Esperamos conseguir conter o desmatamento mesmo com o aumento do preço das commodities." Veríssimo, do Imazon, se diz preocupado com o que acontecerá a partir de abril, quando a Amazônia seca e o desmatamento esquenta para valer. "A decisão de desmatar devido ao aumento das commodities já está tomada. Como o governo vai reverter isso?"

Ele afirma que o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do governo ainda não incorporou as restrições de crédito aos produtores rurais que desmatam ilegalmente. Sem isso, avalia, será difícil evitar um desastre em 2008.

"Sem controle da produção, não teremos solução para o desmatamento", investiu Gilberto Câmara, diretor do Inpe, ao defender o rastreamento da origem da soja e do gado na Amazônia. Este deve ser o tema mais polêmico da reunião de hoje no Planalto: como conciliar o aumento da produção agropecuária e o avanço da fronteira agrícola com a queda do desmatamento.

A equipe do Meio Ambiente sugere o uso mais intenso de 160 mil quilômetros quadrados de áreas de florestas já derrubadas, áreas que seriam pouco aproveitadas. O Ministério da Agricultura estima em R\$ 850 o custo por hectare de recuperação de pastos degradados e avalia que o valor elevado incentiva o abate de árvores para a abertura de novos pastos.

Decreto editado em dezembro por Lula pune quem comercializar ou mesmo transportar produtos de áreas desmatadas ilegalmente. "Vamos responsabilizar toda a cadeia produtiva", insistiu João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Meio Ambiente. O decreto começará a ser regulamentado nos próximos dias, com a divulgação da lista dos 30 municípios que mais derrubam floresta. Os campeões são São Félix do Xingu e Cumaru do Norte, ambos no Pará, seguidos de Colniza (MT).

O aumento do preço das commodities é apenas um dos fatores de pressão sobre a floresta. Marina Silva atribui também à proximidade das eleições municipais uma resistência maior dos governantes locais à ação dos fiscais do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Conflito entre dados acirra briga com ONG – Claudio Angelo - Folha de São Paulo-Ciência – 24/01/2008

DA REDAÇÃO - Os dois únicos sistemas de monitoramento do desmatamento em tempo real dão resultados conflitantes. Para o Deter, do Inpe, o recrudescimento da devastação aconteceu sobretudo em Mato Grosso. Para o SAD, do Imazon, o desmate explodiu no Pará. Nenhuma das duas instituições explica bem a diferença, mas ambas defendem os próprios dados.

Na média de cinco meses (agosto a dezembro de 2007), os dados para Mato Grosso coincidem em torno de 1.700 km². Mas o SAD registra mais do que o dobro de corte raso no Pará nesse período: 1.297 km², contra 591 km² medidos pelo Deter. Em dezembro, o desmate registrado pelo Inpe em MT foi mais de 300 vezes maior que o visto pelo Imazon.

"Os dados do Imazon são uma furada. Eles estão subestimados", atacou o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. Segundo ele, o método de processamento de imagens usado pelo Imazon é "mais rápido, mas menos preciso".

Adalberto Veríssimo, do Imazon, evitou polemizar. "Não vi o mapa do Deter ainda. Então não dá para explicar a diferença." Ele diz, no entanto, que está "bastante confortável" com os números. "Como a gente monitora MT há muito tempo, o sistema está bem calibrado." (CLAUDIO ANGELO)

Desmatamento é recorde após três anos de queda – O Globo – Capa – 24/01/2008

Governo atribui devastação na Amazônia à estiagem e à alta de preço da carne e da soja. A floresta amazônica sofreu, no segundo semestre de 2007, a maior devastação desde que os dados começaram a ser monitorados pelo governo. Os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectaram a derrubada de 3.235 quilômetros quadrados de floresta entre agosto e dezembro, mas o governo estima que o estrago tenha sido o dobro.

Só em Mato Grosso foram devastados 1.786 quilômetros quadrados. As taxas de desmatamento vinham caindo há três anos. "Nunca havíamos visto isso na Amazônia", disse Gilberto Câmara, diretor do Inpe. O governo atribuiu o problema à estiagem prolongada e à alta no preço de commodities como carne e soja. O presidente Lula convocou uma reunião de emergência para discutir medidas contra a devastação. Página 3

Desmatando como nunca - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 24/01/2008

Amazônia perdeu 7 mil quilômetros quadrados de floresta só no 2º semestre de 2007

BRASÍLIA - Uma nova alta no desmatamento da Amazônia, detectada entre agosto e dezembro de 2007, acendeu a luz vermelha no governo e levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a convocar uma reunião de emergência para rever as táticas de combate à ação de madeireiros na região. Dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) denunciam a derrubada de 3.235 quilômetros quadrados de floresta no período, um recorde desde o início do monitoramento em tempo real, há quatro anos. Como esse sistema só registra cerca de 40% da área realmente devastada, o governo estima que o estrago tenha chegado a 7.000 quilômetros quadrados no período. Há três anos o governo comemorava sucessivas reduções nas taxas de desmatamento.

A lista é encabeçada por Mato Grosso, que desmatou 53,7% do total, Pará (17,8%) e Rondônia (16%). O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, classificou a situação de preocupante.

— Até hoje, nunca tínhamos detectado um desmatamento dessa magnitude nos meses de novembro e dezembro. Nós nunca havíamos visto isso na Amazônia — afirmou.

Carne e soja são vistas como vilãs

A estiagem prolongada e a alta no preço de commodities como carne e soja foram apontadas como as principais vilãs do novo aumento da devastação da floresta. A influência de incêndios provocados pela seca foi descartada, já que o levantamento do Inpe só contabiliza as áreas em que houve corte raso de árvores. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informou que a pasta trabalha com duas possibilidades: a antecipação de derrubadas já programadas, por causa da falta de chuvas, ou o aumento real do desmatamento.

— O governo não quer pagar para ver. Não vamos ficar aguardando que tenhamos sorte e isso tenha sido apenas uma antecipação do desmatamento.

Se o que está previsto se configurar, será motivo de grande preocupação para todos nós — disse a ministra.

O secretário-executivo do ministério, João Paulo Capobianco, foi ainda mais incisivo sobre o diagnóstico: — Estamos trabalhando com o pior cenário, que é a retomada real do desmatamento.

Os novos números foram recebidos como uma injeção de desânimo por todas as autoridades da área ambiental, que há menos de dois meses festejavam a terceira queda consecutiva no levantamento anual de desmatamento da Amazônia. Os 7.000 quilômetros quadrados perdidos entre agosto e dezembro do ano passado equivaleriam, em apenas cinco meses, a 60% de todo o desmatamento registrado entre agosto de 2006 e julho de 2007, que ficou em 11.224 quilômetros quadrados.

Por isso, o governo trabalha com a probabilidade de aumento no próximo balanço. Marina Silva defendeu a política de combate aos madeireiros, mas admitiu a necessidade de reforçar o controle da região.

— Nós tomamos um conjunto de medidas, mas as medidas não são infalíveis.

Às vezes o médico faz tudo o que pode pelo paciente, mas existem variáveis. Então ele vai ajustando a medicação — disse a ministra.

Críticas à falta de controle

A missão não será fácil. Além do alto preço das commodities, o governo deve enfrentar problemas com a proximidade das eleições de outubro.

Desde a década de 80, todos os anos eleitorais, à exceção de 2006, registraram alta no desmatamento da Amazônia.

O período de sucessão municipal é considerado ainda mais problemático, já que os fazendeiros e os parlamentares ruralistas exercem grande influência sobre a disputa pelas prefeituras da região.

— É um momento em que ninguém está interessado em punir ninguém.

Há mais complacência das autoridades — disse Capobianco.

Ambientalistas atribuíram a nova alta no desmatamento à falta de controle sobre a expansão do cultivo de soja e da criação de gado na Amazônia. O diretor do Projeto Amazônia da ONG Conservação Internacional, Adrian Garda, acusou o governo de insistir no mesmo modelo de desenvolvimento rural de 20 anos atrás, sem exigir contrapartidas ambientais e a preservação de parte das propriedades.

— Há uma dupla mensagem do governo. O Ministério do Meio Ambiente tenta combater as derrubadas, mas os bancos oficiais e o Ministério da Agricultura aumentam os subsídios para a agroindústria sem exigir a preservação da floresta.

Enquanto não houver um mecanismo de controle do mercado, o desmatamento vai continuar aumentando — alertou.

Divulgados ontem à tarde, os novos dados do Inpe foram comunicados de manhã ao presidente Lula, durante a reunião ministerial. A intenção do Planalto é formatar hoje um pacote de medidas que integre as pastas de Meio Ambiente, Agricultura, a Justiça, Defesa e Casa Civil.

Até a sexta-feira, Marina Silva deve publicar uma portaria com o nome de 31 dos 150 municípios que mais devastam a floresta e terão as autorizações para a derrubada de árvores suspensas, conforme decreto editado no mês passado. Ela antecipou as três cidades que encabeçam a lista: São Félix do Xingu (PA), Cumarú do Norte (PA) e Colniza (MT). Os donos de terras nesses municípios serão obrigados a recadastrar as propriedades no Incra, sob pena de serem impedidos de obter crédito e emitir notas fiscais da venda de mercadorias. O prazo para a implantação das medidas ainda não está definido.

Marina Silva disse que deve pedir o apoio de aviões do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) para fiscalizar as áreas mais desmatadas nos últimos meses e ajudar a Polícia Federal a identificar os autores de crimes ambientais na floresta. A ministra atribuiu as derrubadas à expansão do cultivo de soja e da criação de gado nos estados mais visados pelos madeireiros, como Mato Grosso e Rondônia: — Gado e soja são as atividades típicas desses estados. Não acredito em coincidências, e foi lá que registramos o maior aumento no desmatamento.

Os números da devastação

O DESMATAMENTO MÊS A MÊS

Os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectaram um desmatamento de 3.235 quilômetros quadrados entre agosto e dezembro de 2007. Como o sistema de monitoramento em tempo real só costuma detectar 40% das derrubadas reais, que serão contabilizadas em um levantamento mais detalhado em julho, o governo estima que a área desmatada no período tenha chegado a 7.000 quilômetros quadrados.

Em setembro, as primeiras notícias Em 23 de setembro de 2007, O GLOBO publicou reportagem informando que o desmatamento estava voltando a crescer no país. Mesmo depois dessa notícia, o governo divulgou, no fim do ano, resultados de

levantamentos oficiais que indicavam a redução do desmatamento. A comparação, porém, ainda era do período entre agosto de 2006 e julho de 2007 com os 12 meses anteriores. Só no fim de dezembro, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, começou a admitir um novo aumento na devastação da floresta amazônica.

O GLOBO reuniu informações que permitiam afirmar que o ritmo de devastação da Amazônia, que diminuía 49% nos últimos dois anos, voltara a aumentar a partir de maio de 2007. Pelos dados do PrevFogo, o número de queimadas em áreas de floresta cresceu 30% em 2007 em relação a 2006. Só em agosto, foram registrados 16.592 focos de calor em florestas, o dobro do mesmo mês de 2006. Em Mato Grosso, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) detectou aumento de 200% no desmatamento nos meses de maio, junho e julho de 2007, interrompendo a trajetória de queda. Uma equipe sobrevoou o norte de Mato Grosso, a bordo de um avião do Greenpeace, e comprovou que o Parque das Castanheiras, no município de Cláudia, área de Floresta Amazônica, estava sendo destruído pelo fogo.

Lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle – Sítio Eletrônico do MMA - 24/01/2008

Lista de municípios, em ordem alfabética, prioritários para ações de prevenção e controle (Dados Deter 2007).

- 1 - Alta Floresta (MT)
- 2 - Altamira (PA)
- 3 - Aripuanã (MT)
- 4 - Brasil Novo (PA)
- 5 - Brasnorte (MT)
- 6 - Colniza (MT)
- 7 - Confresa (MT)
- 8 - Cotriguaçu (MT)
- 9 - Cumarú do Norte (PA)
- 10 - Dom Eliseu (PA)
- 11 - Gaúcha do Norte (MT)
- 12 - Juara (MT)
- 13 - Juína (MT)
- 14 - Lábrea (AM)
- 15 - Machadinho D'Oeste (RO)
- 16 - Marcelândia (MT)
- 17 - Nova Bandeirantes (MT)
- 18 - Nova Mamoré (RO)
- 19 - Nova Maringá (MT)
- 20 - Nova Ubiratã (MT)
- 21 - Novo Progresso (PA)
- 22 - Novo Repartimento (PA)
- 23 - Paragominas (PA)
- 24 - Paranaíta (MT)
- 25 - Peixoto de Azevedo (MT)
- 26 - Pimenta Bueno (RO)

- 27 - Porto dos Gaúchos (MT)
- 28 - Porto Velho (RO)
- 29 - Querência (MT)
- 30 - Rondon do Pará (PA)
- 31 - Santa Maria das Barreiras (PA)
- 32 - Santana do Araguaia (PA)
- 33 - São Félix do Araguaia (MT)
- 34 - São Félix do Xingu (PA)
- 35 - Ulianópolis (PA)
- 36 - Vila Rica (MT)

Veja também:

Mapa dos Municípios Prioritários para Ação de Controle e Prevenção do Desmatamento em 2008

Ibama intensificou fiscalização em 2007 – Sitio Eletrônico do MMA - 24/01/2008

No ano passado, o Ibama realizou 134 grandes operações de combate ao desmatamento na Amazônia. Foram 29 a mais que no ano anterior e mais que o dobro das 57 operações executadas em 2005. O Ibama tem ido a campo com mais frequência e com efetivo maior, somando seus fiscais e os agentes das instituições parceiras (Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar dos estados). Ano passado, 3102 homens participaram das operações do Ibama na Amazônia. Essas ações resultaram na aplicação de 5.745 autos de infração e multas no valor de R\$ 1,45 bilhão. As operações se intensificam ano a ano, desde 2003, em função do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (conforme mostram as tabelas abaixo). Neste mês de janeiro, o Ibama realiza Norte ao Sul do país a Operação Rastro Verde para flagrar o transporte de madeira ilegal da origem aos centros consumidores.

MMA divulga lista dos municípios que mais desmataram em 2007 – Sitio Eletrônico do MMA - 24/01/2008

Gisele Teixeira

O Ministério do Meio Ambiente divulgou nesta quinta-feira (24) a lista dos 36 municípios que mais desmataram a floresta amazônica em 2007, segundo dados do sistema DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Do total, 19 deles, ou 52,7%, estão localizados no Mato Grosso, seguido do Pará (12), Rondônia (4) e Amazonas (1).

O presidente Luiz Inácio Lula Silva decidiu, após reunião emergencial com diversos ministros, que fará reunião com prefeitos e governadores desses estados para reforçar as ações de combate aos crimes ambientais. Desde já, no entanto, está proibida qualquer nova autorização de desmatamento nessas localidades, seja por agente público federal ou estadual. As regras serão publicadas em portaria no Diário Oficial, nesta sexta-feira. "O alerta está inteiramente aceso, porque não queremos voltar a uma situação de falta de governança na Amazônia", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Os 36 municípios da lista - que respondem por 50% do desmatamento total do bioma - deverão obedecer regras mais rígidas de controle, conforme estabelecido em decreto presidencial de dezembro de 2007. A partir de uma Instrução Normativa, que está sendo finalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra, todos os proprietários rurais dessas localidades estarão abrigados a fazer um cadastramento georeferenciado e a demonstrar que possuem a reserva legal e a área de preservação permanente, nos termos previstos na lei.

O prazo para este cadastramento está sendo definido e será publicado na próxima semana mas, findo este prazo, o Incra irá inibir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) na Amazônia para os que não se cadastraram. Isto significa que o proprietário não poderá obter crédito, vender produtos, vender a propriedade, obter notas fiscais e guias de transporte e sequer transferir, por herança, o imóvel que estiver em seu nome.

No caso de o proprietário não cumprir o prazo, o governo está autorizado a fazer o cadastramento à revelia da propriedade rural a fim de inseri-la no sistema.

Além disso, todos os desmatamentos que forem autuados pelo Ibama a partir de janeiro deste ano serão automaticamente embargados (antes isso era uma prerrogativa do fiscal). Essas áreas serão georeferenciadas e monitoradas permanentemente. Caso seja identificado que o proprietário descumpriu o embargo, isto é, produziu na área embargada, o nome da propriedade será incluída em uma lista a ser publicada no Diário Oficial.

Grupos empresariais - como frigoríficos, traders, siderúrgicas, serrarias e espremedores de grãos, entre outros - que comprarem produtos desses estabelecimentos, serão co-responsáveis pelo desmatamento e penalizados pelo dano havido na propriedade. "O decreto de dezembro criou uma co-responsabilização da cadeia produtiva por adquirir um produto ilegal, o que terá um impacto positivo no controle", destaca o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco. A punição dependerá da área embargada e do volume ilegal comprado, mas pode chegar ao fechamento da empresa.

"O objetivo é construir um processo de fiscalização que, paulatinamente, deixe de depender de grandes operações. O que se quer é instalar na Amazônia um processo permanente de controle, com mais ação de inteligência", acrescenta Capobianco.

Os municípios da lista correspondem a apenas 6% dos 603 municípios monitorados no bioma, mas são responsáveis por 50% do total desmatado. São também os que registraram maior taxa de crescimento de desmatamento no segundo semestre do ano passado.

Na reunião convocada pelo presidente Lula, foram definidas outras providências que o governo irá adotar de imediato. Entre elas uma visita às regiões mais problemáticas e o envio de cerca de 800 agentes da Polícia Federal para ações móveis no bioma, a partir do próximo dia 21 de fevereiro. Além disso, o efetivo permanente já existente nos postos regionais será acrescido em 25%.

Outras medidas incluem o fortalecimento do controle da agropecuária, a criação de unidades de conservação ao longo da BR-139, o bloqueio de financiamentos concedidos pelos bancos oficiais para atividades que geram desmatamento, monitoramento mensal com aeronaves de áreas embargadas em municípios críticos e o cadastramento de propriedades rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A lista dos municípios que mais desmatam a floresta amazônica foi definida a partir de três critérios, estabelecidos em decreto de dezembro de 2007: o total desmatado desde o início do monitoramento, em 1988; o total desmatado nos últimos três anos; e o aumento de

taxa de desmatamento em pelo menos três vezes nos últimos cinco anos, de forma consecutiva ou não.

A lista dos municípios que mais desmatam a floresta amazônica, e que integram a portaria da ministra do Ministério do Meio Ambiente, foi definida a partir de três critérios, estabelecidos em decreto de dezembro de 2007: o total desmatado desde o início do monitoramento, em 1988; o total desmatado nos últimos três anos; e o aumento de taxa de desmatamento em pelo menos três vezes nos últimos cinco anos, de forma consecutiva ou não.

Segue a lista, em ordem alfabética, dos 36 maiores desmatadores, segundo a portaria ministerial:

- 1 - Alta Floresta (MT)
- 2 - Altamira (PA)
- 3 - Aripuanã (MT)
- 4 - Brasil Novo (PA)
- 5 - Brasnorte (MT)
- 6 - Colniza (MT)
- 7 - Confresa (MT)
- 8 - Cotriguaçu (MT)
- 9 - Cumarú do Norte (PA)
- 10 - Dom Eliseu (PA)
- 11 - Gaúcha do Norte (MT)
- 12 - Juara (MT)
- 13 - Juína (MT)
- 14 - Lábrea (AM)
- 15 - Machadinho D'Oeste (RO)
- 16 - Marcelândia (MT)
- 17 - Nova Bandeirantes (MT)
- 18 - Nova Mamoré (RO)
- 19 - Nova Maringá (MT)
- 20 - Nova Ubiratã (MT)
- 21 - Novo Progresso (PA)
- 22 - Novo Repartimento (PA)
- 23 - Paragominas (PA)
- 24 - Paranaíta (MT)
- 25 - Peixoto de Azevedo (MT)
- 26 - Pimenta Bueno (RO)
- 27 - Porto dos Gaúchos (MT)
- 28 - Porto Velho (RO)
- 29 - Querência (MT)
- 30 - Rondon do Pará (PA)
- 31 - Santa Maria das Barreiras (PA)
- 32 - Santana do Araguaia (PA)
- 33 - São Félix do Araguaia (MT)
- 34 - São Félix do Xingu (PA)
- 35 - Ulianópolis (PA)
- 36 - Vila Rica (MT)

Ranking dos maiores desmatadores segundo o sistema DETER, de agosto a dezembro de 2007:

Municípios que mais desmataram de agosto/07 a dez/07

UF

Marcelândia - MT

São Félix do Xingu - PA

Querência - MT

Nova Ubiratã - MT

Porto Velho - RO

Pimenta Bueno - RO

Juara - MT

São Félix do Araguaia - MT

Peixoto de Azevedo - MT

Nova Bandeirantes - MT

Santana do Araguaia - PA

Ulianópolis - PA

Lábrea - AM

Altamira - PA

Cumarú do Norte - PA

Brasnorte - MT

Gaúcha do Norte - MT

Paranaíta - MT

Novo Progresso - PA

Vila Rica - MT

Nova Maringá - MT

Porto dos Gaúchos - MT

Alta Floresta - MT

Confresa - MT

Nova Mamoré - RO

Juína - MT

Cotriguaçu - MT

Dom Eliseu - PA

Colniza - MT

Santa Maria das Barreiras - PA

Aripuanã - MT

Machadinho D'Oeste - RO

Paragominas - PA

Novo Repartimento - PA

Rondon do Pará - PA

Brasil Novo - PA

* O DETER é um levantamento rápido feito mensalmente pelo INPE, com dados de resolução espacial de 250 m. Com este sistema, é possível detectar apenas os desmatamentos cuja área seja maior que 25 hectares. Devido à cobertura de nuvens nas imagens do período, nem todos os desmatamentos maiores que 25 hectares são identificados pelo DETER.

Agronegócio aumenta desmate na Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 24/01/2008

Uma estimativa baseada no Sistema DETER – Detecção do Desmatamento em Tempo Real, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), aponta que o desmatamento na Amazônia pode ter atingido 7.000 km² entre agosto e dezembro de 2007. A maior parte dos desmatamentos se concentra nos estados de Mato Grosso (53,7%), Pará (17,8%) e Rondônia (16%).

Segundo informações do jornal Folha de S. Paulo, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, creditou o aumento dos níveis de desmatamento à pressão pelo aumento da produção de soja e carne, commodities que subiram de preço. Regiões com grandes extensões de soja, como Nordeste mato-grossense - onde o governador do Estado, Blairo Maggi, tem uma fazenda de gado - e o Sudeste do Pará são as regiões mais atingidas.

Ainda de acordo com o jornal, em dezembro de 2007, o Executivo editou um decreto que pune quem comercializar ou transportar produtos de áreas desmatadas ilegalmente. O decreto começará a ser regulamentado nos próximos dias, quando será divulgada a lista dos 30 municípios que mais derrubam floresta. Os campeões são os paraenses São Félix do Xingu e Cumaru do Norte, seguidos de Colniza (MT).

Para José Batista de Oliveira, integrante da coordenação nacional do MST, o modelo capitalista de agricultura, baseado nas taxas de lucro, resulta na migração de cultivos alimentícios que possuem uma taxa de lucro mais baixa para os agro-combustíveis, como a soja. “Assim, grandes extensões de terra fértil vêm sendo dominadas pelo monocultivo para a produção de combustíveis, o que é altamente prejudicial para a natureza, para o meio ambiente, porque destrói outras formas de vegetais, destrói a biodiversidade”, afirma.

Cresce desmatamento na Amazônia, revela Inpe – Valor Econômico – Agronegócio - 24/01/2008

A taxa de desmatamento da Amazônia aumentou em ritmo "muito preocupante" no segundo semestre do ano passado, segundo o governo, e fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocar uma reunião de emergência hoje, no Palácio do Planalto, para discutir ações imediatas e conter a derrubada de florestas. Dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que, após três anos seguidos de queda, o índice de desflorestamento se acelerou vertiginosamente.

Entre agosto e dezembro de 2007, foi confirmado o desmatamento de 3.235 quilômetros quadrados na Amazônia. Como os satélites só detectam cerca de 40% das florestas derrubadas - as áreas maiores -, o próprio Ministério do Meio Ambiente estima que o desflorestamento no período tenha chegado a 7.000 quilômetros quadrados.

Em novembro e dezembro, advertiu a ministra Marina Silva, houve um "desmatamento nunca visto".

O governo evitou fazer comparações com anos anteriores, por falta de estatísticas referentes ao mesmo período. Mas reconheceu que, se for mantido o ritmo atual, haverá aumento de 25% na taxa de desmatamento em relação ao ciclo 2006-2007 - o índice é medido sempre do mês de agosto de um ano a julho do ano seguinte.

Do total registrado, 1.922 quilômetros quadrados foram desmatados nos dois últimos meses de 2007, o que é "atípico" para o período, disse Marina.

A ministra mencionou a estiagem prolongada e uma possível influência do avanço da produção de soja e da pecuária nas regiões. A ministra preferiu não culpar taxativamente as atividades econômicas, mas ao lembrar que a carne e a soja estão com preços internacionais favoráveis, afirmou: "Não acredito em coincidência."

O presidente Lula fará uma reunião com a própria Marina e os ministros Nelson Jobim (Defesa), Reinhold Stephanes (Agricultura), Tarso Genro (Justiça) e Dilma Rousseff (Casa Civil). No encontro, deverão ser analisadas medidas para aumentar a fiscalização nas regiões mais problemáticas. "O governo não quer pagar para ver", afirmou Marina. "Não vamos aguardar a sorte, mas trabalhar para fazer frente a esse processo."

Os municípios campeões de desmatamento são São Felix do Xingu e Cumaru do Norte (PA) e Colniza (MT). Será feito, de acordo com a ministra, um diagnóstico detalhado dos 31 municípios que mais desmataram. A maior parte do desflorestamento detectado entre agosto e dezembro do ano passado se concentrou em três Estados: Mato Grosso (53% do total), Pará (17%) e Rondônia (16%). **(Com agências noticiosas)**

País é 35º em ranking de desempenho ambiental – Valor Econômico – Brasil - 24/01/2008

O Brasil está na 35ª posição entre 149 países, de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental produzido por especialistas das universidades americanas Yale e Columbia e que avalia medidas sanitárias, política agrícola, emissão de gases de efeito estufa e poluição do ar, entre outras medidas. O índice foi divulgado no Fórum Mundial de Economia e coloca países europeus no topo da lista ambiental. O Brasil perdeu uma posição em relação à classificação do ano passado, mas o professor Dan Esty estima que houve avanços.

"O Brasil reduziu o desmatamento, está investindo em infra-estrutura de saneamento e só perdeu uma posição por causa de nova metodologia", afirmou. O país que encabeça a lista é a Suíça, o que mais concede subsídios agrícolas no planeta. Os Estados Unidos, que ficaram na 39ª posição, são acusados de ampliar a destruição do meio ambiente com a produção de etanol a partir do milho. O índice utiliza 25 indicadores de políticas ambientais, poluição do ar, água, biodiversidade e habitat, recursos naturais produtivos, para mostrar como cada país enfrenta os desafios no setor. Um dos melhores exemplos seria a Costa Rica, na 5ª posição, enquanto seu vizinho, a Nicarágua, está na 77ª, diferença atribuída à história de corrupção e investimentos militares.

Mudança climática e meio ambiente estão fortes na agenda em Davos. Pesquisas mostram que mais consumidores aceitam pagar mais para ter produtos que não destruam a natureza. Agricultura, floresta e construção são considerados, junto com a indústria de energia, os maiores responsáveis por mudanças climáticas. **(AM)**

CNA: floresta em pé precisa ter mais valor do que a floresta derrubada – Sítio Eletrônico da CNA – 25/01/2008

O grande proprietário de terras na região amazônica é o Governo Federal, detentor de 76% das áreas na Amazônia Legal e a quem cabe cuidar de suas próprias terras. A avaliação é do presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez, para quem os grandes causadores do desmatamento na região são a ausência do Estado, a falta de regularização fundiária, o aumento do número de assentamentos rurais dispensados do licenciamento ambiental e a burocracia na concessão de licenciamentos ambientais. Assuero diz que falta uma política pública adequada para a Amazônia, de modo que “a floresta em pé tenha mais valor do que a floresta derrubada”.

Para o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, a ausência do Estado no cumprimento dos seus papéis institucionais provoca a dilapidação dos recursos naturais e acarreta prejuízos ao setor agropecuário, constituído por uma maioria de produtores rurais que respeita a legislação, gera empregos e renda e mantém 80% de suas propriedades como reserva legal. Por este motivo, considera de fundamental importância a implantação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), além da regularização fundiária e a efetiva presença do poder público na organização da exploração e ocupação dos recursos naturais da Amazônia.

Segundo Assuero, “a Amazônia não pode se transformar em um grande parque ecológico, onde tudo será proibido”. Para tanto, sugere a criação de mecanismos de remuneração, a exemplo do que acontece em outros países do mundo, para proprietários de áreas destinadas à conservação, de modo que os serviços ambientais sejam reconhecidos e valorados. “Os proprietários não podem ficar apenas com o ônus da conservação das florestas, como é hoje”, completa ele, justificando que este bem é de interesse de toda a humanidade.

O presidente da Comissão da CNA diz que o Governo se precipitou ao divulgar os números sobre o aumento do desmatamento na região, que atingiu 3.235 quilômetros quadrados nos últimos cinco meses, numa época de chuvas e fora do padrão habitual. Na realidade, o desmatamento atingiu 11 mil quilômetros quadrados no ano passado, após queda significativa de 59% desde 2004, quando registrou 27 mil quilômetros quadrados. Na opinião de Assuero, a imagem negativa do País no cenário internacional é causada pelo insucesso na condução desse tema e pela ineficácia das políticas públicas adotadas, além do indevido alarmismo que ocorre normalmente na abordagem do tema. Como resultado, ele prevê prejuízos para o Brasil, com a imposição de novas barreiras comerciais.

Produtores contestam Ministério do Meio Ambiente – Site eletrônico da CNA – 25/01/2008

Indignados e incrédulos diante dos números divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente na última quarta-feira (24/01), que apontam Mato Grosso como principal responsável pelo aumento do desmatamento na região Amazônica, quatro entidades que representam o setor - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa) e Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) - encaminharam uma carta ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, na qual agradecem a contestação dos dados e reforçam a realidade dos produtores do estado.

Segundo as entidades, "o setor produtivo do Estado passa por uma grave crise econômica, em função das sucessivas quedas do dólar frente ao real, os altos custos de transporte pela falta de logística adequada e os altos preços de combustíveis, fertilizantes e defensivos, o que impede novos investimentos em aberturas de áreas, principalmente na região Norte, onde a logística de escoamento da produção é ainda pior".

Os representantes também argumentam que a própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem números que comprovam queda na área plantada com soja no estado nos últimos três anos e redução no número de cabeças do rebanho bovino. "Temos áreas ociosas na agricultura e menos gado no pasto. Não há pressão na floresta por conta da produção agropecuária", afirmou categoricamente o presidente da Famato, Rui Prado. De acordo com ele, o aumento no preço destas commodities não tem nenhuma relação com a atual realidade da produção.

Na safra 2004/2005, a área plantada de soja foi de 6,1 milhões de hectares (ha). No período 2007/2008, a extensão da sojicultura abrange 5,7 milhões de ha no estado, ou seja, 400 mil ha a menos. O rebanho bovino, que era de 26,172 milhões de cabeças segundo o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), totaliza hoje 25,737 milhões, uma redução de 434.816 mil cabeças.

Para os representantes do setor produtivo de Mato Grosso, não é possível aceitar que o Ministério do Meio Ambiente realize uma coletiva à imprensa sem um mínimo embasamento sobre a realidade. "Queremos saber com a clareza que a situação exige onde, quando e por que o desmatamento tem aumentado em nosso estado e exigimos providências dos poderes constituídos para o combate do desmatamento ilegal", cobram.

As quatro entidades dizem ainda que, em busca da sustentabilidade da produção, os agricultores do estado têm ações concretas para a recuperação de áreas degradadas, como o Pacto Ambiental entre governo de Mato Grosso e produtores de soja.

Veja a íntegra da carta encaminhada ao ministro:

Cuiabá (MT), 24 de Janeiro de 2008.

Senhor Ministro:

Vimos por meio desta parabenizá-lo e agradecê-lo pelas declarações de seu ministério, contestatórias às afirmações do Ministério do Meio Ambiente de que a responsabilidade pelo aumento do desmatamento na Amazônia é do setor produtivo do nosso estado.

Finalmente uma voz de peso se levanta na defesa do setor produtivo do estado de Mato Grosso, certamente um dos mais preocupados com a preservação ambiental, e que tem sido sistematicamente atacado, mensalmente até, cada vez que se divulga este relatório de desmatamento.

O setor produtivo do Estado passa por uma grave crise econômica, em função das sucessivas quedas do dólar frente ao real, os altos custos de transporte pela falta de logística adequada e os altos preços de combustíveis, fertilizantes e defensivos, o que impede novos investimentos em aberturas de áreas, principalmente na região Norte, onde a logística de escoamento da produção é ainda pior. Esta falta de novos investimentos pode ser comprovada facilmente através dos números da Conab, que mostram queda na área plantada com soja no estado nos últimos três anos e queda no número de cabeças do rebanho bovino.

Não podemos mais aceitar que os principais responsáveis pelo meio ambiente do País sentem-se lado a lado para uma coletiva sem um mínimo de embasamento sobre o que está realmente acontecendo. O Ministério do Meio Ambiente anunciou ter um sistema avançado de vigilância por satélite, capaz de identificar desmatamentos em tempo quase real. Mas o ministério não é capaz de identificar a sua causa.

Foram centenas de telefonemas de indignação exigindo uma resposta. Esta resposta, com a veemência que precisávamos, veio através do seu ministério. Somos gratos a isso.

Queremos saber com a clareza que a situação exige onde, quando e por que o desmatamento tem aumentado em nosso estado e exigimos providências dos poderes constituídos para o combate do desmatamento ilegal.

Temos feito enormes esforços juntamente com o Governo do Estado para que a produção agropecuária seja feita com qualidade e sustentabilidade ambiental, já que temos as leis mais rígidas, Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, um Sistema de Licenciamento Ambiental que permite o acompanhamento das propriedades licenciadas pela internet. Somos campeões brasileiros em reciclagem de embalagens de agrotóxicos e plantio direto e assinamos o Pacto Ambiental em agosto último, que vai dar ainda mais transparência a tudo que estamos fazendo pela conservação do meio ambiente e mitigação do aquecimento global.

Também é preciso dizer à sociedade brasileira que o Estado de Mato Grosso ainda tem um estoque de 10 milhões de hectares de terras que deverão ser colocadas legalmente no processo produtivo se os proprietários não tiverem alternativa econômica, como o Pagamento por Desmatamento Evitado, que estamos buscando.

Muito Obrigado pela sua intervenção mais uma vez, e continuemos na defesa daquele que é o principal negócio econômico deste País, o Agronegócio.

Atenciosamente,

Rui Carlos Ottoni Prado

FAMATO - Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso

Presidente

Ricardo Arioli Silva

APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso

Vice-Presidente

Sérgio De Marco

AMPA - Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão

Presidente

Mário Cândia

ACRIMAT – Associação dos Criadores de Mato Grosso

Presidente

Bancos oficiais não poderão dar crédito a fazendeiro que desmata - Tânia Monteiro, João Domingos e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Em reunião ministerial, Lula determinou que quem comprar ou transportar produto deles será responsabilizado

Diante do aumento da área desmatada na Amazônia de agosto a dezembro de 2007, o governo anunciou ontem que os bancos oficiais estão proibidos de financiar máquinas e plantio de safra das propriedades que tenham feito derrubada ilegal da floresta. Haverá também o bloqueio das fazendas envolvidas no crime ambiental. E vão responder solidariamente os que comprarem ou transportarem produtos de quem derrubou a mata.

[Veja mais sobre Amazônia](#)

Após reunião emergencial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, divulgou uma lista de 36 municípios campeões em desmatamento - 19 em Mato Grosso, 12 no Pará, 4 em Rondônia e 1 no Amazonas. A Polícia Federal iniciará no dia 21 uma operação nesses locais. O Ministério da Agricultura também enviará equipes com a determinação de visitar as áreas desmatadas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) colhidos por satélite, de agosto a dezembro de 2007 foram derrubados 3.233 quilômetros quadrados de floresta, 1.922 só em novembro e dezembro, quando normalmente o desmate é pequeno por causa das chuvas. O Ministério do Meio Ambiente projetou o corte em 7 mil km², o equivalente a 700 mil campos de futebol.

O governo estima ter bloqueado no ano passado 234 mil hectares de propriedades envolvidas em desmatamentos ilegais. Marina disse que decreto assinado pelo presidente no dia 21 de dezembro vai tornar mais ágil o processo de embargo das terras.

Uma portaria regulamentando o decreto deve ser publicada hoje no Diário Oficial, com detalhes de bloqueios e regras de proibição de créditos. Também está proibida autorização de desmate nos 36 municípios da lista de maior derrubada. O campeão é São Félix do Xingu, seguido de Cumarú do Norte, no Pará. O desmatamento em Marcelândia, Querência e Colniza, em Mato Grosso, também foi alto.

Segundo um ministro, Lula teria exigido que as ações punitivas surtam efeito rapidamente. Em junho, ele quer anunciar ao mundo que o desmatamento na Amazônia caiu graças a ações de seu governo. Até a notícia negativa de anteontem, o governo vinha se gabando de que as derrubadas estavam sob controle. Em dezembro, as equipes brasileiras que participaram da 13ª Conferência da Convenção do Clima, em Bali, na Indonésia, anunciaram que houvera redução no desmate da floresta.

Além de Lula e Marina, estavam na reunião os ministros Tarso Genro (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Reinhold Stephanes (Agricultura), Nelson Jobim (Defesa), Sérgio Resende (Ciência e Tecnologia) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), além do diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Correia. No início da entrevista para confirmar as medidas anunciadas em dezembro e rebater críticas, Marina teve a ajuda de Genro, Stephanes e Correia. Os três, porém, depois deixaram a ministra sozinha diante de um pelotão de jornalistas de veículos nacionais e correspondentes estrangeiros.

A ministra disse que todas as “ferramentas” estão sendo usadas com rigor pelo governo para combater o problema. “Não é verdade que as pessoas estejam paradas”, disse. “É possível que exista alguém que torça para que não dar certo.” Ao lado dela, o secretário-executivo do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse que não era correto afirmar, com os números dos cinco últimos meses de 2007, que há um aumento no desmatamento na Amazônia.

Para ele, é preciso levar em conta o balanço de agosto, quando se saberá se a queda verificada nos três anos anteriores será mantida. “A orientação clara do presidente é impedir que esse aumento não se mantenha.”

Terra em 36 municípios críticos será recadastrada - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Donos de terra em cidades com mais altos índices de desmatamento terão de regularizar situação no Incra

Um dos motores do desmatamento na Amazônia continua a ser a indústria da falsificação de títulos de posse de terras. O problema é tão grave que ontem, ao final da reunião ministerial para discutir o aumento do desmatamento na Amazônia Legal, o governo anunciou que, nos 36 municípios com maiores taxas de desmatamento, além da vigilância, as terras serão novamente recadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Outro recadastramento, feito oito anos atrás, cancelou 93 milhões de hectares de terras. Para se ter uma dimensão da área, isso equivale a quase quatro vezes o Estado de São Paulo, que tem em sua totalidade 24 milhões de hectares. À época - o processo começou no final de 1999 e continuou até 2002 -, os 93 milhões de hectares estavam concentrados nas mãos de apenas 3 mil fazendeiros. Do total, 60 milhões de hectares foram reavidos pela União e, desses, 20 milhões doados ao meio ambiente, como reservas e parques.

O novo recadastramento será feito a partir de fevereiro e, segundo o presidente do Incra, Rolf Hackbart, 100 mil imóveis rurais podem estar irregulares. “Se confirmada a expectativa, as terras serão desapropriadas”, disse. Ele antecipou ao Estado que o Incra já tem conhecimento de áreas irregulares em São Félix do Xingu (PA), um dos cinco municípios campeões de derrubadas no País entre julho de 2006 e agosto de 2007. “As áreas sem documentação regular terão o certificado de cadastramento do imóvel rural (CCIR) cancelado”, avisou.

CARTÓRIOS - Ex-ministro da Reforma Agrária no governo Fernando Henrique Cardoso, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que promoveu o recadastramento anterior, admite que, apesar dos esforços, os cartórios continuam a funcionar como “casa da moeda do crime”.

A indústria da falsificação começa exatamente nos cartórios de título de imóvel. “Em um estalar de dedos”, fornecem a papelada para legalizar a ilegalidade. Ressalvando que falava com base no que fora detectado no período em que era ministro, Jungmann lembrou que os cartórios funcionavam como o início de todo o processo.

Ele contou que as pessoas chegavam aos cartórios para averbar terras e acabavam por ampliá-las, invadindo áreas públicas. “Não havia supervisão nenhuma”, afirmou. Passo adiante era dado com o aval dos Institutos de Terra dos Estados, quase nenhum realmente estruturado. “As taxas eram pagas e qualquer coisa era registrada”, disse o ex-ministro. Por fim, o terceiro e último registro era concedido pela própria Receita Federal. De posse dos três registros, as terras eram, então, comercializadas.

Para minimizar o problema, o governo realizou um cadastramento para propriedades com mais de 10 mil hectares. Por meio de carta registrada, eles deveriam se reportar à Superintendência do Incra. “Ninguém respondeu”, recorda o ex-ministro.

Foi necessária uma segunda rodada de comunicado para que pouco mais de uma dezena de proprietários se preocupasse em dar alguma satisfação ao governo. A chamada “limpeza do cadastro” foi um passo importante para evitar o esquema de fraudes. Mas ainda insuficiente.

Ministros divergem em entrevista - Tânia Monteiro e Leonencio Nossa, Brasília –Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Marina Silva e Reinhold Stephanes levam pito de Lula

A divergência em público dos ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, sobre as causas do aumento da derrubada da floresta nos últimos cinco meses de 2007 motivou um pito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Logo depois das entrevistas dos dois ministros, quando Marina reclamou da falta de empenho dos governadores e do avanço da fronteira da soja e da agropecuária, e de Stephanes ter dito que há quatro anos a área de plantio de soja não aumenta, Lula mandou sua assessoria dizer aos jornalistas que não era hora de acusações, mas de tomada de providências.

“O desmatamento aumentou nos três Estados (MT, PA, RO) que têm uma forte atividade agrícola (soja) e uma forte atividade pecuária”, disse Marina. Stephanes rebateu: “Em relação à soja, quero passar uma informação do IBGE. Há quatro anos não aumenta a área de produção”. “Sob o ponto de vista agrícola, não há necessidade de derrubar nenhuma árvore na Amazônia para aumentar a produção de soja ou carne.”

Lula acompanhou parte da entrevista de seu gabinete no Planalto. Marina criticou os governadores de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), por retirarem policiais de ações contra o desmatamento. “Vivemos um momento de estiagem longa, eleitoral, onde temos muita dificuldade de operar com os agentes locais.”

“Em Rondônia, estávamos com uma operação com a polícia ambiental do Estado, os agentes da Polícia Federal e o Ibama e o governador deu uma ordem para que os 45 policiais militares nos deixassem à deriva”, disse. “Vamos (os ministros) adotar todas as medidas legais e cabíveis de criminalizar os que fizeram desmatamento de forma ilegal”, respondeu Stephanes.

Em 2005, governo já conhecia falhas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Plano de prevenção e controle do desmatamento prevê, por exemplo, a erradicação da febre aftosa em rebanhos da região

Uma análise feita pela Casa Civil em 2005 já detectava uma série de limitações do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004. As falhas observadas pelo governo federal na época seguiram existindo e, dessa maneira, não evitaram a volta da tendência de crescimento do desmatamento, de acordo com ambientalistas que acompanham o plano desde o seu lançamento.

A análise do governo indica, por exemplo, “a existência de um número excessivo de ações e atividades no desenho atual do Plano, algumas com baixa relevância para o alcance de seus objetivos, o que tem contribuído para tendências de dispersão e dificuldades de gerenciamento”.

Um exemplo da incoerência do plano é o investimento de R\$ 10 milhões para controlar e erradicar a febre aftosa nos rebanhos da Amazônia. O gado na região tem sido apontado justamente como um dos motores por trás da retomada do desmatamento da floresta. No entanto, o projeto foi apresentado como uma forma de fomentar atividades sustentáveis, que não exijam a derrubada da mata.

O mesmo investimento é ainda dividido com ações de combate à mosca da carambola e à sigatoka negra, um fungo que ataca bananeiras. “Não se desmata para plantar banana”, diz Marcelo Marquesini, da campanha Amazônia do Greenpeace.

Segundo Paulo Adário, coordenador da campanha, “o governo perdeu uma oportunidade enorme” ao não adotar em tempo as medidas estruturantes do plano. “É uma crônica da morte anunciada: bastou as commodities subirem para o desmatamento aumentar.”

O documento da Casa Civil também fala em “falta de utilização adequada de indicadores e metas qualitativos e quantitativos no planejamento operacional e atividades de monitoramento”. O plano original fala em medidas em curto, médio e longo prazos, contudo, não indica exatamente quais prazos e metas são esses.

Também foi apontado, no mesmo documento, “um baixo nível de internalização do Plano de Ação na rotina de alguns ministérios, associado a incompatibilidades entre alguns programas e políticas setoriais”. Em 2004, 11 ministérios concordaram, conjuntamente, em colocar o plano em prática: Agricultura, Ciência e Tecnologia, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento e Indústria, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia, Trabalho e Transportes, mais a Casa Civil.

O grupo de trabalho ficou meses sem se reunir. Três anos após o lançamento, é encarado como um plano apenas da pasta do Meio Ambiente. “O trabalho limitou-se às ações do Ibama”, afirma Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra.

O plano contra o desmatamento foi estruturado em quatro eixos: iniciativas econômicas, infra-estrutura, regularização fundiária e medidas de ação e controle. “No ano passado, depois de uma reunião na Casa Civil, vimos que a realidade de implementação era de metade de um quarto”, diz Smeraldi.

Um dos principais fios condutores deveria ser o Plano Amazônia Sustentável (PAS), finalizado em 2005. Ele direcionaria ações estruturantes que forneçam alternativas econômicas para a população amazônica. Porém, Smeraldi, um dos autores do PAS, é o primeiro a dizer que ele nunca saiu do papel.

A análise, de 66 páginas, está disponível no site da Casa Civil (www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/casa_civil/camaras/grupos/amaz_legal).

Uma revisão foi anunciada para este ano, porém ainda não foi divulgada.

ANÁLISE PARALELA - O Greenpeace prepara uma análise sobre o plano para lançar dentro de um mês. Dados preliminares mostram que ainda há muito a ser feito para a total adoção do plano.

Segundo Marquesini, coordenador do trabalho, das 32 ações anunciadas, 12 foram total ou quase cumpridas; 10 foram parcialmente executadas e 9 mal saíram do papel. Uma delas ainda está em análise.

“Podemos ver que 40% das ações foram implantadas. A leitura óbvia é a de que não é um índice positivo, pois foram justamente os 60% restantes que não mantiveram a queda do desmatamento.”

Nos 60% restantes estão especialmente medidas de médio e longo prazos, chamadas estruturantes. Uma das mais sensíveis é o ordenamento territorial. “Uma vez escutei de um diretor de programa que o cadastramento de todos os imóveis rurais da Amazônia existentes hoje demoraria de 20 a 30 anos. Isso sem contar imóveis que sejam criados a partir de agora”, afirma Marquesini. Outra área apontada por especialistas é a incorporação das diretrizes do plano em mecanismos de financiamento rural. Atualmente, é mais fácil obter recursos para agricultura e pecuária, mesmo sem comprovação de cumprimento da legislação ambiental, do que para projetos de uso sustentável dos recursos da floresta. Segundo o levantamento do Greenpeace, na área de fomento, só 30% das ações foram implementadas.

“O governo tem agido até agora de forma reativa e precisa atuar de forma proativa”, afirma Adrian Garda, diretor do programa Amazônia da ONG Conservação Internacional (CI). “É preciso compartilhar a responsabilidade.”

PF amplia bases na Amazônia - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Objetivo é conter o desflorestamento e outros crimes

A Polícia Federal vai instalar mais 11 bases operacionais na Amazônia e ampliar em 25% seu efetivo na região para conter o avanço do desmatamento e de outros crimes ambientais. Para essas bases, serão enviados imediatamente 800 homens e mais adiante 300 novos policiais aprovados em concurso e formados pela Academia Nacional da PF. As novas bases serão concentradas em municípios do Pará (seis), Mato Grosso (quatro) e Rondônia (uma), Estados campeões em desmatamento.

A medida integra um plano de ação de segurança na Amazônia, entregue ao presidente Lula pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. O plano prevê a mobilização em ações repressivas e preventivas de todo o aparato policial e fiscalizador do ministério, o que inclui a Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal e até agentes do Departamento de Estrangeiros. “Vamos fazer uma intervenção forte e articulada no combate às máfias que destroem a natureza, ameaçam a nossa soberania e roubam nossas riquezas na região”, disse Tarso.

O plano apresentado por ele prevê o lançamento de uma operação permanente de combate a crimes ambientais no dia 21, ocasião em que serão inauguradas as 11 bases operacionais. Até lá, a PF terá deslançado uma megaoperação. Centenas de prisões e mandados de busca e apreensão estão previstos.

“O olhar do mundo todo está voltado para esse patrimônio da humanidade, que nós temos de cuidar”, diz o diretor-geral da PF, Fernando Corrêa. Segundo ele, há grande preocupação também com tráfico de drogas, proteção de fronteiras e a extração irregular de minerais, pedras preciosas e outras riquezas da floresta.

O delegado informou ainda que a atuação da PF será articulada com os demais órgãos de governo que atuam na defesa da região, como o Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Incra e Funai, produzindo “inteligência sobre desmatamento, exploração ilegal de madeira e minérios”.

Monitoramento tem limitações – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Sistema Deter não capta o que acontece sob as nuvens

Usado pelo governo federal para definir ações de fiscalização adotadas na Amazônia, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) foi projetado para identificar clareiras na floresta, indicando a dinâmica da devastação, e não para medir a quantidade de área desmatada.

Isso se deve à natureza do programa. Ele não capta o que acontece sob as nuvens - situação freqüente, tratando-se da maior floresta úmida do mundo. Além disso, capta imagens em quadros de 250 por 250 metros, o que, na prática, é dizer que observa áreas abertas com pelo menos 25 hectares.

A limitação do Deter pede uma extrapolação do resultado - por isso, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que administra o sistema, estima um desmatamento de cerca de 7 mil km² com base nos 3.235 km² efetivamente observados entre agosto e dezembro de 2007.

O fundo dessa estimativa é uma mudança observada na dinâmica do desmatamento nos últimos anos. Se antes a ação acontecia em grandes áreas concentradas, como Terra do Meio (PA), ela agora acontece em muitas áreas menores, espalhadas por vários municípios.

O governo de Mato Grosso, Estado que teve 1.786 km² de desmatamento, segundo dados do Deter, questiona a metodologia usada pelo Inpe. Em 113 pontos de áreas desmatadas indicados pelo Deter de abril a setembro de 2007, uma aferição em campo, numa operação conjunta da Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso e do Ibama, 80,53% teriam se revelado áreas abertas antigas, que não sofreram corte raso no período apontado pelo Deter.

DADOS MAIS PRECISOS - Outro sistema do Inpe monitora também a Amazônia, o Prodes. É ele que fornece as informações sobre a área desmatada no ano. Com dados mais precisos, registra imagens em quadros de 100 por 60 metros e consegue captar alterações na vegetação, como desmatamentos a partir de 6 hectares. Mas o satélite que gera dados para o Prodes não passa com freqüência sobre a região. Os do Deter passam todos os dias sobre a Amazônia.

O Modis, aparelho que obtém os dados para o Deter, também é usado no sistema SAD, gerado e mantido pela ONG Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Com divulgação mensal, observa a ação em Mato Grosso e no Pará. Pelas mesmas limitações técnicas, o Imazon também realiza estimativa com base nas clareiras observadas. C.A.

Governo suspende desmatamento em 36 municípios – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008

Medida para conter destruição, que acelerou na Amazônia, já era prevista em dezembro mas só passa a valer a partir de hoje

Propriedades nas regiões da "lista suja" terão de ser cadastradas e monitoradas; ministros divergem sobre causa de pico na derrubada

O governo federal suspendeu autorizações para desmatamento em 36 municípios da Amazônia Legal, responsáveis por metade do abate de árvores recente na região. "Estamos declarando uma moratória", resumiu a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) após reunião de emergência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros seis ministros para reagir ao aumento recorde da devastação da floresta nos últimos cinco meses de 2007. A "moratória" já estava prevista em decreto assinado pelo presidente Lula em dezembro, mas entrará em vigor com a publicação de portaria da ministra do Meio Ambiente na edição de hoje do "Diário Oficial". Serão listados 36 municípios (6% dos municípios amazônicos) considerados prioritários no combate ao desmate, a maioria em MT e no PA. Nos municípios da lista, as propriedades rurais terão de ser recadastradas e passarão a ser monitoradas. O objetivo é punir não apenas a derrubada ilegal, mas também quem comercializar ou transportar produtos de áreas desmatadas.

Em novo alerta divulgado anteontem, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostra o corte de 3.235 km² de matas entre outubro e dezembro de 2007. O número, registrado pelo sistema Deter, é amostra parcial: o desmate real foi estimado em 7.000 km², 4,7 vezes a cidade de São Paulo.

O principal objetivo do governo é chegar a 31 de julho de 2008 com uma taxa anual de desmatamento igual ou menor à registrada em 2007, quando foram abatidos 11.224 km² de florestas. O ritmo verificado nos últimos cinco meses do ano passado e que entra na taxa a ser divulgada no segundo semestre indica uma interrupção da queda registrada desde 2004/2005. "É uma tarefa dura", calculou Marina.

Com a nova portaria, áreas desmatadas ilegalmente terão a produção embargada. "Antes, o indivíduo desmatava ilegalmente, recorria do pagamento da multa, produzia e vendia o produto. Não havia punição real. Agora, os proprietários que descumprirem o embargo terão os nomes divulgados e toda a cadeia produtiva será co-responsável", diz João Paulo Capobianco, secretário-executivo do MMA.

Novas licenças de desmatamento dependerão do recadastramento das propriedades e respeito à reserva legal de 80% de florestas. Licenças que tiverem sido concedidas por autoridades locais anteriormente e ainda estiverem válidas terão de ser analisadas caso a caso, diz o presidente do Ibama, Bazileu Margarido. "Creio que não existam licenças válidas."

O presidente Lula também pretende se reunir com os governadores dos Estados onde houve alta no desmatamento (MT, PA, RO e AM), além dos prefeitos dos 36 municípios para discutir o assunto.

Causa em questão - Na entrevista coletiva que se seguiu à reunião de emergência do Planalto, Marina e o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) não conseguiram ocultar suas divergências. Stephanes discordou da hipótese lançada pela colega na véspera ao apontar a soja e a pecuária como prováveis causas do desmate recente. "Há quatro anos não aumenta a área de produção de soja no país", disse o ministro -menos contundente em relação à pecuária. Marina disse que o aumento do preço de commodities explica o aumento da devastação, ao lado do período pré-eleitoral e da estiagem longa.

O presidente Lula disse ontem no Rio ter designado uma equipe de ministros para ir à Amazônia na próxima semana. Segundo ele, desmatar é um "crime" contra a economia. "Na hora que o mundo percebe que vai haver desmatamento na Amazônia para produzir soja, cana ou gado, certamente nós, que hoje somos competitivos, vamos sofrer uma concorrência mais séria." *Colaborou a Sucursal do Rio

Medida atinge programa de Lula – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008

Corte de crédito a quem desmata atingirá programa de agricultura familiar, propalado pelo presidente - Estudo mostra que, entre o início do governo Lula e outubro de 2007, pecuária recebeu quase R\$ 2 bilhões em créditos na Amazônia

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O bloqueio de financiamento público para atividades que desmatem é um dos seis pontos da ação imediata de combate à devastação listados ontem pelo governo. A medida alcançará créditos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), um dos mais propalados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de financiamentos do Banco do Brasil, do BNDES e do Basa (Banco da Amazônia). "O Pronaf terá de se adequar às garantias de que o produtor beneficiado não está desmatando", disse a ministra Marina Silva (Meio Ambiente).

Ontem, o governo não dispunha de estimativa de impacto da medida nem de valores de operações de crédito destinadas atualmente à pecuária e ao cultivo de grãos -atividades econômicas associadas ao desmatamento. Estudo recente do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), no entanto, estimou em quase R\$ 2 bilhões os empréstimos concedidos entre o início do governo Lula e outubro de 2007 a pecuaristas na Amazônia. Até o final do ano passado, norma interna do Basa dispensava a regularidade ambiental na concessão de empréstimos.

Decreto editado por Lula em dezembro manda as agências oficiais suspenderem o crédito "de qualquer espécie" para atividade agropecuária e florestal em imóvel em área embargada por desmatamento ilegal. A proibição alcança atividade comercial ou industrial

vinculada a esse tipo de produção. "Todas as medidas são importantes, não existe uma mais importante que a outra", avaliou Marina. Entre as ações listadas pelo governo também está o monitoramento mensal das áreas embargadas e o reforço da Polícia Federal no combate ao desmatamento. A partir de 21 de fevereiro, 800 agentes da PF reforçarão a fiscalização.

Efeito estufa piorou cenário, diz ecólogo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008

DA REDAÇÃO - O ecólogo Daniel Nepstad, do Instituto de Pesquisas de Woods Hole (EUA), diz que a Amazônia em 2007 foi apanhada por uma "tempestade perfeita", que uniu o aumento das commodities com os efeitos do aquecimento global. "Os EUA estão plantando menos soja para plantar milho para etanol. Com isso, o preço da soja subiu."

Mas, para Nepstad, o fim do ano foi um vislumbre de uma Amazônia mais quente por causa da mudança climática. Isso pode estar por trás da seca prolongada que ajudou os desmatadores -já que é difícil derrubar durante as chuvas de fim de ano. "Tivemos uma estiagem longa sem El Niño nem nada. O Inpe mediu 15.000 km² de florestas em pé que pegaram fogo. Isso é atípico."

Blairo Maggi contesta dados do governo; Ana Júlia culpa álcool e anuncia plano – João Carlos Magalhães e Sílvia Freire - Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA - Os governos dos Estados campeões de desmatamento tiveram reações distintas aos dados divulgados anteontem pelo governo federal. O de Mato Grosso contestou a estimativa; o do Pará reconheceu o problema e disse que lançaria um plano contra o desmatamento.

Segundo o governo mato-grossense, "a metodologia utilizada (...) não é precisa para determinar cálculo de área e tampouco [são precisas as] estatísticas para comparação de dados de desmatamento, podendo incorrer em erros e apresentar discrepâncias de números quando comparada com dados de metodologias semelhantes".

Além disso, de acordo com o governador Blairo Maggi (PR) e com o secretário estadual do Meio Ambiente, Luís Daldegan, técnicos do governo foram, em novembro passado, até áreas que o instituto dizia terem sido recentemente desmatadas e encontraram uma realidade diferente. "Cerca de 80% delas eram desmatamentos antigos ou resultado de queimadas e não novos desmatamentos", afirmou Daldegan.

Para Maggi, um dos maiores exportadores de soja do mundo, sojicultores e pecuaristas não são os culpados por um possível recrudescimento do desmate. "Essas pessoas estão descapitalizadas, não há dinheiro nem vontade de abrir novas frentes."

O secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, disse ontem que a secretaria já havia identificado um aumento no desmatamento no Estado a partir de outubro de 2007.

Segundo Ortega, a utilização das terras das regiões Sudeste e Centro-Oeste para o cultivo da cana e de soja empurrou a pecuária para a região Norte. "Com base nos dados do censo agropecuário do Ministério da Agricultura, percebemos que a pressão para o uso da terra nas região centro-sul do país com o cultivo da cana, que é uma commodity valorizada, empurrou a expansão da pecuária para o Norte", disse.

A governadora Ana Júlia Carepa (PT) disse por meio de sua assessoria de imprensa que o governo "está comprometido com a contenção e com a redução dos níveis de desmatamento". Carepa anunciou que irá lançar em fevereiro um "Plano Estadual de Combate ao Desmatamento", articulado com as políticas do governo federal. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES e SÍLVIA FREIRE)**

MMA facilita o recolhimento de CFCs no Brasil – Site Eletrônico do MMA - 25/01/2008

Lucia Leão

O Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) incluiu prefeituras, ONGs e outras instituições e organismos públicos ou privados como possíveis beneficiários do projeto que vai distribuir mais mil máquinas recolhedoras de fluidos refrigerantes. Para se candidatar, eles devem ser incluídos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e ter pelo menos um técnico aprovado no treinamento em boas práticas de refrigeração, projeto integrante do Plano Nacional de Eliminação de CFC.

A revisão dos critérios para distribuição dos equipamentos - que inicialmente só contemplavam empresas de serviços - foi determinada por portaria da ministra Marina Silva, publicada na edição de quinta-feira (24) no Diário Oficial. Por meio desta nova Portaria, o MMA aumentou as categorias de empresas/instituições elegíveis ao recebimento de máquinas recolhedoras e assim irá beneficiar um maior número de técnicos refrigeristas que contribuirão com a diminuição da emissão de CFCs para a atmosfera.

A maioria dos aparelhos domésticos de refrigeração produzidos até 1999 utiliza CFCs. Quando eles passam por manutenção, o gás deve ser retirado para evitar que ele seja lançado na atmosfera. Para realizar essa operação usa-se a recolhedoras de fluido refrigerante que o transfere para um cilindro onde o CFC fica acondicionado e é encaminhado ao processo de regeneração ou de reciclagem para posteriormente ser reutilizado.

Já estão operando duas unidades de regeneração no Brasil, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Até agosto serão cinco: outra na capital paulistana, que está em fase de implantação, uma em Porto Alegre e outra em Recife. As demais capitais receberão unidades de reciclagem. Essas unidades purificam o gás e o deixam em condições de reuso, porém com qualidade inferior ao gás regenerado.

Crédito fácil do governo contribui com o desmatamento na Amazônia - João Domingos
– Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

Estudo do Imazon mostra que vários programas oficiais para pequenos e grandes produtores incentivaram avanço

As facilidades de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia (Basa) para o setor de pecuária, tanto para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quanto para produtores maiores, contribuíram para o desmatamento da Amazônia nos últimos cinco meses. Estudo do cientista Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), indica que isso está ocorrendo porque o Pronaf empresta recursos em todo o Brasil a taxas de juros que variam de 1% a 4% ao ano, além de descontos de 40% sobre o principal para valores até R\$ 12 mil. A taxa básica de juros (Selic) fixada pelo Banco Central está em 11,25% ao ano.

O Pronaf oferece ainda bônus de 25% na taxa de juros de custeio para os pequenos agricultores que honram suas dívidas. Na Amazônia, esse dinheiro tem sido repassado com verbas do Fundo Constitucional do Norte Especial, destinado exclusivamente aos pequenos agricultores. Mas o Basa empresta também recursos do FNO para produtores rurais não familiares (FNO Normal) com taxas de juros subsidiadas - variando de 5% a 9%, conforme a escala do empreendimento. Esse mesmo fundo destinado a agricultores não familiares oferece ainda um desconto de 15% sobre os encargos financeiros para aqueles que pagam em dia suas dívidas.

De acordo com o estudo feito por Paulo Barreto, em 2006, dos R\$ 371 milhões emprestados para o setor de pecuária, R\$ 190 milhões (51%) foram para o Pronaf. Até outubro de 2007, dos R\$ 158 milhões destinados a esse mesmo setor, R\$ 105 milhões (66%) jorraram para a agricultura familiar. O Pronaf é um dos principais programas do governo federal destinados às pequenas propriedades. Surgiu há 13 anos e foi muito valorizado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que aumentou as facilidades para o acesso a seus recursos.

Outros estudos do Imazon indicam que a influência do crédito fácil está ocorrendo na derrubada da floresta. Na Transamazônica, pequenos produtores em assentamentos rurais - o que permite o acesso ao FNO Especial - desmataram mais que aqueles fora dos assentamentos e sem crédito. Outro estudo mostrou que a taxa de desmatamento em 343 assentamentos na Amazônia foi quatro vezes maior do que fora deles.

Conforme a ONG Amigos da Terra, em 2007 pela primeira vez a Amazônia Legal passou da marca dos 10 milhões de abates bovinos, com aumento de 46% em relação a 2004. O número significou 41% dos abates bovinos de todo o Brasil em 2007, frente a 34% em 2004. O rebanho bovino da Amazônia Legal é de cerca de 74 milhões, pouco mais de um terço, visto que o Brasil tem perto de 206 milhões de cabeças. Conforme a Amigos da Terra, de cada quatro cabeças adicionais de gado no Brasil nos últimos cinco anos, três têm origem na Amazônia.

Outro dado da Amigos da Terra dá conta de que um terço das exportações brasileiras de carne in natura em 2007 foi oriundo de exportação direta da Amazônia, principalmente de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. Em 2004, o Pará aumentou sua exportação direta em 7.800%, Rondônia em 1.350%, Mato Grosso em 360% e Tocantins em 150%. Existem ainda 200 abatedouros na região, sendo que só 87 têm registro do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura.

JUROS BAIXOS - Paulo Barreto mostra que as taxas de juros rurais na Amazônia estiveram muito abaixo das taxas de juros livres, que segundo o Banco Central variaram de dezembro de 2003 a dezembro de 2006 entre 26% e 34% ao ano para pessoas jurídicas, e 57% e 62% para pessoas físicas. Mesmo dentro do FNO Normal, as taxas de juros para o setor rural têm sido 23% mais baixas do que para os empreendimentos não rurais (7,25% a 11,5% ao ano de juros).

“Com essas condições atrativas, os pecuaristas receberam R\$ 1,89 bilhão de empréstimos entre 2003 e outubro de 2007, distribuídos em 14.500 contratos”, disse Barreto. Do total de recursos, 45% foram para pequenos produtores (FNO Especial) e 55% para produtores médios e grandes (FNO Normal). O pico de empréstimo ocorreu em 2004, ano de pico de desmatamento

Para Barreto, os empréstimos do Basa deveriam ser usados apenas para melhorar a qualidade e produtividade da pecuária, pois o FNO proíbe investimentos em áreas desmatadas. Mas, como o FNO constitui um subsídio, ele tende a aumentar o investimento nessa atividade mais do que o normal (usando taxas de juros de mercado).

“E pode até estimular indiretamente o desmatamento. Um fazendeiro pode desmatar novas áreas sem empréstimo, pois sabe que obterá bons rendimentos usando o empréstimo subsidiado para comprar o rebanho”, diz Barreto.

EXPLICAÇÕES - Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito fácil do Pronaf não estimula atividades que possam vir a causar danos ambientais. Em nota ao Estado, o MDA afirmou que o programa, criado há 13 anos, incentiva as práticas sustentáveis. “Em 2002, foi criada linha especial de crédito, Pronaf Floresta, que tem finalidade estritamente ambiental, incentivando projetos de sistemas agrofloretais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal”, afirma o ministério. “Não há como relacionar o aumento das operações do Pronaf nos Estados da Amazônia Legal nos últimos cinco anos e o avanço do desmatamento verificado nos últimos meses.”

“Entre 2005 e 2006, registrou-se um crescimento de 17% no valor aplicado (no Pronaf) e 26% nos contratos na região. Em 2007, as aplicações de crédito tiveram queda sensível de 45% no volume financiado e 40% no número de contratos - passando de R\$ 1,3 bilhão (233.814 contratos) em 2006 para R\$ 829 milhões (141 mil contratos) em 2007. No período em que o Pronaf crescia, o desmatamento caía. E, quando o desmatamento cresceu, as operações de Pronaf caíram, o oposto do que afirma o Imazon”, afirma o ministério.

Prefeitos das 36 cidades contestam dados do Inpe - Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

Prefeitos de Mato Grosso contestam números apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que apontam aumento do desmatamento no final de 2007 - podendo chegar a 7 mil km² nas projeções do governo, de agosto a dezembro.

Prefeitos que lideram o ranking disseram que pode ter ocorrido “interpretação errada dos números”. “Acho que está havendo uma confusão entre queimadas autorizadas e desmatamentos”, avaliou o prefeito de Marcelândia, Adalberto Navair Diamante (PR).

Opinião semelhante tem o prefeito de Querência, Fernando Gorgen (PR). “Vamos contestar esses números do Inpe porque isso prejudica a nossa imagem no mundo.” Em Nova Ubiratã, o prefeito Osmar Rosseto (PT) avalia com cautela os dados. “Temos de analisar o que está havendo de fato para saber se estão confundindo queimada com desmatamento.”

IBGE: Área de lavoura cresceu 275,5% em 11 anos - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

Na década de 70, pecuária ocupava 4,4 milhões de hectares, passando a 32,6 milhões em 2006

A região Norte do País registrou uma grande expansão da atividade agropecuária nas últimas três décadas. Números do último Censo Agropecuário do IBGE mostram que a área para lavouras perenes ou não cresceu 275,5% nos últimos 11 anos. Em relação a 1970, a expansão foi de 12 vezes.

A agricultura ocupou 7,4 milhões de hectares em 2006, número que consta do último levantamento do IBGE. Em 1995, o espaço tomado por lavouras era de 1,9 milhão de hectares. Segundo o Censo de 1970 da Região Norte, o plantio comercial ocupava apenas 617 mil hectares na época.

A ocupação da pecuária nos Estados do Norte não foi menos intensa. A cobertura de pasto era de 4,4 milhões de hectares em 1970, alcançou 24,3 milhões em 1995 e chegou, em 2006, a tomar 32,6 milhões de hectares. Esse território equivale quase à soma das áreas dos Estados de São Paulo, Rio e Espírito Santo.

Tudo isso para abrigar 31,2 milhões de cabeças de gado bovino, um crescimento de 80% no número de animais em relação ao plantel identificado em 1995. Em nenhuma outra região o crescimento no número de animais atingiu esse patamar, revela o relatório.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE ainda são preliminares, mas revelam a dinâmica econômica de ocupação da região amazônica, cujo início se dá na derrubada da mata. Mateus Batistella, gerente de Pesquisas da Embrapa Monitoramento por Satélite e presidente do Comitê Científico do Projeto LBA (sigla de Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), diz que o avanço do desmatamento amazônico tem permitido vários processos econômicos de ocupação e não apenas um.

“O modelo de maior escala é o processo clássico de retirada de madeiras nobres, a queima da área e a cessão dessa para o uso da pecuária. Mas há outros tipos de ocupação em curso”, explica. O Projeto LBA identificou, principalmente em Mato Grosso, a abertura de floresta e a ocupação imediata pela cultura da soja. “Claro que esse tipo de processo ocorre numa escala muito menor do que a do processo clássico, mas ocorre. A questão é apenas econômica”, diz o pesquisador. A alta internacional da soja, segundo ele, é o principal combustível para financiar esse modelo de ocupação de florestas. “Por isso que no período de 2004 e 2005 esse tipo de ocupação não ocorreu. A baixa do preço quebrou a estímulo econômico que sustenta esse processo”, diz. Agora, pode ser retomado.

Batistella conta que avançam processos de ocupação menos nocivos na Amazônia, mas, ainda, em pequena escala. Entre os modelos considerados sustentáveis, está o processo de ocupação agroflorestal. Nesse caso, a exploração de uma atividade convive com o ambiente de floresta. “Mas esses casos são exceções. Em regra, o modelo é destrutivo.”

FERRAMENTAS - O pesquisador diz que o monitoramento orbital ajuda a identificar o desmatamento, mas ainda não é capaz de oferecer uma descrição sobre o que ocorre nessas regiões. A identificação do tipo de ocupação econômica que ocorre nas áreas ainda é incipiente. Esse trabalho é feito pela Embrapa Monitoramento por Satélite, que hoje consegue fazer o acompanhamento, mas ainda em áreas pequenas.

A empresa, ligada ao Ministério da Agricultura, já fez alguns trabalhos especiais em cidades da região. Embora não tenha a visão geral da região, a Embrapa conseguiu identificar o que os dados do IBGE revelam.

Governo vai recadastrar 80 mil propriedades rurais - Luciana Nunes Leal – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

Ministério irá publicar instrução no dia 15 e proprietários terão 1 mês para fornecer dados

Para facilitar a fiscalização dos 36 municípios que mais desmataram a Amazônia em 2007, o governo vai recadastrar 80 mil propriedades rurais localizadas nessas cidades, que somam uma área de 80 milhões a 100 milhões de hectares. O Ministério do Meio Ambiente

publicará uma instrução normativa até o dia 15 de fevereiro e, a partir daí, os proprietários terão 30 dias para informar os dados de suas terras.

Depois da reunião em que ficaram acertados os detalhes do recadastramento, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que os donos de terras deveriam se declarar “em moratória” e assumir o compromisso de interromper o desmatamento.

Os proprietários que não cadastrarem suas terras no prazo determinado perderão o acesso ao crédito rural, informou ontem o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. No caso das pequenas propriedades, de até 400 hectares, técnicos dos ministérios ficarão encarregados de visitar as terras e fazer o cadastramento.

“O setor mais interessado em fazer com que o desmatamento caia são os produtores agrícolas do nosso País. Eles têm de vir para o debate, colocar todos os meios de que dispõem. Deveriam se declarar em moratória. Deveriam vir para o Ministério do Meio Ambiente e dizer: ‘A partir de hoje não vamos derrubar mais uma árvore, em benefício da Amazônia, em benefício dos nossos negócios’”, afirmou a ministra, que propôs um “acordo de paz com o Brasil, com a economia, com a Amazônia”.

A ministra reiterou a crítica ao governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), pela falta de colaboração com os esforços do governo federal para combater a devastação da floresta. “É o governador com quem temos mais dificuldade de trabalhar nas ações de combate ao desmatamento e de combate ao uso ilegal de áreas protegidas, tanto as federais quanto as estaduais”, afirmou.

Durante o cadastramento das terras nos 36 municípios, os proprietários terão de provar que estão em dia com as obrigações e terão de apresentar o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), com as especificações do terreno atestadas pelo Incra). Segundo Cassel, todos os CCIRs serão “inibidos” durante a fase de recadastramento, mas os proprietários que tiverem situação regular terão o documento liberado assim que apresentarem a papelada necessária.

Cassel anunciou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vai regularizar a situação dos proprietários legais que por algum motivo tiverem pendências com o Incra. No caso dos ilegais, o governo tomará providências que poderão chegar à retomada das terras públicas. Segundo Cassel, “o recadastramento é condição fundamental para fazer a fiscalização adequada”. A ministra do Meio Ambiente disse que muitos proprietários não cadastraram suas terras justamente para dificultar a fiscalização do poder público. Marina Silva disse que “a sociedade está apreensiva” e o momento não deve ser de “guerra entre militância e governo”, em referência a críticas de ONGs ambientalistas sobre a demora do governo em agir diante do desmatamento.

A ministra afirmou que os responsáveis pelo desmatamento “não podem se esconder” atrás dos produtores rurais preocupados com a preservação da floresta. “Vamos separar o joio do trigo, vamos dar os nomes aos bois”, afirmou Marina. A ministra rejeitou a “visão paternalista de que o Estado vai fazer tudo sozinho”.

Falta de documento adia primeiro leilão de floresta - João Domingos e Marcelo de Moraes – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

Nenhuma das 14 empresas que se candidataram à concessão de 40 anos para explorar a Reserva Nacional do Jamari, em Rondônia, conseguiu cumprir as exigências do edital de licitação apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente. O governo concedeu a todas as empresas uma segunda chance no primeiro leilão de florestas praticado no País. Terão até as 17 horas de 7 de fevereiro para entregar a documentação que falta. “Todos os candidatos ficaram devendo um documento básico, a Certidão de Débito Ambiental Municipal”, disse Tasso Azevedo, diretor de Florestas do ministério.

A Reserva do Jamari tem 220 mil hectares. A área total a ser explorada é de 96 mil hectares, subdividida em três porções: 17 mil, 33 mil e 46 mil hectares. Cada unidade de manejo florestal terá um vencedor, que assinará contrato por quatro décadas. O concessionário deverá conservar a área e poderá explorar com técnicas de manejo sustentável produtos florestais como madeira, óleos, sementes e resinas, além de oferecer serviços como ecoturismo e esporte de aventura. Os recursos arrecadados com a concessão da floresta deverão ser empregados na fiscalização, no monitoramento e em controle das áreas licitadas.

Uma parcela de até 30% do montante que for arrecadado com a licitação será destinada ao Serviço Florestal e ao Ibama, ambos do Ministério do Meio Ambiente. Os outros 70% serão destinados ao Instituto Chico Mendes - gestor da unidade -, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, ao Estado de Rondônia e às cidades onde estão as áreas manejadas. Esses recursos deverão ser aplicados em ações de conservação e uso sustentável das florestas, de acordo com a lei que regulamentou a concessão de parte da Amazônia.

Jornal inglês diz que Brasil teve de admitir má notícia - Pedro Dantas e Agências Internacionais – Estado de São Paulo – Vida & - 26/01/2008

O aumento do desmatamento da Amazônia nos últimos meses foi destaque em grandes jornais do mundo. O inglês The Guardian afirmou que, depois de anunciarem a diminuição da derrubada da floresta, os ministros de Lula tiveram de admitir as más notícias. O jornal The Washington Post também noticiou os novos índices e afirmou que o País iria aumentar o policiamento na região.

A reportagem do The Guardian era extensa e foi publicada também no site do jornal. O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara, foi citado. “Nós nunca vimos algo assim antes na Amazônia”, disse ele. O Greenpeace, no Brasil, também foi ouvido. O diretor da ONG para a Amazônia, Paulo Adário, afirmou ao jornal inglês que o problema é econômico. “Sempre que o preço da carne e da soja aumentam, cresce também o desmatamento”, disse.

O jornal The Washington Post lembrou em sua edição de ontem que o assunto foi tratado numa “reunião de emergência” entre o presidente Lula e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A publicação traz uma fotografia, divulgada pela Agência Brasil, que mostra uma área queimada da Amazônia.

ABAIXO-ASSINADO - No Brasil, a atriz Christiane Torloni lidera uma campanha contra o desmatamento da Amazônia. Ela e os colegas Juca de Oliveira e Vitor Fasano já reuniram 600 mil assinaturas em um abaixo-assinado. A intenção é entregar o documento ao presidente Lula quando conseguirem 1 milhão de assinaturas. “O que acontece lá é uma guerra. Madeireiros armados levam os carregamentos nas balsas. Os fiscais do Ibama ficam acuados e a população, com medo”, diz Christiane.

Musa do movimento Diretas Já em 1984, Torloni se envolveu em diversas causas nos últimos anos. Militou contra a violência após sofrer um assalto em 2006, e embarcou em 2007 no polêmico Cansei. Agora, defende o movimento Amazônia Para Sempre.

Moratória amazônica – Igor Gielow – Folha de São Paulo – Opinião – 26/01/2008

BRASÍLIA - Lula não pode reclamar. Se os dados sobre o desmatamento da Amazônia tivessem saído há alguns meses, no auge da discussão sobre o aquecimento global, iria enfrentar críticas azedas. Mas a crise "do outro lado do Atlântico", para adotar a geografia lulista, acabou abafando um pouco o impacto das más notícias ambientais. Antes, é bom qualificar as coisas. Assim como há muita estupidez relacionando a "destruição da Amazônia" com a mudança climática, um processo ainda aberto a muitas interpretações, é tolice falar em apocalipse florestal. Se o aumento no desmatamento assusta, a derrubada é menor que no passado. Isso apesar da estrutura ridícula do Estado na Amazônia. Veja o caso do Mato Grosso: o efetivo do Ibama é insuficiente, há um pesadelo fundiário que ninguém tem coragem de enfrentar. Para completar, a corrupção grassa.

O problema é a curva do desmatamento, que foi invertida, e por isso o alarmismo oficial -pega mal ganhar um carimbo de governo pouco preocupado com o ambiente. O problema é que, para atacar a questão, o Planalto terá de fazer algumas escolhas difíceis. É possível ou desejável barrar o agronegócio em favor da conservação?

Os fundamentalistas aliados à criacionista Marina Silva dizem que parar a motosserra e o "correntão" dos plantadores de soja e criadores de gado é um imperativo. Já os gananciosos amigos da brasileiríssima mistura de empresário e político Blairo Maggi dizem que tem muito mato para derrubar, que as críticas atrasam a economia.

A resposta certa é difícil, combinando exploração com conservação e adicionando elementos como entrar a fundo no mercado mundial de créditos de carbono e ganhar dinheiro com a floresta em pé. Mas não será com um pedido de moratória, impraticável, beirando o ridículo, que o governo irá resolver o problema. igielow@folhasp.com.br

Tratores continuam ceifando a floresta – Rodrigo Vargas e Jorge Araújo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008

Sobrevô feito ontem em Mato Grosso revela que plano do governo para frear desmate pode ter chegado tarde demais

Além dos novos caminhos abertos para o gado na Amazônia, pátios das madeiras estão cheios de toras prontas para a entrega

Máquinas trabalham para arrastar árvores amazônicas já derrubadas e fazer a limpeza do local para o gado poder pastar em uma fazenda no município de Alta Floresta, no norte de Mato Grosso

Um dia depois de o governo federal anunciar a suspensão de licença de desmate em 36 municípios que concentram 50% do desmatamento na Amazônia, os tratores de esteira não interromperam o trabalho de abrir caminho para a agricultura e a pecuária em áreas nativas de Alta Floresta e Paranaíta, no extremo norte de Mato Grosso (830 km de Cuiabá). Os municípios constam da lista de maiores devastações divulgada anteontem. A reportagem da Folha sobrevoou por uma hora, em uma avião monomotor, trechos de floresta dos dois municípios. Próximo a Paranaíta, um trator e um caminhão, com cerca de quatro pessoas, derrubavam as árvores. O sobrevôo foi feito nas mais recentes derrubadas na região, ocorridas entre os meses de novembro e dezembro. O roteiro foi traçado com base nas coordenadas obtidas pelo sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Além de confirmar a precisão do levantamento feito por satélite -ainda não haviam sido retirados ou queimados os restos florestais-, a reportagem constatou que o ritmo da devastação não parece ter sido alterado pelo anúncio das recentes medidas de controle. E que, ao menos naquela região, as medidas adotadas podem ter chegado tarde demais. O método da devastação começa com madeiros derrubando com motosserra árvores selecionadas, que depois vão se transformar em madeiras nobres. Em seguida, vêm os tratores, que derrubam as árvores remanescentes e que, depois, serão queimadas, para limpar a área que será usada pelo gado.

A reportagem também fez sobrevôo sobre algumas madeiras. Nos pátios, grandes depósitos de toras e centenas de cargas de madeira serrada já prontas para o transporte. No rumo norte, em direção ao limite da fronteira agrícola, na divisa com o Estado do Pará, um mosaico irregular era formado por pastagens, manchas esparsas de gado, cursos d'água degradados ou interrompidos por represas particulares. Tudo isso em meio a ilhas, cada vez menores, de mata.

Foram vistas estradas recém-abertas em meio à floresta, um indicativo seguro de onde serão os novos desmates. Em um desses trechos, ainda em Paranaíta, um trator de esteira trabalhava em uma nova derrubada. Perto dali, um igarapé (rio pequeno) repleto de buritis (espécie de palmeira) cortado ao meio e aterrado para a passagem de uma estrada. O ambientalista Laurent Micol, que atua na região pela organização não-governamental ICV (Instituto Centro de Vida), afirmou que é evidente a retomada da devastação. "Mesmo

que os números estejam abaixo do registrado em anos críticos, é nítida a atual tendência." Segundo ele, a recuperação financeira do agronegócio é a hipótese mais provável para explicar o avanço sobre novas áreas. "Desmatamento é investimento por parte do produtor rural. E ele só pode fazer isso se estiver capitalizado."

Essa hipótese ganha mais força quando leva-se em conta a crise que atingiu o agronegócio entre 2005 e 2006. "Existe uma ligação entre preços de commodities e desmatamento. Os preços de um ano influenciam os números do ano seguinte. Neste momento, os preços estão muito altos."

Em Alta Floresta, antes de realizar o sobrevôo nas áreas devastadas, a reportagem ouviu o gerente do sindicato dos produtores rurais, que inclui agricultores e pecuaristas, Rogério Rizo. Ele disse considerar "um equívoco" a presença do município na lista dos maiores devastadores da floresta.

Outro lado - Após o sobrevôo, a reportagem procurou o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. As assessorias dos dois órgãos não encontraram ninguém para comentar o caso até as 19h40. Em Alta Floresta, na sede do Ibama, também ninguém atendeu o telefone.

Prazo para recadastrar imóveis em área mais crítica da Amazônia vai até março – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Proprietários rurais de 36 municípios listados como alvo prioritário de ações de combate ao desmatamento terão até meados de março para recadastrar seus imóveis sob pena de terem suspensos o CCIR (Certificado de Cadastramento de Imóvel Rural), sem o qual não podem obter crédito, negociar a propriedade ou mesmo pleitear licença para a derrubada no limite de 20% de suas terras - onde o desmate é permitido.

O prazo foi definido ontem em reunião dos ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Marina Silva (Meio Ambiente). É uma das regras do cadastramento das propriedades, apontado pelo governo como um dos principais mecanismos para tentar conter a devastação da floresta.

O cadastramento deverá alcançar uma área de 80 milhões de hectares, estima o ministro do Desenvolvimento Agrário. Essa área deve reunir cerca de 80 mil propriedades e posses. "É uma área bastante complicada, será um trabalho difícil", prevê Cassel. Por meio do cadastramento de propriedades, o governo pretende ter instrumentos para monitorar o desmatamento e enquadrar os responsáveis por crimes ambientais. Desde ontem, está suspensa a concessão de licenças de desmatamento nos 36 municípios listados em portaria assinada por Marina Silva. Mas o cadastramento começa depois do Carnaval, com a publicação de instrução normativa pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, até 15 de fevereiro.

Proprietários de imóveis pequenos, com até quatro módulos fiscais, ou cerca de 400 hectares, não ficarão sujeitos ao bloqueio do certificado. No caso dos pequenos produtores, o prazo para recadastrar propriedades será de dois anos. E o custo do trabalho será bancado pelo governo. Os grandes proprietários terão de bancar mapas de satélite de suas terras. Cassel defendeu pequenos produtores e assentados da reforma agrária e disse que quem desmata são grandes latifundiários. Já o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que os assentados têm dificuldade em manter 80% de reserva legal nos lotes. "Nos 20% que restam em pequenas propriedades, nem japonês consegue sobreviver", calcula.

Polícia deixa de escoltar fiscais em Rondônia – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008

Sob a alegação de que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) está utilizando métodos abusivos de fiscalização, funcionários do governo de Rondônia deixaram de fazer a guarda de fiscais do instituto durante operações em madeiras do Estado.

A ordem partiu do governador Ivo Cassol (sem partido), para quem o Ibama criminaliza o setor madeireiro -do qual o próprio Cassol fez parte até 1996. Ele ordenou que um delegado e um perito refaçam o trabalho do órgão ambiental para "levantar o que tem de errado".

O racha aconteceu em ao menos duas ações. No dia 15 de dezembro passado, quando a equipe mista de fiscais e policiais já estava em Nova Mamoré (RO) contando a quantidade de madeira nos pátios de alguns estabelecimentos, e na última terça-feira, 22 de janeiro, quando a guarda sequer apareceu para participar de uma blitz em Machadinho d'Oeste (RO).

Cassol disse que os fiscais medem erroneamente as toras -levando em conta partes não utilizáveis da madeira- e, mesmo assim, aplicam multas pela suposta presença de material derrubado sem autorização. "Eles estão medindo o vento", disse o governador. "E ainda falam que quem está fazendo aquilo é o governo do Estado, usam nosso nome de maneira arbitrária." Para o governador, essa seria uma maneira de prejudicar a administração estadual e, assim, pressionar para que o direito de fiscalizar e distribuir planos de manejo (que legalizam a derrubada de árvores) voltem a ser exclusividade do Ibama. Desde 2006, o governo também cumpre essas funções.

Oswaldo Pittaluga, superintendente do órgão federal em Rondônia, disse que desconhece o motivo do abandono da polícia e negou qualquer irregularidade. Cassol rebateu ainda as críticas da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) que criticou a retirada dos policiais. "Ela é uma mentirosa", disse, pela inclusão de cidades de Rondônia na lista do desmate. "Até agora, ela não deu nem um carrinho de mão pra ajudar a gente".

Marina pede moratória; Stephanes questiona dado – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008

Para titular da Agricultura, números do Inpe sobre Mato Grosso estão superestimados - Declarações aprofundam divisão no governo sobre responsabilidade pela taxa de devastação; Inpe diz que tem certeza de seu número

Ao mesmo tempo em que a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) desafiava produtores agrícolas a declararem uma moratória total à derrubada de árvores na Amazônia, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) lançou dúvidas sobre os dados de aumento do desmatamento divulgados na quarta-feira. Esses movimentos mostram que se tornaram mais intensas ontem as divergências no governo sobre as causas da devastação.

Depois de uma reunião que definiu regras para o recadastramento das propriedades nos municípios líderes em desmatamento, Marina Silva lançou a proposta aos produtores: "Acho que deveriam se declarar em moratória e dizer que a partir de hoje não derrubam nenhuma árvore."

Ao divulgar dados do ritmo acelerado do desmatamento nos últimos cinco meses do ano, a ministra havia apontado a pressão de produtores de soja e gado como uma das possíveis causas do problema. "Vamos sobrevoar as áreas e qualificar in loco as razões do desmatamento, queremos trabalhar com dados da realidade e os três Estados que mais desmataram [Mato Grosso, Pará e Rondônia] têm grande atividade agropecuária", disse Marina Silva, mantendo a hipótese contestada, no caso da soja, pelo colega da Agricultura. Ontem, Stephanes lançou dúvidas sobre os dados de desmatamento divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com base nos quais é estimado o abate de 7.000 km² de florestas entre outubro e dezembro de 2007. De acordo com os registros dos satélites, o Estado do Mato Grosso concentraria mais da metade da devastação. "Acredito que deve haver problema com os dados sobre o Mato Grosso. Algo não bate: pode não ter havido derrubada", reagiu Stephanes à Folha. "E, se houve, não foi para o plantio de soja, pode ter sido pela pecuária, mas não quero especular", completou. João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, reforçou a hipótese de que o avanço da fronteira agrícola seja a principal causa do desmatamento recente com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dentro do período em que Stephanes disse que não teria havido expansão do plantio de soja, Capobianco relatou que a área plantada aumentou entre 2003 e 2006 de 4,8 milhões de hectares para 6,5 milhões de hectares só na Amazônia, o equivalente a 40% do crescimento registrado no país. Só em MT, o aumento foi de 1,2 milhão de hectares no período. O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, disse que o instituto sustenta os dados. "Não seríamos irresponsáveis de fazer esse fuzuê todo [a divulgação dos números] com a presença do Presidente da República se não tivéssemos certeza absoluta." Apesar da divergência, o ministro da Agricultura classificou de "excelente" seu relacionamento com a colega do Meio Ambiente. E ressaltou que ambos estão de acordo sobre a possibilidade de o Brasil aumentar a produção agropecuária sem derrubar mais florestas. "Temos 50 milhões de hectares de pastagem e outros 50 milhões de áreas disponíveis para a agricultura", estima.

Colaborou **EDUARDO GERAQUE**, da Reportagem Local

Plano não vai funcionar, dizem especialistas e produtores rurais – Cláudio Ângelo e Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 26/01/2008

Recadastramento de imóveis rurais foi medida tentada em 2004, sem sucesso

Especialistas e produtores rurais avaliam que o pacote lançado pelo governo terá, no máximo, sucesso parcial contra o desmatamento. E pode até ajudar a aumentá-lo, induzindo-o em regiões menos críticas para abastecer frigoríficos nos municípios sob moratória.

"Você já tem uma capacidade instalada de frigoríficos em alguns desses [36] municípios que são alvo de ação emergencial. Eles não vão reduzir o seu abate diário. Se quem fornece para eles não tem mais crédito, eles vão comprar de outro município", disse à Folha Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra. "O desmatamento vai vazar."

Paulo Barreto, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), diz que escolher um conjunto de municípios e não dar novas licenças a quem não comprovar boa conduta ambiental não deve surtir grande efeito. "Essas pessoas são ilegais e já não licenciavam mesmo", disse.

Barreto é autor de um estudo ainda inédito que calculou em R\$ 1,9 bilhão o tamanho dos subsídios dados à pecuária na Amazônia do começo do governo Lula até outubro de 2007. Ele diz que, além do crédito barato, o governo dá ainda um subsídio oculto às atividades que promovem o desmatamento: terra de graça.

"Em 2003 havia 42 milhões de hectares registrados como "posse" pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]. E o Incra aceita isso. O sujeito não é o dono, mas não comprou nem paga royalties dessa terra." O resultado, afirma, é um custo a menos na conta da produção de carne na Amazônia.

As únicas soluções para o problema, segundo o pesquisador, são o governo expulsar todos os posseiros -o que é impossível- ou passar a cobrar deles o custo da terra em troca de títulos de propriedade. "Assim se retira o subsídio."

As palavras do pesquisador encontram eco entre os produtores rurais do Pará. Segundo eles, a suspensão das licenças de desmatamento em 36 municípios serão inócuas, pois a derrubada é ilegal mesmo.

"Essa medida não terá nenhum efeito porque o governo já não autoriza desmatamento", disse Plínio Neuls, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ulianópolis.

Para os produtores rurais, sem o título definitivo das terras eles não conseguem financiamento para investir em melhorias nos pastos ou mecanização das lavouras, o que aumentaria a produtividade e reduziria a pressão sobre a mata.

Para o presidente da Associação Agropecuária Rondonense, João Malcher, o governo deve aproveitar o cadastramento que fará nos municípios da "lista negra" para fazer a regularização fundiária da região.

"Se o governo fizer a regularização fundiária e incentivar o reflorestamento, acaba com o problema de derrubada de árvores no Pará." Os produtores também defendem a redução da reserva legal de 80% para 50% da área dos imóveis.

O governo tentou em 2004 regularizar a posse da terra em 210 municípios da Amazônia, com o recadastramento de propriedades. A intenção, na época, era combater a grilagem. Não deu certo.

"Mandaram recadastrar e fazer georreferenciamento, e custava R\$ 18 mil. Quem ia fazer isso?" -questiona Paulo Barreto, do Imazon. "Agora o governo diz que vai fazer [o recadastramento] por razões ambientais para punir. Você acha que alguém vai fazer?"

Taxa superestimada de desmate não altera novos resultados negativos - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008

Após consulta do 'Estado', diretor do Inpe reconhece que números divulgados em outubro estavam errados

Os números divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em outubro sobre o desmatamento na Amazônia estavam errados, segundo apurou o Estado. Os dados mostravam que a taxa de derrubada da floresta havia aumentado 8% nos meses de junho a setembro em comparação com o mesmo período de 2006 - incluindo um aumento explosivo de 600% dos índices em Rondônia. A área desmatada de fato, porém, foi bem menor do que o divulgado.

"Erramos", disse ao Estado o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. Segundo ele, houve uma dupla contagem de áreas desmatadas que já tinham sido detectadas pelo sistema Prodes e foram novamente computadas pelo sistema Deter - os dois programas de monitoramento por satélite da floresta. "Erramos e corrigimos. Os números (divulgados em outubro) não têm mais validade."

Câmara diz que os novos números do Deter, divulgados quarta-feira, estão corretos. O relatório, que traz dados de agosto a dezembro, mostra um crescimento alarmante do desmatamento nos últimos dois meses de 2007. "Os dados foram estritamente checados várias vezes e verificados com todo o cuidado."

Segundo o novo relatório, o desmatamento em agosto na Amazônia foi de 243 km², e não 723 km², como divulgado em outubro - uma redução de 66%. Com relação a

setembro, a estimativa foi reduzida de 1.383 km² para 611 km² desmatados, queda de 56%. O Maranhão, que aparecia antes com 41 km² desmatados, zera em setembro com a correção. Os números revisados para junho e julho não foram divulgados pelo Inpe, por isso não foi possível calcular a variação acumulada dos quatro meses.

Em Rondônia, o desmatamento foi bem menor do que o originalmente divulgado. Em agosto, foram derrubados 54 km² de floresta, e não 179 km². Em setembro, o número foi corrigido de 295 km² para 84 km². Todos os outros Estados da Amazônia também tiveram desmatamento menor do que o divulgado em outubro. O novo relatório não faz uma comparação com os meses de 2006. O Estado solicitou ao Inpe os dados históricos de desmatamento, mês a mês, mas foi informado de que a única pessoa autorizada a divulgar as informações era o coordenador do Programa Amazônia do instituto, Dalton Valeriano, que está no Japão.

Os dados do relatório de outubro foram amplamente divulgados na imprensa nacional e internacional, quebrando uma seqüência de dois anos de boas notícias sobre a redução do desmatamento. A notícia caiu como um balde de água fria sobre o Ministério do Meio Ambiente, colocando em xeque a competência do governo em conter a destruição da floresta frente ao reaquecimento dos mercados internacionais de soja e carne.

Segundo Câmara, a revisão dos números não altera o fato de que o desmatamento cresceu de forma alarmante nos últimos meses de 2007 e que medidas urgentes são necessárias para controlar a devastação. Em resposta ao novo relatório, o governo decretou corte de crédito para cidade que desmataram, fiscalização de fazendas, recadastramento de imóveis rurais e reforço da Polícia Federal na região.

MÁSCARA - Segundo Câmara, o erro no relatório anterior foi detectado no final de dezembro, quando a equipe do Inpe fazia a consolidação dos dados do Deter de 2007 e percebeu que os números estavam muito altos. O problema, segundo ele, foi uma falha do software que analisa as imagens dos satélites, seguida de um erro humano por parte dos técnicos, que falharam ao não detectar o erro.

O sistema foi projetado para ignorar clareiras antigas e enxergar apenas novos desmatamentos, de modo que as ações de fiscalização possam ser direcionadas para esses locais. Para isso, a cada novo cálculo, uma “máscara” digital é aplicada automaticamente sobre as áreas já desmatadas. Só que, no relatório anterior, a máscara foi colocada de maneira errada, permitindo que áreas já computadas como desmatadas pelo Prodes ficassem expostas e continuassem a ser contadas como novos desmatamentos pelo Deter. Segundo Câmara, a nota sobre o erro seria divulgada na semana que vem.

A sobrecarga de trabalho no instituto também teria contribuído para o problema, diz Câmara. Até 2005, os dados consolidados do Prodes levavam um ano para serem preparados e divulgados, o que praticamente impedia o governo de reagir às flutuações do desmatamento em tempo hábil. De lá para cá, os dados passaram a ser compilados em poucos meses após o fim do calendário de desmatamento, que vai de 1º de agosto de um ano a 31 de julho do seguinte. O último relatório do Prodes foi divulgado em dezembro, mostrando queda de quase 60% do desmatamento em relação a 2004. “Entre agosto e

novembro, a ênfase do Inpe foi em fazer o Prodes”, disse. “A equipe continuou a fazer o Deter, mas não checou os dados com o detalhe que deveria.” Segundo ele, o aparato disponível para o monitoramento está aquém do necessário. “Para fazer o que a gente faz, com a equipe que a gente tem, é trabalho de herói.”

Seca colaborou para o aumento dos índices – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008

Fim de ano sem chuva pode ter prorrogado período de derrubada de árvores, que ocorre mais na estiagem

A mesma falta de chuvas que colocou em risco o abastecimento de energia do País no final de 2007 pode ter sido determinante para o aumento do desmatamento na Amazônia nos últimos dois meses do ano. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram uma redução significativa dos níveis de precipitação sobre as áreas desmatadas nos meses de novembro e dezembro, quando a intensificação das chuvas normalmente empurra os índices de desmatamento para baixo.

Tipicamente, a derrubada de árvores na Amazônia é mais intensa entre maio e agosto, no fim da estação chuvosa e início da estação seca. Em seguida vem o fogo, com o pico das queimadas entre agosto e outubro. De novembro em diante, as chuvas retornam e o desmatamento se recolhe.

Não foi assim em 2007. O mês com desmatamento mais elevado foi junho, como de costume. Porém, a partir de novembro, em vez de cair, os números dispararam. Segundo os dados do Inpe, a área desmatada saltou de 457 km² em outubro para 974 km², em novembro, e permaneceu alta em dezembro, com 948 km² de floresta derrubada.

Segundo especialistas ouvidos pelo Estado, isso dificilmente poderia ter ocorrido não fosse pela estiagem prolongada que atingiu o País em 2007. As chuvas mais pesadas demoraram a chegar a Amazônia, permitindo que as atividades predatórias continuassem por mais tempo do que de costume.

“Está claro que a chuva ficou bem abaixo da média em várias regiões”, disse o meteorologista Gilvan Sampaio, do Inpe. Os mapas de precipitação de novembro e dezembro mostram redução de mais de 50% nos índices de precipitação sobre vários municípios onde houve desmatamento no período, em comparação à média histórica de chuvas para a região. “O clima certamente ajudou, mas sem um estudo mais detalhado, é apenas especulação”, avalia, cauteloso, o especialista Carlos Nobre, também do Inpe.

O desmatamento normalmente ocorre no primeiro semestre para dar tempo de a vegetação secar antes das queimadas (usadas para “limpar” a área), o que pode levar até três meses, segundo Nobre. Com a chegada das chuvas, a logística do desmatamento fica seriamente dificultada.

“O que possibilita tudo é o acesso à área”, diz Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). “Por mais equipamento que você tenha, fica muito difícil operar dentro da floresta com chuva. Os caminhões simplesmente atolam; o custo operacional fica muito alto.”

'Queremos saber a serviço de quem o Inpe está mentindo' - Lourival Sant'Anna – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008

Em entrevista exclusiva, governador contesta dados do órgão federal e diz que desmatamento caiu 20% em Mato Grosso

Os últimos dados de desmatamento na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) colocaram Mato Grosso contra a parede. Dos 3.233 km² de derrubada detectados pelo Sistema de Desmatamento em Tempo Real (Deter) entre agosto e dezembro, 1.786 km² seriam no Estado. Apesar de aliado do governo federal, Blairo Maggi (PR), governador de Mato Grosso e um dos maiores produtores de soja do mundo, foi responsabilizado pela ministra Marina Silva, do Meio Ambiente.

Nesta entrevista exclusiva ao Estado, por telefone, Maggi, de 50 anos, no segundo mandato, reage, contestando energicamente os números e lançando uma suspeita sobre o órgão federal: “O Inpe está mentindo a serviço de alguém.” Ele ainda chama de “besteira” a suspensão de créditos, uma das medidas adotadas pelo governo federal: “Ninguém pega crédito para desmatar.”

A ministra Marina Silva o acusou de não cooperar com o combate ao desmatamento. Como reage? Recebemos esses dados com muita surpresa. Todos nós sabemos que esses números não são verdadeiros com base no trabalho dos nossos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, que vem promovendo um arrocho nos últimos anos. O Inpe está mentindo a serviço de alguém. Queremos saber a serviço de quem. Falei com a ministra hoje (sexta-feira) pela manhã longamente pelo telefone e mostrei que os números que apresentaram a ela não têm consistência. Sobre os números de outubro a dezembro, ainda não posso dizer quanto é verdadeiro. Mas, dos números de abril a setembro do Deter, verificamos mais ou menos 300 pontos. Já temos os laudos de 113. Desses, em 91 (80,53%), o desmatamento não existiu ou é antigo e deve ter entrado em algum outro momento estatístico. Dentro de 20 a 30 dias terei o restante. Acho muita irresponsabilidade da parte do Inpe lançar para o mundo os números sem checar na realidade do campo o que está acontecendo.

Qual a receptividade da ministra? A princípio, parece-me que ficou surpresa. Junto com os técnicos da nossa secretaria, também havia pessoal do Ibama. Em todos os pontos em que notamos erros, foi feito um laudo e assinaram o pessoal do Ibama, nossos técnicos e os policiais militares que fazem parte das equipes. Tenho tudo documentado. A

mim cabe perguntar se os números de setembro a dezembro também não são errados, mal interpretados, até por má-fé.

O que o senhor acha que houve? Nossos técnicos dizem que as informações dos satélites podem ser usadas de várias maneiras. Por exemplo: temos áreas de várzea na região do Araguaia onde não existe floresta. Se tem um incêndio e o satélite detecta, interpretam como se fosse queimada de derrubada (de floresta). Em áreas de formação rochosa, também o satélite passa e dá uma característica de queimada. Quando você pega os polígonos que estão no site do Deter, vê que muitos pontos são irregulares. Quando se faz desmate para pecuária ou agricultura, todo mundo procura fazer algo retangular para poder trabalhar dentro dessas áreas. Grandes áreas de incêndio dentro da floresta eles julgam como se fosse desmatamento. A ministra Marina saiu do Brasil e defendeu posições de que estamos reduzindo desmatamento. Aí, chega e lança um número desses, sem nenhum critério, sem nada, vira no que virou. No mundo inteiro estão botando a boca, dizendo que o Brasil é irresponsável. Irresponsável é quem bota os dados sem checar no campo. Sou parceiro da ministra, do governo. Tenho feito grande trabalho para reduzir o desmatamento em Mato Grosso. Os setores produtivos do Estado têm criado fundos para devolver as áreas de preservação permanente, assumindo o compromisso de fazer tudo correto.

Que dados vocês têm? Estimamos que nossa área desmatada deste ano será inferior em 20% a 25% à do ano passado, que já foi baixa, em torno de 2.400 km².

Os municípios problemáticos são esses mesmos que aparecem na lista do governo? São. Mas desses (19 mato-grossenses, do total de 36), apenas três trabalham fortemente com soja: Querência, Gaúcha do Norte e Nova Maringá. No noroeste do Estado e na região de Colniza, temos problemas muito sérios com grandes assentamentos do Incra. Eles também não respeitam, não fazem licenciamento. O pessoal derruba a floresta para manter a posse. Nem consegue produzir. Há ainda uma área de grilagem muito grande. São invasões. Muita gente vem de Rondônia. São pequenos sitiantes que tiram a tora e vendem para os madeireiros. Já pedi até apoio do Exército para as duas áreas e não consegui até hoje. Quando aperta, todo mundo grita. Quando a gente pede ajuda, que tem que pôr a mão no bolso e trabalhar, todo mundo corre. Devia aproveitar essa confusão e mandar o Exército ficar seis meses acampado na região. Vão ver como reduziria o desmatamento. Só com blabláblá a gente não faz nada. Quero que a Amazônia pare de ser desmatada, mas quero também que paremos de fazer carnaval em cima dessas coisas.

No restante, qual é a pressão? É pecuária.

Derrubar pode ser rentável para o pecuarista e o sojicultor, ou é necessariamente o madeireiro quem chega primeiro? Se você tiver que derrubar uma floresta para fazer agricultura, não vai pagar a conta. Agricultura não se faz na floresta, mas no cerrado, onde é permitido o uso de 65% (da área). Nesses números divulgados, tem uma parcela legal, autorizada pelo governo.

O que acha das medidas adotadas pelo governo, de suspensão de créditos e envio de força-tarefa? Suspensão de crédito não muda nada porque ninguém pega crédito

para isso. Nunca teve crédito para desmatar. Isso é besteira. Enviar agente policial para cá pode ajudar. Mas antes da Polícia Federal, podia ser o Exército, para uma presença preventiva. Tira esse povo lá do Rio de Janeiro, da fronteira da Amazônia, onde está todo mundo coçando o saco, e traz para cá. Falei para a ministra hoje que uma medida boa é identificar na cadeia produtiva de onde está vindo o boi, a soja ou a madeira. Se vem de área desmatada irregularmente, trava na comercialização. Isso funciona bem. Já existe em Mato Grosso moratória feita pelas empresas, que não têm comprado soja de áreas desmatadas (na floresta, após 2006).

Em Bali (reunião de dezembro sobre o clima), o senhor demonstrou otimismo com os mecanismos de remuneração do serviço ambiental. Acha que a divulgação desses dados prejudica esse processo? Esse é um assunto que temos que continuar perseguindo. Sei que não é fácil. Cada vez que você solicita que alguém coloque a mão no bolso para uma atividade ambiental, não acha parceiros. Todo mundo fala, mas ninguém põe. Naquela reunião, fiz o alerta de que o desmatamento era um leão adormecido, que poderia acordar de uma hora para outra, e que esse seria o momento de termos novos mecanismos, um deles o desmatamento evitado. Se o cidadão que está em Colniza desmatando só para segurar sua posse, sem produzir nada, for pago para manter a floresta em pé, vamos ter um agente ambiental lá. O problema é que não conseguimos transformar isso em realidade. Quando é a hora de pôr a mão no bolso, o Banco Mundial vem com um fundo de US\$ 150 milhões para combater o desmatamento no mundo. Isso não dá para nada.

O aumento do preço da soja não acordou o leão? Não, até porque os agricultores estão muito endividados, com a queda do dólar de R\$ 3,80 para R\$ 1,70. O dinheiro evaporou. O pouco ou muito que se vai ganhar neste ano é para cobrir um buraco muito grande. Mas, dentro de 60 dias, quando finalizarmos o levantamento in loco do período de outubro a dezembro, teremos condições de dizer exatamente a área destinada à soja, à pecuária, assentamento do Incra e manutenção de posse.

Dos 900 mil km² de território de Mato Grosso, quanto já foi aberto? Estimamos 35%.

Disso, quanto representa gado e soja? Soja, 8%; gado, 25%. Aqui não vai nenhuma crítica, mas, de reservas indígenas, temos 13% do território. Os caras nos matam por nada. Os índios têm o direito de ter as terras deles, sem problema nenhum. Ninguém está contestando. Ajudamos a manter as divisas deles.

O senhor acha a reserva legal de 80% (nas propriedades na floresta) sustentável economicamente? Não. É por isso que há essa pressão em cima. Com 20% da propriedade para produzir, não tem retorno econômico. A não-votação da medida provisória que instituiu 80% tem trazido problemas para o Estado, porque muitos acham que, por ser medida provisória, um dia ela pode mudar.

Para diretor, agora dado é correto – Estado de São Paulo – Vida & - 27/01/2008

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara, disse que preferia “não polemizar” com relação às críticas levantadas pelo governo de Mato Grosso, que questionou a confiabilidade dos dados sobre desmatamento. “O Inpe sustenta seus dados e continuará a checá-los e corrigir eventuais erros, se houver”, disse.

Câmara garantiu que os números divulgados na semana passada referem-se a novos desmatamentos. “Fomos muito cuidadosos com relação a isso”, disse. “Eu não levaria isso ao presidente da República se não tivesse confiança de que os dados estão corretos.” E acrescentou: “O Inpe não tem medo de publicar que o desmatamento subiu nem que caiu. Tem medo de errar. Sempre admitimos que pode haver erros, mas, se tiver, seremos sempre os primeiros a corrigi-los.”

Questionado sobre disparidades entre o relatório divulgado na última semana e o anterior, de outubro, Câmara reconheceu que os números anteriores estavam errados.

Novos desmatamentos – Folha de São Paulo – Opinião – 27/01/2008

NÃO CHEGOU A SER uma surpresa: o Ministério do Meio Ambiente já havia detectado, desde agosto, que o desmatamento em larga escala na Amazônia voltou a crescer. Ainda assim os números divulgados na quarta-feira foram mais dramáticos que o esperado, com a constatação de que as motosserras haviam destruído no mínimo 3.235 km² de floresta -o equivalente a dois municípios de São Paulo- em cinco meses. E esse número ainda pode mais que duplicar. Reverteu-se com isso a tendência de diminuição do desmate, registrada desde 2005. As imagens de satélite também deram pistas para identificar os vilões da história: a floresta diminuiu bem mais em áreas de Mato Grosso cultivadas com soja e no Pará, onde prevalece a pecuária.

O governo federal teria instrumentos para conter esse deterioração ambiental. Possui um Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e, já em 2005, havia baixado um decreto que ameaçava suspender a licença de propriedades rurais que não demonstrassem cumprir a lei ambiental em 200 municípios. Há ainda a proibição, jamais cumprida, de o Banco da Amazônia dar créditos a quem não comprovar boa conduta ecológica. Outra possibilidade é certificar municípios e propriedades ambientalmente responsáveis, como prevê decreto de dezembro. Parte do mercado externo de carne e grãos é sensível a esses selos verdes. Ninguém ignora que, dentro do governo, os "ambientalistas" -que deram clara demonstração de força, ao conseguir reduzir o volume de desmate por três anos consecutivos- estão em constante embate com os "pragmáticos", mais preocupados com as exportações.

Na quinta-feira, o governo anunciou que passaria a aplicar a lei. Até agora, no entanto, vem pecando por omissão.

MT investirá R\$ 1 bilhão em frigoríficos – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães –
Folha de São Paulo – Ciência – 27/01/2008

Verba acende "sinal amarelo" para ambientalistas, que vêem relação entre setor e aumento nas taxas de desmatamento - Capacidade de abate será ampliada para até 35 mil animais por dia; três plantas em construção ficam em municípios de "lista suja"

A expectativa do mercado de frigoríficos de investir, nos próximos dois anos, cerca de R\$ 1 bilhão em Mato Grosso pode aumentar o desmatamento na região em decorrência do incentivo à criação de gado. Essa é a opinião de especialistas ouvidos pela Folha. O dinheiro será destinado, basicamente, à construção de dez novas instalações para o abate de animais no Estado, que já lidera a derrubada da floresta na Amazônia Legal. Com os novos projetos, Mato Grosso ampliará a capacidade de abate de 20 mil animais por dia para até 35 mil -um incremento de 75%.

As informações são do Sindifrig (Sindicato dos Frigoríficos de Mato Grosso), que diz que há hoje 33 frigoríficos no Estado. Os investimentos, segundo o presidente da entidade, Luiz Antonio Freitas Martins, devem gerar 9.500 empregos diretos e 28,5 mil vagas indiretas, números comemorados pelo governo Blairo Maggi.

Relação direta - Para o professor de engenharia florestal da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) Versides Sebastião de Moraes e Silva, especialista em manejo florestal, a relação entre o aumento de frigoríficos e a devastação ambiental para a abertura de pastos é "direta".

"Trazer abatedouros é uma resposta à oferta de animais", afirma. Ele diz que uma maneira de brechar o desmate é investir na criação intensiva de animais, ou seja, aumentar a tecnologia para aproveitar melhor o espaço de pastagem.

O professor afirma que, para a maior parte dos investidores da Amazônia, ainda "não está claro" que modelo deve ser adotado como alternativa ao que compromete a floresta.

Pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), o engenheiro agrônomo Adalberto Veríssimo afirma que a chegada de novos abatedouros deixa ligado o "sinal amarelo" em relação a um possível aumento do desmatamento na região.

"Devemos ficar em alerta. Esperamos que essas empresas adotem uma postura transparente e que possamos monitorar se a relação com fornecedores [de carne] irá proporcionar um efeito-dominó. Mas existem formas hoje de controle e parte da atividade hoje está modernizada e pode até ser aliada do meio ambiente", diz.

Segundo ele, cerca de 78% do desmatamento na Amazônia ocorre em razão da pecuária.

Veríssimo diz que, historicamente, há uma correlação entre o aumento do preço da carne, como acontece agora, o crescimento nos investimentos do setor e a ampliação de áreas desmatadas.

Em dezembro passado, a arroba do boi gordo chegou a ser negociada a R\$ 74,69 -a maior cotação nominal mensal após a criação do Plano Real.

O pesquisador cita como exemplo o recorde de desmatamento observado entre 1994 e 1995 na Amazônia (29 mil quilômetros quadrados), numa época de alta cotação do produto, e em 2003 e 2004, quando o desmatamento chegou a 27 mil quilômetros quadrados.

Segundo o presidente do sindicato, existem oito plantas de frigoríficos em fase adiantada de construção nos municípios de Nova Xavantina, Guarantã do Norte, Nova Monte Verde, Pontes e Lacerda, Juruena, Brasnorte, Confresa e Juara.

Os três últimos estão entre os 36 nos quais, por ordem do governo federal, o desmate foi suspenso na última quinta.

A maior expectativa, porém, é sobre a instalação de duas plantas, em Sorriso e Diamantino, onde dois dos maiores grupos do país, a Friboi e a Bertin, respectivamente, têm planos de investir, juntas, mais de R\$ 750 milhões.

Estudo inédito do Imazon sobre pecuária na Amazônia mostra que, entre 1990 e 2006, foram desmatados 30,6 milhões de hectares na região, segundo o Inpe -dos quais 25,3 milhões foram destinados a pasto. O rebanho bovino na Amazônia cresceu 173% entre 1990 e 2004 e a pecuária ocupou 78% da área desmatada.

"Rebanho não precisa desmatar" – Folha de São Paulo- Ciência – 27/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA - O presidente do Sindifrigo (Sindicato dos Frigoríficos) de Mato Grosso, Luiz Antonio Freitas Martins, afirma que é possível aumentar o rebanho sem ampliar as áreas de desmatamento na região.

"Sem dúvida existe um trabalho cada vez mais sério em relação à questão do ambiente. Não é porque vai aumentar a produção que vamos ter mais áreas de pasto. O que vamos ter é um parque industrial maior. A médio e a longo prazo, podemos conseguir um abate maior em razão da melhoria da genética do rebanho, das pastagens já formadas, em terras que já existem. Temos muito a melhorar", afirmou Martins.

Sobre o aumento do desmatamento na região da Amazônia em 2007, Martins diz não concordar com os dados. "Conhecemos bem o Estado. Essa notícia não é verdadeira. Não tem chance de desmatar tanto numa época de chuva como a que aconteceu agora."

Sem retorno - A reportagem tentou localizar, no final da tarde de sexta-feira, representantes do governo do Estado de Mato Grosso para comentar a perspectiva de ampliação de investimentos em pecuária, mas não conseguiu.

A Folha enviou ainda, durante a semana, perguntas para os grupos Bertin e Friboi sobre os novos projetos. As assessorias de imprensa das empresas pediram para que as questões fossem encaminhadas por e-mail, mas, até sexta-feira, não houve resposta. **(JCM e MP)**

Brasília ignora a realidade, diz funcionário do Ibama – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 27/01/2008

Chefe de órgão em Alta Floresta afirma que não tem como fazer a fiscalização - Segundo Cláudio Cazal, fazendeiros e madeireiros da região não temem multas e embargos porque sabem da falta de estrutura

As medidas emergenciais adotadas pelo governo federal para conter o desmatamento na Amazônia são inócuas e muito distantes da realidade enfrentada pelos servidores que respondem pela fiscalização nas áreas mais críticas. A opinião é do chefe-substituto do escritório do Ibama em Alta Floresta (830 km de Cuiabá, MT), Cláudio Cazal, 29.

"Esse anúncio só mostrou o quanto Brasília desconhece a realidade da Amazônia. É uma espécie de autismo", afirmou.

Na última quarta-feira, o Ministério do Meio Ambiente anunciou que uma área superior a 3.000 quilômetros quadrados de floresta na Amazônia havia sido derrubada nos últimos cinco meses de 2007.

O anúncio levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a convocar uma reunião de emergência com seis ministros para tratar do assunto. Após a reunião, o governo federal anunciou a suspensão de autorizações para desmatamento em 36 municípios da Amazônia Legal. Os municípios -6% do total existentes na Amazônia- foram responsáveis por metade do abate de árvores na região.

"De que adianta bloquear autorizações de desmate em uma região em que a maior parte das derrubadas são feitas sem autorização? Embargo de propriedades já fazemos há muito tempo. O que não temos é estrutura para retornar às áreas para verificar se o embargo está sendo cumprido", disse Cazal.

O escritório do Ibama de Alta Floresta é responsável pela fiscalização de crimes ambientais em 13 municípios da região norte de Mato Grosso, que somam 92 mil km². "É uma área superior ao território dos Estados do Rio de Janeiro [43,7 mil km²] e do

Espírito Santo [46 km²] juntos. Teríamos que ter ao menos 50 servidores para dar retorno a essas medidas de emergência, mas temos só três. E, atualmente, nenhum carro." Segundo Cazal, os quatro veículos colocados à disposição do escritório estão quebrados. O desmatamento flagrado pela Folha anteontem, quando a reportagem fez um sobrevôo de monomotor por Alta Floresta e Paranaíta, terá de esperar o tempo da manutenção para ser impedido, segundo Cazal.

"Se precisássemos sair agora, não teríamos condição. Essa é a realidade", afirmou ele, que está há três anos no Ibama de Alta Floresta e seis meses na função de chefe-substituto.

Tropa de elite - O Ibama, na opinião de Cazal, atua de forma precária nas regiões críticas e tem excesso de servidores, verbas e estrutura em Brasília e nos escritórios das capitais. "Quem ouve falar do Ibama logo imagina um Bope [Batalhão de Operações Especiais do Rio de Janeiro, que inspirou o filme "Tropa de Elite"], mas isso é uma ilusão. Os servidores e os recursos estão concentrados onde o problema não existe", afirmou.

Recentemente, conta Cazal, um carro do Ibama teve um problema mecânico durante uma operação. O local era isolado. Para buscar ajuda, segundo ele, a equipe teve de seguir de carona com caminhões de madeiras ilegais.

"É algo inacreditável. É como se a Polícia Federal pedisse ajuda aos traficantes para empurrar um carro", disse Cazal.

Os fazendeiros e madeiros da região não temem multas e embargos, segundo Cazal, porque contam com a falta de estrutura da fiscalização. "A multa eles protelam e não pagam. O embargo, não respeitam. Eles só temem a perda de bens e também a cadeia. Mas isso nunca acontece".

Para os servidores, a falta de incentivos para permanecer nas áreas críticas e a ineficácia da estrutura montada para o controle são motivo de descontentamento e frustração.

"Eu sou biólogo, estudei 15 anos para isso, passei em um concurso difícil. Tudo para vir para esse lugar e ver a floresta ser trocada por camionetes. Temos muito dentro do que é possível, mas a situação está longe de estar sob controle."

O Estado recordista de desmatamento nos últimos cinco meses de 2007, de acordo com o Deter, o sistema de detecção de desmatamento em tempo real do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), foi Mato Grosso, onde a derrubada da floresta aumentou 53,7% no período -área de 1.786 quilômetros quadrados.

Pará (591 quilômetros quadrados) e Rondônia (533) eram os outros dois Estados da lista do Inpe com os maiores índices de desmatamento do país.

Colaborou MATHEUS PICHONELLI, da Agência Folha

Estudo liga desmatamento à preço de commodities – Sitio Eletrônico da CPT – 28/01/2008

Segundo um estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o desmatamento é determinado pelo preço de commodities no mercado, principalmente a carne e a soja. A queda de preço destes produtos nos últimos anos teria influenciado no controle do desmatamento nos últimos três anos. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), afirmou em nota que repudia a ligação entre o preço dos commodities e o desmatamento e alegou que o grande proprietário de terras na região amazônica é o governo federal, que segundo a CNA, detém 76% das áreas da Amazônia Legal. De acordo com o estudo da Imazon, em alguns períodos as árvores são derrubadas para darem lugar a pastos, mas o aumento do preço da soja pode pressionar o gado a avançar sobre novas áreas e plantar na área desmatada pode ser mais vantajoso.

Boi e soja influenciam o desmate - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/01/2008

Estudo liga preço de commodities a taxa de corte da floresta; confederação da agricultura repudia essa relação

Um estudo feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostra que o desmatamento segue a flutuação do mercado de commodities, especialmente carne e soja. A queda do preço nos últimos anos teria ajudado a controlar a derrubada nos últimos três anos. Da mesma forma, a recuperação do mercado teria impulsionado a retomada do desmate em 2007.

A ligação entre os fatores foi levantada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O estudo foi apresentado ao MMA pelo autor, Paulo Barreto, há algumas semanas.

Por meio de nota, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) “repudia totalmente” a ligação entre os fatores e afirma que “o grande proprietário de terras na região é o próprio governo federal, detentor de 76% das áreas na Amazônia Legal, devendo a este o ato de cuidar de suas próprias terras”.

A análise feita por Barreto compara, de 1994 a 2006, a área desmatada na região, medida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com o preço anual médio deflacionado da saca de soja e do boi. “A relação com o gado é mais consistente”, diz Barreto. Ela é de 1 para 0,82 (1 para 1 é o coeficiente padrão) para a carne e 1 para 0,50 para o grão.

O autor explica que floresta, quando derrubada com corte raso do jeito que é detectado pelo satélite, recebe melhor pasto do que grão, uma vez que o solo ainda sente o impacto do desmate. “A soja usa pastagem antiga. Além disso, ela demanda uma infraestrutura melhor, com estradas que permitam o escoamento da produção, relevo plano e um regime de chuvas específico. No caso do gado, as exigências são mais brandas.”

Barreto, contudo, afirma que a soja pode pressionar o gado a avançar sobre novas áreas e, em casos de preços muito altos, derrubar para plantar é vantajoso. É o que teria ocorrido entre 2001 e 2004 - nesse ano, 27.379 km² foram desmatados, quando o preço do gado estava em queda. Esse é o segundo maior índice já registrado pelo Inpe. O primeiro, de 29.059 km², coincide com o lançamento do Plano Real, em 1º de julho de 1995.

A ação das madeiras não teria sido determinante para o repique do desmatamento. As regiões mais afetadas, como centro-norte de Mato Grosso e oeste do Pará, tiveram as árvores de maior valor comercial retiradas há mais de uma década. “As atuais fronteiras (de desmate) já passaram pelo ciclo da madeira”, diz Barreto.

Até onde a vista alcança, a floresta dá lugar ao pasto – Rodrigo Vargs – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008

Entre Alta Floresta e Paranaíta, norte de Mato Grosso, recursos públicos acabam ajudando a financiar o desmate - Madeireiros que exploram a região defendem o setor e se consideram 'injustiçados'; para eles, falta uma política de exploração da madeira

Cinquenta quilômetros de destruição separam as cidades de Alta Floresta e Paranaíta, no extremo norte de Mato Grosso. O caminho por terra entre os dois municípios -listados entre os 36 mais devastados da Amazônia- em nada lembra a imagem de natureza imponente em geral associada à região.

Às margens da rodovia MT-206, e até onde a vista alcança, predominam as pastagens, o gado e os restos queimados do que um dia já foi a floresta. Uma medida provisória de 2001 obriga as propriedades a preservar 80% de sua reserva legal -antes dessa data, a obrigação era de 50%. "Nenhuma propriedade nessa rodovia manteve a reserva legal", diz o chefe-substituto do Ibama em Alta Floresta (830 km de Cuiabá), Cláudio Cazal.

A Folha percorreu a rota Alta Floresta-Paranaíta e constatou que não é apenas a ausência do Estado que facilita o desmatamento. A destruição também avança com o apoio do dinheiro estatal: no caminho, três grandes fazendas de gado exibiam placas de financiamento do Banco do Brasil, por meio do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste).

Além de extensas áreas desmatadas, duas delas haviam represado locais de preservação permanente, como beiras de córregos e até mesmo áreas de nascentes.

Na opinião de Casal, o financiamento de atividades econômicas incompatíveis com a preservação da floresta é reflexo de uma contradição do governo federal. "O governo que fala em preservar é o mesmo que apóia e dá dinheiro para atividades que não podem coexistir com a floresta, como a pecuária extensiva", afirma.

"O que vemos entre Alta Floresta e Paranaíta é que não há critério ambiental algum para a concessão desses financiamentos. No final, o governo financia o desmatamento." Em 2006, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso contou mais de 1 milhão de cabeças de gado em 4.600 propriedades rurais dos dois municípios. Mas a pecuária não é a única atividade a avançar sobre a mata. A exploração madeireira, mesmo em decadência, continua a abrir novas frentes de exploração.

No sentido Alta Floresta-Paranaíta, um caminhão transportava na tarde de anteontem três toras de grande porte. O peso era tamanho que o veículo seguia adiante com dificuldade.

Era apenas o primeiro sinal do que seria encontrado no chamado "setor madeireiro" de Paranaíta: centenas de toras de todos os tamanhos, blocos de madeira serrada e montes de pó de serra a se elevar a até dez metros de altura. Caminhões eram carregados com a madeira beneficiada, enquanto outros esperavam a vez.

Em junho do ano passado, uma operação do Ibama lacrou três das maiores madeiras da cidade. As autorizações de desmate não correspondiam à quantidade de madeira estocada nos pátios.

Em resposta, moradores bloquearam com caminhonetes a estrada e mantiveram os fiscais detidos na cidade. O grupo só foi liberado depois da retirada dos lacres das empresas, nas quais havia, segundo o Ibama, mais de 2.600 m³ de madeira irregular - volume suficiente para encher 90 carretas.

Madeireiros - Ouvidos pela reportagem, madeireiros dos dois municípios defenderam o segmento, que consideram "injustiçado".

"Quando sai algum número de desmatamento, logo vinculam o problema à nossa atividade, o que é um erro. Não fazemos derrubada, e sim corte seletivo", diz o madeireiro Jairo de Carli, de Alta Floresta.

"Quem desmata e faz corte raso é o fazendeiro, para plantar ou abrir pastagens. Nós precisamos da mata em pé."

Para o madeireiro Aloísio dos Santos, em Paranaíta desde 1990, a "criminalização" do setor é fruto da política de ocupação da região. "Por aqui, o que manda é a política da terra, da plantação e do gado. Nunca tivemos política para a madeira. E olha que poderíamos ser os maiores parceiros da conservação da floresta. Mas somos tratados como bandidos", afirma.

Boa parte da madeira é ilegal, diz Ibama de MT – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008

DO ENVIADO ESPECIAL A ALTA FLORESTA - Os pátios das madeiras de Alta Floresta (MT) estão cheios. Boa parte dessa madeira, embora coberta por autorizações de exploração florestal -por meio de planos de manejo-, é de origem ilegal, diz Cláudio Cazal, chefe-substituto do Ibama na cidade. "São madeiras esquentadas."

O processo funciona assim: os madeireiros aprovam projetos sobre áreas já desmatadas ou que sofreram corte seletivo das principais espécies; depois, utilizam as autorizações para transportar, processar e revender madeiras retiradas ilegalmente em outras áreas.

"Essas madeiras são roubadas de áreas públicas e de preservação permanente, por exemplo, onde ainda existem madeiras nobres, e vendidas como se tivessem origem legal. Mas, quando vamos fiscalizar, a área de manejo não existe ou não comporta aquela produção", afirmou Cazal.

A produção é levada majoritariamente para o mercado consumidor das regiões Sul e Sudeste. "É por isso que não adianta esperar consciência ambiental de quem está aqui, como cobrou a ministra [Marina Silva, do Meio Ambiente]. Isso não existe. A alternativa é convencer os consumidores."

Pecuarista rejeita rótulo de "vilão" da natureza – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008

Para Fernando Vieira, expansão da fronteira agrícola aliviou crise social no Sul

Natural de Barretos (interior de São Paulo), o pecuarista Fernando Antônio Vieira, 68, chegou à região de Alta Floresta (MT) em 1975, no início do projeto de colonização que faria nascer a cidade. Hoje dono de três fazendas, onde cria um dos maiores rebanhos bovinos da região, ele rejeita o rótulo de "vilão" da natureza "imposto pelas regiões Sul e Sudeste". ★

FOLHA - Como o setor tem acompanhado a repercussão do anúncio dos números do desmatamento?

FERNANDO VIEIRA - O que chama a atenção é que não se fala das pessoas que trabalham aqui. É como se houvesse só a floresta. E somos mais de 20 milhões na Amazônia. A colonização nesta região deu um desaforo em Estados superpovoados, principalmente os do Sul. Eu não sei o que seria hoje desses Estados se não tivesse surgido

essa válvula de escape oferecida pelas fronteiras agrícolas. Isso evitou o agravamento de problemas sociais.

FOLHA - Como era a região em 1975, quando o sr. chegou?

VIEIRA - Era mato. Somente mato. Na época, a documentação da empresa colonizadora já dizia que era preciso conservar as castanheiras e que seria preciso seguir a legislação e manter 50% de áreas preservadas [hoje, a reserva legal é de 80%]. Nós atendemos a um chamamento do governo para que viéssemos ocupar a região.

FOLHA - Mas não se desmatou além da conta?

VIEIRA - Ninguém iria se aventurar a sair dos grandes centros e vir para cá se não fosse para trabalhar e ganhar dinheiro. Houve exageros nesse período? Houve. Mas o que queremos hoje é parceria com o governo.

FOLHA - Como assim?

VIEIRA - A produção de grãos e de gado é importante para o país. Hoje, se nós precisamos fazer algum ajuste, temos que fazer em conjunto. Nós queremos parceria, não repressão.

FOLHA - Como é possível a coexistência da floresta e da pecuária?

VIEIRA - O pecuarista tem que trabalhar dentro da lei. Agora, o governo também precisa cumprir a sua parte. Se vão fazer o recadastramento das propriedades por satélite é fundamental que o Incra esteja estruturado para analisar as imagens. Do contrário, o processo vai se arrastar por longos anos e as nossas atividades ficarão paralisadas. É preciso punir quem precisa ser punido. Aqui a maioria é trabalhadora, que não merece ser tratada com polícia e repressão. Não somos bandidos.

Marina Silva dividiu o prejuízo – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 28/01/2008

Marina Silva pode ser criacionista, mas boba ela não é. Ao apressar-se em divulgar os dados parciais do Inpe sobre o desmatamento na Amazônia e fazê-lo na última quarta-feira, numa solenidade (ou "fuzuê", como definiu o diretor do Inpe, Gilberto Câmara) pública, a ministra do Meio Ambiente jogou o problema no colo de quem é de direito: o presidente Lula e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Pouca gente lembra, mas é de Dilma a responsabilidade última pela luta contra o desmatamento. Foi-lhe imputada em 2004, quando Lula concordou que a coordenação do então recém-criado Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento seria da Casa Civil.

Em tese, sempre em tese, Dilma coordena ações de outros 13 ministérios. Na prática, só Meio Ambiente e Justiça (via PF) se mexeram para tentar estancar a sangria imposta à Amazônia (60% do país) pelo "setor produtivo".

A omissão mais notável foi do Ministério da Agricultura. A pasta foi encarregada em 2004 para descobrir meios de ocupar os estimados 165 mil quilômetros quadrados (um Acre) de áreas degradadas na Amazônia, revertendo-as para produção. Não fez nada. Sua única grande contribuição foi gastar dinheiro do combate à derrubada na erradicação da febre aftosa. Algo que fez o desmatamento crescer: o sul do Pará é zona livre de aftosa desde 2007.

Nesse período, Dilma preferiu dedicar suas energias a grandes desígnios: petróleo e infra-estrutura. A Amazônia só passou por sua cabeça na hora de licenciar duas hidrelétricas em Rondônia.

Sobre isso os dados do Inpe também trazem uma má notícia: nos últimos cinco meses de 2007, aquele Estado teve uma área absoluta desmatada quase igual à do Pará. Só que com 20% do território deste. Gente que viu o mapa aposta que é mais do que coincidência que justamente naquele semestre tenha saído a licença prévia das usinas do Madeira.

Como a Casa Civil dificilmente fará como o chefe da Agricultura, que preferiu negar os números, supõe-se que o fuzuê de Marina Silva ajude a sacudir o governo.

No Mato Grosso, agronegócio substitui floresta por pasto – Sitio Eletrônico do MST – 28/01/2008

Cinquenta quilômetros de destruição separam as cidades de Alta Floresta e Paranaíta, no extremo norte de Mato Grosso. O caminho por terra entre os dois municípios -listados entre os 36 mais devastados da Amazônia- em nada lembra a imagem de natureza imponente em geral associada à região.

Às margens da rodovia MT-206, e até onde a vista alcança, predominam as pastagens, o gado e os restos queimados do que um dia já foi a floresta.

Uma medida provisória de 2001 obriga as propriedades a preservar 80% de sua reserva legal -antes dessa data, a obrigação era de 50%. "Nenhuma propriedade nessa rodovia manteve a reserva legal", diz o chefe-substituto do Ibama em Alta Floresta (830 km de Cuiabá), Cláudio Cazal.

A destruição também avança com o apoio do dinheiro estatal: no caminho, três grandes fazendas de gado exibiam placas de financiamento do Banco do Brasil, por meio do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste). Além de extensas áreas desmatadas, duas delas haviam represado locais de preservação permanente, como beiras de córregos e até mesmo áreas de nascentes.

Na opinião de Cazal, o financiamento de atividades econômicas incompatíveis com a preservação da floresta é reflexo de uma contradição do governo federal. "O governo que fala em preservar é o mesmo que apóia e dá dinheiro para atividades que não podem coexistir com a floresta, como a pecuária extensiva", afirma. "O que vemos entre Alta

Floresta e Paranaíta é que não há critério ambiental algum para a concessão desses financiamentos. No final, o governo financia o desmatamento."

Em 2006, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso contou mais de 1 milhão de cabeças de gado em 4.600 propriedades rurais dos dois municípios. Mas a pecuária não é a única atividade a avançar sobre a mata. A exploração madeireira, mesmo em decadência, continua a abrir novas frentes de exploração.

No sentido Alta Floresta-Paranaíta, um caminhão transportava na tarde de anteontem três toras de grande porte. O peso era tamanho que o veículo seguia adiante com dificuldade.

Era apenas o primeiro sinal do que seria encontrado no chamado "setor madeireiro" de Paranaíta: centenas de toras de todos os tamanhos, blocos de madeira serrada e montes de pó de serra a se elevar a até dez metros de altura. Caminhões eram carregados com a madeira beneficiada, enquanto outros esperavam a vez.

Em junho do ano passado, uma operação do Ibama lacrou três das maiores madeiras da cidade. As autorizações de desmate não correspondiam à quantidade de madeira estocada nos pátios.

Japão lança fundo contra aquecimento – Valor Econômico – Brasil - 28/01/2008

O primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda, anunciou ontem, em Davos (Suíça), a criação de um fundo de cinco anos, alimentado com US\$ 10 bilhões, destinado a financiar ações de combate ao aquecimento global em países em desenvolvimento.

Fukuda batizou a iniciativa de "Parceria para uma Terra Fria", e disse que os desembolsos de recursos terão início ainda em 2008. Em cinco anos, a idéia é gastar US\$ 8 bilhões em ações diretas para amenizar os efeitos adversos das mudanças climáticas e outros US\$ 2 bilhões em doações, ajuda e assistência técnica para países que estão impulsionando o uso de energias mais limpas.

Fukuda vai presidir a próxima reunião do G-8, que será realizada no Japão, e nessa condição afirmou que pretende trabalhar com os grandes poluidores para criar metas justas e igualitárias de emissões de poluentes.

Governo federal divulga "lista suja" do desmatamento – Sítio Eletrônico da Contag - 29/01/2008

O governo federal divulgou no último dia 24 de janeiro a lista dos 36 municípios que mais desmatam no País. Identificados a partir de monitoramento por satélite, eles serão prioridade para ações de prevenção e controle do desmatamento.

Dezenove municípios - mais de 50% da lista - estão localizados no Mato Grosso. O estado também conta com o primeiro colocado da lista: Alta Floresta, seguido do município de Altamira, no Pará. O estado tem 12 municípios na lista do desmatamento e o Mato Grosso, 19.

Todas as propriedades rurais destes municípios serão cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e naquelas onde for constatada derrubada ilegal de florestas serão embargadas. Isto significa que não poderão vender produtos ou receber financiamentos. Quem comprar produtos dessas fazendas também poderá responder criminalmente na Justiça.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os municípios da lista são responsáveis historicamente por cerca de 50% do desmatamento total da Amazônia. "Estamos propondo uma ação integrada de governo para conseguir manter a governança na região e impedir o aumento do desmatamento", disse ela após reunião emergencial convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir ações de fortalecimento ao combate à derrubada da floresta.

Agricultura familiar - Diante da hipótese de que agricultores familiares e assentados da reforma agrária poderiam ser os responsáveis por essa degradação, a Contag esclareceu todas as ações que são feitas para orientar e incentivar a preservação em propriedades familiares.

"Temos a certeza de que a agricultura familiar e os assentados não são responsáveis por mais de 10% do desmatamento. Os grandes responsáveis são os chamados grileiros de terras, que ocupam a região da Amazônia principalmente para o plantio de pastagem, expansão da cana de açúcar, da soja e do eucalipto", afirma o secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Confederação, Paulo Caralo.

Ele faz uma recomendação aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária sobre a preservação das suas terras. "Orientamos que antes de qualquer iniciativa para ampliar a sua cultura, os agricultores familiares procurem o órgão ambiental de sua cidade, se informem sobre o licenciamento ambiental. Também podem procurar a Contag, que tem pessoas capacitadas para orientar sobre o melhor caminho ser seguido na propriedade".

Paulo Caralo também sugere medidas para evitar o desmatamento que vem ocorrendo no Brasil. "Tem que haver educação, esclarecimento e, principalmente, punição para quem descumpra a lei. Não bastam multas, tem que ter cadeia, punições severas, só assim nós vamos realmente frear esse desmatamento desordenado que existe nessa região".

Confira a lista de municípios que mais desmatam:

- 1-Alta Floresta (MT)
- 2-Altamira (PA)
- 3-Aripuanã (MT)
- 4-Brasil Novo (PA)
- 5-Brasnorte (MT)
- 6-Colniza (MT)
- 7-Confresa (MT)
- 8-Cotriguaçu (MT)
- 9-Cumarú do Norte (PA)
- 10-Dom Eliseu (PA)

11-Gaúcha do Norte (MT)
12-Juara (MT)
13-Juína (MT)
15-Machadinho D'Oeste (RO)
16-Marcelândia (MT)
17-Nova Bandeirantes (MT)
18-Nova Mamoré (RO)
19-Nova Maringá (MT)
20-Nova Ubiratã (MT)
21-Novo Progresso (PA)
22-Novo Repartimento (PA)
23-Paragominas (PA)
24-Paranaíta (MT)
25-Peixoto de Azevedo (MT)
26-Pimenta Bueno (RO)
27-Porto dos Gaúchos (MT)
28-Porto Velho (RO)
9-Querência (MT)
30-Rondon do Pará (PA)
31-Santa Maria das Barreiras (PA)
32-Santana do Araguaia (PA)
33-São Félix do Araguaia (MT)
34-São Félix do Xingu (PA)
35-Ulianópolis (PA)
36-Vila Rica (MT)

Governadores e prefeitos querem revisão de dados do desmatamento - Herton Escobar, José Maria Tomazela e Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2008

Relatório divulgado pelo Inpe em outubro apontou alta de 8% no desmate, mas reavaliação do órgão traz queda

Os governadores de Mato Grosso e Rondônia e prefeitos de 19 municípios mato-grossenses vão pedir ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) uma revisão completa dos dados históricos sobre o desmatamento na Amazônia. O pedido é uma reação à notícia de que as taxas publicadas pelo Inpe em 2007 estavam superestimadas, como revelou o Estado na edição de domingo.

▪ [Mais informações sobre desmatamento na Amazônia](#)

O relatório divulgado pelo Inpe em outubro, referente ao período de junho a setembro de 2007, denunciava um aumento de 8% no desmatamento em relação ao mesmo período de 2006. Uma revisão dos dados, entretanto, mostra que a derrubada foi muito

menor do que o anunciado. Em agosto e setembro, ocorreu o inverso: o desmatamento caiu cerca de 26% (veja os números na tabela ao lado).

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, reconheceu que os números foram superestimados. Ele atribuiu o erro a uma falha no programa que analisa as imagens de satélite do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). O sistema foi programado para detectar só novos desmatamentos, mas várias áreas previamente desmatadas foram contadas mais de uma vez, produzindo números inflados.

Os dados não caíram bem para Rondônia, Mato Grosso e Pará, que apareceram como grandes destruidores da floresta, justamente no momento em que o País vivia a expectativa de um terceiro ano de redução no desmatamento. “O Inpe tem que ter mais responsabilidade no que faz”, disse o governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido). “Quero ver todos os dados.”

O de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), também cobrou explicações: “Será que pode ter havido também diferença em anos anteriores? Acho que o correto é rever tudo.” Maggi disse que ficou “muito desconfortável” com a divulgação dos números que mostravam um crescimento nas áreas desmatadas no Estado. “Todos os indicadores que tínhamos apontavam numa direção oposta.”

A decisão dos prefeitos de 19 cidades de Mato Grosso que constam da lista de 36 maiores desmatadoras do País, segundo os dados do Inpe, será acertada em uma reunião amanhã, em Cuiabá. O presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, José Aparecido dos Santos, disse que a imagem do Estado foi prejudicada pelos dados incorretos, podendo prejudicar negócios com outros países para a exportação de produtos agrícolas. “Os prefeitos têm de saber se de fato ocorreu todo esse desmatamento em seus municípios para tomarmos providências.”

REVISÃO CONSTANTE - Procurado ontem pelo Estado, Câmara disse que o Inpe “não vai polemizar com os governadores” porque é um órgão técnico, e não político. “O Inpe revisa constantemente todos os dados e, se houver necessidade de fazer alguma modificação, isso será feito”, disse. “Do ponto de vista do Inpe, o que tinha que ser feito para 2007 foi feito. Nossa preocupação agora é produzir os melhores dados possíveis para 2008. Temos que olhar para frente; o que passou, passou.”

O relatório mais recente do Deter foi divulgado na semana passada, em Brasília, com dados referentes ao período de agosto a dezembro de 2007 - sem fazer uma comparação com os mesmos meses de 2006. Os números mostram um aumento significativo - e inesperado - do desmatamento nos meses de novembro e dezembro, quando as atividades predatórias normalmente diminuem.

Câmara garante que os números são confiáveis. O Inpe, que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), é responsável pelo monitoramento remoto da Amazônia desde 1988. É com base em seus dados que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros órgãos federais planejam ações na região.

O secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, defendeu o trabalho do instituto. “Não podemos agora querer transformar uma exceção em regra.” A falha nos dados refere-se apenas ao Deter e não ao Prodes, o programa que produz as estatísticas anuais de desmate.

DOIS SISTEMAS - Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento na Amazônia) - Produz as taxas anuais de desmatamento. Usa imagens de satélites que enxergam áreas pequenas, com melhor resolução, mas que passam com menos frequência sobre a Amazônia

Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) - Usado para fiscalização. As imagens detectam apenas áreas desmatadas maiores do que 25 hectares, mas, em compensação, os satélites passam diariamente pela região

Imagens iguais podem levar a números bem diferentes - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2008

As mesmas imagens de satélite podem produzir dados muito diferentes sobre o desmatamento, dependendo da metodologia usada para interpretá-las. Análises produzidas pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ONG com sede em Belém, mostram redução de 21% no desmatamento em Mato Grosso entre os meses de agosto e dezembro, comparado ao mesmo período de 2006. No Pará, houve aumento de 74%.

O Imazon utiliza as mesmas imagens de satélite que o Inpe, mas usa metodologia diferente para produzir relatórios mensais sobre o desmatamento no Pará e em Mato Grosso. “A matéria-prima é a mesma, mas o processamento pode criar diferenças importantes”, diz o pesquisador Adalberto Veríssimo, do Imazon. “Em dezembro, por exemplo, o Inpe detectou muito mais desmatamento em Mato Grosso do que nós. No Pará, registramos o dobro de desmatamento do que eles.”

O Inpe registrou 538 km² desmatados em Mato Grosso em dezembro. Para o Imazon, foram menos de 2 km². No geral, diz Veríssimo, os totais anuais da Amazônia são bastante parecidos nos dois sistemas, apesar das variações dos dados mensais e por Estado.

Os números do Imazon confirmam o crescimento acelerado do desmatamento nos últimos meses de 2007, só que mais concentrado no Pará.

“Nosso sistema de monitoramento de florestas é reconhecidamente o melhor do mundo e temos muito orgulho disso”, afirmou o diretor do Inpe, Gilberto Câmara.

Em Cumaru, devastação chega aos morros - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 29/01/2008

Sem a proteção das raízes das plantas, encostas registram deslizamentos

Cumaru do Norte (PA) - A 1.079 quilômetros ao sul de Belém, o município de Cumaru do Norte registra um tipo de desmatamento incomum. A derrubada da mata está chegando aos cumes dos morros. Sem a proteção das raízes das plantas, o deslizamento de encostas já começou. Por terra ou por ar é possível verificar o desmoronamento do topo de pequenos morros. O desmate nas margens de riachos e igarapés também é visível.

O município de Cumaru foi incluído na lista dos 36 que mais desmataram no ano passado. Em consequência, o governo federal anunciou na semana passada que cortará o crédito agrícola para fazendeiros e agricultores envolvidos em crimes ambientais. Acontece que a maioria dos grandes proprietários de terra do município nem mora na região. São empresários do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Chegaram para levar o gado bovino à Amazônia.

De acordo com a prefeitura de Cumaru, só nos últimos quatro anos, 35 grandes fazendeiros compraram terras de áreas superiores a mil alqueires goianos (cerca de 4.850 hectares). Calcula-se que, só ali, a pecuária já tenha levado para os pastos, no meio da floresta, pelo menos 1 milhão de cabeças de gado. Ao contrário de municípios vizinhos, o de Cumaru é praticamente um grande pasto. De vez em quando aparecem áreas de florestas.

Há clareiras abertas na mata que ainda mostram a violência cometida contra as castanheiras. Deixadas em pé, tornaram-se frágeis e morreram. As queimadas também ajudaram a matar as árvores. Ao contrário das espécies do cerrado, as castanheiras não desenvolveram a casca grossa para se proteger das queimadas. Também é possível ver grandes áreas derrubadas recentemente. O sul do Pará, onde fica Cumaru, tem outros municípios que também constam da lista dos que mais desmataram. Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Santa Maria das Barreiras. Ficam distantes uns dos outros.

MODO DE OPERAR - De acordo com informações de moradores da cidade de Cumaru, o desmate dos pecuaristas é feito com imensos tratores C-145, numa rapidez capaz de enganar os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Às vezes, eles usam até seis tratores de uma única vez, o que põe a mata abaixo rapidamente. Nesse método, ligam-se os tratores por correntes e, numa velocidade igual e constante, derrubam-se as árvores pela raiz. Está feito o desmatamento.

Como tem chovido muito na região, no momento não há tratores derrubando a mata. Eles correm o risco de atolar.

Os desmatadores aliados – Jânio de Freitas – Folha de São Paulo – Brasil – 29/01/2008

CHAMADO DE mentiroso em jornais de importância internacional, por ter desmentida pelo próprio governo a sua proclamação de êxitos na redução do desmatamento amazônico, Lula continua driblando o tema, o que reflete em público a posição voltada para dentro do governo. A determinação crítica à ministra Marina Silva, por acusar os agropecuaristas, foi seu pronunciamento mais incisivo até agora: "Não é hora de acusar ninguém", frase que só não é inacreditável por ser de quem é. Por que não seria hora? No "Café com o Presidente" de ontem, Lula preferiu voltar a perder tempo com a bobice de que "tem gente que torce pro Brasil andá pra trás", em alusão aos opositoristas. Na reunião ministerial, com sua típica explosão demográfica, Lula desperdiçou o tempo com a tolice de que "ficamos [lá eles] cinco anos juntos, sentamos nesta mesa, mas depois passamos um ano sem conversar entre nós. Penso que entre vocês existe pouca conversa política, que meses e meses vocês não conversam entre si". O "passamos um ano" é de responsabilidade pessoal do próprio Lula, que passa meses sem chamar um ministro a despacho. E da falta de conversa entre ministros, quase fica a insinuação de que a Abin os ouve sempre, porque Lula não teria como saber quem conversa com quem. Mas, no "Café", como no blablá com os ministros, o que lhe interessava era só a exibição marqueteira.

A determinação de que "não é hora de acusar ninguém", clara proteção aos grandes desmatadores, e a fuga ao tema do desmatamento têm pouco ou nada a ver com o problema que os motiva. Completam-se em sua razão deprimente: até em relação ao desmatamento a posição de Lula sujeita-se ao interesse dos "partidos da base" e, no caso, sobretudo ao interesse das relações estaduais do sempre comprometido PMDB. "Não é hora de acusar" os grandes desmatadores porque, ou são parte dos governos e esquemas partidários no Mato Grosso, no Pará, Amazonas, Rondônia, ou são financiadores políticos.

O tom de surpresa que o governo quis dar aos dados do desmatamento feito em 2007 é inverdadeiro. Desde meados do ano passado o alerta para a reaceleração do desmatamento, em proporções irreversíveis, estava dado na Amazônia, com indicação mais importante por parte do representante do Greenpeace por lá, Paulo Adário, que faz trabalhos muito respeitados. Os alertas foram até publicados. E logo depois o Ministério do Meio Ambiente dava sinais de conhecer o retorno feroz do desmatamento, e considerar medidas para reprimi-lo. Só na Presidência ninguém sequer leu jornais. Melhor assim: fica mais fácil proteger os desmatadores aliados, sejam diretos ou indiretos.

Era uma vez - No começo do ano, Geraldo Alckmin recebeu o emissário de uma mensagem política valiosa para sua batalha com José Serra. Vinha do PMDB de Quêrcia e informava da disposição de apoiar a candidatura de Alckmin a prefeito paulistano, um peso com inevitável repercussão nos peessedebistas que temem fragilidades na candidatura serrista de Gilberto Kassab para disputar com Marta Suplicy. Alckmin não procurou logo os ofertantes. Mais tarde, ficou de fazê-lo em dias. Não fez. Não fez até agora. Diante de tamanhas percepção e habilidade políticas, o apoio evaporou.

Lobismo - Interessante: volta e meia repete-se, em jornais variados, a "notícia" de interessar ao governo que a Brasil Telecom, se vendida, fique com um grupo brasileiro,

mas só facilitará o negócio se o sócio BNDES tiver preferência ou poder de veto a estrangeiros, em caso de outra venda da empresa.

É evidente a finalidade lobista das reproduções insistentes da lengalenga. A gravidade deste assunto, porém, está é na armação de um negócio, com participação do governo e do presidente da República, proibido por lei e, portanto, dependente de que Lula emita um decreto de alterando a legislação -o que constituiria benefício à Oi/Telemar sócia de um de seus filhos. O argumento do repentino nacionalismo não resiste à confrontação com os muitos liberalismos ofertados ao capital estrangeiro.

Governo controla 81% das cidades líderes no desmate – Fábio Zanini e Maria Clara Cabral – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008

Prefeitos de partidos aliados de Lula são 29, oposição tem 5 e 2 são dos 'nanicos' - PR, sigla de Maggi, controla um quarto das prefeituras; deputado líder da legenda diz que problema está fora da alçada do poder local

O PR, partido cujo presidente de honra é o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, controla um quarto das 36 cidades apontadas na semana passada pelo Ministério do Meio Ambiente como as campeãs do desmatamento amazônico.

O PT, partido da ministra Marina Silva, vem em segundo lugar, ao lado do PMDB, com cinco cidades, cada, na "lista suja" do governo.

O mapa dos municípios que mais desmatam mostra uma folgada maioria de prefeituras controladas por partidos da base do governo. São 29, enquanto três partidos de oposição (PSDB, DEM e PPS) têm juntas cinco prefeituras. As outras duas são de legendas "nanicas" sem representação no Congresso Nacional, o PRP e o PSL.

Empresário que é apontado como "rei da soja", Maggi migrou no início do ano passado do PPS para o PR, com o objetivo de receber melhor tratamento do governo. Junto, levou cerca de 30 prefeitos, que seguem cegamente sua orientação política. Dos nove prefeitos do partido na lista dos desmatadores, oito são mato-grossenses e um é do Pará. "Isso [desmatamento] não faz parte da orientação do PR. Inclusive temos um item no nosso programa que apóia integralmente a preservação ambiental", disse Luciano Castro (RR), líder do partido na Câmara dos Deputados.

Castro diz que o poder que os municípios têm para interferir no desmatamento é limitado, em comparação com os governos estaduais e federal. "A vinculação com as prefeituras me parece fora de foco. Acredito que a maior área desmatada seja privada, que está sobre o controle do Ibama e por isso os prefeitos não têm controle", afirma o representante do PR.

Mas, como lembra o secretário nacional de meio ambiente do PT, deputado Fernando Ferro (PE), os prefeitos podem agir como "agentes de identificação do problema".

"Nós precisamos começar um processo de sensibilização com os prefeitos sobre a gravidade da situação. Em primeiro lugar, obviamente, procurando os prefeitos do nosso próprio partido", afirma Ferro. Mas ele nega que haja um desconforto político especial para o partido. "O desconforto é para o país como um todo".

Alguns dos prefeitos fazem coro com o Ministério da Agricultura e negam que a expansão desmedida da pecuária seja a causadora do aumento da área desmatada na Amazônia.

O prefeito de Santana do Araguaia (PA), Antônio Carveli Filho (PPS), por exemplo, aponta o dedo para os cerca de 5.000 assentados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no município.

"O próprio governo federal criou esse problema. Os colonos tocam fogo para fazer suas lavouras e nós não podemos fazer nada. Se a gente for lá, leva porrada", diz o prefeito da cidade paraense.

Oposição reiterada – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008

"dados foram checados, rechecados e trechecados", diz Gilberto Câmara, diretor do inpe

O diretor do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), Gilberto Câmara, evitou polemizar com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Ambos duvidaram que os dados do Inpe que mostram aceleração no desmatamento estejam corretos. Em entrevista no domingo ao jornal "O Estado de S.Paulo", Maggi declarou que o Inpe estava "mentindo a serviço de alguém".

Câmara admitiu que o Inpe sobrestimou os dados de setembro, mas que o problema já havia sido corrigido quando o novo alerta foi publicado, na última quarta-feira. "O dado publicado e compilado foi checado, rechecado e "trechecado"." Procurado pela Folha ontem, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, não quis comentar as críticas feitas por Maggi ao Inpe, que é subordinado a sua pasta.

Parque perde área de mata igual a 60 campos de futebol – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008

Desmatamento ilegal ceifou mais de 17 mil hectares de terras com florestas protegidas no norte de Mato Grosso

Governador tentou reduzir limites do parque em 2006, mas justiça barrou processo; biólogo diz que devastação prejudica economia local

O avanço do desmatamento na região norte de Mato Grosso nos últimos cinco meses também fez estragos em uma das mais importantes unidades de conservação da Amazônia. De agosto a dezembro, segundo os dados do Inpe, uma área equivalente a 60 campos de futebol foi derrubada no Parque Estadual do Cristalino, entre os municípios de Alta Floresta e Novo Mundo (830 km de Cuiabá).

O local abriga, em 184 mil hectares, uma das mais ricas amostras da biodiversidade de toda a Amazônia, especialmente em relação às aves: são quase 600 espécies identificadas, das quais 50 endêmicas -ou seja, que só existem ali. É também uma das áreas mais ameaçadas, pois está situada exatamente no limite da fronteira agrícola da região, cercada por estradas, fazendas de gado e dois assentamentos rurais.

Entre os meses de setembro e outubro, o monitoramento por satélite do sistema Deter identificou duas derrubadas, de 34 e 28 hectares, dentro da área protegida da unidade. Por uma estrada vicinal que corta a porção sul do parque, a Folha tentou chegar até as clareiras abertas na mata, mas o caminho estava bloqueado pelo tronco de uma árvore que havia despencado sobre a estrada.

No trecho de cerca de seis quilômetros que foi possível percorrer na área protegida, porém, não faltaram exemplos concretos dos riscos a que a unidade está submetida. O cenário era praticamente o mesmo de outras áreas desmatadas da região: cercas, pasto, gado, em meio aos restos queimados de árvores de grande porte. Em um trecho, o fogo havia avançado sobre alguns pequenos morros, varrendo quase toda a vegetação no local. Embora seja ocupado por fazendeiros, o trecho visitado pela reportagem integra a área demarcada para a unidade. Uma parte, de cerca de 13 mil hectares, são pastagens que já haviam sido abertas antes da criação do parque. Outros 17 mil hectares, segundo as imagens de satélite, foram destruídos quando a proteção da área já estava estabelecida. A indefinição fundiária atingiu o ápice em 2006, quando o governo de Mato Grosso encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto de lei redefinindo os limites do parque. A proposta, que excluía 3.000 hectares desmatados anteriormente, foi modificada pelos deputados estaduais, que propuseram e aprovaram um novo traçado, com 27 mil hectares a menos. A Justiça revogou a medida depois.

Virada de jogo - O biólogo Renato Farias, diretor da ONG Fundação Ecológica Cristalino, que atua na região do entorno do parque, diz que o momento exige uma mudança de rumo. "Temos que virar o jogo", afirma. "As pessoas da região têm que se dar conta de que o parque em pé tem muito mais a contribuir, inclusive economicamente, para a região."

Farias diz que a área do Cristalino é um dos melhores locais do país para a observação de pássaros. Um levantamento de flora, iniciado em 2006 e ainda não concluído, identificou mais de 780 espécies somente em duas RPPNs (reservas particulares de proteção natural) vizinhas ao parque.

"Estamos falando de uma região de extrema biodiversidade, por reunir áreas de transição entre ambientes distintos. Mas que também está sob ameaça constante. Isso mostra que algumas pessoas ainda não perceberam o quanto ela pode ser importante, inclusive do ponto de vista econômico, para os municípios do entorno."

Posto feito para abrigar fiscais foi abandonado – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA, EM ALTA FLORESTA - Construído há cinco anos com R\$ 125 mil de recursos federais, o único posto fixo de fiscalização do Parque Estadual do Cristalino está abandonado, depredado e quase todo coberto pelo mato. Além de uma casa de seis cômodos, o posto tem uma garagem com capacidade para abrigar carros e barcos e fica perto de um dos acessos não oficiais à área protegida do parque.

O major Jonas Araújo, superintendente de fiscalização ambiental de Mato Grosso, não soube informar o que houve. "Amanhã [hoje] terei informações mais seguras", disse, por telefone. O major trabalha em Cuiabá.

Sobre os desmatamentos na unidade, o major diz que foram todos fiscalizados e resultaram em autos de infração. Ele não soube, porém, precisar o valor das multas aplicadas. (RV)

Pioneiro em detectar desmate alerta para alta do preço da soja – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2008

Soja desmata, sim. E provavelmente está desmatando agora em Mato Grosso, aproveitando a alta do preço internacional -diferentemente do que dizem o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, ao insistirem que o grão não teve culpa pela aceleração da derrubada no último semestre do ano passado.

Quem diz é Douglas Morton, especialista em sensoriamento remoto da Universidade de Maryland (EUA) e pesquisador do LBA (Experimento em Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia).

Morton foi o primeiro cientista a detectar, usando imagens de satélite, um fenômeno então novo em Mato Grosso: o desmatamento direto para a agricultura. Em um estudo publicado em 2006, ele mostrou que de 25% a 30% do desmatamento em Mato Grosso em 2003 -ano de alta no preço da soja- haviam se dado num período curto de tempo, por causa do plantio de grãos.

O padrão era inédito: até então, reinava a noção de que eram necessários três anos para transformar floresta em lavoura. "Durante o pico do desmatamento naquele ano, entre setembro e outubro, foi possível derrubar a área e plantar já no começo do ano seguinte, por causa do preço", disse o pesquisador à Folha. "Esse padrão pode estar se repetindo agora", afirma, já que o preço da soja na bolsa de Chicago é o mais alto dos últimos cinco anos. Dois fatores levam Morton a essa conclusão. Primeiro, os dois sistemas de detecção do desmatamento em tempo real -o Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e o SAD, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia)- relatam rigorosamente a mesma área desmatada em Mato Grosso entre agosto e dezembro de 2007: cerca de 1.700 km².

"Se os valores são similares, me parece que haja um sinal real [de crescimento no desmate]", afirmou. Morton diz que os dados do Inpe para setembro e outubro, que acusavam um desmatamento grande, foram superestimados por causa de incêndios que foram confundidos com derrubada. Mas os dados já foram corrigidos.

Crime na Amazônia – Saulo Ramos – Folha de São Paulo – Opinião – 30/01/2008

Impressionante é o teatro armado pelo governo federal para fingir estar escandalizado com o crime do qual é co-autor declarado

DE REPENTE, não mais que de repente, como diria Vinicius, o governo federal se escandaliza com o desmatamento da Amazônia.

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) informou que, entre outubro e novembro de 2007, foram desmatados 3.235 km². Não é verdade. A coisa foi muito pior. Conforme esta **Folha** publicou, a estimativa da derrubada real das matas amazônicas atingiu 7.000 km² durante aqueles dois meses.

Impressionante é o teatro armado pelo governo federal para fingir estar escandalizado com o crime quando ele mesmo o permitiu, é co-autor declarado, na exata definição jurídica da co-autoria, que consiste em concorrer de qualquer modo para o evento delituoso.

Houve reunião de emergência no Planalto para tratar da matéria. A ministra do Meio Ambiente, sempre quietinha, humilde, ostentando expressão de colegial inocente que repetiu de ano, resolveu dizer que o crime está sendo praticado pelos plantadores de soja e pelos pecuaristas.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, protestou, declarando que não houve aumento na área de produção de soja no país. Paralelamente, o ministro da Previdência, Luiz Marinho, passou a garantir cobertura previdenciária a invasores de terra que estejam trabalhando em área invadida, incluindo terras públicas. Eles podem usar o tempo de atividade rural para se aposentarem. A genial construção jurídica é válida para quem trabalhar nas áreas criminosamente desmatadas.

Representam um teatrinho de brinquedo esperando que o povo fique entre um argumento e outro.

Ninguém tentou explicar o que ocorre com as árvores imensas da floresta derrubada. Há necessidade de arrastá-las com enormes tratores para grandes serrarias, cortá-las em toras e transportá-las em possantes caminhões, que terão de trafegar pelas estradas até a entrega às madeireiras.

Para esse transporte, a preciosa mercadoria tem que ser acompanhada pelo DOF (Documento de Origem Florestal, que substituiu a antiga ATPF, Autorização de Transporte de Produtos Florestais). Quem emite o DOF? O Ibama. Logo, um único pedaço de pau, um galho quebrado, uma árvore destrocada, nada pode ser transportado sem o documento expedido pelo Ibama, isto é, sem a autorização do governo. Salvo no caso de quebragalhos. Aí existem muitos.

A fiscalização diz não ter funcionários suficientes. Prepara a opinião pública para aprovar mais empregos. Os governos Sarney e Collor conseguiram baixar o desmatamento para 11,1 mil quilômetros quadrados por ano, o que ainda acho um absurdo. Em 1994/1995 o desmatamento disparou para 29,1 mil quilômetros quadrados. No primeiro ano de Lula (2003/2004), firmou-se em 27,2 mil quilômetros quadrados e por aí ficou. Parece que já são 160 mil quilômetros quadrados no total, o que foi festejado pelos ministros atuais como suficientes para a pecuária e para a agricultura. Vai parar por aí? Claro que não.

Primeiro, permitiram-se a devastação e o enriquecimento de centenas de madeireiros e seus indefectíveis companheiros de aventuras na matança das matas. Agora, promete-se punição rigorosa, a qual começa, segundo a ministra Marina Silva, com uma espécie de moratória de ópera-bufo, isto é, os devastadores devem espontaneamente cessar o desmatamento.

Todos os fazendeiros serão cadastrados e punidos no futuro se desmatarem além do permitido. Logo, ainda haverá permissão para desmatar. Serão punidos igualmente os que comprarem produtos das áreas ilegalmente desmatadas, isto é, soja, gado.

Em madeira ninguém falou. E não falará. Quem são os compradores da madeira? Como essa inescondível mercadoria chega aos portos ou aos centros industriais? Eu já escrevi tudo isso no livro "Código da Vida". Podem conferir (capítulos 72 e 73). Com esse comércio ilegal de madeira, em tamanho volume, observei ser impossível o presidente da República não saber de nada. Tanto mais quando lemos nesta **Folha**: "Governistas controlam maioria das cidades que desmatam mais".

Lula disse agora que se reunirá com os governadores dos Estados envolvidos para se inteirar da situação. Se tivesse lido meu livro, já saberia, pois lá publiquei, em maio de 2007: "Vinte e sete mil quilômetros quadrados de mata derrubada é muito chão. O comércio de tanta madeira somente pode ser efetivado com a conivência dos governos estaduais e federal. Ou não?". Lula não leu. Lula não gosta de ler. E, de todas as acusações graves, tem um jeito só de se defender: "Eu não sabia".

SAULO RAMOS, 78, é advogado. Foi consultor-geral da República e ministro da Justiça (governo Sarney). É autor do livro "Código da Vida".

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Lula manda checar dados do desmate – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Ciência – 30/01/2008

Segundo Planalto, cúpula do governo tem "desconfiança" de número que aponta aceleração da derrubada na Amazônia - Polícia Federal e ministérios vão avaliar o problema em campo, e novo relatório deve sair em um mês; grupo sobrevoará região hoje

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a Polícia Federal e o ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura façam uma checagem em campo para confirmar se houve aumento do ritmo de desmatamento da Amazônia nos últimos cinco meses de 2007.

Nas palavras de um auxiliar direto, há "desconfiança" na cúpula do governo a respeito do alerta que o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgou na quarta-feira da semana passada. Lula quer, no prazo de um mês, uma avaliação nos locais para "tirar dúvida" sobre os dados, ainda segundo o relato desse auxiliar.

Hoje, um grupo de ministros fará um sobrevôo da região como parte dessa checagem.

Lula foi estimulado pela repercussão negativa da notícia. Além disso, setores do governo capitaneados pelo Ministério da Agricultura endossaram as críticas aos números feitas pelo governador aliado Blairo Maggi (PR-MT), conhecido como um dos "reis da soja". Maggi integrará a comitiva que fará o sobrevôo hoje.

Segundo estimativa do Inpe, 7.000 km² de floresta, 4,7 vezes a área da cidade de São Paulo, foram derrubados no último trimestre. Os dados mostrariam interrupção do ritmo da queda de desmatamento, que vinha caindo desde a virada de 2004 para 2005.

Um ministro disse à Folha que, no fim de 2007, havia menos nuvens na Amazônia do que o usual naquela época do ano. Com menos nuvens, as imagens de satélite poderiam ter captado áreas já desmatadas antes e que não haviam sido detectadas.

Ou seja, poderia existir uma área de desmate maior do que a sabida, mas ela poderia ser antiga, o que não significaria aceleração do corte da floresta. A notícia de aumento do ritmo do desmatamento preocupou Lula, que fez um pronunciamento no final de 2007 dizendo que seu governo combinara política de desenvolvimento da Amazônia com segundas diminuições de áreas devastadas.

Há ainda o impacto internacional dessa notícia, negativo para um presidente com boa imagem no exterior e que vende o agronegócio brasileiro, com o álcool à frente, como ecologicamente correto.

Segundo a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), a extensão da atividade pecuária e o aumento de plantações de soja na Amazônia seriam as principais causas do desmate. Além da desconfiança de Lula, Maggi encaminhou à cúpula do governo -onde tem um bom trânsito- dados que contradizem números do Inpe. De acordo com o governador, o instituto teria contabilizado áreas de devastação antiga ou até mesmo regiões em que a floresta não foi devastada.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, os dados aos quais o governador tem se referido são apenas dos meses de agosto e setembro, quando o Inpe cometeu um erro. Esse problema, no entanto, foi corrigido e para os outros meses não há o que duvidar das cifras.

Entraves - Reservadamente, Lula se queixa de que preocupações ambientalistas seriam exageradas. Costuma dizer que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), plano de investimento em obras de infra-estrutura e energia, sofre atrasos devido a entraves ambientais. O presidente também afirma que o agronegócio seria a saída para a diminuição da pobreza.

Ao mesmo tempo, Lula diz respeitar o trabalho do Inpe e de Marina, mas argumenta que, para tomar decisões de médio e longo prazo para criar restrições à atividade econômica na Amazônia, precisa de uma checagem dos dados. Na última quinta, Lula fez reunião de emergência para declarar "moratória", segundo Marina, em 36 municípios da Amazônia que seriam responsáveis por 50% da devastação recente na região. A depender do resultado da checagem pedida por Lula, tais medidas poderão ser amenizadas.

Agropecuáristas de Mato Grosso reagem a decreto sobre Amazônia - Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 30/01/2008

Federação vai cobrar mais informações sobre o desmatamento na região *

CUIABÁ. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso iniciou ontem uma ofensiva contra o decreto do governo federal que proibiu novos desmates em 36 municípios na Amazônia, 19 deles no estado.

Uma das medidas estudadas é cobrar da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que proponha uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto. A reclamação dos agropecuaristas é que as restrições impostas pelo governo não têm prazo para acabar.

Eles querem que o governo federal assegure algum tipo de pagamento pela conservação ambiental, e vão pedir ao Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Especiais) informações detalhadas sobre a situação dos municípios no estado.

Hoje técnicos do Inpe acompanharão os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR) em sobrevôo da região de desmatamento no norte do estado. Farão parte do grupo técnicos do Ibama e do Incra.

Acompanhados de prefeitos e deputados estaduais, os integrantes da Famato foram à tarde ao gabinete do governador Blairo Maggi cobrar apoio. Os produtores querem que o governo federal assegure algum tipo de pagamento pela conservação ambiental e vão pedir ao Inpe informações detalhadas sobre o desmatamento no Estado.

— Não dá para se falar em aumento do desmate, quando houve queda de 400 mil cabeças no rebanho bovino e redução de 7% na produção de grãos no ano passado — disse o presidente da Famato, Rui Prado.

Maggi despachou ontem na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o órgão que emite licença de desmate, e voltou a criticar os números divulgados pelo Inpe.

— Espero que não seja necessário falar com o presidente sobre este assunto — disse o governador, que pediu à ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) para reunir o Inpe e o Ministério do Meio Ambiente, a fim de rever os dados sobre desmatamento.

*** Especial para O GLOBO**

Amazônia põe Lula e Marina em colisão - Bernardo Mello Franco, Ilimar Franco e Soraya Aggege – O Globo – Capa – 31/01/2008

O presidente Lula desautorizou ontem a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre as causas do aumento do desmatamento na Amazônia, e deixou claro que não considera alarmantes os dados do Inpe. Mas após sobrevoar áreas devastadas em Mato Grosso, Marina negou que tenha feito alarde exagerado e manteve suas acusações a produtores de soja e pecuaristas.

Página 3

Lula desautoriza Marina - Bernardo Mello Franco, Ilimar Franco e Soraya Aggege – O Globo – Capa – 31/01/2008

Para presidente dados sobre desmatamento não são alarmantes; ministra contesta Bernardo Mello Franco, Ilimar Franco e Soraya Aggege

BRASÍLIA e SÃO PAULO

Pela primeira vez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem uma advertência pública à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que, para ele, teria exagerado ao divulgar números sobre a alta do desmatamento na Amazônia.

Sem citar o nome da ministra, Lula deixou claro que não considera alarmantes os dados registrados por satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre agosto e dezembro de 2007, e divulgados semana passada por Marina. Ele também desautorizou declarações da ministra a respeito das causas do desmatamento.

Horas depois, ao voltar de um sobrevôo sobre áreas desmatadas em Mato Grosso, Marina negou que tenha feito alarde sobre os dados, e manteve sua versão sobre os responsáveis pela devastação.

— O que aconteceu... não sou comunicador, posso estar errado, mas você vai ao médico detectar que está com um tumorzinho aqui e, em vez de fazer biópsia e saber como vai tratar, você já sai dizendo que estava com câncer — comparou Lula, durante almoço no Ministério das Relações Exteriores.

Semana passada, Marina atribuiu a responsabilidade pelo desmatamento aos grandes agricultores e pecuaristas, que teriam sido motivados pelo aumento do preço das commodities.

A declaração opôs Marina ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR). O governador, dono de fazendas na região onde foi detectado desmatamento, contestou publicamente os dados do Inpe. Ontem, Lula chamou Maggi de parceiro e disse que as críticas dele à ministra e aos dados devem ser levadas em consideração.

— A gente não pode culpar soja, feijão, gado, sem-terra; não pode culpar ninguém antes de investigar o que aconteceu. Por fotografia, você tem apenas a imagem. Não tem o que aconteceu — afirmou Lula. — O governador tem sido parceiro nosso, o Maggi. E ele tem discordância com os números, de que foi a soja.

Lula manda ONGs plantarem árvores

Lula atacou ainda as organizações não-governamentais de proteção ao meio ambiente, que protestaram contra a alta no desmatamento. O presidente insinuou que ONGs estrangeiras não devem opinar sobre os assuntos da Amazônia.

— Eu topo brigar com estas ONGs por causa disso. Vão plantar árvore no país deles — desafiou. Após sobrevoar áreas desmatadas em Marcelândia (MT), um dos municípios que registraram a maior destruição na floresta no semestre passado, Marina contestou as críticas do presidente. Ela disse, inicialmente, que não tinha ouvido as declarações de Lula, mas depois reafirmou que os dados do Inpe são confiáveis e que a situação da Amazônia é emergencial: — Não se trata de alarde. Trabalhamos com informações do sistema de detecção de desmatamento em tempo real, que foi criado exatamente para nos orientar na fiscalização. Da parte do governo federal, não há nenhum tipo de dúvida. Nós temos a convicção de que é preciso agir com urgência.

A ministra ressaltou que os dados não revelam derrubadas esporádicas, e sim o que chamou de disputa de agentes econômicos para explorar recursos naturais da floresta com fins lucrativos.

Marina reafirmou a convicção de que a produção de soja e carne está na origem do desmatamento: — Continuo não acreditando em coincidências. São regiões de dinâmica econômica significativa, de atividade agropecuária e de exploração irregular de madeira. Não se está fazendo uma acusação generalizada, mas é inegável que existem pessoas desses segmentos promovendo práticas ilegais.

Ela disse que não está fazendo acusação generalizada, mas desafiou os críticos a esperarem os resultados da força-tarefa na região.

— Se alguém quer que a ministra do Meio Ambiente diga se é fulano ou beltrano, na hora em que nós aplicarmos as multas, é só verificar quem serão os multados — afirmou a ministra.

À noite, em São Paulo, Lula voltou a falar do assunto. Disse que o aumento do desmatamento na Amazônia é preocupante, mas o comparou apenas a uma coceira que, pelo incômodo, faz supor que se trata de uma doença grave.

Segundo afirmou, ainda é possível conter o desmatamento.

— Acho que (o desmatamento na Amazônia) é preocupante. É como se você tivesse uma coceira e achasse que é uma doença mais grave.

Por enquanto, nós temos todas as condições de controlar, de saber quem são as pessoas. Lula disse, porém, que o governo não pode ser condescendente, e usará a lei para punir quem desmata ilegalmente, além de dificultar financiamentos em bancos públicos. Ele admitiu que pode faltar estrutura para a fiscalização do Ibama e avaliou que poderão ser construídas parcerias com governadores, prefeitos e, principalmente, com a sociedade civil.

Lula acrescentou que convocará governadores e prefeitos da região: — Se a pessoa fez desmatamento ilegal, vamos ter que entrar na Justiça, dificultar-lhe financiamentos nos bancos públicos. Com gente séria a gente trata com seriedade. E quando alguém tenta fazer atos equivocados, hostilidades, temos que usar a lei contra essa gente. Não podemos ser condescendentes.

Segundo Lula, o ministro Stephanes diz que para manter a produção não é necessário mais derrubar “nem um pé de árvore”: — Há terra já degradada que dá para plantar quanta soja a gente quiser ou quanto gado quisermos.

Perguntado sobre denúncias de que falta estrutura para a fiscalização do desmatamento na Amazônia, o presidente avaliou: — É bem possível (que falte estrutura).

Acho que não cabe só ao Ibama fiscalizar. É importante que a gente construa parcerias com prefeitos, governadores e, sobretudo, com a sociedade civil. Já fizemos concursos para o Ibama, criamos o Instituto Chico Mendes. Agora, quando alguém combater o crime, meu caro, precisamos é cuidar do bandido.

O presidente apresentou a sua versão sobre um eventual pedido de re Checagem dos dados do Inpe sobre o desmatamento. Segundo ele, não se trata de uma re Checagem. Pelo alerta do Inpe, foram desmatados 3.250 km² em um trimestre. Lula demonstrou acreditar que o crescimento só foi constatado porque houve uma comparação com uma época em que houve uma redução no desmatamento.

Mas não criticou a análise do Inpe.

— Vou dizer o que acho que aconteceu: nós vínhamos há três anos consecutivos mostrando que era possível diminuir o desmatamento na Amazônia.

O Inpe, que é o maior instituto de pesquisas da América Latina e de muita seriedade, publica um estudo a cada trimestre. E o que aconteceu é que o Inpe comparou o último semestre de 2007 com o penúltimo de 2006. Como em 2006 tinha caído muito, 2007 apresentou acréscimo no desmatamento.

E isso é muito ruim— disse.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, que também foi ao Mato Grosso, tentou pôr panos quentes na polêmica sobre os culpados pelo desmatamento: — Há o manejo ilegal da madeira, a área começa a sofrer uma degradação.

Num segundo momento, já se pensa em colocar boi no pasto. Num terceiro, já se pensa na soja. Nem sempre são as mesmas pessoas. Há uma sucessão de atos ilegais, criminosos, que levam à devastação.

Reforma agrária protege a Amazônia, afirma ministro – Sítio Eletrônico do MDA - 30/01/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participou nesta quarta-feira (30) da comitiva interministerial que sobrevoou o Norte do Mato Grosso para verificar a situação do desmatamento na região. A comitiva, organizada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ainda contou com o ministro da Justiça, Tarso Genro, o ministro interino da Defesa, Enzo Martins, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, além do secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Silas Ribeiro, e do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi.

Cassel disse estar convencido de que a reforma agrária é uma das maneiras de proteger a região Amazônica. De acordo com ele, com o sobrevôo foi possível verificar que está acontecendo na Amazônia uma cadeia de atividades voltadas ao desmatamento. “Temos implementado na reforma agrária projetos de desenvolvimento sustentável, florestais e agroextrativistas que visam a preservação da Amazônia”, ressaltou.

Os ministros partiram da Base Aérea da Serra do Cachimbo, na divisa dos estados do Pará e do Mato Grosso, e sobrevoaram, no município de Marcelândia (MT), nove dos dez polígonos apontados como de alto índice de desmatamento no segundo semestre de 2007 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em seguida, a comitiva participou de uma reunião com prefeitos e com o governador do Mato Grosso na cidade de Sinop (MT).

Segundo a ministra Marina Silva, o objetivo da viagem e da reunião foi discutir formas de implementar o Decreto Presidencial que determina maior fiscalização e controle do desmatamento na região Amazônica. “A situação é preocupante e vamos lançar mão de todas as ferramentas do Decreto Presidencial para impedir aumentos no índice do desmatamento”, disse a ministra.

Ela explicou que, no momento, o que existe é um indício do crescimento do desmatamento, fato que será verificado somente após dados definitivos do MMA – aguardados para agosto deste ano.

Recadastramento no Incra

Em fevereiro, o Incra deverá publicar uma Instrução Normativa com os procedimentos para o recadastramento de 58 mil propriedades localizadas nos 36 municípios apontados como líderes do desmatamento na Amazônia Legal. “Após o recadastramento, vamos ter uma malha fundiária mais regular, mais estável e diminuir a possibilidade de ilegalidade nessa região”, afirmou o ministro Guilherme Cassel.

Para o ministro, a situação na Amazônia é complexa do ponto de vista fundiário. Uma das saídas apontadas por Cassel para o desenvolvimento sustentável é fazer com que os assentamentos da reforma agrária funcionem e tenham pessoas trabalhando, produzindo com qualidade e em sintonia com a floresta.

Comitiva interministerial sobrevoa área desmatada na Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA - 30/01/2008

Os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente, Tarso Genro, da Justiça, Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário e Enzo Martins, interino da Defesa e o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Silas Ribeiro, sobrevoam, na manhã desta quarta-feira, a região do município de Marcelândia, no Mato Grosso, para verificar a situação do desmatamento na área.

O governador do Mato Grosso Blairo Maggi integra a comitiva, que é composta também por autoridades do IBAMA, INPE, INCRA, Casa Civil e Polícia Federal.

O sobrevôo parte da Base Aérea da Serra do Cachimbo, divisa dos estados do Pará e Mato Grosso. O retorno da comitiva a Brasília está previsto para o início da noite.

Grupo interministerial confere desmatamento na Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA - 30/01/2008

Uma comissão interministerial esteve hoje (30) na região do município de Marcelândia, no Mato Grosso, e constatou a grande extensão do desmatamento na área. Ao governador Blairo Maggi e prefeitos de municípios do estado, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu apoio para implementação das medidas previstas no decreto presidencial assinado em dezembro passado com ações mais rígidas de combate ao desmatamento.

A ministra acertou que o governo do Estado, Ministério do Meio Ambiente e Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpe) irão checar os dados divulgados recentemente e que indicam tendência de aumento nas áreas desmatadas. Marina Silva deixou claro, no entanto, que isso não significará uma revisão da lista dos 36 municípios selecionados na Amazônia como prioritários para ações mais rígidas para combater o desmate ilegal na região.

Os municípios foram selecionados com base em três indicadores: total desmatado desde o início do monitoramento, total desmatado nos últimos três anos e aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três vezes nos últimos cinco anos (consecutivas ou não).

O grupo acompanhou a situação em nove áreas na região de Marcelândia, município que apresentou o maior número de ocorrências de desmatamento acima de 100 hectares no ano passado. As áreas, selecionadas pelo INPE, foram desmatadas no segundo semestre de 2007, entre os meses de novembro e dezembro. "Infelizmente, a situação é preocupante, mas vamos agir com urgência e temos a convicção de que é possível vencer esta guerra nos próximos seis meses e fechar 2008 com índice de queda", afirmou Marina Silva.

Marina Silva fez um apelo aos produtores para assumam o compromisso de não cortar mais nenhuma árvore da região. Ela lembrou que o Mato Grosso fez um esforço

grande nos últimos três anos e conseguiu sair do título de maior devastador da Amazônia para uma redução de 72% nos cortes, acrescentando que o estado não pode retroceder.

Em Brasília, a ministra destacou que existe uma dinâmica econômica na região, uma disputa para converter recursos naturais, no caso a floresta, em atividades econômicas e que isso não pode, em hipótese nenhuma, ser olvidada. "Mas trabalhamos com as ferramentas para compatibilizar as ações de comando e controle com ações de desenvolvimento sustentável", acrescentou. A responsabilidade de trabalhar as ações de comando e controle, destacou, é para que não se tenha uma situação de fato consumado, que é o que acontecia até 2003.

Na época, a averiguação dos dados se dava no ano inteiro e quando era anunciada a taxa, em agosto, já não se podia fazer mais nada. Hoje, o MMA trabalha com a idéia de fazer a prevenção para que se possa interferir na dinâmica. Marina destacou ainda, que não irá ficar discutindo se o desmatamento está aumentando ou não. "Os indícios são fortes, desmatamentos consolidados de grande dimensão foram constatados e vamos agir com sentido de urgência como agimos nos anos anteriores", afirmou, acrescentando que neste ano o rigor será ainda maior.

A ministra destacou também que existem vetores combinados na região. "Nós observamos hoje um processo de exploração predatória de madeira, uma primeira frente. Depois são feitas queimadas, com certeza criminosas, utilizando toda a matéria orgânica para a retirada do corte seletivo de madeira. Em seguida, essas áreas são submetidas à derrubada e com as derrubadas vêm as pastagens. E depois outra forma de ocupação".

Além da ministra, integraram a comitiva os chefes das pastas do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e da Justiça, Tarso Genro, o ministro interino da Defesa, Enzo Martins e o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Silas Ribeiro e o secretário-executivo do MMA, João paulo Capobianco, além de autoridades do Inpe, Ibama, Casa Civil, Polícia Federal e Incra.

Subsídio governamental incentiva agronegócio na Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 30/01/2008

O aumento da devastação da floresta amazônica está relacionado com o incentivo governamental para a prática da pecuária na região. A conclusão é do estudo elaborado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) que mostra que de 2003 a 2007, o governo federal investiu quase R\$ 2 bilhões na atividade de pecuária na Amazônia Legal.

Tanto a carne, quanto a soja, estão com altos preços no mercado. Este fato impulsiona a prática destas atividades na Amazônia. O desmatamento é resultado da abertura de espaço para a expansão destas atividades. Em 2007 mais de 10 milhões de bovinos foram abatidos na região. Houve um aumento de quase 50% em relação a 2004.

Segundo o pesquisador do Imazon, Paulo Barreto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um dos programas que estimulam a pecuária, somente em 2006, o programa liberou quase R\$ 200 milhões para esta atividade.

“Esse subsídio faz com que a atividade seja maior do que o esperado, isso porque a taxa de juros é diferente da taxa do mercado”.

Paulo Barreto afirma que quase todo o desmatamento na Amazônia é ilegal, pois qualquer proprietário só pode desmatar no máximo 20% de sua propriedade e mesmo para isso é preciso uma licença ambiental.

O estado do Pará é exemplo da ilegalidade. De acordo com a Secretária do Meio Ambiente do Estado, em 2007 foi autorizado o desmatamento de apenas 12 quilômetros quadrados, no entanto, foram devastados um total de cinco mil quilômetros quadrados.

Municípios campeões em desmatamento têm alto índice de violência – Sítio Eletrônico da CPT – 31/01/2008

De acordo com o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, realizado pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana e divulgado no dia 29 de janeiro, as regiões campeãs em desmatamento apresentam os maiores índices de homicídios por habitante. Dos 36 municípios presentes na listagem sobre desmatamento divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, 23 estão entre as 10% mais violentas do país. Coronel Sapucaia (MS) e Colniza (MT) são exemplos de cidades que estão presentes nas duas listagens. “Há uma situação muito clara no arco do desmatamento, onde há ausência de poder público, propriedades ilegais e trabalho escravo”, afirmou Julio Jaboco Waiselfisz, autor do estudo.

Lula diz que devastação é 'alarde' e cobra investigação dos dados do Inpe - Rui Nogueira, José Maria Tomazela e Clarissa Oliveira – Estado de São Paulo – Vid & - 31/01/2008

Ao mesmo tempo, a ministra Marina Silva confirmava e garantia, em MT, a exatidão das informações do Deter

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizia em Brasília que houve 'alarde' na divulgação dos números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre desmatamento na Amazônia e que eles estão 'sob investigação', a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmava em Sinop (MT) que os dados mostrando aumento na devastação estão corretos.

[- Mais informações sobre desmatamento e Amazônia](#)

Sem citar a ministra, Lula criticou o Ministério do Meio Ambiente e ONGs, afirmando que não se pode culpar a agropecuária, os produtores de soja e os sem-terra assentados pelo aumento do desmatamento. 'Não dá para culpar ninguém', afirmou ontem ao final de um almoço no Itamaraty. Na semana passada, Marina atribuiu a produtores rurais parte da responsabilidade do avanço do desmate - 3.233 km² devastados nos últimos

cinco meses de 2007. Ontem, Lula comparou a divulgação dos dados a um procedimento médico que, 'sem fazer a biópsia, encara um sinal na pele como se fosse câncer'. 'Você vai ao médico, você está com um tumorzinho e, em vez de fazer biópsia e saber como vai se tratar, já sai dizendo que tem câncer!' Mais tarde, em São Paulo, Lula disse que 'é como se você tivesse uma coceira e achasse que é uma doença grave'.

Já Marina, em viagem a Sinop, após sobrevoar áreas desmatadas, defendeu o sistema Deter (que detecta desmatamentos em tempo real). 'Até agora as informações têm sido acertadas.' Segundo ela, 'o Deter sinaliza indícios de desmatamento' para que seja possível agir preventivamente. Lula disse ter pedido a Marina Silva que convide os governadores para reunião em Brasília, mas ainda sem data definida. Também mobilizou os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Justiça para que visitem os locais com altos índices de desmatamento.

A ministra esteve ontem com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), produtor de soja e aliado do governo federal. Ele cobrou explicações sobre os números - o Estado aparece em 1º no ranking das cidades que mais devastaram. Em meio a uma entrevista da ministra, Maggi interrompeu-a para dizer que 'os dados de abril a setembro não estão corretos'. 'Preciso falar agora, senão vou ficar com o chapéu na mão', justificou. O governador disse à ministra que o próprio presidente do Inpe, Gilberto Câmara, reconheceu o erro.

Reportagem publicada no domingo pelo Estado mostrou que os dados divulgados pelo Inpe em outubro estavam errados. Eles mostravam que a taxa de derrubada da floresta havia aumentado 8% nos meses de junho a setembro em comparação com mesmo período de 2006. Com relação somente a setembro, por exemplo, a estimativa foi reduzida de 1.424 km² para 632 km² desmatados - diferença de 55%. Os números foram revisados, segundo o diretor do Inpe, e corrigidos antes da divulgação da semana passada.

Para Lula, o fato de que houve um aumento do desmatamento no último trimestre do ano passado não quer dizer que na conta do ano inteiro o desmatamento cresça. 'A questão é que a Amazônia não permite descuido', disse. Com base na área de 3.233 km² devastados detectada pelo Deter, o Inpe projetou o desmatamento em cerca de 7 mil km² no período. 'É preciso investigar. Mas todos que promoveram queimadas ilegais devem receber um duro processo, perder a propriedade', afirmou Lula. Ele disse ainda que 'vai comprar briga' com as ONGs se insistirem em ligar o crescimento da agricultura ao desmatamento. Para ele, os dados do IBGE mostram que a soja cresce 'sem precisar derrubar árvores'.

Segundo Marina Silva, o que motivou a divulgação dos números na semana passada foi exatamente a informação de que a área desmatada em 2007 pode chegar aos 7 mil km². 'É uma forma de alerta. O desmatamento caiu de 2005 para cá. Se perdemos essa batalha, será ruim para todos.'

À tarde, em São Paulo, Lula admitiu que parte da tendência de alta do desmatamento pode estar relacionada a uma dificuldade do Ibama de realizar a fiscalização na Amazônia. 'É bem possível. Por isso acho que não cabe só ao Ibama fazer toda a

fiscalização', disse. Ele destacou que o governo realizou um concurso para ampliar os quadros do órgão.

VISITA - Marina Silva voou por cerca de 1 hora a partir de Marcelândia, mais ao norte de Mato Grosso, na companhia dos ministros Tarso Genro (Justiça) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). O governador Blairo Maggi juntou-se à comitiva em Marcelândia. A ministra não comentou a afirmação de Maggi de que a divulgação dos números pode ter sido causada por disputa por verbas. 'Neste momento, não adianta essa discussão.'

Sistema de detecção é limitado, afirma técnico - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008

O que o diretor Inpe descreveu como um 'erro de software' no sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) foi descrito como uma limitação intrínseca do sistema pelo diretor da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate), responsável pelo processamento das imagens de satélite usadas no monitoramento da Amazônia.

'Entendo que o sistema funcionou normalmente', disse o gerente de Geoprocessamento da Funcate, Ubirajara Moura de Freitas. 'Não vejo (o que aconteceu) como uma falha, mas como uma limitação metodológica.'

Na semana passada, o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, reconheceu em entrevista ao Estado que os dados do Deter originalmente divulgados para os meses de junho a setembro estavam errados. Ele atribuiu o erro a uma falha do sistema que analisa as imagens de satélite e identifica as áreas desmatadas. Os números teriam sido superestimados em função de uma dupla contagem de áreas desmatadas, que já haviam sido detectadas pelo Prodes, mas foram novamente computadas pelo Deter.

O Prodes é o sistema de melhor resolução, usado para calcular as estatísticas anuais de desmatamento, enquanto o Deter, que só 'enxerga' desmatamentos maiores do que 25 hectares, foi projetado como um sistema de alerta, para orientar os trabalhos de fiscalização no campo - porém, com baixa resolução. O problema é que os relatórios do Prodes só ficam prontos em dezembro - o que, segundo Freitas, impede que as áreas detectadas pelo sistema sejam excluídas do Deter antes disso.

'Antes de dezembro não há como comparar (os dois sistemas)', disse Freitas. 'Tentar qualquer estimativa de área antes disso é muito arriscado.'

Apesar de ter sido projetado como uma ferramenta de fiscalização, o Deter tem sido usado também como base para projeções de área desmatada. O Inpe estima que o

desmatamento real, incluindo as áreas menores do que 25 hectares, seja de 40% a 60% maior do que o detectado de fato pelo Deter. Segundo especialistas ouvidos pelo Estado, o erro poderia estar aí: tentar tirar conclusões que o sistema não está capacitado a fornecer.

A Funcate, localizada em São José dos Campos (SP), próximo ao Inpe, é responsável pelo processamento das imagens da Amazônia desde 1994, mediante contratos com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo Freitas, a responsabilidade da fundação é produzir os dados preprocessados, que depois são verificados e confirmados (ou modificados) pelo Inpe.

Com base no Deter, o Inpe envia a cada 15 dias um relatório ao Ibama, que utiliza as informações para orientar suas equipes de fiscalização até áreas onde o desmate está ocorrendo.

Serraria é encontrada em terras do Incra - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo
– Vida & - 31/01/2008

Em assentamento de Querência, o flagrante da derrubada da floresta

Terça-feira, véspera da visita da ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, a Mato Grosso. Uma equipe da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, acompanhada pela reportagem do Estado, testemunha um flagrante de derrubada da floresta. Querência, a 600 km de Cuiabá, está no entorno do Parque Indígena do Xingu e é o cenário do corte ilegal de madeira e de tiros disparados a distância.

Os motoqueiros - nome dado lá aos homens que manejam as motosserras - conseguiram se embrenhar na mata, mas algumas toras ainda estavam no local, escondidas numa esplanada, clareira aberta na floresta. A madeira era retirada da área de reserva do assentamento Pingo D'Água, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Vários carregadores foram abertos para o transporte das toras pesadas, arrastadas por tratores.

A esplanada estava no lote 394, do assentado identificado apenas como Cláudio. A casa de tábuas tinha sido transformada em alojamento, com catres espalhados pelo chão, e servia de depósito para o combustível dos equipamentos. No terreno funcionava também uma serraria improvisada. A casa estava vazia, mas com uma porta aberta, o que leva a crer que os ocupantes saíram às pressas. O único acesso ao lote havia sido bloqueado com troncos e a equipe teve de caminhar por quase um quilômetro.

Foi o tempo necessário para a fuga dos madeireiros. O agente ambiental Aparecido Sidney, que ficou para trás com o veículo da fiscalização, ouviu três disparos no meio da mata. O analista de meio ambiente Joelson de Figueiredo Campos, que chefiava a equipe,

considerou a situação de risco, sendo melhor deixar o local. A polícia não acompanhava a fiscalização.

De acordo com Campos, os madeireiros fizeram um 'arrastão' na floresta, efetuando corte seletivo de espécies nobres. Foram encontrados, 'fatiados', troncos de garapeira, madeira bastante resistente e usada para fazer vigas ornamentais. Ele identificou também jatobás e angelins. 'Provavelmente, o assentado vendeu a madeira, com o compromisso dos madeireiros limparem a área.'

O passo seguinte, segundo ele, seria o corte raso e a queima da mata. O corte e a retirada da madeira dificilmente são detectados pelo sistema de satélite que monitora o desmatamento, pois a mata fica rala, mas continua em pé. 'Só quando a área for toda desmatada ou queimada é que o satélite vai registrar.' Munido de aparelho de GPS, o fiscal anotou as coordenadas da área e informou que vai notificar o Incra. 'Aqui está tudo ilícito', comentou. A fiscalização chegou ao local por acaso.

O objeto da ação era uma área de desmatamento de 150 hectares localizada na mesma região. Esse desmate tinha sido registrado pelo sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Campos estava convencido de que se tratava de um desmatamento antigo, mas com a passagem bloqueada por troncos, não foi possível ir até o local indicado pelo GPS.

Para chegar até ali, a equipe rodou 188 km por estradas de terra e lama, a partir da cidade de Canarana, onde fica a sede regional da secretaria. Ao longo da MT-020, as áreas de cerrado, mata de transição e floresta deram lugar a imensas plantações de soja. De vez em quando, surgem restos de mata transformados em pastagens.

PASSO-A-PASSO - 'Essa área foi desmatada há dois anos e queimada para virar pasto', observa o analista. Mais para frente, ele vê restos de árvores calcinadas. 'Desmatou, botou fogo e vai destocar, provavelmente para plantar arroz.' Depois do arroz, vem a soja. Um pouco adiante, um arrozal se espalha entre leiras de madeira amontoada. 'Essa foi cortada há três ou quatro anos', calcula.

Em Querência, as lavouras de soja se perdem no horizonte. As porções de mata se assemelham a pequenas ilhas cercadas de lavoura por todos os lados. Nos raros locais onde existe floresta, há marcas de incêndios recentes.

Na Fazenda Tanguro, do governador Blairo Maggi (PR), um trecho da mata foi queimado para dar lugar a um pasto, mas as marcas do fogo são antigas. Há também uma área reflorestada com seringueiras. Em 66 km da estrada, roda-se sem sair da fazenda, uma das maiores da região. É o único trecho em que ainda existe floresta dos dois lados da via. Mas há também soja a perder de vista. As lavouras invadem a área urbana de Querência, onde se instalaram grandes empresas de grãos, como a Cargill e ADM.

As queimadas também atingiram áreas sem floresta. Agricultores e pecuaristas usam o fogo para limpar os terrenos. 'Muitos desmatamentos registrados pelo Deter eram áreas já desmatadas', diz Campos. Ele reconhece que a região perdeu grande parte da cobertura

original. Pela lei, só se pode abrir 20% em áreas de floresta e 35% no cerrado. Em matas de transição, valem os 20%. 'Está evidente que se desmatou além da conta.'

No assentamento Pingo D'Água, a fiscalização encontrou outro desmate recente. Trinta hectares foram derrubados e queimados. A sobra foi empurrada com tratores. O fogo se alastrou mata adentro. 'Isso é criminoso! Não tem justificativa', reagiu Campos. Segundo ele, as situações que configuram crimes ambientais serão investigadas e os proprietários, identificados. Os relatórios devem ficar prontos ainda nesta semana. 'Quem estiver fora da lei será autuado.' Uma outra equipe reforçada deve voltar à região nos próximos dias.

De acordo com o ambientalista Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA), o período de estiagem em 2007 coincidiu com a recuperação nos preços da soja e da arroba do boi. 'Muitas áreas já abertas que ficaram sem uso no período da crise voltaram a ser trabalhadas com o uso do fogo.' Áreas de floresta também queimaram, por fogo acidental ou criminoso. 'O grileiro quer abrir a terra e aproveita a seca para pôr fogo.'

TCU diz que pequenos produtores respondem por 18% do desmatamento - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) detectou que pequenos agricultores, leia-se proprietários de fazendas com até cem hectares, são responsáveis por 18% de todo o desmatamento registrado na Amazônia. O dado, alarmante, consta em levantamento da entidade de dezembro último, que mostra ainda que o número de famílias assentadas na região com lotes dessa dimensão chega a 750 mil. No levantamento, o TCU diz que os números podem representar 'grandes ameaças de futuras degradações do meio ambiente'.

Relatado pelo ministro Augusto Nardes, a auditoria do tribunal ressalta ainda que grande parte dessas famílias está distribuída em assentamentos de forma descontínua ao longo dos Estados pertencentes à Amazônia Legal. Nesse contexto, afirma o TCU, o aumento dos assentamentos na região Norte é outro fator de preocupação, haja vista a falta de apoio para o planejamento da exploração agrícola, bem como de incentivos à produção. 'Isso resulta na adoção pelos assentados de práticas predatórias de exploração dos recursos naturais, como a utilização de queimadas', diz o ministro.

A equipe de auditoria do tribunal constatou nos assentamentos uma grande degradação das áreas de proteção permanente (APP) e da reserva legal (RL). Ainda verificou, por meio de questionários aplicados aos trabalhadores assentados, que o Incra não promove ações efetivas relacionadas à orientação e conscientização ambiental dessas comunidades, 'que não sabem sequer o que significa APP e RL'.

CO-RESPONSÁVEL - Para o TCU, o Incra é 'co-responsável pelas irregularidades ambientais constatadas em seus projetos de assentamento'. No mesmo relatório do mês passado, o TCU determinou ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) regularize os projetos de assentamento rural na Amazônia que estão sem licenciamento ambiental.

Segundo decisão do tribunal, o Incra deve publicar, em 180 dias, as informações sobre o programa de regularização no portal do órgão (<http://www.incra.gov.br>) na internet. O TCU determinou também que o Incra observe a regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que exige licença prévia para criação de projetos de assentamentos de reforma agrária. O TCU recomendou que o Incra também adote medidas para garantir o uso sustentável das reservas legais incluídas em assentamentos.

Por meio da assessoria de Imprensa, o Incra informou que constituiu um grupo de trabalho para estudar e tomar todas as providências cabíveis. Segundo o órgão, até março todas as respostas para o TCU devem ser dadas.

Prefeitos querem exclusão de cidades do decreto - Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Vida & - 31/01/2008

Prefeitos e produtores rurais de 19 municípios de Mato Grosso exigem do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) uma retratação e revisão dos índices divulgados na semana passada, que apontam o Estado como responsável por 53,7% do desmatamento na Amazônia. A decisão foi anunciada pelo governador Blairo Maggi (PR) após reuniões com prefeitos e setores produtivos.

O governo do Estado e os prefeitos das cidades campeãs em devastação querem que o Inpe divulgue novamente os índices de desmatamento do período de junho a setembro, já que o órgão admite que houve erro. Maggi também vai solicitar ao governo que retire do decreto 6.321, que divulga os 36 municípios que mais desmataram, os nomes das 19 cidades de Mato Grosso. O decreto determina o corte de financiamento público a proprietários de terras em que o desmatamento ilegal for detectado. 'O prejuízo de imagem do Estado já foi feito. Não tem como ser reparado', lamentou Maggi.

Segundo a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), os prefeitos não recebem dos órgãos oficiais, entre eles o Inpe, informações sobre área desmatada e evolução da devastação em suas regiões. O presidente da AMM, José Aparecido dos Santos, disse que os prefeitos estão dispostos a trabalhar com o governo federal, estadual e ONGs para reduzir as queimadas e o desmatamento. 'Não queremos ser 'vilões' nem penalizados por isso.'

Ministro diz ter certeza sobre desmate – Rodrigo Vargas, Cláudio Ângelo e MART Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008

Sergio Rezende diz que margem de erro dos números do Inpe que apontam a devastação acelerada é menor que 5% - Governador de Mato Grosso, que contesta dados federais, sobrevoou ontem área desmatada ao lado da ministra do Meio Ambiente

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, disse ontem à Folha que tem de 95% a 97% de segurança de que os dados sobre o desmatamento da Amazônia do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no final de 2007 estão certos. O instituto, cujos dados têm sido objeto de dúvida do governo de Mato Grosso, do Ministério da Agricultura e até do presidente Lula, é subordinado à pasta de Rezende.

"Em ciência nunca há 100% de certeza", afirmou o ministro, que é físico. Mas ele disse estar seguro dos dados. "É curioso que, quando o Inpe informava que o desmatamento estava caindo, ninguém questionava o dado." Questionado sobre qual margem de erro aplicaria aos dados, Rezende respondeu: "De 3% a 5%". As declarações do ministro foram dadas após conversa com Gilberto Câmara, diretor do Inpe, que o sobrevoou ontem por quase duas horas, com um helicóptero militar, áreas que, segundo seus dados do instituto, teriam sido desmatadas no município de Marcelândia (870 km de Cuiabá) -líder do ranking dos 36 mais devastados nos últimos cinco meses de 2007. A observação aérea constatou a degradação prevista na análise do instituto.

Mesmo assim, o Inpe concordou ontem em fazer uma conferência dos dados referentes ao desmatamento detectado em Mato Grosso entre os meses de outubro e dezembro de 2007 pelo sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real). A forma de analisar os dados, no entanto, será mantida. "Conferência é diferente de revisão. Nós temos confiança de que nossos dados estão corretos", disse Câmara.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia dado ordem para que a Polícia Federal e os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura verificassem em campo se de fato houve aumento do ritmo de desmatamento da Amazônia nos últimos cinco meses de 2007. O avião que transportou Câmara ontem levava também uma comitiva liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi. "O que nós não vamos é ficar discutindo se o desmatamento está aumentando ou não", disse Marina. "Vamos agir com sentido de urgência. Neste ano, com maior rigor." Ao chegar a Marcelândia para se juntar à comitiva, Blairo Maggi disse ontem serem "imprecisos" os dados obtidos pelo sistema Deter. "Não se pode dizer qual é o tamanho da área desmatada simplesmente pelos dados do Deter. Esses possíveis pontos têm de ser checados em campo."

Segundo Maggi, é grande a possibilidade de que tenham se repetido, no levantamento divulgado na semana passada, os erros já admitidos pelo Inpe no período de agosto e setembro -quando só 20% dos pontos de possível desmatamento recente foram constatados em campo. "Não quero que o Estado pague por aquilo que não fez." A viagem da comitiva, concluída em Sinop (MT), não foi acompanhada pela imprensa. Em

outro avião saindo de Cuiabá, a Folha refez parte do trajeto, ao lado do superintendente de Infra-estrutura da Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), Salatiel Araújo. O sobrevôo seguiu em direção a um desmatamento estimado pelo Inpe em 4.000 hectares -a maior área contínua de derrubadas no Estado, entre agosto e dezembro, segundo o Deter. A área, na visão de Araújo, sintetiza bem a discrepância dos dados. No local, ocorreu uma queimada.

"Podemos discutir se o fogo pode ser intencional ou não, mas o fato é que não houve desmatamento aqui. Essa é uma área que já vinha sofrendo exploração seletiva de madeira há muito tempo, já estava enfraquecida, e sofreu com o fogo", disse o superintendente, diante do cenário de árvores esparsas e de aparência seca que entrou nos registros do Inpe como uma derrubada.

"Não é uma queimada natural", disse Câmara em Brasília, ao voltar do sobrevôo. "A metodologia do Inpe considera áreas desmatadas as que estão suficientemente degradadas. Considerar [isso] como queimada é um sofisma."

O jornalista **RODRIGO VARGAS** viajou de avião nos trechos Cuiabá-Marcelândia e Marcelândia-Sinop a convite do governo de Mato Grosso

Alerta para desmate foi excesso, diz Lula – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008

Segundo presidente, problema na Amazônia é um "tumorzinho" que foi tratado como câncer antes do diagnóstico - Para ele, ainda é cedo para culpar a soja e o gado pela derrubada de florestas, e as ONGs que pedem mais ação "precisam é plantar árvore"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou ontem que considerou exagerado o "alarde" feito em torno dos números sobre o aumento do desmatamento na Amazônia. Ao fim de um almoço no Itamaraty, ele se referiu à divulgação dos dados na semana passada como um "tumorzinho" que, antes do diagnóstico, foi tratado como câncer. Também criticou a postura das ONGs e disse que não dá para culpar "soja, feijão, gado ou sem-terra" pelo desmatamento sem antes investigar o que aconteceu.

"O que aconteceu, na minha opinião, eu não sou comunicador, posso estar errado... você vai no médico detectar porque você está com um tumorzinho aqui e, ao invés de fazer biópsia e saber como vai tratar, você já saiu dizendo que estava com câncer", afirmou. Segundo Lula, como em 2006 o desmatamento tinha diminuído muito e em 2007 cresceu, "se alardeou que estava crescendo". Na entrevista, o presidente contou que na semana passada, em reunião no Planalto, questionou o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) se os dados divulgados significavam que o Brasil chegaria ao final do ano com um desmatamento maior.

"E ele falou: "Não". E eu falei: "Então por que vocês falaram"? Na verdade, eles queriam alertar de que a gente não pode se descuidar de controlar a Amazônia", concluiu Lula, insistindo que os dados divulgados tratam de um corte trimestral e que, segundo ele, até o final do ano podem ser revertidos.

O presidente evitou, entretanto, classificar de erro a postura de seus subordinados. E negou que a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) tenha chamado a atenção dos dados para evitar cortes no orçamento de sua pasta. Na semana passada, o Inpe anunciou ter registrado a derrubada de 3.235 km² de floresta na Amazônia nos últimos cinco meses de 2007. O Ministério do Meio Ambiente disse que a área real devastada entre agosto e dezembro pode ter alcançado o dobro disso.

Gado, soja e sem-terra - Ontem, Lula entrou na polêmica sobre as causas do desmatamento e defendeu os produtores de soja, pecuaristas e sem-terra. "Eu disse na reunião [no Planalto] o seguinte: a gente não pode culpar soja, feijão, gado, sem-terra, não pode culpar ninguém antes de a gente investigar o que aconteceu. Por fotografia você tem apenas a imagem, você não tem o que aconteceu". "Tivemos um problema de maior seca que pode ter sido um incentivo, o dado concreto é que foi um alerta. Isso mostra que o governo precisa acender todas as lanternas para não permitir que continue crescendo", acrescentou.

O presidente citou que o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi - "um parceiro nosso" -, discorda dos números e do fato de a soja ser citada como culpada. Maggi é um dos principais exportadores de soja do mundo, mas Lula desconversou ao ser lembrado disso. "O que nós temos de ver? Temos que ir em cada Estado que teve problema, fazer levantamento, mapear, fotografar, conversar, detectar quem é o dono da terra. Se tiver alguém que fez uma queimada ilegal, eu defendo que esse cidadão sofra um processo para perder sua propriedade. As pessoas têm que aprender que no país tem lei e tem regras e que as pessoas precisam aprender."

Lula disse ainda que "topa brigar" com as ONGs que têm feito críticas ao governo e sugeriu que os integrantes destas organizações deveriam primeiro "plantar árvores no país deles". Foi confrontado com o fato de que as ONGs em questão são brasileiras, mas não respondeu. Também afirmou ter sugerido a Marina que fizesse reunião com governadores e prefeitos de locais com problemas, para traçar ação conjunta. "Tudo isso é controlável", disse.

À noite, em evento em São Paulo, Lula voltou a usar uma metáfora "clínica" para se referir ao desmatamento, desta vez trocando tumor por coceira. "É como se você tivesse uma coceira e achasse que é uma doença mais grave."

Colaborou **ANA PAULA BONI**, da Reportagem Local

Para as ONGs, o que falta é ação de governo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008

DA REPORTAGEM LOCAL - O Greenpeace, uma ONG internacional que atua na Amazônia brasileira, aceita comprar a briga, como quer Lula, pelo menos no campo das idéias.

"O que o presidente Lula precisa fazer é realmente identificar quem são os culpados pelo desmatamento", afirma Paulo Adário, coordenador da Campanha de Amazônia do Greenpeace. "E, a partir disso, agir".

Segundo o ambientalista, é claro que a derrubada da floresta aumentou. "Temos certeza disso tanto a partir dos dados do próprio governo quanto dos nossos, obtidos em sobrevôos da região", comentou Adário.

Sobre a frase "plantar árvores nos países deles", o ambientalista disse que isso é um grande erro do presidente. "Nós combatemos o desmatamento em todo o mundo. Só que a Amazônia brasileira tem um peso importante, por exemplo, no caso da emissão de carbono", disse.

Segundo Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, que é rigorosamente nacional, dá até para concordar com o presidente Lula. "É por isso que tentamos cuidar do Brasil. Mas prefiro tentar fazer o governo parar de provocar o desmatamento do que plantar as árvores que vários ministérios e bancos públicos mandam tirar."

Para Cassol, Marina Silva é "despreparada" – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA - O governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), chamou ontem a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) de "despreparada" e afirmou que, em nenhum momento, ela o chamou para conversar sobre medidas para combater o aumento do desmate na Amazônia Legal. Ontem, depois de sobrevoar a área de Marcelândia (MT) com Blairo Maggi (PR), governador de Mato Grosso, Marina disse que "não há diálogo possível" com Cassol. Segundo os dados mostrados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Rondônia é um dos Estados que mais derrubam a floresta. "Ela é despreparada para ocupar o cargo que ocupa", afirmou Cassol. "Ela gosta de ser bajulada, desse pessoal que puxa o saco dela", disse, justificando por que Marina não "teve a humildade" de ligar para ele e "pedir desculpas ao povo brasileiro e de Rondônia" pela divulgação dos dados, que são "mentirosos", segundo ele.

Ainda assim, Cassol disse que aceita o diálogo.(**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**)

**Para especialista do Inpe, há divergência conceitual sobre o papel de uma floresta –
Folha de São Paulo – Ciência – 31/01/2008**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SINOP (MT) - Gerente do Programa de Monitoramento por Satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Dalton Valeriano fez parte da comitiva que sobrevoou um conjunto de áreas avaliadas como desmatadas pelo sistema Deter -classificação que é questionada pelo governo de Mato Grosso. Para Valeriano, a divergência se deve a uma diferença conceitual sobre o que é floresta.

FOLHA - O que foi possível perceber no sobrevôo?

DALTON VALERIANO - Sobrevoamos várias áreas que podiam não estar desmatadas no sentido de árvores totalmente derrubadas, mas que estavam, porém, degradadas por completo, queimadas e com árvores em pé, mortas. Essas áreas foram computadas como desmatamento pelo Deter.

FOLHA - *O governo de Mato Grosso diz que são situações distintas.*

VALERIANO - Se você considerar só a floresta deixada como desmatamento, é uma conclusão verdadeira. A perda da função da floresta, contudo, é séria e tem de ser levada em conta. Mas nós vamos atender ao pedido do governador e fazer uma revisão desses procedimentos e desses dados.

FOLHA - *Com a revisão, as áreas sobrevoadas hoje [ontem] serão consideradas desmatamentos?*

VALERIANO - Na minha opinião, terão de ser considerados como desmatamentos. Para a função que a floresta tem, de conservação de biodiversidade, função hidrológica, de estoques de carbono, as áreas que vimos já estão fora.

FOLHA - *Houve algum erro na divulgação dos dados?*

VALERIANO - O intento dessa divulgação era apresentar que o Deter percebeu uma tendência de aumento do desmatamento na Amazônia. A gente não podia ficar simplesmente esperando. Isso vai para a rede, esperando que as pessoas constatem isso. A gente tem que ser pró-ativo nessa hora.

Dados já verificados em campo indicam que há erro, diz Maggi – Folha de São Paulo –
Ciência – 31/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SINOP (MT) - O governo de Mato Grosso começou, por conta própria, a revisão dos dados divulgados pelo Inpe. De acordo com o governador Blairo Maggi (PR), as primeiras varreduras feitas em campo já encontraram inconsistências em alguns dos supostos desmatamentos identificados entre outubro e dezembro do ano passado pelo Deter. "Nós já estamos a campo, já temos alguns dados iniciais mostrando que houve repetição de áreas também, a exemplo do que ocorreu no período anterior", afirmou Maggi, que mostrou as imagens de uma derrubada detectada pelo sistema em 2006 e que teria sido contada como novo desmatamento em 2007. "O pior é que, quando fomos até o local, não havia desmate algum."

Maggi disse não crer nem mesmo na tendência apontada pelo sistema de monitoramento. "Não acredito que tenhamos um aumento de desmatamento no Estado. Há uma consciência ambiental cada vez maior e, ao mesmo tempo, uma falta de recursos muito grande por parte dos produtores", disse ele.

Em relatório distribuído ontem à imprensa, o governo de Mato Grosso diz "não concordar" com a divulgação dos dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais). Segundo o documento, o Deter não seria "confiável" como instrumento de detecção e não serviria nem mesmo para a "formulação de dados estatísticos".

O relatório dá detalhes de uma operação conjunta realizada pela Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) em conjunto com o Ibama e a Polícia Militar nos municípios de Juara e Marcelândia e nas regiões do rios Xingu e Araguaia. O trabalho inspecionou 113 pontos de áreas possivelmente desmatadas de abril a setembro. "A quase totalidade [80,53%] dos pontos inspecionados revelaram ser áreas que não sofreram corte raso", disse o governador.

Para Maggi, o Deter só serve para indicar "possíveis problemas". "Aqui mesmo, em Marcelândia, só 12% do desmatamento indicado de abril a setembro é real. O resto não é. São situações que já ocorreram no passado ou foram áreas queimadas que se computou como desmatamento."

Agricultor mostra como produzir conservando a floresta – Sítio eletrônico do MMA - 31/01/2008

Lúcia Leão

Agricultores familiares de 15 municípios da região da BR-163 e da Bacia do Xingu em Mato Grosso - entre eles Alta Floresta, Nova Ubiratã, Juína e Vila Rica, incluídos na lista dos maiores desmatadores e sujeitos às rígidas regras de controle determinadas por decreto presidencial - demonstram, na prática, que é possível produzir na Amazônia e melhorar o padrão sócio-econômico de suas comunidades conservando a floresta e recuperando áreas degradadas. Quase todos assentados pelo INCRA, esses agricultores receberam apoio do Ministério do Meio Ambiente por meio do PDA/PADEQ, que investiu R\$ 2,1 milhões no programa, para implantar sistemas de produção sustentáveis e criar uma rede de integração socioambiental. O trabalho começa a alcançar resultados, consolidados na publicação "Alternativas Econômicas Sustentáveis para a Agricultura Familiar".

A Rede BR-163/Bacia do Xingu é coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde e congrega nove projetos demonstrativos. Iniciados com foco na prevenção e controle das queimadas florestais, há dois anos eles recebem apoio técnico e financeiro do MMA para buscar alternativas de produção agroflorestal - lavoura, fruticultura, mudas para reflorestamento e apicultura - e pecuária em pasto sustentável. São projetos pequenos que envolvem cerca de 500 famílias. Mas são exemplares, tanto para demonstrar a viabilidade de novas práticas e tecnologias de produção como para orientar políticas públicas.

"O poder público ainda tem poucos parâmetros para executar políticas de fomento para esse tipo de atividade. É preciso ter noção de custos, necessidade de investimentos, resultados, retorno econômico e social seja para conceder financiamento, para implantar infra-estrutura ou atender a qualquer outra necessidade daquelas comunidades. São essas informações, esses parâmetros, que estamos gerando nos projetos demonstrativos", explica o analista ambiental Rodrigo Noleto, um dos responsáveis pelo programa PDA/PADEQ.

Entre as experiências relatadas na publicação da Rede Br-163/Bacia do Xingu estão a de seis comunidades do município de Carlinda, que criam gado em pastos sustentáveis, compatível com a floresta, e conseguiram fazer o controle biológico da cigarrinha, praga que destrói o capim na região; a da produção de mel, associada à fruticultura no Assentamento Califórnia, da cidade de Vera; e à de produção de mudas no Projeto Loreta para reflorestar nascentes e margens de rios e promover a exploração agroflorestal nas áreas recuperadas. O relato de cada experiência é acompanhado de informações básicas sobre a técnica utilizada pelos agricultores.

"O mais difícil, numa iniciativa dessa, é mudar a prática das pessoas, mostrar que elas podem fazer diferente. Plantar, criar animais, tirar seu sustento da terra de forma sustentável. Por isso, é importante alguém receber apoio para fazer primeiro e provar que dá certo", acredita Nilfo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde.

Governo define corte de crédito para desmatamento ilegal – Sítio eletrônico do MMA - 31/01/2008

Gisele Teixeira

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e representantes dos bancos públicos que atuam na região Amazônica reúnem-se no dia 11 de fevereiro, no Palácio do Planalto. O objetivo é discutir que medidas precisam ser tomadas, por parte dessas instituições, para banir a aprovação de financiamentos ou projetos que não estejam legais do ponto de vista ambiental. Com isso, o governo espera fechar ainda mais o cerco ao desmatamento na região.

"É uma ação que vai ajudar muito nesse processo porque boa parte dos desmatamentos ilegais contam com financiamento, muitos vezes financiamento públicos", afirmou Marina Silva. Segundo a ministra, o Banco do Brasil, Banco da Amazônia, BNDES e Caixa Federal, por exemplo, começarão a ser mais rigorosos na aprovação de projetos. Além disso, nos 36 municípios que mais desmatam a Amazônia, não pode ser aprovado nenhum projeto que não esteja de acordo com as regras estabelecidas no decreto presidencial de dezembro de 2007. De acordo com o texto, quem não cumprir a lei estará proibido de comercializar seus produtos e de receber crédito de instituições oficiais e perderá o registro junto aos órgãos ambientais e à Receita Federal.

A ministra Marina Silva destacou que já existe uma legislação ambiental nesse sentido e o que falta agora é que ela seja cumprida de forma mais eficaz. Desde a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, a contratação de uma operação passou a ser condicionada à regularidade ambiental do empreendimento e do projeto em questão. Pelo menos dois artigos tratam do tema.

O artigo 12 determina que as entidades ou órgãos de financiamento e incentivo governamental condicionem a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Já o artigo 14 dispõe que o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores à multa, perda de incentivos fiscais, perda ou suspensão de linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais e até à suspensão da atividade.

É difícil vencer a guerra contra o desmatamento – Valor Econômico – Opinião – Editorial - 30/01/2008

A Amazônia continua sendo uma terra de ninguém e não é surpresa que o desmatamento tenha voltado a crescer fortemente, pouco tempo depois de o governo ter comemorado sua redução. Ganância, quando não a pura bandidagem - que não encontra a repressão de um Estado desaparecido, nem de um Judiciário ágil - , devasta há anos a região, com alguns intervalos de menor voracidade, que depende dos surtos de fiscalização ou do arrefecimento das cotações de produtos agropecuários.

Há um mutirão que põe em risco a floresta - empresários gananciosos, grileiros, madeireiras, servidores corruptos do Ibama, assentados com recursos do Programa Nacional de Assistência à Agricultura Familiar, mineradoras, siderúrgicas de ferro gusa e até índios a soldo de um ou mais interessados. Como quase sempre no país, há leis sem que

existam os meios de garantir seu cumprimento. As autuações por desmatamento ilegal feitas pelo Ibama foram recordes em 2007 e somaram R\$ 2,5 bilhões ("O Globo", 31 de dezembro). Ninguém paga nada, porque a punição é adiada dadas as brechas para recursos intermináveis. Um processo pode levar pelo menos quatro anos até ser julgado - e isso no caso de grandes infratores.

É importante identificar os culpados pelas transgressões, embora a discussão tenha resvalado para um corporativismo algo bizarro - seria da categoria dos sojicultores ou dos pecuaristas a responsabilidade? Há plantadores de soja que destroem o meio ambiente, e outros que não, e pecuaristas, idem. Confundir as coisas é o primeiro passo para não se fazer nada. O fato mais importante é que existem novos fatores de pressão econômica que favorecem o desmatamento que precisam ser coibidos.

O Censo Agropecuário divulgado pelo IBGE no fim de 2007 mostra que a área de lavouras mais que triplicou na Região Norte desde 1970 - aumentou 275%. Nos últimos dez anos, a área de pastagem caiu no resto do Brasil e cresceu na Amazônia - 33,8% ou mais 8,2 milhões de hectares em uma década. ("O Globo", 22 de dezembro). Estabeleceu-se na região a tradição de "onde o boi vai, a soja vai atrás", ambos alimentando uma devastação que tende a crescer com os ventos soprando a favor das cotações da soja e da carne, da qual o Brasil tornou-se o maior exportador mundial. A diferença, agora, é que a Amazônia Legal ultrapassou os 10 milhões de abates, 41% do total no país, segundo a ONG Amigos da Terra ("O Estado de S. Paulo", 26 de janeiro). Um em cada três bois do rebanho nacional pasta na região e mais estão a caminho, se os investimentos crescentes dos frigoríficos no Mato Grosso, por exemplo, servem de indicador. Paulo Barreto, do Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) fez um estudo que mostra a correlação forte existente entre a evolução dos preços do boi e da soja e a área desmatada na região.

Para se contrapor a interesses poderosos, os órgãos encarregados da repressão exibem absoluta fragilidade. Em Alta Floresta (MT), uma das zonas onde a destruição da mata é mais intensa, o escritório do Ibama, responsável pela fiscalização de 13 municípios em uma área de 92 mil km², não tem sequer um carro. São três funcionários e seriam necessários ao menos 50, avalia Cláudio Cazal, chefe-substituto do Ibama na cidade ("Folha de S. Paulo", 27 de janeiro).

Diante da volta do desmatamento acelerado, o governo decretou o recadastramento de 80 mil propriedades sob o risco de corte no acesso ao crédito rural. É um paliativo, porque boa parte do abuso vem de proprietários sem título de posse, que fazem o que bem entendem, sem se incomodar com uma improvável punição. Esse não é o único absurdo. Até há pouco tempo os bancos oficiais da região ofereciam crédito subsidiado sem exigências de respeito ao meio ambiente. E não é seguro que o mesmo não esteja ocorrendo até agora. Sem apoio dos Estados e municípios, deter o desmatamento é impossível. Prefeitos e governadores, entretanto, são, em boa parte dos casos, suscetíveis às pressões econômicas, quando não diretamente instrumentos delas. A tarefa é enorme para repousar apenas sobre a União e, assim, a devastação prosseguirá, enquanto que os países desenvolvidos se preparam para a adoção de "barreiras verdes" para mercadorias de países como o Brasil, por desrespeito a normas ambientais.

Desmatamento provoca divergências no governo - Sergio Leo e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 31/01/2008

Unânimes em afirmar que o governo não pode permitir que cresça o desmatamento da Amazônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, manifestaram ontem opiniões antagônicas sobre as causas e dimensão do problema. Marina, após sobrevoar as dez regiões mais devastadas na região amazônica, voltou a acusar madeireiros, pecuaristas e produtores de soja pela degradação da floresta. Lula afirmou que não se pode apontar culpados sem investigação mais cuidadosa, e chegou a dizer que está disposto a "brigar" com ONGs que acusam o agronegócio pelo desmatamento.

Lula minimizou o anúncio feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que, com base em fotografias de satélite, anunciou um desmatamento recorde na Amazônia, de 3,2 mil metros quadrados no segundo semestre de 2007, pouco mais de 1,9 mil apenas em novembro e dezembro. O Estado de maior devastação foi o Mato Grosso, cujo governador, Blairo Maggi, é um dos maiores produtores mundiais de soja. Lula, ontem citou Maggi, um "governador que tem sido parceiro" do governo, e informou que ordenou a Marina Silva que se reúna para discutir o tema com os governadores e prefeitos da região afetada.

"O governador (Maggi) está numa discordância enorme., não concorda que foi a soja", comentou Lula. "Temos de ir em cada Estado que teve o problema, fazer levantamento, mapear, fotografar, detectar quem é o dono da terra", disse. "Se tiver alguém que fez queimada ilegal, eu defendo que esse cidadão sofra processo para perder sua propriedade, as pessoas têm de aprender que o país tem leis, tem regras." Ele disse não ser verdade que a devastação é provocada pela pecuária e a agricultura. "Se pegarem os dados da agricultura, vão perceber que para a produção atual, para criação de gado, não precisa derrubar um pé de árvore."

Enfático, sem atentar para a quase impossibilidade de verificar titularidade das terras ocupadas na região amazônica, Lula lembrou sua participação na reunião ministerial de emergência que tratou do desmatamento, e adotou o argumento de Maggi de que só a identificação dos donos das terras afetadas pelo desmatamento poderá revelar culpados pelos danos. "Eu disse na reunião: a gente não pode culpar soja, feijão, gado, sem terra; não pode culpar ninguém antes de investigar o que aconteceu."

Marina voltou a culpar os pecuaristas, produtores de soja e madeireiros pelos danos ambientais na região, após o vôo sobre a região desmatada, em que foi acompanhada pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, da Justiça, Tarso Genro, e pelo ministro interino da Defesa, Enzo Martins, além do secretário executivo do Ministério da Agricultura, Silas Ribeiro. "Não estou aqui para dizer que o culpado é beltrano ou fulano, mas vejam depois quem será multado por essas atividades", disse. Ela reafirmou existirem indícios concretos e desmatamentos consolidados na região e defendeu ação rápida para evitar que cresça o desmatamento até agosto, quando os dados finais serão anunciados.

Mais cedo, Lula havia minimizado os resultados do Inpe, com o argumento de que se referiam a comparação entre fotografias de satélite tomadas no último trimestre de 2006 e no último trimestre de 2007. "Alardeou-se que estava crescendo o desmatamento", disse Lula, contando que teve um "não" como resposta quando perguntou ao presidente do Inpe se os dados mostravam que haverá maior desmatamento no fim do ano.

"Na verdade queriam alertar que a gente não pode se descuidar de controlar a Amazônia", comentou. "Detectaram que tem um tumorzinho, e em vez de fazer biópsia para saber como tratar, sai dizendo que estava com câncer", comparou. Se for constatado o

aumento do desmatamento, o país tem "todo o tempo do mundo" para revertê-lo, argumentou. "Se for o caso, vamos montar postos da Polícia Federal lá, tudo isso é controlável", disse o presidente.

Projeto vai monitorar ar da Amazônia – Valor Econômico – Brasil - 31/01/2008

Um projeto internacional, desenvolvido em parceria por cientistas brasileiros, americanos, alemães e suecos, dá início, nesta semana, ao monitoramento atmosférico da floresta amazônica. Está prevista a construção de duas bases na floresta, em áreas pertencentes ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), instituição envolvida na ação.

Aproximadamente 30 toneladas de equipamentos serão utilizados na construção de estações que vão mostrar como a região interfere nas mudanças climáticas globais e nos processos biológicos, químicos e físicos responsáveis pela emissão de gases que regulam o ciclo hidrológico na Amazônia. As estações funcionarão, inicialmente, por um período de dois anos.

Segundo o pesquisador do Núcleo de Modelagem Climática e Ambiental do Inpa, Teotônio Pauliqueves, as estações serão capazes de caracterizar, do ponto de vista físico e químico, as partículas em suspensão na atmosfera, ou seja, a poeira e a fuligem geradas pelos carros e a fumaça de queimadas, por exemplo. Com isso, será possível entender as diferenças existentes entre uma região natural - sem influência de emissões de poluentes - e uma região poluída.

"Hoje existe um grande esforço mundial no sentido de contabilizar o efeito dessas partículas nas mudanças climáticas futuras, porque elas interagem com o clima por meio da luz solar e das nuvens, por exemplo. O clima da terra é todo interligado e, por isso, essa pesquisa será importante", disse Poliqueves, ressaltando que as partículas de aerossol também participam do balanço radiativo, da formação de nuvens e da química atmosférica.

A primeira base de monitoramento está instalada na Estação Experimental de Silvicultura Tropical, no km 44 da BR-174, e a segunda, no sítio Experimental do Programa Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), no km 50 da BR-174, ambos do Inpa.

Os equipamentos pertencem às instituições parceiras e entraram no Brasil por um processo de importação temporária que permite a utilização conjunta pelos cientistas envolvidos. "Todos os dados coletados na floresta serão compartilhados por todos os cientistas. Eles poderão usar os dados que vamos medir, assim como vamos usar os dados experimentais de nossos parceiros também. Cada um com seu foco principal, com sua pergunta científica", informou.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

